

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RUTE GUIMARÃES TORRES

**O PARNASO MINEIRO**  
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PAISAGEM DO PICO DO  
ITACOLOMI (1889-1967)

Belo Horizonte  
2016

**RUTE GUIMARÃES TORRES**



**O PARNASO MINEIRO**  
**A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PAISAGEM DO PICO DO ITACOLOMI**  
**(1889-1967)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha: Ciência e Cultura na História

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Horta Duarte.

**Belo Horizonte**  
**2016**

981.51  
T693p  
2016

Torres, Rute Guimarães

O Parnaso mineiro [manuscrito] : a construção histórica da paisagem do Pico do Itacolomi (1889-1967) / Rute Guimarães Torres. - 2016.

235 f. : il.

Orientadora: Regina Horta Duarte.

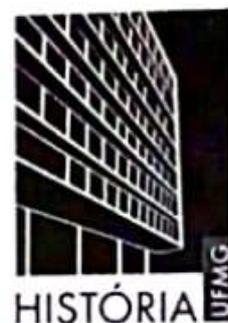
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2.Paisagens - Teses. 3.Pico do Itacolomi. 4. Minas Gerais - História. I. Duarte, Regina Horta, 1963-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"O Parnaso Mineiro: A Construção Histórica da Paisagem do Pico do Itacolomi  
(1889-1967)"

Rute Guimarães Tôrres

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

  
Profa. Dra. Regina Horta Duarte - Orientadora  
UFMG

  
Profa. Dra. Janete Flor de Maro Fonseca  
UFOP

  
Profa. Dra. Natascha Stefania Carvalho de Ostos  
UFMG

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2016.



Foto: Rute Torres, 2013

*À memória de minha avó Violeta.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo dom da vida. À minha mãe e meu pai pelo amor e apoio enquanto eu me dedicava ao mestrado. Aos demais familiares: vovó Leopoldina, tias e primos queridos, obrigada pelo apoio e pela paciência com a minha ausência nos eventos em família. Em especial, minha prima Libni pela ajuda com as traduções da língua estrangeira.

À minha orientadora, Regina Horta, com quem me formei pesquisadora desde a graduação. Foram seis anos de convivência, nos quais aprendi sobre dedicação ao trabalho, disciplina, ética profissional, organização e tantas outras questões profissionais importantes. Obrigada pela paciência com as minhas “complicações”, pelo amparo em momentos delicados e por todo apoio para que eu participasse de eventos, disciplinas e demais atividades complementares.

Aos meus amigos: Clarissa Barreto, Danielle Pinheiro, Vanessa Pinheiro, Lídia Heringer, Thaís Oliveira e Pedro Sanches. Obrigada por compreenderem meus longos sumiços, aniversários esquecidos, visitas não cumpridas e recusas de convite nesses últimos quase três anos. Aline Alcântara e André Miranda, obrigada por me acudirem em vários momentos, principalmente com problemas de tecnologia. Agradeço à Danielle Scoralick pela amizade e ajuda com o banco de dados. À Angélica Lima, que resolveu dividir a casa comigo no momento mais caótico da vida. Obrigada pela paciência, amizade, apoio e pelas frases motivacionais: “quantas páginas temos hoje?” e “Você consegue, amiga, relaxa!”.

Agradeço aos muitos amigos que fiz durante o mestrado, alguns vindos da graduação. Em especial, alguns que contribuíram de alguma forma para a pesquisa, compartilhando textos, dando dicas de arquivos, documentos, etc.: Gislaíne Gonçalves, Marina Carvalho, Mariana Vargens, Gabriel Amato, Virgílio Coelho, Jonathan Coulis, Maria Visconti, Fernando Garcia. Pessoas maravilhosas com as quais dividi frustrações, medos, ansiedades, conquistas, boas risadas e até lágrimas. Ainda um carinho mais que especial pro Bruno Morais e Lucas Madsen que, além de tudo citado, também estiveram me apoiando nos momentos de tensão e correria. Bruno, obrigada por me ouvir a qualquer hora, pelas visitas, trazer um papo bom e animador, muitos abraços, paçocas e chocolates. Lucas, companheiro de pesquisa, de discussão teórica, de leituras e de estágio docente; e um bom amigo com quem compartilhei tantas experiências e temores com o mestrado. Obrigada pela amizade e solidariedade!

Agradeço também ao Conselho da Temporalidades - gestão de 2014, pessoas maravilhosas com quem aprendi muito. Aos amigos que fiz no APCBH: Rafaela Patente, Jéssica Vieira, Michelle Alves, Afonso Silva e Yuri Mesquita. Agradeço ao grupo de estudo “História e Natureza”. Em especial, à Carolina Capanema, Fabíula Sevilha e Elisângela Santos, com quem tive a oportunidade de me reunir, trocar experiências e leituras. Serei sempre grata! Agradeço à Elisângela por ter participado da Banca de Qualificação. Agradeço da mesma forma pela Qualificação, a Profa. Janete Fonseca (UFOP). As leituras, correções e dicas foram fundamentais para o trabalho final. Agradeço aos professores Alessandra Carvalho (UEPG) e Christopher Boyer (University of Illinois), pelas contribuições durante a “II Escola da SOLCHA”.

Pelo apoio acadêmico, agradeço ao CNPq por ter me concedido dois anos de bolsa, sem a qual esta pesquisa não seria possível. Agradeço ao Projeto Brasiliana; aos bibliotecários da Fafich, sempre solícitos e gentis; Coordenadores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG; e aos muitos professores que me acompanharam nesse longo período. Nos centros de pesquisa, agradeço à Biblioteca do IEF; ao Arquivo Municipal de Ouro Preto; à Hemeroteca Histórica; ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; e à Biblioteca de Obras Raras da UFOP.

*Destes penhascos fez a natureza  
O berço em que nasci  
Oh! Quem cuidará  
Que entre penhas tão duras se criara  
Uma alma terna, um peito sem dureza.*

Glauceste Satúrnio (Claudio M. da Costa). *Soneto XCIII*, 1768

## RESUMO

A proteção do Pico do Itacolomi dentro de uma Unidade de Conservação entre Ouro Preto e Mariana, Minas Gerais, justifica-se por aquela formação natural ser considerada um monumento notável para a sociedade mineira. Entendemos que a monumentalização do Itacolomi é uma das formas com as quais os homens se relacionam com a natureza, que se diversificam de acordo com o tempo e o lugar. As fontes documentais indicam que determinados olhares estéticos e científicos sobre as montanhas, a construção de memórias e identidades e as preocupações com os recursos e formações naturais, revestiram o maciço rochoso de sentidos e valores compartilhados pela sociedade em relação à natureza. Enquanto um lugar simbolicamente construído, o Itacolomi foi percebido, descrito, apropriado e valorado ao longo do tempo pela ideia de paisagem. Este trabalho propõe, portanto, analisar a construção histórica da paisagem do Pico do Itacolomi no período de 1889 a 1967. Das discussões em torno da mudança da capital mineira até a criação do Parque Estadual do Itacolomi, nosso estudo busca as conexões históricas entre as referências que passaram a ser feitas ao Pico, extensivo ao entorno, e as novas sensibilidades, atitudes e práticas culturalmente difundidas pela sociedade ocidental sobre os ambientes serranos e as grandes formações rochosas e escarpadas da natureza. O tema discute a atribuição de significados, de referências e de valores excepcionais ao Pico do Itacolomi, que o tornaram um dos símbolos de Ouro Preto e monumento natural protegido pelo Estado. Investigaremos as mudanças de sensibilidades e atitudes frente àquela formação rochosa na medida em que novas formas de interação entre as sociedades e a natureza foram elaboradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** paisagem, Pico do Itacolomi, sociedade e natureza.

## ABSTRACT

The protection of *Pico do Itacolomi* within a Conservation Unit between Ouro Preto and Mariana, in the state of Minas Gerais, is justified by the fact that this natural formation is considered a remarkable monument for Minas Gerais society. We understand that this monumentalization of Itacolomi is one of the ways in which men relate to nature, which diversifies according to time and place. Documentary sources indicate that certain aesthetic and scientific looks at the mountains, the building of reminiscences and identities, and the concerns about natural resources and natural formations, carries the steady mass full of senses and values shared by society in relation to nature. As a symbolically constructed place, the Itacolomi was perceived, described, appropriated and valued over time by the idea of landscape. This paper aims to analyze the historical construction of the *Pico do Itacolomi* landscape from 1889 to 1967. From the discussions in changing the capital of the state to the creation of the *Parque Estadual do Itacolomi*, our research seeks the historical connections between the references which were made available to Peak, extending to its surroundings, and the new sensibilities, attitudes and practices culturally diffused by the western society over highlands and the great rocky and steep formations of nature. The theme discusses the attribution of meanings, references and exceptional values to *Pico do Itacolomi*, which made it one of the symbols of Ouro Preto and a natural monument protected by the State. We will investigate the changes of sensitivities and attitudes towards that rock formation as new forms of interaction between societies and nature have been elaborated.

**KEY-WORDS:** landscape, *Pico do Itacolomi*, society and nature.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Localização do Pico do Itacolomi.....	14
Figura 2:	Pessoas em pic-nic no alto do Itacolomi em Ouro Preto (MG). 12 jul. 1891.	31
Figura 3:	Pessoas em pic-nic no alto do Itacolomi em Ouro Preto (MG). 12 jul. 1891.	32
Figura 4:	Vila Rica, de Thomas Ender.....	39
Figura 5:	Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824.....	39
Figura 6:	Paul Ferrand fotografado por Ferrez na Serra do Itacolomy, no ano de 1886	70
Figura 7:	Pic-nic na Serra do Itacolomi, 6 maio 1928.....	77
Figura 8:	Pico do Itacolomy - Altitude 1752m. Sua escalada.....	78
Figura 9:	Vista Geral da Praça da Liberdade (entre 1907-1910).....	83
Figura 10:	Marc Ferrez. Campo da Aclamação, Rio de Janeiro, 1880.....	84
Figura 11:	Jardins da Praça da Liberdade.....	87
Figura 12:	Pessoas posando em frente à réplica do Pico do Itacolomi.....	87
Figura 13:	A Cadeia do Espinhaço com destaque para o Quadrilátero Ferrífero.....	93
Figura 14:	Praça da Liberdade - posse de Raul Soares, 1922.....	100
Figura 15:	Localização dos principais picos e serras marcos geográficos do QF.....	102
Figura 16:	Tiradentes (Alferes). José Wasth Rodrigues, 1940.....	116
Figura 17:	Execução de Tiradentes. Alberto da Veiga Guignard, 1961.....	117
Figura 18:	Lajes. Alberto da Veiga Guignard, s.d.....	120
Figura 19:	Paisagem imaginária de Minas. Alberto da Veiga Guignard, 1947.....	120
Figura 20:	Cabeçalho da revista Vita até a edição n. 12 .....	121
Figura 21:	Cabeçalho da revista Vita a partir da edição n. 13 .....	121
Figura 22:	Mapa da topografia de Minas Gerais .....	128
Figura 23:	Plantação na Fazenda do Manso e caixa do Chá Edelwiss.....	173
Figura 24:	Localização do Parque Estadual do Itacolomi. Área atual do PEIT .....	190

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I CBPN	Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza
I CMPN	Primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais
ACESITA	Companhia de Aços Especiais Itabira
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ALCAN	Aluminium Limited
APM	Arquivo Público Mineiro
BN	Biblioteca Nacional
CMAP	Comissão Mundial de Áreas Protegidas
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DER	Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ELQUISA	Eletro-Química Brasileira S.A
EMOP	Escola de Minas de Ouro Preto
FBCN	Fundação Brasileira para a conservação da natureza
FJP	Fundação João Pinheiro
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMG	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
IHOP	Instituto Histórico de Ouro Preto
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde Pública
MHN	Museu Histórico Nacional
MNRJ	Museu Nacional
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA Caparaó	Parque Nacional do Caparaó
PARNA Iguaçu	Parque Nacional do Iguaçu
PARNA Itatiaia	Parque Nacional do Itatiaia
PARNA Tijuca	Parque Nacional da Tijuca
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PEIT	Parque Estadual do Itacolomi
PERD	Parque Estadual do Rio Doce
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente Federal
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMOP	Sociedade dos Ex-Alunos da Escola de Minas de Ouro Preto
SGRJ	Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 MODOS DE VER E ESTAR NA SERRA DO ITACOLOMI.....</b>	<b>30</b>
1.1 – DISPUTAS PELA PAISAGEM DA CAPITAL MINEIRA .....	35
A problemática da localização e da topografia .....	37
As divergências regionalistas na Questão Mudancista .....	41
1.2 – O ITACOLOMI SOB O VIÉS DE PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO .....	49
As visões sobre as serras mineiras.....	52
O olhar valorativo sobre a natureza cultivada .....	54
Minas no processo de modernização .....	57
1.3 – NOVAS PERCEPÇÕES, IDEIAS E ATITUDES .....	61
A sublimidade das montanhas .....	63
A conquista das alturas .....	68
As excursões imperiais com propósitos científicos e de recreio .....	72
Um lugar para o prazer e benefício da sociedade .....	74
<b>2 TEM UMA “PEDRA” NO MEIO DA PRAÇA! O ITACOLOMI NA HISTÓRIA DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>82</b>
2.1 – CONCILIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO .....	91
O ferro em cena: a voz da modernização .....	92
A era do desenvolvimento e modernismo .....	100
2.2 – O ITACOLOMI NA EXALTAÇÃO DE OURO PRETO .....	103
Um templo de memória para a “terra sagrada” .....	103
Os ecos historiográficos sobre o Itacolomi .....	105
A inserção do Pico na categoria “paisagem histórica” .....	116
2.3 – “MINHA TERRA TEM MONTANHAS”: A IDENTIDADE MINEIRA .....	119
Rios e serras nas referências ao território mineiro .....	122
A natureza na caracterização de Minas .....	125
A “humanidade montanhesa” .....	129
A montanha na definição do perfil combativo dos mineiros .....	132
<b>3 “TESOURO DA NATUREZA”: O ITACOLOMI COMO MONUMENTO NATURAL SOB PROTEÇÃO .....</b>	<b>139</b>
3.1 – “A MÁQUINA DENTRO DO JARDIM”: ALTERAÇÕES DA PAISAGEM ....	143
A proteção à natureza no Brasil .....	145
3.2 – “O JARDIM DENTRO DA MÁQUINA”: AS PECULIARIDADES, BELEZAS E UTILIDADES DOS PARQUES NACIONAIS .....	150
A proteção dos “édens florestais” .....	152

Os parques nacionais nos topos do Brasil .....	159
Os parques para o prazer e benefício das pessoas .....	167
3.3 - A “RESERVA DO ITACOLOMI”: QUESTÕES CULTURAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS .....	170
Proteção à natureza em Minas Gerais (1930-1960) .....	173
3.4 – A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI NA ERA DESENVOLVIMENTISTA MINEIRA .....	177
Os patrimônios naturais sob a égide do Estado na década de 1960 .....	181
Uma reserva natural para as cidades de Ouro Preto e de Mariana .....	185
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>198</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>205</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>216</b>

## INTRODUÇÃO

Quando eu era criança, vi pela primeira vez o Pico do Itacolomi através de uma janela no alto da Vila São José, em Ouro Preto. Impactada pela visão da pedra maior, escura no horizonte, parecendo que a qualquer momento iria rolar serra abaixo, perguntei que pedra era aquela. Com a resposta, ouvi também longos minutos de história sobre meu bisavô, que escalou o Pico no início do século XX. Para os meus ouvidos de menina, não entendi como alguém conseguiu subir até lá. A imagem daquele Pico ficou gravada na minha memória. Nas minhas posteriores idas à Ouro Preto, ficava impressionada com o fato dos ouro-pretanos se referirem ao Pico sempre com orgulho e admiração. Em algumas conversas do cotidiano, cada um tinha algo para contar. Eram aventuras, lendas e, o que mais me contavam, fatos históricos que se ligam ao lugar. “Foi ele que trouxe os bandeirantes para Ouro Preto”, era a frase mais comum.

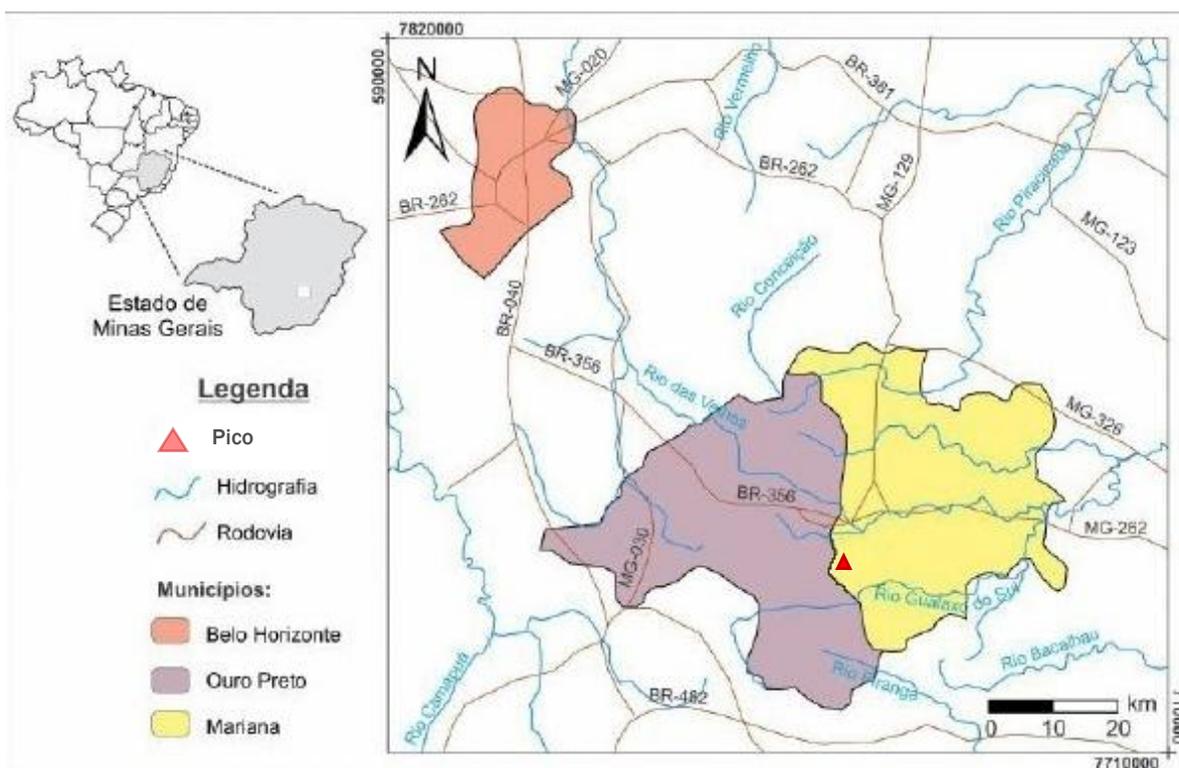
No ano de 2013, ao realizar atividades de estágio curricular, uma fotografia que compõe o acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte me chamou atenção. Nos primeiros anos da capital mineira, havia um bloco grande de cimento representando o Itacolomi na Praça da Liberdade.<sup>1</sup> Com aquele registro, as muitas histórias escutadas sobre o pico foram convertidas em questionamentos: Por que ele era tão importante a ponto de ser “trazido” para outra cidade? O que o tornava tão especial? Essas perguntas transformaram-se em questões acadêmicas ao refletir não sobre o Pico em si, como formação geomorfológica, mas sobre a sua paisagem.

O Pico do Itacolomi, de 1.772m de altitude, tornou-se uma referência geográfica e paisagística para Ouro Preto, embora pertença ao município de Mariana. No decorrer do século XX, o Itacolomi ganhou um prestigioso *status* com a definição de valores histórico, cultural e ambiental para a serra, que foi delimitada como Parque Estadual do Itacolomi (PEIT), em 1967. O PEIT está situado na porção sul da Cadeia do Espinhaço, entre Ouro Preto e Mariana. Sua área atual tem 7.543 hectares, entre os paralelos 20°22'30" e 20°30'00" de latitude sul e os meridianos 43°32'30" e 43°22'30" de longitude oeste. O PEIT é composto por uma tríade paisagística de Floresta Estacional Semidecidual, Campos Rupestres e afloramentos rochosos na zona de transição vegetal entre a Mata Atlântica e o Cerrado.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A imagem será apresentada e discutida no capítulo 2, a partir da página 83.

<sup>2</sup> MINAS GERAIS. Diário do Executivo. Lei n. 4495, de 14 de junho de 1967. Cria o Parque Estadual do Itacolomi, nos municípios de Ouro Preto e Mariana, em terrenos devolutos do estado de Minas Gerais. Sobre o PEIT: MESSIAS, M.C.T.B.; DIAS, S.J.; Roschel, M.B.; SOUSA, H.C.; MATOS, A.M. *Levantamento florístico das matas e distribuição de algumas espécies endêmicas da área do Parque Estadual do Itacolomi*. Relatório Técnico, UFOP/BIRD/IEF-PROFLORESTA, 1997.



**Figura 1** – Localização do Pico do Itacolomi. **Fonte:** OSTANELLO, M. C. P.; DANDERFER, A.; CASTRO, P. T. A. Caracterização de lugares de interesse geológico e trilhas geoturísticas no Parque Estadual do Itacolomi - Ouro Preto e Mariana, Minas Gerais. *Geociência*, São Paulo, [online]. 2013, v. 32, n. 2. [Interferência nossa na localização do Pico].

Ao estabelecer pontes entre a proteção da natureza e a perpetuação de uma memória histórica sobre o Itacolomi, esse desdobramento mais contemporâneo de definição da Serra coloca em questão a transformação daquele espaço físico em um lugar dotado de sentidos e valores para uma determinada sociedade. Esse ponto nos instigou a refletir sobre como o Pico do Itacolomi foi instituído como um exemplar da natureza carregado de lembranças, sentidos e histórias e considerado digno de ser protegido pelo Poder Público. Por que a ele foram direcionados tantos significados? Quais ideias e sentimentos pela natureza acompanharam os olhares e interesses pela sua formação rochosa? Quais condições históricas e sociais o tornaram objeto de sentidos e valores?

Esses questionamentos nos remeteram à ideia de paisagem. Na organização de experiências, cada “cultura possui um determinado repertório de categorias e códigos” para expressar suas visões, entendimentos, apropriações e gostos pelas formas visíveis da natureza.<sup>3</sup> Como uma dessas categorias, a paisagem nos ajudou a pensar o vínculo entre a proteção da natureza no Brasil e os aspectos singulares atribuídos ao Itacolomi. Como Serrano coloca, este elo entre proteção e aspectos naturais começa pela valoração da paisagem. É ela que mais

<sup>3</sup> SALLAS, A. L. F. *Ciência do homem e sentimento da natureza - viajantes alemães no Brasil do século XIX*. 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 20.

identifica as percepções e as representações que os homens fazem da natureza e o processo de valorização dos aspectos naturais como patrimônios da nação.<sup>4</sup>

Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar a construção histórica da paisagem do Pico do Itacolomi. Procuramos compreender a atribuição de referências identitárias e de valores excepcionais que tornaram aquela formação rochosa um dos símbolos de Ouro Preto e monumento natural protegido pelo Estado. Em nossa pesquisa, buscamos as conexões históricas entre algumas representações das serras, a (re)construção de memórias e identidades nacionais e regionais e a constituição dos patrimônios naturais no Brasil.

Ao propor esse estudo do Pico do Itacolomi, compreendemos que a própria ideia de paisagem é socialmente construída e procuramos definir uma noção que norteia este trabalho. Nas últimas décadas, os historiadores vêm utilizando três abordagens desenvolvidas ao longo do tempo a respeito do termo: a que propõe a paisagem como uma materialidade/objetividade; a que estuda como fruto da percepção/sensibilidade; e a que articula materialidade e percepção ao defini-la. Para Corrêa, é importante considerar a existências dessas noções diferentes de paisagem e o modo como o próprio termo está presente nas fontes, pois a paisagem para os historiadores não é tomada daquilo que individualmente enxergam ou atribuem sentidos. Elas chegam por outros olhares, outras traduções e outras análises que foram construídas. Propõe, assim, que devemos analisá-la de acordo com o lugar e o tempo, assim como da posição social e cultural na qual foram enunciadas.<sup>5</sup>

Em acordo com Corrêa e Serrano, acreditamos que as paisagens são criadas pelos homens como uma das configurações dominantes da ideia que constrói sobre a natureza, o espaço e sobre si mesmo.<sup>6</sup> Essa configuração envolve a percepção, interpretação, seleção e organização dos elementos vegetais, minerais, geográficos e culturais disponíveis. Mas que, longe de ser apenas uma forma social de esquematizar e organizar o meio, elas também são compostas pela materialidade por meio da qual a própria sociedade e a natureza se organizam. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, diz Schama, as paisagens compõem-se tanto de camadas rochosas quanto de lembranças e histórias.<sup>7</sup> Aos elementos também se misturam as memórias de determinados grupos ou indivíduos, os interesses e os saberes advindos de diversas esferas

---

<sup>4</sup> SERRANO, C. M. T. *A invenção do Itatiaia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1993, p. 45; cf. também CAUQUELIN, A. *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70, 2008.

<sup>5</sup> CORRÊA, D. S. História ambiental e a paisagem. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, v. 2, n. 1, 2012, p. 49, 55 e 67. Ver também DUARTE, R. H. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 2, 2005, p. 154-157; CARVALHO, A. I. de. *Montanhas e Memória: uma identificação cultural no Marumbi*. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2005, p. 71; RONCAGLIO, C. *O Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 39- 40.

<sup>6</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 20; CORREA, D. S. Descrições da paisagem - construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Vária História*, v. 24, n. 39, jan/jun. 2008, p. 137.

<sup>7</sup> SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 16-24.

humanas. Esse processo é dado de forma contínua e insere tanto a própria dinâmica da natureza quanto o despertar do homem para outros conceitos e idealizações de vida. Portanto, tem como resultado as interações entre os sistemas humanos e os sistemas naturais, nas quais a cultura, a cognição e a convenção são os elementos capazes de transformá-las em paisagens.<sup>8</sup>

A partir dessa noção de paisagem é que acreditamos que o Itacolomi foi evocado como um dos pontos de referência<sup>9</sup> e de significação que fazem parte das relações entre as sociedades e a natureza, que articularam valores estéticos, éticos, econômicos, históricos e científicos assim como sentimentos, lembranças e mitos que carregam de significados a natureza.

A hipótese que norteia a dissertação propõe que a paisagem do Pico do Itacolomi foi historicamente construída como repositório de sentidos e memórias e objeto de políticas, práticas sociais e culturais na medida em que novas percepções e valores foram atribuídos às “montanhas de Minas”. Na discussão do tema, partimos do entendimento de que no processo de valoração daquela natureza se inter-relacionaram a ideia de um monumento que compõe o cenário histórico e cultural da região, a ressignificação das formações geomorfológicas e a proteção das riquezas naturais agenciada pelas necessidades humanas.<sup>10</sup>

Serrano e Roncaglio afirmam que as novas variantes de criação e de leitura da paisagem ocorrem, sobretudo, nos períodos de transição ou de rupturas históricas, nos quais as representações do mundo natural entram em questão.<sup>11</sup> Ao longo da nossa pesquisa documental, percebemos como, a partir do final do século XIX, o maciço do Itacolomi passou a ser referenciado na arte, na literatura, na imprensa e nos discursos políticos como símbolo de Ouro Preto e como um dos lugares mais memoráveis para a história da região. Nas palavras de José Palmella, um literato português que viveu alguns meses na cidade, o Itacolomi era o formoso guardião da “Pátria Mineira”, isto é, Ouro Preto, que avançava cheia de recursos para continuar sendo a sede política e administrativa do estado de Minas Gerais.<sup>12</sup> Essa referência foi feita no momento em que o Congresso Constituinte, reunido em 1891, discutia o projeto de mudar a capital de Minas Gerais.

<sup>8</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*; CORREA. *Descrições da paisagem...*; SCHAMA. *Paisagem e Memória...*

<sup>9</sup> Pierre Nora chama de “lugares de memória” o conjunto material, simbólico e funcional dos monumentos como suporte de uma memória histórica e coletiva. Pollak prefere o termo “pontos de referência” para se referir aos sítios e paisagens que inspiram e recordam o passado. Seu interesse não se direciona aos monumentos em si, mas aos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias e no sentido da identidade individual ou de um grupo. NORA, P. Entre memória e história – a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez., 1993, p. 7; POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 10-11.

<sup>10</sup> Cf. NATAL, C. M. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007

<sup>11</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 24; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio natural...*, p. 1.

<sup>12</sup> PALMELLA, J. Ouro Preto e seus progressos atuais. *O Estado de Minas*, Ouro Preto, 19 dez. 1891, p. 2 e 4; 24 dez. 1891, p. 2; 5 jan. 1892, p. 3 e 4.

Uma das principais alegações dos defensores do projeto na Constituinte era que as serras que cercavam a então capital, Ouro Preto, obstavam a que nela se introduzissem certos melhoramentos, para que os habitantes pudessem gozar da “tranquilidade do campo” e ter “as vantagens e comodidades” das grandes cidades.<sup>13</sup> Em tal perspectiva, aquela região não era o local mais apropriado para se desenvolver um grande centro econômico e urbano. Dentro das críticas levantadas, a topografia da Serra do Itacolomi foi a mais referenciada, descrevendo-a como inculta e imprópria ao avanço de uma capital moderna para o estado.

A polêmica sobre a mudança da capital ao longo da década de 1890 gerou dois grupos compostos principalmente por políticos, intelectuais e jornalistas mineiros: os mudancistas, favoráveis à mudança; e os antimudancistas, crentes de que Ouro Preto poderia ser uma grande capital nos moldes modernos. Entre os mudancistas, dividiram-se ainda aqueles que reivindicaram a transferência da capital para uma das cidades existentes no sul de Minas, afirmando ser um antigo sonho dos Inconfidentes; e os que buscavam um centro administrativo adequado aos princípios sanitários e de planejamento urbano para a época, colocando em pauta a construção de uma nova cidade que pudesse se comunicar com todas as regiões do estado.<sup>14</sup>

Diante da persistência do projeto, que adentrou também no Congresso Legislativo Mineiro, os antimudancistas viram a necessidade de propor reformas para tornar Ouro Preto mais bela e moderna aos olhos da jovem República. Afirma Fonseca que naquele delicado momento para a cidade, seus defensores queriam provar sua condição para ser a capital do estado percorrendo dois caminhos: a reforma do espaço urbano e de seus arredores e a valorização histórica.<sup>15</sup> Em suas propostas, procuraram conciliar o ideário europeu de vida urbana e industrial com os interesses agraristas que predominavam no cenário nacional. Discutiram as melhorias necessárias à cidade, a introdução de técnicas produtivas para o desenvolvimento da agricultura e da mineração e a conquista das áreas ainda não produtivas, como os maciços rochosos das partes altas das montanhas. Os discursos valorativos de Ouro Preto trouxeram uma mudança significativa na maneira como aquela sociedade pensava e atuava sobre a serra. Apresentaram práticas culturais que poderiam ser ali desenvolvidas, como a exploração mineral, agrícola e turística. Em contraste com a imagem caótica, improdutivo e feia da Serra do Itacolomi, os antimudancistas procuraram criar uma paisagem pitoresca e romantizada daquelas formações

---

<sup>13</sup> *A Ordem*, Ouro Preto, 6 jun. 1890, p. 1.

<sup>14</sup> REZENDE, M. E. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, Belo Horizonte, set. 1973. *Anais...*, 1974, p. 603.

<sup>15</sup> FONSECA, J. F. M. *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998, p. 37.

naturais. Em especial, do Pico, citando-o como um monumento natural excepcional atrativo e importante para a região.<sup>16</sup>

As ideias e propostas dos antimudancistas para com o Itacolomi, que serão aprofundadas ao longo dos capítulos, faziam parte de um universo cultural que lançou outras formas da sociedade ocidental perceber e se relacionar com o mundo natural desde, pelo menos, o século XVIII. Segundo Keith Thomas, “as reflexões sobre o que era a natureza, sobre as condições de sua existência, as novas formas de utilizar os recursos naturais e o enaltecimento do valor estético” do mundo físico marcou o surgimento de uma “nova postura humana em relação aos animais, às plantas e à montanha”.<sup>17</sup>

Com as revoluções científicas e industriais, a estrutura do pensamento humano foi marcada pelo método científico e a técnica, pela busca de conhecimento e pelas ideologias que trouxeram o homem para o centro das relações com o mundo físico. Por sua vez, as teorias econômicas lançaram as bases para uma nova ciência natural, compartilhando a visão de que a riqueza das nações viria do ato de “desocultar” e controlar a natureza.<sup>18</sup> No pensamento construído sobre as paisagens, predominava a concepção de que os valores estéticos e econômicos dos espaços ocupados, das terras cultivadas e da vida urbana estavam acima das formações naturais não “domesticada”. Artistas e intelectuais destacaram a importância do trabalho produtivo através dos quadros de paisagens. Mas, igualmente, começaram a reproduzir a exuberância da natureza, com outros parâmetros estéticos sobre as formas imensas do mundo natural. Dentre elas, estavam os picos rochosos das altas montanhas, que despertavam sentimentos e desejos nos homens por conhecer e estar naqueles lugares não habitados.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Sobre o pensamento cientificista e economicamente progressista sobre a natureza, cf. PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; RONCAGLIO, C. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 19, jan-jun. 2009, p. 112. A respeito do romantismo na forma de representar a natureza, cf. KURY, L. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. 2, p. 267-291, jul.-out. 1998. Especificamente sobre Minas Gerais, ver CARVALHO, J. M. C. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, A. C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

<sup>17</sup> THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 19.

<sup>18</sup> POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000; LENOBLE, Robert. *História da Ideia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 2002.

<sup>19</sup> A valorização estética da natureza é dada aos seus aspectos formais que são percebidos e representados pela sociedade ao longo dos séculos. No ato de ver e se “pôr no mundo”, o homem compreende, organiza e relaciona-se com o ambiente ao seu redor e do qual faz parte. Nesse movimento, a atitude pode mudar as percepções e o ambiente de acordo com as experiências históricas e culturais, alterando, por conseguinte, o gosto estético por elementos da natureza. Ver PÁDUA, L. C. T. *A geografia de Yi-Fu Tuan: essências e persistências*. Tese (Doutorado em Geografia) - USP, FFLECH, São Paulo, 2013, p. 72-97. Sobre as mudanças de percepção e os valores atribuídos, cf. DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 23-4; RONCAGLIO. *O Emblema do patrimônio natural...*, p. 20, 34-40 e 112-114; DOULA, S. M.; COSTA, M. F. A. Ciência, natureza e crítica ambiental na obra do Barão de Eschwege: o Brasil sob o olhar de um mineralogista do século XIX. *Revista Estudos Avanzados Interactivos*, v. 3, n. 5, 2004, p. 4-5; BITTENCOURT, C. M. F. Meio ambiente e ensino de história. *Revista História e ensino*, v. 9, out. 2003, p. 57.

Da mesma maneira, algumas manifestações culturais e políticas trouxeram a interpretação ética de que a exploração da natureza deveria ser feita com métodos ditos mais modernos.<sup>20</sup> Conforme situaremos o leitor no desenvolvimento da dissertação, uma das formas apresentadas para explorar eticamente a natureza, conservando os recursos naturais e as paisagens valoradas pela exuberância dos seus elementos, seria através da propagação de áreas naturais destinadas à pesquisa científica e à contemplação da natureza. Nesse contexto, algumas cidades e capitais também começaram a ser remodeladas com o objetivo de modernizá-las, cujos projetos envolviam preocupações sanitárias, a disponibilidade de recursos, a necessidade de locomoção das pessoas e produtos, a ampliação dos espaços públicos, o embelezamento e a valorização dos aspectos naturais no espaço urbano e ao redor. Entre os vários itens de reformas para melhoramentos, foram planejados lugares para lazer, descanso e outras atividades associadas aos ambientes vistos como mais naturais, para atender os cidadãos e os turistas. A criação dos primeiros parques urbanos e nacionais era considerada como parte das práticas culturais das sociedades tidas como modernas.<sup>21</sup>

Com essas considerações, escolhemos como marco temporal o período entre a Proclamação da República e a criação do PEIT (1889-1967). A partir das questões mudancistas que efervesceram logo após a instauração do novo regime e da consagração de Ouro Preto na história nacional, percebemos, de forma mais nítida, como o viés político, cientificista e economicamente progressista da sociedade, tendo como aporte o olhar paisagístico e as visões românticas sobre a natureza, marcou profundamente a relação humana com o Pico do Itacolomi. No período delimitado, as abordagens científicas e intelectuais sobre a natureza; os projetos de modernização e civilização, que traziam a ideologia do progresso; o nacionalismo e desenvolvimentismo como projetos políticos; a criação das identidades nacionais e regionais; a natureza valorizada e protegida como patrimônio; e os sentimentos e as memórias são alguns dos aspectos que identificamos estarem interligados na construção da paisagem do Itacolomi.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> PÁDUA. *Um sopro de destruição...*, p. 22-9; CAPANEMA, C. M. *A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013, p. 185.

<sup>21</sup> Para a compreensão dos “tempos modernos”, Marshall Berman divide algumas épocas do período contemporâneo europeu, identificadas como sendo parte da “modernidade” que influenciava outros lugares com seus valores e comportamentos. Carneiro defende que a ideia de separar áreas para reservas naturais, lazer e turismo seria, portanto, uma das práticas culturais específicas dessas sociedades modernas. BERMAN, M. *Na floresta dos símbolos: algumas notas sobre o Modernismo em Nova Iorque*. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moises; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; CARNEIRO, C. F. A. G. *A constituição de patrimônios naturais e o tombamento da Serra do Mar no Paraná*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 12-28.

<sup>22</sup> A modernização é descrita por Habermas como “um conjunto de processos cumulativos de reforço mútuo na área produtiva, na formação de recursos, no estabelecimento do poder centralizado e das identidades nacionais, na expansão da participação política, etc. HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 5.

Dessa forma, em todo o texto que se segue, investigamos as sensibilidades e atitudes para com o Pico e seu entorno na medida em que novas formas de interação das sociedades humanas com natureza foram elaboradas na cultura brasileira. Interessou-nos ao longo da pesquisa estudar como as sociedades no decorrer de um tempo instituíram e significaram o Itacolomi, “como deram respostas diferentes as condições do meio e como dele se apropriaram e modificaram”.<sup>23</sup> Importou-nos, portanto, atentar para os artifícios que definiram aquela rocha como parte da identidade de uma comunidade, para as percepções que a revestiram de atributos estéticos e para as mediações através das quais se deu a “invenção” do Pico como um monumento natural notável e excepcional a ponto de ser considerado digno de proteção.<sup>24</sup>

Para estudar a construção histórica da paisagem do Pico do Itacolomi, começamos a pensá-la pela toponímia, percebendo a leitura das rochas na atribuição do nome e nas visões míticas. Nomear seria a primeira forma de apropriação e transformação de um lugar e um indicador de maneiras para dele desfrutar e construir paisagens. Nesse sentido, a compreensão do nome dado ao Pico nos permite reconhecer na linguagem os mitos e histórias que participam daquela paisagem.<sup>25</sup>

O topônimo Itacolomi<sup>26</sup> teria derivado de uma leitura indígena da formação rochosa, na qual *Ita* em língua tupi significa “pedra” e *colomi* é uma alteração fônica de *kunumín*, que quer dizer “menino”. A composição lexical foi utilizada de diversas formas ao longo do tempo. Algumas interpretações falam do “menino de pedra” ou da “pedra e o menino”, para representar as duas rochas verticais que estão juntas, uma maior e uma menor, destacadas entre as demais pela forma e altitude. Outras mais comuns referem-se a “pedra menina”, baseadas na formação rochosa menor transfigurada no rosto de criança. Essas traduções portuguesas para o tupi fazem alusão à uma antiga lenda contada entre os paulistas, na qual uma índia Cataguás teria fugido com seu filho das Bandeiras preadoras. Ao chegar naquela serra sem ter para onde correr, rogou a Tupã que a escondesse. Foi então transformada na pedra maior e seu filho na pedra menor.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> DUARTE. *Por um pensamento ambiental histórico...*, p. 154.

<sup>24</sup> Considerações e expressões de Serrano sobre o maciço do Itatiaia. SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 4-7.

<sup>25</sup> SERRANO. *A Invenção do Itatiaia...*, p. 69; TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 179-197; CORBIN, A. *L'homme dans le paysage*. Entretien avec Jean Lebrun. Paris: Textuel, 2001, p. 70.

<sup>26</sup> O mesmo nome também foi dado à outras formações rochosas no Brasil, como a Agulha Itacolomi da Serra dos Órgãos, em Magé-RJ, e o Morro Itacolomi, em Gravataí-RS. Até mesmo uma outra elevação na continuidade da Serra do Itacolomi, próxima ao centro urbano de Mariana, recebeu o mesmo nome. Nas descrições cartográficas e relatos produzidos até o início do século XX, essa formação rochosa foi chamada “Itacolomi de Mariana”. Já o ponto mais elevado da Serra, objeto de nosso estudo, foi descrito como “Itacolomi - Pedra Menina”.

<sup>27</sup> O vocábulo *curumi*, como foi adotado pela língua portuguesa no Brasil, recebeu diversas variações ao longo dos séculos: *colomi, colomim, culumi, culumim, curumim*. BUENO, F. S. *Vocabulário: tupi-guarani português*. 6. ed. São Paulo, SP: Brasiliavros, 1998; SAMPAIO, T. *O Tupi na Geographia Nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901; D'ALBUQUERQUE, M. T. As letras F, L e R entre os nomes ameríncolas. *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, v. 46, 1939, p. 39; BARROSO, G. As primeiras jóias feitas no Brasil. *O Cruzeiro*, 12 dez. 1953. In: Museu Histórico Nacional – Biblioteca Gustavo Barroso; Clipping.

É útil esclarecer a existências dessas diferentes interpretações do nome para assinalar que não há um consenso sobre o que especificamente seja o Itacolomi, se a pedra maior, a menor, ou ambas em conjunto. Ao falarmos em “paisagem do Pico do Itacolomi” ou “paisagem do Itacolomi”, citamos a parte essencialmente rochosa superior, com destaque para a pedra maior, que corresponde ao cume da serra, isto é, o pico. Ao falar na Serra do Itacolomi, consideraremos também as outras áreas que a compõem, como os campos de altitude e as florestas.

Além da lenda que procurou explicar o nome e a origem daquelas rochas, outras leituras são feitas na tentativa de representar as formações naturais em figuras conhecidas. O Pico do Itacolomi, por vezes, foi comparado às imagens de “dente”, “sapo”, “dedo”, “esquilo”, etc.<sup>28</sup> As comparações podem ser entendidas como parte do desejo de compreender e explicar os elementos, que desperta a curiosidade e atrai olhares para as formas tidas como pitorescas e diferentes. A compreensão e explicação das rochas envolve a própria ideia de natureza e usos possíveis pela sociedade. Claval diz que não há compreensão possível das formas naturais e da organização de um espaço sem levar em consideração as dinâmicas culturais e sociais que explicam as atenções dedicadas à natureza, a forma de apropriação dos recursos e a formação e preservação das paisagens.<sup>29</sup>

Verificamos que o tema proposto para esta dissertação em relação ao Itacolomi ainda não foi discutido na historiografia ou demais áreas de pesquisa que levam em consideração as relações que as sociedades estabelecem com o meio físico ao longo da história. Se ignorarmos como aquela paisagem foi definida historicamente, carregada de ideias, valores e sentidos, corremos o risco de endossar os discursos criados em torno do Itacolomi como se fossem os únicos possíveis, perdendo a chance de análises críticas e de ampliação do conhecimento a respeito deste objeto.<sup>30</sup>

Este é o caso de alguns estudos no campo da geografia, geologia, ecologia, direito ambiental, gestão do patrimônio e mesmo da história, que tomaram o Pico do Itacolomi como monumento natural e referência histórica e paisagística sem indagar sobre os processos que orientaram a seleção e valoração daquela formação rochosa, reproduzindo as narrativas construídas sobre a descoberta das minas de ouro para explicar sua valorização. Camargos chama

---

<sup>28</sup> Referências feitas em: WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985. 2v.; BUNBURY, C. J. F. *Narrativas de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. LXII, p. 69-72, 1940; SENNA, N. C. de. Resposta... *Boletim da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro*, n. I, v. XXIX, p. 25-52, 1924.

<sup>29</sup> CLAVAL, P. Geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (org). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p.59-97. Ver também as referências para a construção de todo o parágrafo em: BLANC-POMARD, C.; RAISON, J.-P. Paisagem. In: *Enciclopedia Einaudi*. Região, v. 8. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 144; KOZEL, S.; SILVA J. C.; GIL FILHO, S. F. (org.). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. Curitiba: NEER, 2007, p. 156.

<sup>30</sup> Reflexões a partir de: DUARTE, R. H. *História & natureza*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 87.

à reflexão essas narrativas e descrições que tomam os monumentos naturais como algo que sempre foi significativo para uma comunidade, nas suas memórias e identidades e com os mesmos interesses, sentimentos e valores.<sup>31</sup> Um elemento geomorfológico transformado em monumento como este, que compõe uma paisagem vista como excepcional, não pode ser analisado sem questionar que suas identificações foram construídas em determinados contextos no seio de demandas específicas. Se algo é significativo para uma determinada cultura, “supõe-se que exista um sistema de referência e um sujeito que valora”, assim como um campo de negociações, estratégias e disputas em torno das representações da paisagem.<sup>32</sup>

Worster propõe que o historiador deve “ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza” e perscrutar o objeto por amplos campos que permitem entender como a paisagem foi definida ao longo do tempo.<sup>33</sup> Com esse princípio, nosso trabalho buscou uma variedade de fontes produzidas por vozes, lugares, épocas e linguagens diferentes e com suportes diversos. Em virtude, a maior parte dos acervos documentais consultados foi considerada, pois a paisagem do Pico do Itacolomi aqui analisada não foi definida por um sujeito, um grupo específico ou como um projeto organizado e com objetivos definidos. Ela foi processada em vários contextos e ideias, muitas delas contraditórias, cuja variedade de documentação traz informações pertinentes sobre nosso tema e os pressupostos que levantamos.

Desde o início da pesquisa, trabalhamos com documentos originais ou cópias digitais de diversas instituições. O objetivo da pesquisa nesses acervos foi constituir um *corpus* documental satisfatório para nosso tema, fornecendo informações a partir das nossas questões e hipótese. Das fontes pesquisadas, selecionamos algumas obras de literatura, pinturas, fotografias, jornais, atas parlamentares, relatórios científicos, legislações e outras tipologias de fontes que trazem informações sobre o Itacolomi.

No Arquivo Público Mineiro, encontramos imagens, documentos de posses de terras, publicações literárias e outros documentos produzidos ainda no período colonial e imperial, mas que são relevantes para nossa problemática. Destacamos desse acervo as duas imagens fotográficas registradas de um piquenique no Itacolomi, em 1891, que nos foram importantes para a construção temática do primeiro capítulo. No Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, algumas referências e imagens foram pesquisadas sobre o processo de valorização de Ouro Preto e a consagração do Pico como um símbolo para a cidade. As pesquisas na Biblioteca do Instituto Estadual de Florestas (IEF) foram frutíferas, pois o acervo contém a maior parte dos

---

<sup>31</sup> CAMARGOS, R. M. F. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ICHS, Rio de Janeiro, 2006, p. 1-2.

<sup>32</sup> HEEMANN, A. *O corpo que pensa: ensaio sobre o nascimento e a legitimação dos valores*. Univille, 2001 apud RONCAGLIO. *O Emblema do patrimônio natural...*, p. 28.

<sup>33</sup> WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, 1991, p. 210. Também DRUMMOND, J. A. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 11-17.

documentos produzidos sobre a criação do PEIT, com diversos mapas, ofícios, correspondências e um levantamento histórico realizado pelo Terra Consultoria, que catalogou e reproduziu diversas fontes existentes em tantas outras instituições.

Em Ouro Preto, pesquisamos no acervo documental da Prefeitura e da Câmara Municipal sob a guarda do Arquivo Municipal de Ouro Preto. Dentre os documentos que encontramos, estão os contratos de melhoramentos da cidade e um interessante contrato de escavação arqueológica, se assim podemos dizer, firmado na década de 1939 para a localização de um tesouro escondido na serra. No mesmo Arquivo, acessamos o fundo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que dispõe sobre medidas regulatórias e projetos ambientais na região. Na Biblioteca da Escola de Minas, da Universidade Federal de Ouro Preto, consultamos algumas obras raras, revistas e relatórios de expedições e pesquisas científicas no Itacolomi, como o registro da primeira escalada, propriamente dita, à pedra mais alta. Já os Arquivos consultados na cidade de Mariana e os documentos arquivados na sede administrativa do parque não resultaram em fontes específicas para o nosso tema.

Dentre as obras publicadas pela Coleção Brasileira e pela Biblioteca Nacional, interessou-nos as descrições dos viajantes naturalistas e da intelectualidade brasileira sobre a natureza da região mineira, seus estudos sobre os recursos naturais e a forma como representaram a paisagem das serras. Igualmente, lemos as publicações da Coleção Mineiriana e obras Memorialistas, editadas por instituições e fundações de pesquisa, acessíveis nas bibliotecas públicas. Dos documentos oficiais, serão tomadas as constituições, correspondências, relatórios, projetos, decretos, leis e as atas parlamentares relacionadas ao Congresso Mineiro, à Assembleia Legislativa do Estado, às prefeituras de Belo Horizonte e de Ouro Preto e respectivas câmaras municipais. Também os mesmos tipos de documentos produzidos pela União e outros estados, que importam ao nosso tema por discutirem a apropriação dos recursos naturais, a proteção da natureza e, principalmente, a definição de monumentos naturais, conjuntos paisagísticos e áreas de proteção como um patrimônio no Brasil.

No nosso percurso de pesquisa, vasculhamos coleções de periódicos, como revistas, anais, boletins e jornais que compõem o acervo das hemerotecas públicas, da Biblioteca Nacional e de outras instituições de guarda. A maior parte dessas fontes atualmente está *online* para pesquisa. Dentre os Boletins, trazemos em destaque o publicado pelo Museu Nacional, em 1934, por ocasião da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, cuja pauta trouxe a proposta de criação de uma reserva no Itacolomi. Nos jornais, encontramos atas de reuniões, notícias sobre excursões no Itacolomi, discussões entre políticos, técnicos e editores e vários eventos esparsos que levantam discursos em torno da paisagem. Alguns artigos publicados pelo Instituto Histórico

e Geográfico Brasileiro, pelo de Minas Gerais e o de Ouro Preto, pelo Arquivo Público Mineiro, pelo Museu Nacional e pelas sociedades geográficas trazem informações tanto sobre as narrativas construídas em torno do Pico como os estudos desenvolvidos no campo do patrimônio.

Por outra parte, lamentamos a destruição de vários documentos que registravam informações sobre o Itacolomi e que, talvez, poderiam ter dado novos ares para nosso estudo. Em 1974, o historiador Tarquínio José Barboza de Oliveira comprou a Fazenda do Manso para retomar a produção de Chá, que por décadas foi desenvolvida na Serra do Itacolomi. Na sua moradia na fazenda, Tarquínio tinha vários documentos públicos em seu poder, pois intencionava traçar um histórico sobre a fazenda e sobre o Pico do Itacolomi na história mineira. Contudo, um incêndio destruiu parte da sua biblioteca particular onde guardava os documentos. Após seu falecimento, algumas obras, anotações e documentos restantes foram inventariadas e estão sob a guarda do Arquivo Histórico da Casa do Pilar, em Ouro Preto. Acervo que não foi incorporado à nossa pesquisa por não trazer fontes específicas para nosso tema.

A análise de nossas fontes implica no reconhecimento de que estamos “vendo através dos olhos de homens de vários tempos”, acessando “uma concepção, uma ideia, um significado atribuído à paisagem” a partir de um sistema cultural.<sup>34</sup> Para tanto, uma abordagem interdisciplinar se faz necessária para lidar com os dados sobre os sistemas naturais; as configurações sociais, políticas e econômicas; e os imaginários e representações do mundo natural. Utilizaremos um universo teórico, conceitual e instrumental produzido ou discutido pelos estudos histórico-ambientais e culturais, que trazem para o campo historiográfico temas, sujeitos e objetos que por muitos anos foram considerados específicos de outras áreas.

Nosso tema situa-se, portanto, na interface da História Ambiental e Cultural. Justifica-se por estas terem se constituído como um campo historiográfico cada vez mais aberto às conexões com outras linhas de pesquisa e mesmo outras áreas de saber. A História Ambiental traz uma perspectiva multidisciplinar que pensa as relações dos homens, ou, como infere Febvre, das sociedades humanas com a natureza como “indissociáveis das que estabelecem entre si”.<sup>35</sup> Por sua vez, a História Cultural tem permitido o estabelecimento de um novo olhar sobre sujeitos, conceitos e objetos tratados anteriormente pelo viés econômico, social, político e demográfico, trazendo para a esfera da cultura a análise das práticas, discursos, interesses e valores sobre a natureza. A perspectiva da cultura nos ajuda também a pensar as modalidades criadas em relação ao Itacolomi, como a reflexão sobre a ideia de parque. É pela prática cultural que se constrói,

---

<sup>34</sup> DUARTE. *Por um pensamento ambiental histórico...*, p. 155.

<sup>35</sup> DUARTE. *Por um pensamento ambiental histórico...*, p. 145; FEBVRE, L. A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos. 1991. Sobre a referência de Febvre, diz Bloch que essas relações devem ser pensadas sem diminuir o lugar do indivíduo nelas. BLOCH, M.L.B. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, p. 54, nota 4.

divide e procura uma ordem para compreender e controlar o mundo natural.<sup>36</sup> Como afirma Schama, a natureza não “demarca a si mesma, não se nomeia”. Tampouco “venera a si mesma”.<sup>37</sup>

O olhar historiográfico sobre as relações da sociedade com a natureza, ao inseri-las no tempo, tem por especificidade problematizar determinismos e termos comuns que são usados para descrever as paisagens. Em muitas abordagens, o termo paisagem é utilizado para se referir aos espaços transformados ou não pela sociedade, criando categorias como “paisagem social” ou “paisagem cultural” - construída ou transformada pelo homem -, diferente da dita “paisagem natural”, na qual se pressupõe sistemas da natureza intocados pela cultura.<sup>38</sup> Os estudos histórico-ambientais propõem uma visão crítica sobre essas categorias criadas ao colocar que os sistemas humanos e naturais devem ser pensados em seu devir histórico, analisando não apenas “o lugar da natureza na vida humana”, mas “a sociedade na natureza”.<sup>39</sup>

Diz Worster que, de certo modo, as distinções criadas para as paisagens nos lembram que há diferentes forças e que nem sempre elas são humanas, pois há um mundo natural com suas dinâmicas, tempos e existência própria. Essa compreensão nos ajudou no tratamento das descrições feitas do Pico do Itacolomi por diversas vozes e contextos, atentando também para suas ideias de paisagem. Buscamos nas fontes aquilo que diz respeito ao imaginário sobre a região, à caracterização dos lugares, às modalidades de apropriação física e simbólica da natureza, às experiências e às práticas desenvolvidas. Analisamos também as práticas discursivas de acordo com as ideologias envolvidas. Fazem parte desse universo de análise as percepções, valores, leis, mitos e demais formas de significação que se tornaram parte das relações individuais e coletivas com o Itacolomi.<sup>40</sup>

A partir das nossas fontes, identificamos alguns indivíduos que produziram e difundiram padrões de sociabilidade e comportamento em relação ao Itacolomi, levando às estratégias de controle dos recursos naturais, ao enquadramento paisagístico e apropriação das serras em Minas Gerais. Entre eles, selecionamos alguns políticos, historiadores, técnicos, literatos e demais intelectuais que promoveram uma invenção do Itacolomi ao revestirem aquela formação rochosa de importância histórica, paisagística e ambiental. Essa seleção nos levou à compreensão de que a

<sup>36</sup> Sobre as práticas culturais no controle da natureza, ver: DRUMMOND, J.A. Patrimônios natural e cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M. T. *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, (SP): Papirus, 2007. p. 106.

<sup>37</sup> SCHAMA. *Paisagem e Memória...*, p. 16-17.

<sup>38</sup> DUARTE. *Por um pensamento ambiental histórico...*, p. 154; GUIMARAES, M.L.S. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, v.15, n. 2, 2007, p. 30.

<sup>39</sup> DUARTE. *Por um pensamento ambiental histórico...*, p. 154, 156-157.

<sup>40</sup> Cultura que o autor coloca como tanto a atividade mental quanto material. WORSTER. *Para fazer história ambiental...*, p. 201-2; CORREA. *Descrições da paisagem...*, p. 136; DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.177-97, 1991. Ver também PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 90; e MARTINS, M. L. *História e meio ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo: Annablume, 2007.

maioria desses “fazedores de paisagens”<sup>41</sup> ocupavam uma posição-chave na sociedade ouro-pretana ou mineira. Fato que nos leva à noção de elite como uma forma de estudar os diferentes grupos de atores. Foi pelas suas condições de poder, influência, formação profissional e privilégio que o Itacolomi foi reclamado com parte da identidade regional e monumento natural a ser protegido, em acordo com as ideias e práticas culturais consideradas mais modernas e civilizadas em cada época. Analisaremos suas práticas, representações e discursos no estabelecimento de algumas atitudes, crenças, normas, linguagens e imaginários sobre o Itacolomi, que foram compartilhados pela sociedade. Embora suas ideias e ações tenham sido moldadas pelas suas experiências individuais, em lugar e em contextos específicos, o conhecimento sobre o Pico e a forma como o definiram foram concebidos em circulação, intercâmbio e difusão com outros sujeitos e em períodos históricos diferentes. O que nos leva, por várias vezes, às incursões analíticas não-lineares e em perspectivas de outros tempos e lugares além dos delimitados.<sup>42</sup>

Com relação à valoração da paisagem do Itacolomi, estudamos também os discursos em torno da concepção de patrimônio natural e de identidade. O estudo da natureza como patrimônio no nosso trabalho parte das condições históricas nas quais foram moldadas práticas de preservação dos bens e lugares ligados à ideia de propriedade, herança e identidade da nação. A noção da identidade nos é importante para compreendermos a apropriação simbólica do Pico do Itacolomi como um elemento significativo para a cidade de Ouro Preto e, posteriormente, para o estado. As identidades aqui são entendidas como construções culturais e fruto da convergência da história dos indivíduos com o ambiente natural, organizadas em torno de um conjunto específico de códigos, valores e crenças tecido e compartilhado nas relações sociais. Elas são formadas a partir de práticas discursivas e cotidianas, pelas narrativas históricas e geográficas, pelos mitos, pela memória coletiva, pelas relações de poder e interesses, entre outros aspectos que compõem a cultura de um determinado grupo de pessoas. Sua inserção no nosso estudo implica no reconhecimento de seu caráter processual, que envolvem a identificação e seleção dos monumentos e paisagens, a construção de referências culturais e as ações de valorização e gestão dos patrimônios.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> GOUROU, P. Pour une géographie humaine. Paris: Flammarion, 1973, p. 13 apud SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 33.

<sup>42</sup> CORRÊA. *Descrições da paisagem...*, p. 136; \_\_\_\_\_. *História Ambiental e paisagem...*, p. 69; HEINZ, F. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7 e 8; MAFFESOLI, M. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 18-19; BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand, 1999; CHARTIER, R. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

<sup>43</sup> CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994; RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991; FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; FAPESP, Campinas: Nepam, 2009; CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 79. HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

Sabemos que, mesmo com um número significativo e diverso de documentos e sujeitos, não é possível abarcar a totalidade dos eventos, personagens e dados sobre o objeto. A própria documentação limita o que pode ser dito sobre o passado, sobre a “história dos ausentes” e a respeito daquilo que nos chega pelas fontes que são lacunares, fragmentadas ou excessivamente eloquentes. Logo, elas não podem ser tomadas como neutras, mas como frutos de técnicas, estilos e linguagens próprias de cada produção.<sup>44</sup>

Os relatos de viagens, literatura e artigos de jornais e revistas, por exemplo, trazem discursos e descrições materiais e ao mesmo tempo românticas da natureza, descrevendo os recursos a serem utilizados pelo homem, criticando algumas intervenções e marcas deixadas na natureza e compondo quadros contemplativos dos panoramas. Sobre as produções artísticas, fotográficas e cartográficas que registram o Pico do Itacolomi, levamos em consideração a forma como os elementos foram organizados, pois elas trazem as representações da natureza “de acordo com os códigos culturais” e técnicos de seus autores. Especialmente sobre as fotografias, elas foram analisadas como mensagens que fortalecem a crença na capacidade humana de conquistar e organizar a natureza ao representar as paisagens. Borges coloca que, “longe de ser um documento neutro”, a fotografia informa sobre a cultura material de uma determinada sociedade em um período histórico; ajuda a edificar memórias coletivas, criar sentimentos de pertencimento entre grupos; e constitui uma forma simbólica de atribuir sentidos às práticas, representações e imaginários sociais, documentando a vida em sociedade com sistemas de significação e técnicas que conduzem o olhar do observador.<sup>45</sup>

Dado o exposto, dividimos o trabalho em três capítulos nos quais desenvolvemos nossa produção historiográfica. Procuramos aqui sintetizar as questões centrais abordadas em cada um dos capítulos, a fim de melhor orientar o leitor destas páginas.

No primeiro capítulo, abordamos como se delineou uma nova apreciação da formação rochosa e escarpada do Itacolomi, o interesse por subir e ocupar as partes altas da serra e as atividades que se desenvolveram naquele ambiente, destinando-o para lazer, exploração econômica, pesquisas científicas e contemplação da natureza. Partimos do contexto político em torno da mudança da capital de Minas Gerais para discutir como a região de Ouro Preto e as serras eram representadas. Utilizamos algumas Atas e notícias na imprensa sobre debates políticos em torno do lugar, os registros de viagens e de excursões à Serra do Itacolomi, as

---

<sup>44</sup> REIS, J. C. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 6, dez. 2011; WHITE, H. Interpretação na história - O texto como artefato literário. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001; CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006; RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Papyrus, 1994; ARENDT, H. Verdade e história. In: *Entre o passado e o futuro*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992; CARVALHO, A. I. de; LAVERDI, R. A dimensão ambiental do conhecimento histórico: entrevista com José Augusto Pádua. *Revista de História Regional*, v.19, n. 2, p. 457-484, 2014.

<sup>45</sup> BORGES, M. E. L. *História & fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 59-73, 80 e 109.

construções poéticas, artísticas e literárias que falavam da topografia, da vegetação e dos picos rochosos e demais documentos que nos deixaram traços e pistas para acessarmos um imaginário social, os discursos e interesses específicos para com o Itacolomi. Tal abordagem está ligada ao nosso entendimento de que no processo de construção histórica da paisagem do Pico do Itacolomi estiveram presente os conhecimentos científicos sobre a natureza, questões políticas e econômicas regionalistas; o ideário de civilização e progresso para pensar a cidade e as serras; e a ressignificação dos aspectos naturais, compondo novas formas de perceber, relacionar e valorar aquela formação geomorfológica.

No segundo capítulo, discutimos a construção identitária em torno do Pico do Itacolomi como monumento natural significativo para os mineiros. Tal abordagem foi feita através das conexões históricas entre a representação e valorização das montanhas e os projetos políticos e intelectuais que articularam memórias e identidades para Minas Gerais. Historiadores, geógrafos, jornalistas, políticos, artistas e profissionais das instituições patrimoniais, “com os olhos na natureza procurando os laços que uniam homem ao ambiente”, transformaram o Itacolomi numa parte significativa da relação dos mineiros com as montanhas.<sup>46</sup> Foi na construção da ideia de uma “paisagem mineira” e da valorização de Ouro Preto, no final do século XIX e, principalmente, na primeira metade do século XX, que o Itacolomi foi transformado num símbolo para a cidade. Trouxemos para o centro da análise três principais temas que evocaram a sua paisagem<sup>47</sup>: a colocação de uma tradicional supremacia mineira na economia nacional através da mineração; as narrativas sobre personagens e eventos da história regional; e a montanhas como símbolo da natureza de Minas.

Especificamente, a valorização do Itacolomi em torno da exaltação de Ouro Preto foi dada também dentro das propostas de reservar algumas áreas consideradas em estado puro, bem como de proteger alguns monumentos naturais e conjuntos paisagísticos. No terceiro capítulo, apresentamos como o Itacolomi e seu entorno foi definido como um patrimônio natural. Assim como proposto por Carneiro, entendemos a ideia de patrimônio natural como uma das formas com as quais as sociedades expressam a apropriação que fazem da natureza. Pensar historicamente as relações entre sociedades e natureza nos ajuda a ter uma postura mais crítica diante dos lugares e elementos que são valorizados e protegidos, sem esquecer que a concepção de “proteger” a natureza também é uma construção.<sup>48</sup> Dessa forma, os parques, estações e

---

<sup>46</sup> LOPES, R. A natureza e os monumentos culturais. *Revista da SPHAN*, n. 1, 1937, p. 77-6.

<sup>47</sup> De acordo com Angélica Schwanz, as paisagens são tomadas para evocar a memória e se constituem como base na construção das identidades. SCHWANZ, A. K. Interpretações literárias sobre a relação paisagem e identidade na formação do gaúcho: uma análise da obra de João Simões Lopes Neto. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25º, 2009, Fortaleza. *Anais...*, Fortaleza: ANPUH, 2009.

<sup>48</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 1-2, 12-3 e 21. Cf. Também CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 1-2.

reservas foram tratados ao longo do capítulo como um ambiente moldado pelo homem e para o homem, historicamente socializado, pois “a obra de uma sociedade que remodela o solo em que vive conforme suas necessidades é um fato eminentemente ‘histórico’”, diz Bloch.<sup>49</sup> Analisamos como as propostas apresentadas para se criar uma reserva natural na Serra do Itacolomi deram-se em função dos seus aspectos culturais e em benefício das necessidades humanas. Nesse processo, alguns elementos e porções da natureza foram identificadas como de interesse coletivo, destacados e colocados sob a guarda do Estado. Inserimos na discussão do capítulo, assim, como a constituição de parques no Brasil procurou reunir os aspectos naturais que remetiam à um conteúdo ou por possuir atributos estético-científicos específicos.<sup>50</sup> Discorremos sobre três aspectos que foram destacados para formar os parques, incluindo o PEIT: a composição florística - especialmente as relacionadas à Mata Atlântica -, a excepcionalidade dos altos picos na conformação das identidades regionais e limites territoriais e a criação de áreas naturais para “lazer e benefício” da população.

Em suma, nosso “espetáculo da investigação”<sup>51</sup>, como uma difícil tarefa de tentar resgatar o que se expressava ou pensava a respeito do Itacolomi, procuramos captar as intencionalidades e visões ao cruzar imagens, apontar contrastes, justapor personagens e eventos através das práticas, discursos e representações que construíram, no decorrer do tempo, a paisagem do Pico do Itacolomi.<sup>52</sup> Sabemos que ao selecionar, tratar e narrar, estamos também construindo novos olhares sobre o Itacolomi a partir de questionamentos específicos, ângulo de visão analítica e lugar de prática profissional. De certa forma, isso implica algumas desconstruções que, esperamos, se apresentem para nossos leitores e para outros pesquisadores do Itacolomi ao refletirem sobre seu objeto de estudo. Procuramos trazer, assim, algumas reflexões sobre a paisagem do Pico do Itacolomi como parte de uma relação que envolve “a percepção que os seres humanos têm do seu meio ambiente”, os sentimentos que são associados aos lugares e os valores que neles depositam.<sup>53</sup> Por fim, o texto a seguir procura contribuir para o trabalho historiográfico ao ampliar o campo de abordagens possíveis sobre a temática da paisagem e dos patrimônios naturais.

---

<sup>49</sup> Citado por Le Goff no “Prólogo” de BLOCH, M.L.B. *Introdução à história*, Lisboa: Europa-América, 1965, p. 27.

<sup>50</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 21, 128-9.

<sup>51</sup> BLOCH. *Introdução à História...*, p. 65.

<sup>52</sup> GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981; PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995, p. 2817. Também GUIMARÃES. *Vendo o passado...*, p. 30.

<sup>53</sup> TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, 1980. Para W. D. Sahr, a percepção baseia-se na capacidade de captar e apreender o mundo através de formas simbólicas. SAHR, W. D. Signos e espaço mundos - a semiótica da espacialização na Geografia Cultural. In: KOZEL; SILVA; GIL FILHO. *Da percepção e cognição à representação...*, p. 57.

## 1 MODOS DE VER E ESTAR NA SERRA DO ITACOLOMI

Na madrugada do dia 12 de julho de 1891, domingo, o fotógrafo Valério Vieira reuniu seu maquinário para realizar um trabalho fora do seu estúdio em Ouro Preto, o Fotografia União. Sua especialidade era produzir retratos individuais, compondo cenários ambientados e disponibilizando vestuários para seus clientes. Naquela época, os elementos químicos usados nas imagens e as condições de luz, temperatura, topografia e altitude exigiam uma atenção do fotógrafo para o lugar onde o seu cliente ou a cena seria registrada. O estúdio ou outro ambiente fechado era o lugar ideal para retratar o rosto dos clientes. Já as cenas em espaços urbanos demandavam um panorama aberto, um lugar de fácil acesso para transportar todos os materiais necessários e um apoio relativamente plano para o pedestal da máquina. Ele estava acostumado à essas situações, mas, naquele domingo, trabalharia em um lugar atípico. Valério Vieira se reuniu com um grupo de pessoas rumo ao alto da Serra do Itacolomi.<sup>1</sup>

O caminho que subia a Serra em direção ao Pico tinha muitos trechos estreitos e pedregosos. Transportar os equipamentos fotográficos era perigoso e exigia muito cuidado, principalmente quando a trilha não permitia montaria a cavalo. Qualquer queda ou movimento brusco poderia danificar seus instrumentos de trabalho. A altitude também poderia prejudicar os elementos químicos e acessórios do maquinário. Mesmo com os trechos pouco iluminados pela luz do sol, ainda raiando, em condições climáticas e topográficas não tão favoráveis, Vieira acompanhou aquele grupo para registrar o evento do dia: um piquenique.

Na tarde do sábado, véspera do piquenique, alguns dos organizadores do evento foram para o local providenciar o necessário e ali pernoveram em uma barraca. Ao iniciar os “lampejos da madrugada”, a Banda do 31, primeira banda musical a subir no Itacolomi, tocou o hino nacional seguido de tiros para despertar “os ecos da cordilheira” e sinalizar o início da festa. Às seis horas da manhã, os convidados começaram a chegar e, às onze horas, foi servido o almoço numa esplanada da serra. A cozinha foi servida com “tudo quanto se poderia apetecer” e, após a refeição, lavrou-se uma ata de registro do evento. A ata foi assinada por todos os presentes, encerrada num vidro e guardada em uma gruta próxima.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Valério Octaviano Rodrigues Vieira (1862-1941), nascido em Angra dos Reis-RJ, morou em Ouro Preto entre 1889-1894. Ao mudar para São Paulo, tornou-se famoso pelas suas técnicas e inovações na fotografia. Foi considerado precursor do estilo “formatura”, que, em preto e branco, imortalizava as imagens de jovens bacharéis de Faculdade de Direito, em São Paulo. Um estudo sobre Vieira foi feito por: BALADY, S. U. *Valério Vieira: um dos pioneiros da experimentação fotográfica no Brasil*. 2012. 197f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

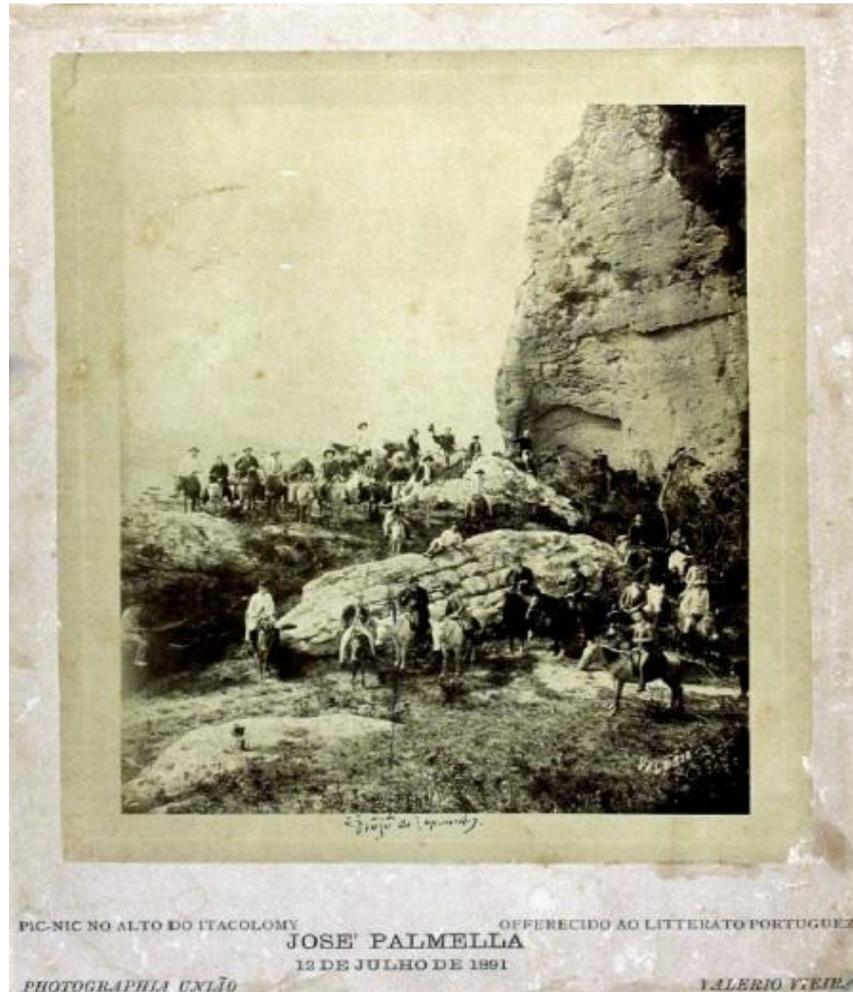
<sup>2</sup> *O Jornal de Minas*, Ouro Preto, 14 jul. 1891, p. 1; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1891, p. 2. A ata foi anexada ao registro de outra festa, realizada no dia 22 de junho do ano anterior, oferecida por Avelino Fernandes, um dos organizadores daquele piquenique.



**Figura 2** - Pessoas em pic-nic no alto do Itacolomi em Ouro Preto (MG). 12 jul. 1891. Valério Vieira. Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Coleção Municípios Mineiros, MM-190(03).

Ao meio-dia, os excursionistas ascenderam a serra até o Pico do Itacolomi, local onde Valério Vieira produziu várias fotografias de Mariana, Passagem, Ouro Preto e Lavras Novas. Um dos jornalistas que acompanhou o grupo, do *Jornal de Minas*, relatou ser aquela a primeira máquina que funcionou no alto do famoso monte. Continua a notícia dizendo que, no local chamado Sítio do Imperador, o fotógrafo aproveitou para registrar todos os convidados a cavalo [Fig. 3], sendo-lhe atribuídas as palavras de “ser inexprimível o fundo do quadro olhando para o nascente”. Um de seus registros fotográficos teria sido entregue posteriormente a Palmella, para que ele pudesse “levar, entre as suas mais graciosas recordações, a lembrança desta manifestação”. Às quatro da tarde, o grupo desceu para a esplanada, onde foi servido um jantar sob uma vasta barraca. Após Palmella ter subido num rochedo para proferir várias poesias e peças literárias, ele levantou brindes em agradecimento pelo que chamou de “alegre convívio, como jamais houve”. Às cinco e meia da tarde, o grupo retornou para a cidade.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Citações de: *O Jornal de Minas*, Ouro Preto, 14 jul. 1891, p. 1. Mais sobre o passeio em: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1891, p. 2.



**Figura 3** – Pessoas em pic-nic no alto do Itacolomi em Ouro Preto (MG). 12 jul. 1891. Valério Vieira. Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, MG, Brasil. Coleção Municípios Mineiros, MM-190(02).

Nas duas imagens apresentadas, a legenda dos cartões-moldura conta que o piquenique foi organizado para homenagear Palmella. *O Jornal de Minas* também noticiou que a “grande festa campestre” homenageava aquele “hóspede ilustre” da cidade de Ouro Preto, à qual ele se unira “pela poesia das [...] tradições e pelos comparáveis panoramas destas montanhas”.<sup>4</sup> O ápice de tal homenagem e do cronograma da festa deu-se aos pés do Pico do Itacolomi, apresentando-o como um lugar de sociabilidade e de lazer por aquele grupo.

Vemos anotado nos cartões, à caneta, e na lista de convidados do passeio a identificação de Diogo Luiz de Vasconcellos (1843-1927), advogado, historiador e deputado por diversas legislaturas. Nas duas imagens, ele está posicionado no centro do grupo, em primeiro plano. Nascido em uma tradicional família de políticos mineiros, Vasconcellos era

<sup>4</sup> Como anfitriões, constam os nomes de Avelino Fernandes e Carvalho Brandão. Para ler a lista de participantes e as citações extraídas, cf. *O Jornal de Minas*, 14 jul. 1891, p. 1.

membro do Partido Conservador Mineiro. Dentre todos os participantes, ele era a personalidade mais conhecida no cenário político daqueles dias.

De acordo com Borges, embora a fotografia documente um real acontecido, o fotógrafo é quem “define o que merece ser registrado”, quais personagens e quais ações serão captadas e destacadas. Quem produz as imagens traz consigo o “recurso da autoridade”, o “reconhecimento no círculo do poder” como alguém que possui técnicas e sensibilidade para captar temas e motivos que encantam “o olhar do observador”. Nos registros daquele piquenique, a encenação criada pelo fotógrafo ao escolher o lugar e o ângulo pelo qual captou a imagem dos presentes integrava todo “um sistema simbólico pautado por códigos” que criavam novas formas de “olhar os acontecimentos sociais”.<sup>5</sup>

Quando abriu seu estúdio em Ouro Preto, Vieira começou a estreitar seus laços com a sociedade local e participou de vários eventos dos grupos mais elitizados, o que aumentou seu prestígio e clientela. Atuante na vida social, o fotógrafo se aproximou das autoridades políticas e militares e dos membros da imprensa local, que se tornaram seus clientes. Vieira documentou fatos importantes para a cidade, como a posse de José Cesário de Faria Alvim, nomeado presidente do estado de Minas Gerais no dia 18 de junho de 1891.<sup>6</sup> A fotografia começava a “adentrar na imprensa e nas revistas ilustradas para dar ares de autenticidade” aos fatos e personalidades, bem como “atribuir significados às representações e imaginários sociais de um determinado período histórico e de uma determinada cultura”, ainda de acordo com Borges. Ela se destacava também como figura para dotar de singularidade e valor certos eventos sociais ao documentar a presença de personalidades conhecidas de um público mais amplo. Forma mais inovadora “de ver e dar a ver o mundo”, a fotografia igualmente validava “novas práticas da vida em sociedade”.<sup>7</sup> O que conferiu um ar de modernidade e elegância àquele piquenique, clímax da ascensão até o cume da serra.

Além das duas imagens anteriores, outro registro que nos auxilia a compreender o evento, que é o relato feito pelo próprio Palmella. No mês de dezembro daquele mesmo ano, o jornal *O Estado de Minas Gerais* começou a publicar algumas cartas de Palmella na seção Literatura, como se endereçadas a um amigo do literato chamado apenas de Henrique. No início da primeira carta, o autor explica que o amigo pediu informações sobre o desenvolvimento material e intelectual da cidade e que daria algumas notícias, guardando muitas coisas para as *Memórias Históricas* sobre Ouro Preto, uma obra que pretendia

---

<sup>5</sup> BORGES. *História & fotografia...*, p. 30, 83-4.

<sup>6</sup> BALADY. *Valério Vieira: um dos pioneiros...*, p. 44 e 73. O registro fotográfico da posse de Cesário Alvim encontra-se no acervo do Arquivo Público Mineiro, na Coleção Nelson Coelho de Senna: NCS-194, 18/06/1891.

<sup>7</sup> BORGES. *História & fotografia...*, p. 67-73.

publicar. Na última carta que consta no jornal, divulgada somente em fevereiro do ano seguinte, o autor narrou alguns fatos sobre o que chamou de “imortal passeio ao cume do Itacolomy” e revelou que já havia feito uma primeira ascensão no dia 23 de abril.<sup>8</sup>

Palmella relata ter observado a vista que se alongava “para todos os pontos do horizonte, avistando-se e descortinando o que há de mais singular e encantador”. Essa descrição do passeio foi feita na parte em que contava ao amigo sobre a importância de atrair visitantes para admirar o “majestoso e poético Itacolomy”. Segundo o autor, era preciso incentivar passeios e outros piqueniques não só para os habitantes da capital, mas igualmente para aqueles de outras partes do país e do estrangeiro. Isso porque, para ele, os passeios naquelas alturas proporcionavam oportunidade para “o espírito alar-se em delicioso devaneio, através dos magníficos panoramas que a natureza oferece aos olhos do contemplador”.<sup>9</sup>

Até meados do século XIX, as excursões às altas serras no Brasil eram pouco praticadas e apenas algumas pessoas, consideradas aventureiras e corajosas, percorriam os terrenos íngremes daquela serra. De mesmo modo, os piqueniques eram comumente associados aos ambientes campestres de terrenos amenos, parte dos hábitos de pessoas que buscavam o campo para momentos de descanso e lazer.<sup>10</sup> Tendo em consideração as dificuldades da ascensão até o Pico e a prática pouco comum de realizar passeios recreativos ali<sup>11</sup>, chamou-nos a atenção aquele tão festivo piquenique, com a presença de figuras militares, intelectuais e políticas importantes da época e o seu registro por lentes famosas.

Ao tomar as imagens, os relatos e os discursos produzidos sobre o piquenique, percebemos uma estreita relação com o momento político da “questão mudancista”. As referências feitas a serra ligam-se à maneira como a região mineradora era comumente caracterizada, aos interesses e valores para com as montanhas e às visões sobre as formações rochosas do Itacolomi. Pontos que podem ser analisados nos discursos daqueles que criticavam a topográfica e a economia de Ouro Preto e no daqueles que partiam em sua defesa, no momento em que as sessões parlamentares debatiam a mudança da capital mineira. Um dos organizadores do passeio, Avelino Fernandes, foi chamado de um dos “grandes amigos de Minas, e principalmente de Ouro Preto, entusiasta admirador das suas belezas e glórias”.<sup>12</sup> Palmella era um dos mais atuantes defensores de Ouro Preto na imprensa e nos eventos públicos. Vasconcellos figurava como o porta-voz dos antimudancistas entre os

---

<sup>8</sup> PALMELLA, J. Ouro Preto e seus progressos actuais. *O Estado de Minas Geraes*, Ouro Preto, 19 dez. 1891, p. 4; 29 dez. 1891, p. 2; 05 jan. 1892, p. 3 e 4; e 6 fev. 1892, p. 4.

<sup>9</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, 6 fev. 1892, p. 4.

<sup>10</sup> WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>11</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 20 mar. 1884, p. 2.

<sup>12</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, 6 fev. 1892, p. 4.

políticos. Para os organizadores do evento e para o homenageado, a realização daquele evento festivo e sua divulgação na imprensa seria uma oportunidade para sensibilizar os leitores de várias localidades e o então presidente do estado recém-empossado, Cesário Alvim, para a importância das características naturais e as potencialidades da região. De outra parte, os registros fotográficos e jornalísticos do piquenique procuraram também representar uma sociedade local em sintonia com os hábitos recreativos e saudáveis dos europeus, que realizavam passeios pelo campo e pelas montanhas, em ambientes considerados mais arejados e salubres fora das cidades.<sup>13</sup>

A partir dessas considerações, discorremos neste primeiro capítulo sobre como os dois grupos disputaram as representações da cidade e das serras enquanto se discutia a mudança da capital. Em seguida, abordamos a incorporação da natureza serrana ao gosto estético e às visões paisagísticas do período. Por último, apresentamos os primeiros registros de ascensão ao cume da Serra do Itacolomi e como tal prática contribuiu para ampliar as pesquisas e valorizar os momentos de lazer naquele ambiente.

### 1.1 – DISPUTAS PELA PAISAGEM DA CAPITAL MINEIRA

Com a República recém-proclamada no Brasil, em 1889, os republicanos procuraram alterar uma série de instituições e serviços públicos. Numa edição do jornal *Gazeta de Pitanguy*, algumas medidas foram vistas com necessárias para desligar o novo sistema político do Império, como a renomeação de vários lugares. Ainda segundo a *Gazeta*, junto àquela “faina reformista”, instalou-se um verdadeiro “frenesi demolidor” pronto a atingir tudo que desagradasse os republicanos, incluindo a capital do estado de Minas Gerais.<sup>14</sup>

Em 1890, grupos republicanos de Juiz de Fora ressuscitaram antigos projetos de mudança da capital mineira para uma parte mais ao sul do estado. Por meio de seu principal órgão jornalístico, *O Pharol*, os juiz-foranos iniciaram sua campanha para sediar a nova capital e publicaram artigos de apoio vindos de outras cidades da Zona da Mata. As alegações principais diziam ser aquela a região econômica mais desenvolvida de Minas Gerais, com todas as condições necessárias para que a capital pudesse viver nos moldes do progresso e da civilização desejados para a República.<sup>15</sup> Os mudancistas apontavam como motivos contrários à Ouro Preto o fato dela “não se prestar ao cultivo, a insalubridade do clima, o acanhamento

---

<sup>13</sup> Sobre hábitos recreativos nas montanhas, cf. DRUMMOND, J. A. *Devastação e preservação ambiental...*, p. 189.

<sup>14</sup> A Mudança da Capital – da *Gazeta de Pitanguy*. *A Ordem*, Ouro Preto, 6 jun. 1891, p. 1.

<sup>15</sup> Sobre as disputas entre Juiz de Fora e Ouro Preto, ver: VISCARDI, C.M.R. A capital controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: APM/Roxia, Ano XLIII, n. 2. Jul.-Dez. 2007, p. 31.

do lugar e gastar muitos recursos do Estado”.<sup>16</sup> Isto porque ela estava entre montanhas bem íngremes que, para eles, obstava a que nela se introduzisse certos melhoramentos para que os habitantes pudessem “gozar da tranquilidade burguesa do campo e ter, ao mesmo tempo, todas as vantagens e comodidades das grandes cidades”.<sup>17</sup>

Em oposição aos juiz-foranos, os periódicos ouro-pretanos, *Jornal de Minas* e *A Ordem*, iniciaram campanhas contra a mudança da capital. Este último jornal, cujo redator era José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900), historiador e político, acusou as pretensões dos juiz-foranos como “maliciosas para a Pátria Mineira” e conclamou os mineiros a ouvirem a voz que vinha do berço de sua pátria, do Itacolomi:

Firme e quedo sobre o cume d’esta serra,  
Vou saudar-vos, ilustrados Brasileiros:  
[...] Alertai-vos, meus mineiros, alertai-vos!  
Não deixeis elevar-vos na ilusão!  
Combatei a essa classe aventureira,  
Que só trata de maldade e d’ambição!  
[...] Tremei, povos da raça emboabana,  
Aos échos d’este vosso Itacolomy.<sup>18</sup>

Os debates jornalísticos acabaram ganhando as ruas e vários *meetings* foram organizados em ambas as cidades, com discursos públicos, abaixo-assinados e mesmo ameaças de conflito armado.<sup>19</sup>

As anteriores intenções de mudança estiveram atreladas às discussões sobre a divisão provincial e a incapacidade do poder central de administrar o vasto território. A distância e as diferenças entre as regiões eram apontadas como resultados da separação imposta “por grandes cordilheiras e por matas”, que dividiam e impediam a comunicação. Na Assembleia, alguns deputados disseram que as partes mais ao sul deveriam compor uma nova província, beneficiando-se da proximidade com o Rio de Janeiro. Em outra discussão, foi proposto levar a capital para o vale do Rio das Velhas<sup>20</sup>, tido como fértil e ponto ideal para unir as regiões de Minas. Na medida em que os vários projetos de mudança surgiam e eram discutidos, a população ouro-pretana reagia às críticas de que sua cidade não atendia à todas as regiões como capital e não era adequada para o desenvolvimento econômico.<sup>21</sup>

<sup>16</sup> Comunicado: Mudança da Capital. *A Ordem*, 11 jul. 1891, p. 3.

<sup>17</sup> E.L. Mudança da Capital – Extraído do Jornal de Minas. *A Ordem*, 6 jun. 1890, p. 1.

<sup>18</sup> CHAGAS, L. Os Échos do Itacolomy. Lamim, 18 dez. 1890. *A Ordem*, 31 dez. 1890, p. 3.

<sup>19</sup> VISCARDI. *A capital controversa...*, p. 31.

<sup>20</sup> As referências à fertilidade do vale vinham desde o século XVIII. Cf. PRIMEIROS descobridores das minas de ouro na Capitania de Minas Geraes. *Revista do APM*, Belo Horizonte, v. 4, 1899, p. 84.

<sup>21</sup> FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 12-15; SILVA, R. M. A Caducidade das Disposições Transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). *Revista Almanack*, n. 5, maio-2013, p. 73-4; CASTRO, P.M.G. *Minas do Sul: visão corográfica e política regional no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012, p. 150-152.

A insatisfação com as propostas repercutiu na imprensa, como no jornal *O Constitucional*. Em um de seus artigos, dizia-se não ser viável depositar todas as esperanças em “viver pela produção do solo”, pois se vivia também “pela indústria, que deve ser promovida pelo governo”.<sup>22</sup> Em outro, é questionado: “será causa achar-se a capital assentada nas imediações do Itacolomy? [...] Existem causas mais graves para o atraso da Província [...] e a mais dispendiosa seria mudar a capital”.<sup>23</sup> Os artigos apontaram que era preciso dividir a província ou, caso não houvesse divisão, a necessidade da mudança surgiria como demanda das duas linhas férreas e da navegação do Rio Doce, projetos ainda não executados.<sup>24</sup> As tentativas mudancistas até então foram barradas pelos presidentes da província com apoio do governo Imperial, alegando precariedade dos cofres públicos para financiar uma nova capital.

Os apoiadores da mudança continuaram chamando atenção para o que descreveram como aspecto melancólico e decadente da província, tendo Ouro Preto como a representação mais nítida da condição que denunciavam. Para eles, era a “pouca riqueza do município, o limitado comércio, as montanhas altíssimas que a cercam, a pouca uberdade e a fealdade do lugar” que a tornavam “insípida e monótona”.<sup>25</sup>

Já os antimudancistas diziam que o estado se via enfraquecido não pela condição da sua capital, mas por esta estar à margem dos favores gerais e benefícios dos governos. Para eles, não faltava uma capital digna para o estado. Tampouco “faltava dinheiro, nem recursos”. Diziam que Ouro Preto estava era malcuidada “pelo desleixo” e “falta de investimento”. Quanto à cidade, ela era uma “reliquia preciosa na história do Brasil” e querer aniquilá-la era um ato “de indiferença e de desprezo pelas suas gloriosas tradições”.<sup>26</sup>

### **A problemática da localização e da topografia**

Desde as primeiras descrições de Ouro Preto, ainda no início do século XVIII, sua topografia e localização foram objetos de crítica. As narrativas sobre a fundação das povoações na região mineradora apontaram a atividade de exploração do ouro como determinante na conformação da cidade. A percepção comum era a de que capital estava muito mal situada, “enterrada entre duas altas serras fronteiras uma da outra, de altos

<sup>22</sup> Mudança da Capital. *Constitucional*, Ouro Preto, 16 nov. 1867, p. 3.

<sup>23</sup> Mudança da Capital. *Constitucional*, Ouro Preto, 28 dez. 1867, p. 3.

<sup>24</sup> Assembléa Provincial. *Constitucional*, Ouro Preto, 18 jan. 1868, p. 1; Mudança da Capital. *Constitucional*, Ouro Preto, 16 nov. 1867, p. 3.

<sup>25</sup> Mudança da Capital. *Constitucional*, 16 nov. 1867, p. 3.

<sup>26</sup> Mudança da Capital. *Constitucional*, 16 nov. 1867, p. 3; De Itabira. *A Ordem*, 22 nov. 1890, p. 3 e 4;

declívios sem oferecerem encosta favorável de maneira que não houve remédio senão seguir com a construção das casas ao longo do pequeno ribeiro”.<sup>27</sup>

Nas palavras do português Francisco de Brito, que viajou do Rio de Janeiro até Vila Rica, em 1730, aquelas serras como fronteiras faziam com que faltasse “tudo o que dependia da agricultura e os mantimentos principais vinham das regiões dos ditos campos”.<sup>28</sup>

Para o comerciante inglês John Luccock, que passou por ali entre 1817 e 1818, a cidade parecia sedutora à primeira vista, mas de perto era “um dos lugares mais estranhamente situados no mundo todo e somente mesmo o poderoso amor do ouro poderia ter dado origem a uma cidade grande em tal posição”.<sup>29</sup>

Na mesma linha de observação, entre 1820 e 1821, o botânico e geólogo austríaco Johann Emnauel Pohl disse que aquela cidade edificada na parte mais baixa das serras sem árvores oferece um quadro tristonho pelos seus morros calvos que estreitam o sinuoso ribeirão do Ouro Preto.<sup>30</sup>

Por sua vez, o médico e pastor inglês Robert Walsh, na visita entre 1828 e 1829, descreveu as montanhas como áridas e pedregosas, com encostas mutiladas que davam um aspecto feio e desagradável para a cidade. Nesse ponto, o viajante convida o leitor a um exercício de imaginação da paisagem:

Tente você imaginar-se postado no fundo da cratera, com o horizonte a sua volta limitado por altas serras de cumes acidentados, um deles consideravelmente mais elevado do que o resto e terminando numa fantástica protuberância que lhe dá vagamente uma forma humana, sendo por essa razão chamado pelos indígenas de **Ita Columi** – criança de pedra; imagine ainda as encostas das montanhas ao redor descendo das alturas para formarem um vasto círculo no centro do qual há uma funda cavidade semelhante a cratera de um vulcão; imagine, finalmente, uma série de elevações rochosas com grupos de casas caiadas de branco plantadas no seu topo, em cada ressalto das rochas, a contemplarem a cratera lá embaixo – e assim você poderá ter uma ideia da aparência atual dessa singular cidade.<sup>31</sup>

As construções narrativas desses viajantes trazem descrições que podem ser visualizada também nos desenhos de Thomas Ender e Johann Rugendas, feitos por volta de 1821 e 1824, respectivamente [Figs. 4 e 5].<sup>32</sup>

<sup>27</sup> COUTO, J. V. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano IO, fasc. 1, 1905, p. 76.

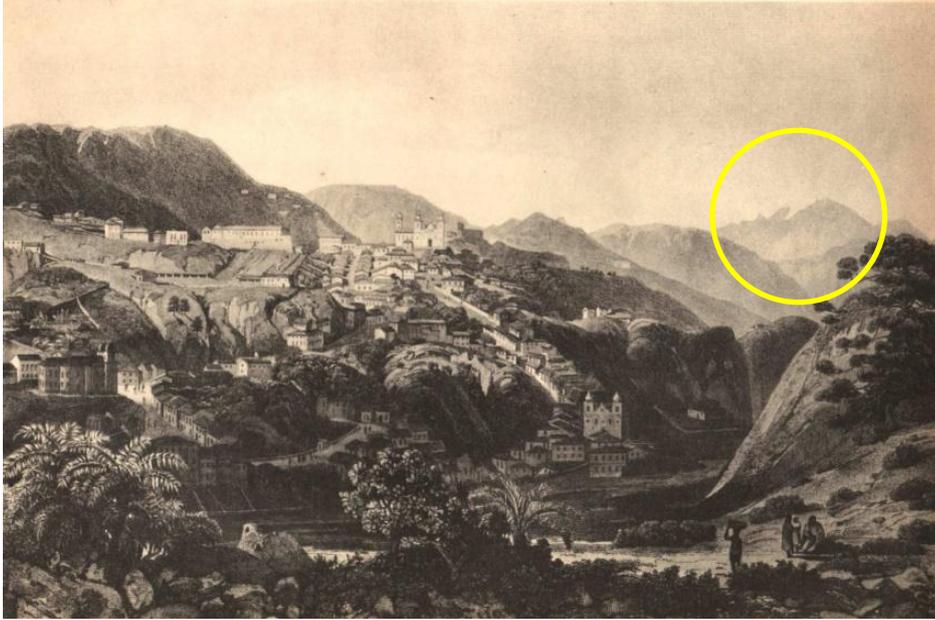
<sup>28</sup> BRITO, F. T. Vila Rica. In: *Itinerário Geográfico do Rio de Janeiro até as minas de ouro*. Sevilha: 1732 apud LIMA JR., Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Origens e formação. 3ªed. Belo Horizonte: Inst. de História, Letras e Artes, 1965, p. 73.

<sup>29</sup> LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Martins, 1942, p. 332.

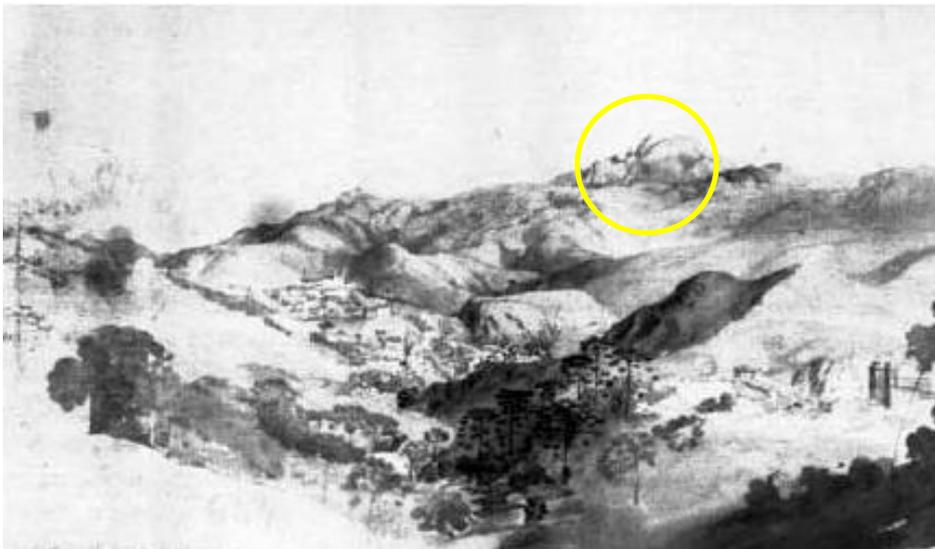
<sup>30</sup> POHL, J. B. E. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Min. Educ. e Saúde; Inst. Nac. do Livro, 1951, p. 411.

<sup>31</sup> WALSH. *Notícias do Brasil...*, p. 98. (Grifo nosso).

<sup>32</sup> Perrotta afirma que as aquarelas de Ender serviram de inspiração para a composição de diversos outros artistas, como Rugendas. PERROTTA, I. *Desenhando um paraíso tropical*. A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2011, p. 51.



**Figura 4** – Vila Rica, de Thomas Ender. In: POHL. *Viagem no interior do Brasil...* [Interferência nossa no destaque do Pico].



**Figura 5** – Vista de Vila Rica (Cabeças e Ouro Preto), 1824. In: RUGENDAS. *Viagem pitoresca através do Brasil...* [Interferência nossa no destaque do Pico].

A partir de um ponto de vista externo à cidade, Ouro Preto foi desenhada como se tivesse sido engolida pelos morros e limitada, ao fundo, pela Serra do Itacolomi. A maior parte das cenas mostra o aspecto rochoso do solo descoberto de matas. A vegetação é apresentada apenas em pontos próximos aos vales, com algumas remanescentes de Araucária.

Rugendas descreveu que, deixando o litoral, entrava-se numa série confusa de colinas que lembravam os Alpes suíços “com boas pastagens”. Havia diversidade de terrenos, grandes vales férteis com bosques, matas, prados e precipícios. Mas do outro lado da serra de São José, a região se apresentava de forma árida e selvagem, dominada por “horríveis rochedos

escuros” que compunham as partes altas de Minas. Eram fronteiras naturais “encimadas de pontas de rochedos” que davam às serras a forma de “torres, de muralhas e de ameias”. Para o viajante, a vegetação abundante e os terrenos férteis estavam nos prados de São João del Rey, nos campos entre Barbacena e Ouro Branco e no vale do Rio das Velhas. Descreveu que o solo da região mais central apresentava as “feridas que a exploração da mina abriu”.<sup>33</sup>

Essa parte do estado mencionada pelo artista foi dividida ao longo do século XIX nas zonas Centro, Campos das Vertentes e Norte. Para descrevê-las, eram usadas três classificações geográficas: a de Campos, com as ondulações de montanhas arredondadas entre Barbacena e Ouro Branco; a de Serras, com massas rochosas imponentes e íngremes como o Itacolomi, Caraça, Piedade e Itambé, ligadas por serras estreitas entre Ouro Preto e Serro; e a de Chapadas, indo do Serro até as imediações da Bahia, de largas ondulações com alguns picos elevados, separadas por vales pouco profundos.<sup>34</sup>

Para August de Saint-Hilaire, que relatou suas viagens à região, em 1816 e 1822, o “horizonte limitado” da cidade tomava ar de tristeza devido às escavações para lavagem de ouro. Sua descrição foi ainda mais severa ao relatar o “semblante melancólico das montanhas que, por todos os lados, dominam a cidade” com contornos “ásperos e irregulares”. Sobre Mariana, relatou que os morros próximos, outrora cobertos de matas, estavam reduzidos a “magras pastagens” e apresentavam em vários pontos os vestígios da mineração. Marcas como essas foram igualmente observadas em uma visita aos arredores de Vila Rica na companhia do mineralogista inglês Wilhelm Ludwig von Eschwege. Na ocasião, registrou os aspectos “aflitivos das lavagens”, com montes de cascalho e uma relva que exibia “a imagem de esterilidade”. Reforçou que os mineradores, “deslumbrados”, acreditavam que as jazidas eram inesgotáveis e revolveram “imensas extensões de terras, despojando-as do seu húmus pela operação das lavagens”. Terminou sua descrição dos aspectos de Vila Rica dizendo que “seus arredores são completamente estéreis” e se não fosse “a capital da província, a sede da administração e a residência de um regimento”, estaria mais deserta ainda.<sup>35</sup>

Tais palavras mostram sua ideia inicial de Vila Rica como o maior e mais próspero núcleo urbano da então capitania, famoso por suas riquezas minerais. Mas ao chegar àquela parte central de Minas, deparou-se com o que registrou como precária a estrutura urbana, de escassez florestal e de mineração que julgou inadequada. À observação do desgaste do solo, o

<sup>33</sup> Para ele, as verdadeiras montanhas estavam logo depois do litoral e a dos Andes. Conferir trechos citados em: RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins, 1941, p. 2-4, 7, 11, 30-34.

<sup>34</sup> Divisão apresentada ao Imperador D. Pedro II: GORCEIX, H. Riquezas Minerais da Província de Minas. *A Actualidade*, Ouro Preto, 28 jan. 1881, p. 1.

<sup>35</sup> SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tomo 1. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938, p. 142-146, 152.

botânico associou uma imagem de isolamento e ao pouco ou nenhum trabalho de agricultura naquela região. Os mesmos apontamentos foram recorrentes nas observações de outros naturalistas, como do botânico Carl F.P. von Martius. Em sua obra, Martius retratou os danos causados ao solo e às matas, com os morros da cidade escavados pela mineração.<sup>36</sup> Tais interpretações sobre a paisagem contribuíram para a divulgação da ideia de que a decadência econômica de Minas era causada pela atividade de extração mineral, que por décadas foi realizada com técnicas e ferramentas tidas como rudimentares, deixando a terra improdutiva para a agricultura e com aspecto de devastação.<sup>37</sup>

Os apontamentos sobre uma paisagem de decadência para Ouro Preto foram reforçados pelos discursos depreciativos feitos pelas elites mineiras dentro da nova ordem econômica que se estabeleceu no século XIX. Desde fins do período colonial, evidenciou-se um deslocamento do eixo econômico em Minas das comarcas de Ouro Preto, do Serro do Frio e do Rio das Velhas para a Comarca do Rio das Mortes (atuais Sul e parte da Zona da Mata). Essas zonas se destacaram pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária e se tornaram centro comercial mais próximo ao Rio de Janeiro e São Paulo. As elites agropecuárias do Sul e da Mata passaram a criticar a economia mineradora que predominaria em detrimento de maiores investimentos na lavoura.<sup>38</sup>

Em seus discursos, entendiam que Ouro Preto trazia lembranças de fatos históricos importantes para a memória nacional, como a descoberta do ouro e a Inconfidência. Mas afirmavam que sua paisagem não era alegre, bela e ideal para continuar sediando a capital: “campos sarapintados de matas rasteiras, montes cheios de pedregulho, e ao nascente a Cordilheira do Itacolumy coberta de [...] rochedos alcantilados, [...] com chagas enormes e vermelhas, as lavras abertas”. Era como a visão de “um gigante, mudo em sua imensa dor, obrigado há quase dois séculos a deixar escorrer seu ouro como sangue de suas veias”.<sup>39</sup>

### **As divergências regionalistas na Questão Mudancista**

No início do período republicano, igualmente se evidenciou uma nova ordem política em Minas, com ascensão de grupos políticos do Sul e da Mata. Esses grupos começaram a ocupar a maioria no Congresso Mineiro e representavam os republicanos chamados de

---

<sup>36</sup> MARTIUS, C.F.P. von. *Albúm: Vues du Brésil*, s.d. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon243311/icon243311.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon243311/icon243311.pdf). Acessado em: 30 set. 2015.

<sup>37</sup> Capanema relativiza a visão de decadência e faz um debate historiográfico sobre a ideia de predomínio da mineração na economia de Minas. CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 62-64, 107, 113-115.

<sup>38</sup> CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 15.

<sup>39</sup> A cruz de Bernarda. *A União*, 26 fev. 1887, p. 1; *O Liberal Mineiro*, 12 jun. 1886, p. 2 e 3.

históricos. Devido as disputas do Sul e Mata com as elites políticas do Centro e do Norte e a falta de articulação política entre as diversas regiões, Minas Gerais era vista como uma espécie de “mosaico político”, com correntes e facções que enfraqueciam a união do estado. A reabertura das discussões sobre a mudança da capital teria sido um dos vários momentos de conflito. As diferenças regionalistas foram sentidas até mesmo entre os republicanos mudancistas. Os grupos do Sul e da Mata, por exemplo, discutiam qual das duas zonas receberia a nova sede administrativa. Já os mudancistas do Centro e do Norte procuravam manter a capital na sua zona de sua influência.<sup>40</sup>

A situação tomou tal magnitude que, em abril de 1891, o Presidente Provisório do Minas Gerais, Antônio Augusto de Lima (1859-1934), procurou amenizar as tensões e resolver a questão mudancista.<sup>41</sup> Gozando de poderes excepcionais, lavrou um decreto que determinava a mudança da capital para o Arraial de Belo Horizonte. Atenderia aos pedidos de mudança, mas sem retirar a capital da parte central do estado. Todavia, o decreto causou ainda mais insatisfação entre os mudancistas das demais regiões. Eles se revoltaram com a decisão de manter a capital afastada do litoral e de suas áreas de influência e reivindicaram a participação no processo com indicação de outros lugares. Por outra parte, os antimudancistas foram tomados de assalto com o anúncio da mudança sem discussão parlamentar. Com o clima de agitação, o decreto não foi publicado e a questão foi encaminhada para a Constituinte.<sup>42</sup> Na mensagem enviada ao Congresso, Lima mencionou que Minas precisava de uma capital que fosse “centro de atividade intelectual, industrial e financeiro”. Indicou que o planalto denominado Belo Horizonte, no vale do Rio das Velhas, era o que mais reunia condições para aquele fim.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> Segundo Silva, três grupos marcaram a política mineira: os republicanos históricos ou exclusivistas, liderados por Antônio Olinto; os republicanos “evolucionistas” ou “progressistas” que, embora ligados ao positivismo, tinham uma postura mais liberal, como João Pinheiro, Silviano Brandão e Felício dos Santos; e os adesistas, monarquistas que aderiram ao novo regime antes da proclamação da República, como Cesário Alvim, Afonso Pena e Xavier da Veiga. Havia ainda os monarquistas que defendiam o ideal restaurador. Por suas posições políticas e econômicas já consolidadas, rearticularam-se dentro de partidos existentes para permanecer no poder, como Diogo de Vasconcelos. SILVA. R.M. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, Irati, v. 3, n. 3, set-dez. 2012, p. 115-6. Para referências ao “mosaico mineiro”, ver o capítulo de O. DULCI, “João Pinheiro e as origens do desenvolvimentismo mineiro” e o de H. BOMENY, “O Brasil de João Pinheiro. O projeto educacional”, ambos em: GOMES, A.C (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 111, 142-3.

<sup>41</sup> Sobre a “questão mudancista” e a atuação de Augusto de Lima, nascido em Congonhas do Sabará (Nova Lima), cf. FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 31-5.

<sup>42</sup> Resende menciona que os mudancistas da zona Central apoiaram de imediato Augusto de Lima, pois representava seus interesses. Eles temiam que o assunto chegasse até o Congresso Constituinte Mineiro. RESENDE. *Uma Interpretação sobre a fundação...*, p. 602-3. Sobre a “questão mudancista” e a atuação de Augusto de Lima, nascido em Congonhas do Sabará (Nova Lima), cf. FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 31-5.

<sup>43</sup> Mensagem do Presidente Augusto de Lima ao Congresso Constituinte Mineiro de 1891. In: Annaes do Senado Mineiro; 1891 e 1892, p. 15-6. Cf. também em: RESENDE. *Uma Interpretação sobre a fundação...*, p. 603.

Embora o trabalho fosse votar uma Constituição para o estado, grande parte das sessões foi tomada pela questão mudancista. Com acaloradas discussões, a Comissão que foi organizada incluiu o Artigo 117 no anteprojeto da Constituição, que reafirmava a mudança da capital para um ponto central no vale do Rio das Velhas.<sup>44</sup> Apresentado o anteprojeto, o “regionalismo eclodiu no Congresso” e as rivalidades se acirraram.<sup>45</sup> A Comissão teria quarenta e cinco dias para apresentar o relatório final a ser votado e, nesse período, várias indicações de outras localidades foram lançadas nas sessões. Essa situação foi vista como favorável pelos antimudancistas, crentes de que o tempo estipulado não era suficiente para estudar todos os nomes propostos e a questão acabaria suspensa.

Os antimudancistas também reforçaram suas posições na Constituinte. Na sessão do dia 4 de maio, o deputado Simão da Cunha expôs que o local de Ouro Preto era o melhor lugar para sediar a capital. Disse ainda que a “diversidade dos vales, separado por um sistema de montanhas que se cruzam” era o “solene protesto contra a nova capital”, visto que Ouro Preto estava na “garganta da Serra do Espinhaço, ponto de ligação de todas as regiões” do estado. Apontou que havia muitas riquezas naturais acumuladas a serem exploradas e a distância das outras regiões seria minimizada pelas vias de comunicação.<sup>46</sup>

A imprensa antimudancista se mostrou ainda mais vigorosa na defesa da cidade, questionando até mesmo a atuação da Constituinte, acusada de não ter competência para decidir a questão.<sup>47</sup> Através de artigos em alguns jornais mineiros, republicados pelo *A Ordem*, lançaram o debate: “Qual a nação estrangeira, qual o estado do Brasil, a não ser Minas”, que se preocupava com tal “pavorosa futilidade de mudança da capital?”.<sup>48</sup> Questionaram ainda: “Que estranho exagero de estetismo é este, que faz considerar repulsiva esta cidade, só porque se [ilegível] colocada n’um vale acidentado, porque não tem na fachada os seus edifícios a correção do gosto moderno?”.<sup>49</sup> Uma capital moderna e civilizada, para os antimudancistas, deveria seguir o exemplo de outras nações. Tomando o exemplo dos Estados Unidos, eles descreveram Washington como uma “capital insignificante” perto de Nova Iorque, Boston e Chicago. Disseram que os mineiros queriam a “todo o transe o extermínio da sua Washington – a lendária Ouro Preto, e enlouquecem a gritar: Mudança da Capital!”.<sup>50</sup>

<sup>44</sup> A “Comissão dos 11” foi eleita para elaborar o parecer sobre o projeto constitucional apresentado pelo governo e não contava com uma representação significativa do Sul e da Mata.

<sup>45</sup> RESENDE. *Uma Interpretação sobre a fundação...*, p. 604-9.

<sup>46</sup> Congresso Mineiro – Sessão de 4 de maio. Mudança da Capital. *A Ordem*, 16 maio 1891, p. 1.

<sup>47</sup> Chegaram a sugerir a convocação de um plebiscito. cf SILVA. *A caducidade das Disposições Transitórias...* p. 85.

<sup>48</sup> Do Muriaé. Mudança da Capital. *A Ordem*, 16 maio 1891, p. 2.

<sup>49</sup> Mudança da Capital. Editorial da Época. *A Ordem*, 30 maio 1891, p. 3.

<sup>50</sup> Do Muriaé. Mudança da Capital. *A Ordem*, 8 maio 1891, p. 2. Ver também: Mudança da Capital. Extraído do Jornal de Minas. *A Ordem*, 6 jun. 1890, p. 1.

Ao mesmo tempo em que os antimudancistas apontavam que uma capital não precisava contemplar todos os itens de indústria, comércio e arquitetura para ser o centro administrativo, defenderam que Ouro Preto poderia atender todas essas exigências.<sup>51</sup> Com relação à falta de terras férteis, interrogaram: “Será possível que uma cidade que está colocada nas fraldas de uma montanha, cujo solo e subsolo, cuja pedra e sob pedra é de ouro, se preste para o cultivo?”. Respondem que o solo prestava-se perfeitamente para o cultivo de todas as hortaliças, particularmente do chá. “E assim mesmo que não prestasse para o cultivo, preste-se para a indústria extrativa do ouro e de pedras preciosas”.<sup>52</sup>

Todavia, o argumento mais utilizado contra a mudança foi o aspecto financeiro. “Que urgente necessidade a de gastar rios de dinheiro com a construção de uma nova capital, se a que temos perfeitamente nos tem servido, e melhor ainda nos servirá, desde que se adotem os necessários melhoramentos?”, indagavam.<sup>53</sup> Argumentou-se que investir na conservação e melhoramento da capital existente seria menos oneroso do que partir do zero em um novo lugar. Ao defender que Ouro Preto tinha condições de se “modernizar e embelezar”, os antimudancistas não negaram a necessidade de melhorias. Concluíram que as obras de modernização converteriam a “tradicional Villa Rica” em uma bela e luxuosa cidade.<sup>54</sup>

No mesmo passo, a Intendência Municipal lançou um edital convocando empresas de obras a apresentarem suas propostas. Porém, antes mesmo que algum projeto fosse submetido à Intendência, a questão mudancista na Constituinte foi finalizada. Diante do impasse para se decidir por uma cidade, o congressista Adalberto Ferraz, representante do Sul, propôs que ficasse apenas registrada a mudança da capital sem definir um local, deixando o assunto para a Câmara dos Deputados e o Senado Mineiro. A proposta inscrita como Artigo 13 das Disposições Transitórias foi aceita até mesmo pelos antimudancistas presentes na sessão, que tinham esperanças de tentar reverter o resultado posteriormente no Congresso Mineiro.<sup>55</sup>

As expectativas dos antimudancistas aumentaram mais com a nomeação de Cesário Alvim como Presidente de Minas.<sup>56</sup> Como a decisão de escolher o lugar da nova capital

<sup>51</sup> Do Muriahé. Mudança da Capital. *A Ordem*, 8 maio 1891, p. 2;

<sup>52</sup> Comunicado: Mudança da Capital. *A Ordem*, 11 jul. 1891, p. 3. Cf. também SILVA. *A caducidade das Disposições Transitórias...* p. 85.

<sup>53</sup> Do Muriahé. Mudança da Capital. *A Ordem*, 8 maio 1891, p. 2.

<sup>54</sup> Do Muriahé. Mudança da Capital. *A Ordem*, 8 maio 1891, p. 2. Para historiografia a respeito dos melhoramentos, cf. FONSECA. *Tradição e modernidade...*; MONTAVANI. A.L. *Melhorar para não mudar: ferrovias, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto - Minas Gerais, 1885-1897*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

<sup>55</sup> Sobre a posição dos antimudancistas com relação ao Artigo 13, a historiografia a respeito da questão mudancista e obras de melhoramentos, cf. RESENDE. *Uma Interpretação sobre a fundação...*, p. 611-612; FONSECA. *Tradição e modernidade...*; SILVA. *A caducidade das Disposições Transitórias...*

<sup>56</sup> As referências assinalam que Alvim era “republicano tardio” (Adesistas). Aquela sua segunda posse no governo estadual ocorreu após Deodoro da Fonseca ser eleito Presidente da República. Representante da região central, Alvim

passou para as mãos do Congresso Mineiro, eles acreditavam que o novo presidente, que se declarou contrário à mudança, pudesse convencer os parlamentares a revogarem o Artigo 13. Alvim foi chamado por Palmella como o “amigo da Pátria” e, para o literato, “a capital tinha orgulho de ter a frente de sua administração” um mineiro como ele. Que podemos entender como, de fato, o orgulho dos antimudancistas por ter um dos seus no governo.<sup>57</sup>

Com a questão mudancista no Congresso Mineiro, as críticas à Ouro Preto foram retomadas, com afirmativas de que tinha contra si “a própria natureza! Terreno [...] escabroso, impossível de comportar edificações condignas de uma cidade capital!”. Além do solo “argiloso e pouco firme”, apontaram a “dificuldade do transporte”, pois o lugar era “essencialmente montanhoso e a locomoção sendo quase impossível”.<sup>58</sup> Os discursos de valorização também foram reforçados pelos defensores da capital, como Palmella e Vasconcellos, contado agora com o apoio da Intendência e do Presidente de Minas.

No dia 14 de setembro de 1891, Alvim aprovou o contrato entre a Intendência Municipal e a empresa dos senhores José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros para realizar as obras de melhoramentos na capital. O contrato foi recebido com festa na cidade e divulgado até na imprensa da capital federal. Houve música, queima de fogos e brindes de saudação ao presidente do estado, à Intendência e os empresários.<sup>59</sup> Na ocasião, Vasconcellos discursou dizendo como aquela cidade lutava para afirmar, por suas obras, “os gloriosos destinos” dos mineiros<sup>60</sup>. Também discursaram o senador Antônio Carlos, o deputado Arthur Itabirano e o literato José Palmella, dentre outras personalidades que se destacavam na época. Em dezembro, iniciaram-se as obras com ato público no Morro da Forca (atual Santa Quitéria) com o trabalho de 200 operários.<sup>61</sup>

---

representava a tradição política conservadora à qual se opunham o Sul e a Mata. Os políticos dessas regiões agropecuárias foram prejudicados na composição do Congresso e se indispuseram com a nomeação de um adesista para o governo estadual. O apoio de Alvim ao golpe dado por Deodoro, em novembro de 1891, tornou seu governo ainda mais crítico para os republicanos, que consideraram uma traição à tradição mineira de liberdade. Em grande agitação, levantaram o movimento de “Dissidência” e seus posteriores discursos separatistas marcaram os primeiros anos de República em Minas Gerais. Resende aponta como a postura antimudancista de Alvim, sua política mineradora e sua aliança com Deodoro refletiram nos movimentos separatistas, até que este renunciou ao cargo. Ver RESENDE. *Uma Interpretação sobre a fundação...*, p. 612-613; SILVA. *Imprensa, proclamação da República...*, p. 115-118.

<sup>57</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, 13 jan. 1892, p. 3 e 4.

<sup>58</sup> CALDEIRA, A. *Jornal de Minas*, 9 jan. 1891, [s.p] apud FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 37. Número de página ilegível no original.

<sup>59</sup> Intendência Municipal. *O Estado de Minas Geraes*, 7 jul. 1891, p. 4 (Edital); Noticiário: Melhoramentos materiaes da Capital. *O Estado de Minas Geraes*, 24 jul. 1891, p. 2 (Propostas) e 22 dez. 1891, p. 4 (Início das obras); MINAS GERAIS. Decreto 558, 14 set. 1891. *O Estado de Minas Geraes*, 28 set. 1891, p. 2; ESTÁ assinado o contrato. *A Ordem*, 19 set. 1891, p. 1 (Evento).

<sup>60</sup> ESTÁ assinado o contrato. *A Ordem*, 19 set. 1891, p. 1 (Evento).

<sup>61</sup> Noticiário: Melhoramentos materiaes da Capital. *O Estado de Minas Geraes*, 22 dez. 1891, p. 4; ESTÁ assinado o contrato. *A Ordem*, 19 set. 1891, p. 1 (Evento).

Pelos projetos, a configuração do relevo não representava um empecilho ao desenvolvimento urbano, pois a região permitiria que a população se movesse para todos os lados, segundo o discurso de Simão da Cunha no Congresso Mineiro.<sup>62</sup> Na imprensa já eram rebatidas as críticas à topografia da cidade e localização em meio às montanhas, afirmando que em um lugar montanhoso, com o aumento da população, esta lutaria com o meio e o venceria, “resultando dessa luta um povo mais enérgico e mais forte”. Usava como exemplo também a Suíça, cujas casas nas montanhas em nada perdia o “ar pitoresco”.<sup>63</sup>

A lista de obras agradou até mesmo a imprensa mudancista de Juiz de Fora. *O Pharol* elogiou o contrato que traria as melhorias para a cidade, afirmando que esta havia sido, até então, relegada à esquecimento pelo poder público e desmazelada por décadas. O editorial concordou que Ouro Preto poderia se tornar uma bela cidade, pois os ouro-pretanos conseguiriam lutar “contra os obstáculos naturais em seu caminho, assim como Amsterdã lutou contra o leito do mar”.<sup>64</sup> Mas em momento algum foi apoiada a ideia de que as melhorias poderiam reverter a decisão do Congresso em favor da manutenção da capital ali. Para o jornal, a questão principal estava ligada ao desenvolvimento econômico do estado, que não seria resolvido simplesmente com aquelas obras.

Discordando da visão de que as obras em Ouro Preto não prestariam para o desenvolvimento econômico, Palmella enumerou uma série de modificações a serem realizadas na cidade e na Serra do Itacolomi. A intervenção na serra, em suas palavras, seria extraordinária nos diversos aspectos exigidos para uma capital moderna: Do ponto de vista higiênico, seria construída uma casa de saúde para doentes e convalescentes; pelos critérios científicos, a serra receberia um observatório astronômico e meteorológico e um lazareto, como desejado por políticos e engenheiros; sob a perspectiva indústria agrícola, ali seria instalada uma escola para moços pobres se dedicarem à horticultura e uma colônia para até cem famílias; pela indústria mineralógica se efetivaria a exploração do quartzito e se instalaria uma fábrica de tijolos e telhas; do ponto de vista artístico, seriam construídos um conservatório de música e um memorial, um “Templo em mármore” onde seriam colocadas estátuas em homenagem aos poetas, aos inconfidentes e aos outros mineiros conhecidos da história; na parte financeira, uma via férrea cortaria a serra e propiciaria comércios, hotéis e restaurantes; pelo lado religioso, construir-se-ia uma capela consagrada à virgem protetora das

---

<sup>62</sup> Congresso Mineiro. Sessão 4/5/191. Mudança da Capital. *A Ordem*, Ouro Preto, 16 maio 1891, p. 1.

<sup>63</sup> Mudança da Capital. Extraído do Jornal de Minas. *A Ordem*, 6 jun. 1890, p. 1. Sobre a topografia da cidade, o Morro do Cruzeiro seria aplainado e lá seria construída uma nova parte da cidade, moderna e ampla, ligada ao centro que guardaria as memórias históricas do passado. A respeito das obras de melhoramentos, cf. FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 30-9, 45-7, 80.

<sup>64</sup> Melhoramentos da Capital, Publicação no *O Pharol* do dia 23. *O Estado de Minas Geraes*, 7 ago. 1891, p. 3.

capitais para as romarias anuais dos peregrinos, fonte de recursos para educar moças órfãs; e recreativo, com a construção de chalés para veraneio e um teleférico.<sup>65</sup>

Essas propostas foram unidas em suas cartas às falas de exaltação da cidade e de Minas Gerais, com a valorização da história, das características naturais e de nomes consagrados na memória nacional. Ele afirmou que, com as obras, se poderia dizer que Ouro Preto era “não só a capital política e administrativa do grande povo mineiro, mas a capital da ciência, das artes, da indústria, das letras e da poesia” e que, enfim, seria chamada “a sublime Athenas Mineira!”.<sup>66</sup> Palmella afirmou que essas intervenções na Serra do Itacolomi fariam parte dos projetos de embelezamento e melhorias na cidade.

De fato, a proposta de construção do acesso e da colônia agrícola à que ele se referiu foi apresentada pelo cidadão Sr. Antônio Ribeiro da Silva, que se ofereceu para realizar as obras sem ônus para a Intendência. Na sua petição, ele propôs

[...] um plano inclinado, ou elevador ou estrada de ferro que ligue esta cidade com aquela serra no lugar que for julgado mais conveniente, aproveitando a mesma localidade, no sentido do que se fez no Morro do Corcovado, na capital federal para divertimentos públicos e sob o ponto de vista higiênico; criação de uma colônia de mil famílias para exploração da pequena lavoura e dos minerais ali existentes e da pedra que ali igualmente se encontra.<sup>67</sup>

Criou-se uma Comissão para discutir a proposta. Mas nas atas posteriores, o assunto não voltou à pauta e os resultados da avaliação não foram apresentados. No Livro de Registros de Contratos da Intendência, o Itacolomi sequer foi mencionado e nenhum projeto na serra foi incluído nos termos. As intervenções listadas também não fizeram parte dos itens apresentados por Antônio Silva ou de qualquer outra proposta avaliada pela Intendência. Com relação à apreciação do projeto de Silva, sua interrupção pode estar relacionada à incompetência daquele órgão municipal para intervir em terras de outro município, já que a maior parte da serra e o próprio pico, alvo das principais obras, eram terrenos de Mariana. Palmella tampouco voltou a tocar no assunto na imprensa. Alguns dias depois da publicação de sua última carta, o literato informou aos seus amigos que estava doente, com uma nota no jornal *A Ordem*. Sua participação nos eventos sociais e na mobilização em prol dos antimudancistas não foram mais noticiadas, até que se mudou definitivamente da cidade devido ao agravamento do seu estado de saúde, em outubro de 1892.<sup>68</sup>

<sup>65</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...* 13 jan. 1892, p. 3 e 4; e 6 fev. 1892, p. 4.

<sup>66</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, 13 jan. 1892, p. 3 e 4.

<sup>67</sup> Livro de Atas da Câmara e Intendência Municipal, n. 109, 1891 a 1893, p. 44. APMOP. Publicado também em: COELHO, Ten. Cel. Jacintho Dias. Intendência Municipal, *O Estado de Minas Geraes*, 5 jan. 1892, p. 4.

<sup>68</sup> Como noticiado no jornal *A Ordem*, nos dias 18 jun., 30 set. e 1 out. 1892, nas páginas 4. Não encontramos informações sobre a atuação de José Palmella nesse contexto para além das notícias nos jornais.

No início de 1892, Affonso A. M. Penna (1847-1909) foi eleito Presidente de Minas, um dos deputados mudancistas mais atuantes no Congresso. O projeto de mudança da capital entrou na etapa final de votação quando Affonso Penna nomeou uma Comissão para avaliar os lugares propostos para ser a nova capital, presidida por Aarão Reis<sup>69</sup>. Por sua vez, Vasconcellos retornou ao cenário político, eleito como Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo.<sup>70</sup> Iniciou na Câmara e na imprensa uma campanha em prol da caducidade das Disposições Transitórias para, assim, impedir a mudança da capital.<sup>71</sup>

Em junho de 1893, a Comissão apresentou seu relatório ao Congresso, onde reafirmou a visão da então capital como feia e decadente, descrevendo-a como

vestuta Ouro Preto, que se apinacula, tristonha, nos beirais do caldeirão formado pelos serros do Itacolomy, sem horizontes, sem luz, sem espaço, nem ar para a acanhada população, que se atrofia naquelas ladeiras quase inacessíveis.<sup>72</sup>

A Comissão relatou preferir o “modesto arraial, que se estende em belíssimo planalto, circundado de pitorescas montanhas a refletir [...] luz [...] de um sol esplendido, e bafejado por brisas amenas”.<sup>73</sup> O Arraial de Belo Horizonte, para eles, trazia todos os “encantos da natureza” desejados para suprir as necessidades da nova capital. No Congresso, diante da preferência do Sul e da Mata pela Várzea do Marçal, os antimudancistas votaram no Arraial em apoio aos mudancistas do Centro, Norte e Campos das Vertentes, derrotando os demais e mantendo a capital próxima às suas zonas de influência.<sup>74</sup>

Podemos entender que a própria noção de região, que conduz ao princípio da divisão, era pensada como uma categoria determinada pelas características geográficas e pelo desenvolvimento material e sociopolítico.<sup>75</sup> Para Resende, as diferenças entre as divisões do estado naquele momento tinham como principais referências as questões políticas e as atividades econômicas daquele século.<sup>76</sup> Na mesma abordagem, os debates pela mudança da capital no decorrer do século XIX fizeram ressoar distintas vozes que se enfrentavam naquela

---

<sup>69</sup> O engenheiro e urbanista paraense Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936) ingressou posteriormente na vida política, sendo eleito deputado federal em 1911 e 1927.

<sup>70</sup> Diogo de Vasconcellos não ocupava cargo político desde a Proclamação da República, devido à posição desfavorável de seu partido na reorganização política mineira. Sobre o prazo para a mudança da capital, ver: SILVA. *A caducidade das Disposições Transitórias...*, p. 74-75 e 85.

<sup>71</sup> A competência da Constituinte já vinha sendo questionada nas sessões e pela imprensa. Ver PINTO, J. Editorial do Eleitor, de Sto. Antônio de Muriaé. *A Ordem*, 30 maio 1891, p. 3;

<sup>72</sup> COMISSÃO de Construção da Nova Capital do Estado de Minas Geraes. O Arraial de Bello Horizonte. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro: H. Lambaerts & C, Tomo I, abril de 1895. p. 9 e 12.

<sup>73</sup> COMISSÃO de Construção da Nova Capital..., p. 9 e 12.

<sup>74</sup> RESENDE. *Uma interpretação sobre a fundação...*, p. 616-618.

<sup>75</sup> Cf. CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 152.

<sup>76</sup> RESENDE. *Uma interpretação sobre a fundação...*, p. 609-612.

reorganização econômica e política mineira, com a atuação das elites agropecuárias, de republicanos progressistas, das elites mineradoras e de políticos mais conservadores.<sup>77</sup>

Embora a região central fosse constantemente criticada por sua configuração topográfica e economia, a escolha do lugar para a nova capital demonstrou que “suas vozes” ainda se faziam ouvir e com vigor naquele final de século. Ademais, a escolha do Arraial de Belo Horizonte envolveu, além das disputas entre grupos políticos e zonas econômicas, questões ligadas ao pensamento de modernização da sociedade e do território. Envolveu também as visões sobre a natureza na consideração daquele lugar como o mais adequado do ponto de vista industrial, comercial, higiênico, etc. O que trazia o pensamento de que os valores estéticos e econômicos dos espaços ocupados, das terras cultivadas e da vida urbana estavam acima das áreas ditas naturais no processo de civilização e progresso.<sup>78</sup>

## 1.2 – O ITACOLOMI SOB O VIÉS DE PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO

Keith Thomas e Norbert Elias analisam as profundas mudanças culturais na sociedade ocidental entre os séculos XVI e XIX, no qual as ideias de civilidade, urbanidade e racionalidade construíram novas formas de relação com o mundo natural.<sup>79</sup> Seguindo correntes filosóficas ligadas às ciências naturais e ao pensamento ilustrado, aquela sociedade moderna acreditava que a “civilização surgiria como produto da capacidade do homem de dominar e mudar” as condições do meio em que viviam.<sup>80</sup>

Ao estudar a dinâmica social e econômica que reorganizou as relações humanas com a terra no período moderno, Braudel disse que os campos limpos, as terras cultiváveis e as florestas de madeira comerciável, com seus pomares e reservas de cereais, seriam bens de capital inseridos no desenvolvimento de uma nação. Já os elementos da natureza não explorados estavam fora do mundo de produção.<sup>81</sup> As áreas não ocupadas e cultivadas foram representadas como o lugar da barbárie, da rusticidade, da ausência de trabalho e de humanidade, como um mundo de caos e perigo. Um mundo tido como selvagem.

Essas áreas selvagens englobavam os meios de difícil acesso para a ocupação e permanência humana, como os desertos, as estepes, as rochas, os pântanos e as florestas fechadas. Seria um mundo oposto à vida em ambiente ordenado e cultivado, como nos

<sup>77</sup> Cf. CARVALHO. *Ouro, terra e ferro: vozes de Minas...*

<sup>78</sup> Sobre o pensamento higienista-urbanista na sociedade moderna, ver PECHMAN, R.M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.p. 145.

<sup>79</sup> Sobre a modernização na sociedade ocidental, ver THOMAS. *O homem e o mundo natural...*; ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

<sup>80</sup> SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 145.

<sup>81</sup> BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo* A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

campos e nos jardins, e à vida na cidade, como o lugar de ordem social e política.<sup>82</sup> A natureza em seu estado primitivo era apresentada como inimiga da sociedade moderna, uma barreira ou limite à civilização e progresso. A capacidade de domínio da natureza era o elemento definidor do que era selvagem ou cultivado e civilizado. O conceito de selvagem seria, portanto, a percepção construída por uma sociedade urbana e rural para se referir aos lugares inóspitos, que produziam sentimentos de estranhamento e sensações desnorteadoras no homem, descritos nas culturas de língua inglesa como *wilderness*.<sup>83</sup> Para Junqueira, não existe uma palavra em português que defina o sentido de *wilderness*, apenas tentativas de entender os vários sentidos construídos acerca dos espaços e dos elementos naturais na descrição das paisagens.<sup>84</sup>

No Brasil, as áreas ditas civilizadas e as selvagens trouxeram uma divisão binária mais específica, como, respectivamente, o litoral e o sertão. É comum o entendimento dessas duas formas de representar o Brasil como se fossem espaços com limites e definições cartográficas precisas e estáveis.<sup>85</sup> Contudo, como bem apontou Menezes, elas remetem mais às estruturas políticas, intelectuais e materiais dentro de um padrão cultural do que a uma divisão geográfica bem definida. A divisão, aliás, baseava-se na mesma ideia de centro e periferia que avaliava territórios nacionais extensos ou os domínios europeus por outros continentes. Ela trazia em si a intenção de colocar elementos que enunciasses as diferenças entre dois ou mais mundos, tornando-os compreensíveis.<sup>86</sup>

No século XVII, a parte litorânea fluminense foi chamada pelo padre Simão de Vasconcellos como a região “mais alegre, aprazível e saudável”, com terrenos “fertilíssimos e formosos de abundantes searas de trigo e fecundas vinhas”. Os seus campos “recreia[vam] os

---

<sup>82</sup> Para Tuan, “a vida selvagem, os campos e as cidades são metáforas permanentes para estados da mente” do homem “civilizado”. Os “estados da mente” é que atribuem significados diferentes para as coisas ao logo do tempo, como a “cidade que simboliza ordem social e poder, assim como confusão, tensão e esterilidade”. Os campos eram o lugar do idílico, mas com “espectro de derrota-frustração” se houver permanência nele. Leticia Pádua completa que “espaço e lugar, cidade e campo, jardim e *wilderness*” são alguns binários do pensamento estruturalista, construídos como formas de representar o mundo. PÁDUA, A. *Geografia de Yi-Fu Tuan...*, p.34. TUAN, Yi-Fu. *Ambiguidades nas atitudes para com o meio-ambiente. Boletim Geográfico do Rio de Janeiro*, n. 33, v. 245, abr.-jun. 1975, p. 21.

<sup>83</sup> Sobre o conceito de *wilderness*, Cf. NASH, R. *Wilderness and the American mind*. 4th ed. New Haven, Conn.: Yale University Press, c1982. Vol. XIV; SANTOS, E. M. B. *Parques por decreto: um estudo de caso do Parque Nacional do Caparaó*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, p. 76-77.

<sup>84</sup> JUNQUEIRA, M. A. *Ao Sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em Seleções: *Wilderness*, Oeste e Fronteira (1942-1970). Tese (Doutorado em História da América) - FFLCH-USP, São Paulo, 1999, p. 60 e 172.

<sup>85</sup> Com relação ao uso da palavra “sertão” como uma espécie de *wilderness* brasileiro e a dualidade entre as regiões, cf. LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ,UCAM, 1999; MENESES, J.N.C. *Escalas espaço-temporais e História Cultural*. Reflexão de um historiador sobre o espaço como categoria de análise. In: PAIVA, E. F. et al. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 6-8; TUAN. *Ambiguidades nas atitudes...*, p. 14.

<sup>86</sup> MENEZES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, E. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

olhos, igualmente vestidos de erva, flores, o gado em numero excessivo, e de todos os gêneros. Era o celeiro de todo o Brasil”. Depois dela, subindo a “notável serrania [...], acumulando monte sobre montes”, encontrava-se o seu oposto: o lugar do *wilderness* brasileiro, o interior inculto a ser conquistado e modificado.<sup>87</sup>

Inicialmente, a palavra sertão descrevia esses lugares distantes, difíceis e incultos do Brasil, chamados de *tapuyarama*, que significava “região interior desconhecida dos *tapuyas*, ou bárbaros”.<sup>88</sup> A medida que as Entradas traziam mais descrições dos “ermos bravios”<sup>89</sup>, outros aspectos da natureza considerada selvagem foram incorporados à ideia de sertão, como: *itatim*, alterado para *itambé*, que designa as grandes pedras pontudas, arestas e encostas rochosos dos montes; *porapora-emas*, que significava sem habitantes e estéril, como um deserto; *caatingas*, os matos espinhosos das terras quase estéreis; *caá-eté* (*caeté*), como chamavam as “matas virgens” abundantes, ou “matos verdadeiros”, para representar as densas florestas; *ibytyruçu*, que eram as cordilheiras e serras; entre outras.<sup>90</sup> Nessa descrição, as altas serras mineiras estavam fora do mundo da civilização, consideradas lugares ermos e frios, temidos e evitados. As montanhas eram comumente chamadas de deformidades, monstruosas excrescências, incontáveis tumores e protuberâncias sobre a terra.<sup>91</sup>

Porém, a percepção do ambiente “não é feita somente de representações mais ou menos exatas” das limitações físicas, mas igualmente do funcionamento da economia, “de juízos de valor e crenças”, como colocado por Diegues.<sup>92</sup> Logo, o pensamento humano sobre as montanhas também foi moldado pelos mitos que dotaram as partes altas da terra de sacralidade e pelas imagens fantásticas de riquezas minerais.<sup>93</sup>

As relações dos homens com as montanhas na perspectiva da civilização ocidental tinham duas naturezas: ao mesmo tempo em que era ambiente hostil, improdutivo e feio, era o

<sup>87</sup> VASCONCELOS, S. de; SILVA, I. F. da. *Chronica da Companhia de Jesus do estado do Brasil*, v. 1. Lisboa: Em casa do editor A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. 40 e 86.

<sup>88</sup> Para Prins, os tapuias representavam os vários grupos que se refugiaram nas regiões montanhosas do interior após a invasão portuguesa, que Nelson de Senna afirmou serem as etnias do tronco Macro-Jê que infestaram os sertões, como um obstáculo à marcha da civilização. PRINS, H.E.L. The Atlatl as Combat Weapon in 17th-Century Amazonia: Tapuya Indian Warriors in Dutch Colonial Brazil. *The World Atlatl Association, Inc.*, Kansas State University, v. 23, n. 2, 24 May 2010, p. 4. SENNA, N.C.de. Os índios do Brasil: memória ethnographica. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. XIII, 1909, p. 161.

<sup>89</sup> Arruda aponta que, ao longo da história brasileira, duas ideias se alocaram ao sertão: o de território desconhecido, indígena, que causava medo, solidão, etc., que precisava ser mapeado e conquistado; e a de interior, de cultura caipira, pouco desenvolvido, contrário à modernização que precisava ser erradicado. ARRUDA, G. Minha terra tem palmeiras: Paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI; PELEGRINI; RAMBELLI. *Patrimônio cultural e ambiental...*, p. 196-197.

<sup>90</sup> Sobre os aspectos englobados à ideia de sertão: SAMPAIO. *O Tupi na Geographia Nacional...*, p. 49-51.

<sup>91</sup> THOMAS. *O homem e o mundo natural...*, p. 307; CORBIN. *L'homme dans le paysage...*, p. 87-8; CARVALHO, I.C.M. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *Confluenze*, v. 1, n. 1, 2009, p. 140

<sup>92</sup> DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 63.

<sup>93</sup> Cf. SCHAMA. *Paisagem e memória...*, p. 413-5; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 128-9.

lugar sagrado das divindades e onde a Terra havia escondido suas maiores riquezas, alvo de conquista daqueles que adentraram pelo interior. A mesma dualidade está presente na relação com o sertão: lugar sombrio, caótico e bárbaro; mas era um lugar potencialmente de riquezas para a nação e de manifestação da força da natureza. Era uma área desconhecida e rude possível de ser conquistada e incorporada ao mundo civilizado. Formava-se, assim, uma paisagem dicotômica: era o inferno e o paraíso.<sup>94</sup> Foi essa mesma dicotomia que povoou os discursos de mudancistas e antimudancistas sobre o Itacolomi.

### **As visões sobre as serras mineiras**

De acordo com Boxer, a convicção de que o Brasil tinha minas de metais e pedras preciosas já existia há quase dois séculos, inspirada pelas histórias sobre o *El dorado*, pela interpretação de lendas indígenas ou, simplesmente, pela aproximação geográfica do Potosí argenteo. Seguindo as crônicas jesuítas e as descrições indígenas, as expedições no sertão que partiram da Bahia e de São Paulo adentraram o atual estado de Minas Gerais em busca da lagoa de ouro e das montanhas de esmeraldas e prata.<sup>95</sup> Os bandeirantes e, posteriormente, os colonizadores das Minas foram descritos por Aníbal Mattos como os “titãs das selvas”, que penetraram na “floresta agressiva” cercada por “montanhas alteneiras do sertão bruto” e marcharam rumo ao “progresso, que se faz em perseverante luta com os elementos vivos da natureza”.<sup>96</sup> Para o Padre Antonil, depois que os bandeirantes deram as primeiras notícias das explorações, foi somente a “sede insaciável do ouro [que] estimulou a tantos deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das Minas”.<sup>97</sup>

Às visões fantásticas sobre as montanhas, que Holanda atribui um misto de espanto e respeito, uniram-se as dificuldades para transpor suas alturas e extrair riquezas das partes mais elevadas dos maciços.<sup>98</sup> Nos relatos sobre os descobrimentos das minas de ouro, os bandeirantes foram assinalados como os primeiros homens civilizados que penetraram naqueles “matos incultos montanhosos e penhascosos” e “descavaram os montes, minaram

<sup>94</sup> A respeito das dualidades na relação com as montanhas, cf. TUAN. *Ambiguidades nas atitudes...*, p. 18; RAMOS, M. A. *O sertão Mineiro nas observações de Spix e Von Martius. Revista eletrônica de História*, v. 5, ano 3, n. 1, abr. 2008, p. 98-9; HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

<sup>95</sup> BOXER, C.R. *A idade do ouro no Brasil - dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>96</sup> MATTOS, A. *Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Bibl. Min. Cultura, 1935, p. 75-80.

<sup>97</sup> ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ªed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, [s.p].

<sup>98</sup> HOLANDA. *Visão do paraíso: os motivos edênicos...*, passim.

penhascos e cortejaram o coração da terra” para encontrar os seus “haveres ocultos”.<sup>99</sup> Todavia, mesmo com os primeiros núcleos populacionais, o trânsito constante de pessoas pelos caminhos das Minas e a intensa atividade mineradora no decorrer do século XVIII, a região ainda era descrita como um sertão de perigos, cuja natureza escarpada dificultada o avanço da civilização. Nas palavras do geógrafo francês Francis Castelnau, os ambientes interioranos caracterizados por grandes serras eram como o *farwest* americano, que, mesmo em processo de ocupação, ainda representava a luta entre os homens e um ambiente hostil.<sup>100</sup> No imaginário, as Minas Gerais foram caracterizadas como região penhascosa e de difícil ocupação. Eram como fortalezas na proteção de certos lugares à invasão humana.

Dentre essas tidas fortalezas naturais, figurava o maciço do Itacolomi. Numa carta que informava a condição das Minas, escrita por volta de 1727, o autor anônimo descreveu um “dilatado bosque” que dava em um “horroroso lugar fundo, princípio de dois eminentes montes, abundante de grossos troncos que com seus copados ramos serviam de fúnebre pavilhão do triste sítio [...]”. Continua que, naquele lugar “pouco aprazível”, viu o “mais extraordinário penhasco”, um “castelo inexpugnável da natureza”.<sup>101</sup>

As imagens descritivas dos sertões e das montanhas contribuíram para reforçar a estratégia da Coroa de isolamento e impedir o amplo acesso às Minas, criando uma espécie de “tampão natural”, que separava o interior do litoral. Até o final do século XVIII, as partes altas das serras do território mineiro permaneceram como uma região marginal. Contudo, quando foi conveniente incentivar a ocupação, os fatores naturais não seriam empecilhos invencíveis.<sup>102</sup> Era o discurso da civilização e do conhecimento técnico definindo os valores, os costumes e o nível tecnológico. Era preciso entrar no mundo selvagem, conquistar e civilizar.<sup>103</sup> Com suas ferramentas e técnicas, o homem tinha condições para dominar as serras, “escalar, romper ou destruir aquela rija e estupenda massa pétreia construída pelos séculos”, afirmou o jornalista e deputado pernambucano Belarmino Carneiro.<sup>104</sup>

<sup>99</sup> Citações extraídas de: PONTES, M.P.S. FURTADO, B.F. Primeiros descobrimentos das minas do ouro na capitania de Minas Gerais. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das Notícias dos primeiros descobridores das minas...* Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1999, p. 171-177.

<sup>100</sup> CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. T. I. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1949, p. 181.

<sup>101</sup> CARTA que veio das Minas, dizendo por figura o estado em que se achavão: que veio no anno de 1727 a hum amigo. Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha de Manuscritos, [1727?], fl. 1v apud CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 36. A autora analisou as representações da natureza na carta.

<sup>102</sup> SANTOS, E.M.B. *O parque e a estrada: Uma análise acerca de conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944-1993)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015, p. 91-2; ESPINDOLA, H. S. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005, p. 28-9.

<sup>103</sup> Cf. SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 58-9; ELIAS. *O processo civilizador...*, p. 103.

<sup>104</sup> CARNEIRO, B. Correspondência, 17 fev. 1894. *O Estado de Minas*, 20 fev. 1894, p. 2; e 5 abr. 1894, p. 1 e 2.

Foi com essa mesma concepção de paisagem das zonas mineradoras que o poeta mineiro Cláudio Manoel da Costa (1729-1789) permeou seus versos de referências às Minas como um sertão hostil e de penhascos horríveis. Nascido numa fazenda do antigo distrito Vargem do Itacolomy, em Mariana, o poeta descreveu aquela serra como feia, ameaçadora e pedregosa.<sup>105</sup> A paisagem ideal para o poeta era a imagem idílica da literatura árcade, um horto cercado por campos férteis e águas tranquilas numa espécie de retiro de paz para um trato pastoril. Contudo, ela não foi vislumbrada na sua terra natal. Rios, montanhas, troncos e penedos, tudo lhe era horror naquele lugar áspero demais para ser amado.<sup>106</sup>

Nas *Obras Poéticas, Fábula do Ribeirão do Carmo* e nos cantos VII ao IX de *Villa Rica*, a sede política da Capitania e seus arredores precisavam que a ordem cultural dominasse a natureza. O poeta acreditava que o controle do mundo natural permitiria que a civilização chegasse àquela região, desenvolveria a vila e traria os tesouros escondidos no seio do gigante Itacolomi.<sup>107</sup> A admiração de Cláudio Manoel pela vida urbana e pelas paisagens amenas pastoris também foi compartilhada por outros literatos, políticos e artistas no século XIX, para quem o mundo do sertão e as serras mineiras não eram agradáveis, nem belas e pitorescas.<sup>108</sup>

### **O olhar valorativo sobre a natureza cultivada**

O termo pitoresco na pintura e literatura, antes apenas uma forma técnica de sistematizar e ornamentar as cenas, tornou-se um modo de definir os elementos atrativos e dignos de ser pintados. Essa percepção estética era marcada pela visão de que a paisagem ideal seria aquela na qual os elementos naturais estavam incorporados ao território humano. Nas cenas e nas descrições das paisagens predominava a valorização dos espaços conquistados, cultivados e melhorados pelo homem.<sup>109</sup> Ao representarem as tidas paisagens

<sup>105</sup> COSTA, C.M. Canto II. *Villa Rica*. Ouro Preto: Typ. do Estado de Minas, 1897, p. 16-18.

<sup>106</sup> Segundo Alcides e Souza, o poeta estava dividido entre dois mundos: o da rudeza dos sertões e o mais culto do litoral e do Reino. De volta da Europa, era como se ele entrasse num mundo incivilizado, com as águas barrentas e turvas e os picos que atemorizavam aqueles que os observavam. ALCIDES, S. *Estes Penhascos*. Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003; SOUZA, L.M. *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 129.

<sup>107</sup> “O Parnaso Obsequiosos, Parte II”, “Saudação à Arcádia Ultramarina”, Sonetos VIII, XIV, LXXXVII e a Écloga XIV, em: COSTA, C. M. *Obras poéticas* de (Glaucete Saturnio) - Tomo 2. 1729-1789 [Arquivo digital];

<sup>108</sup> Ver sobre exemplos de algumas críticas à forma como os brasileiros tratavam os aspectos naturais da nação, em: GARRETT, A. *Parnaso Lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, 1826, p. 39-44. [Arquivo digital]; WALSH. *Notícias do Brasil...*, p. 108. Estudo específico sobre a paisagem na arte brasileira em: GOMES, S. P. *Arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: C/Artes, 2008, p. 14-34-38.

<sup>109</sup> Sobre as visões de belo na natureza e a paisagem pitoresca, cf. CARVALHO. *Paisagem, historicidade e ambiente...*, p. 139-140; SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 34; HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 67.

naturais belas e pitorescas, as áreas rurais e os jardins ocuparam a maior parte das cenas, deixando os elementos “selvagens” e “incultos” no horizonte longínquo da cena.<sup>110</sup>

O sentimento e o gosto pela natureza domesticada produziram versões idealizadas do modo de vida rural, como um mundo de harmonia entre o homem e a natureza. A paisagem campestre foi apresentada como natural ao mesmo tempo em que o campo era valorizado como ambiente cultivado, numa espécie de “amalgama de natureza e arte”.<sup>111</sup> Em algumas culturas europeias, essas áreas se tornaram até mais desejáveis do que as cidades, quando se comparava aos problemas advindos do ritmo acelerado de industrialização e urbanização.<sup>112</sup>

O Brasil do século XIX era essencialmente rural, de economia voltada para a produção agroexportadora e governado pelos proprietários de terras.<sup>113</sup> A sociedade econômica, intelectual e politicamente atuante procurou conciliar a vida no campo - o lugar bucólico do idílico e das fontes de riqueza nacional -, com o modelo de modernização europeia que almejava - urbana e industrial. Preocupava-se com o desenvolvimento industrial e investiu nos serviços urbanos, como abastecimento de água, gás, escoamento do esgoto, iluminação pública, melhoria das vias, dos transportes, dentre outros. Com base na ideologia do progresso material e nos imperativos de civilização ocidental, via a necessidade de converter o mundo inculto das áreas “selvagens e escarpadas” em lugares produtivos. Para além, procurava modernizar as estruturas produtivas nos campos já cultivados, valorizando a modificação das técnicas e dos espaços para ampliar a exploração dos recursos naturais.<sup>114</sup>

Os viajantes europeus igualmente propuseram a inserção de todas as regiões do Brasil no processo produtivo. O mineralogista inglês John Mawe observou, em 1809, como os habitantes de Minas Gerais dedicados à mineração do ouro desprezavam as potencialidades da terra que, em suas palavras, se “devidamente cultivada, os recompensaria”.<sup>115</sup> O relato de Martius e do zoólogo Johann B. von Spix traduz a luta que julgavam necessária entre a civilização e a natureza, dizendo que “quando os habitantes deitarem abaixo as matas [...] e

<sup>110</sup> GOMES. *Arte brasileira no século XIX...*, p. 14-34-38; PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*, p. 29-30.

<sup>111</sup> O termo “ideal pastoril” foi adotado por Leo Marx para se referir a um conjunto de ideias sobre o modo de vida rural presente na atitude literária e nas pinturas, como uma nova idealização da paisagem campestre. Aponta que muitos historiadores preferem o termo “agrarianismo” para falar na persistência de “valores rurais” na consciência nacional. MARX, L. *A vida no campo e a era industrial*. São Paulo: USP, 1976, p. 11-2, 50.

<sup>112</sup> A dicotomia moderna entre o campo e a cidade foi realocada pelos intelectuais ao novo contexto social oitocentista e à nova ideologia que permitia, ademais, questionar as condições de vida e o modo de trabalho nos dois ambientes. Cf. THOMAS. *O homem e o mundo natural...*, p. 345-347; WILLIAMS. *O Campo e a cidade...*, p. 12, 50, 69-70; WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, v.5, n.2, 2003, p. 34; BAIROCH, P. Cidade/Campo. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 7. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987; BRESCIANI, M. S. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>113</sup> BOMERY. *O Brasil de João Pinheiro...*, p. 144.

<sup>114</sup> Conferir as construções analíticas de todo parágrafo em: PÁDUA. *Um sopro de destruição...*; HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; GOMES. *Arte brasileira no século XIX...*, p. 26.

<sup>115</sup> MAWE, J. *Viagem ao interior do Brasil*. Principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes - 1809. Valverde: Z. Editora, 1944, p. 177;

triunfarem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e a recompensarão plenamente”.<sup>116</sup>

Ao montarem suas observações variadas do Brasil, a maioria dos viajantes não se furtou às visões afirmativas da ordem humana, de controle e supremacia sobre a natureza.<sup>117</sup> Embora regidos por forças intrínsecas, os elementos naturais poderiam e deveriam ser controlados para usufruto da sociedade. Pautados de um discurso científicista e civilizador, tinham como motivação principal o conhecimento da natureza associado ao desenvolvimento econômico. Avaliavam os potenciais para o extrativismo mineral, vegetal e a agricultura, a disponibilidade de mão de obra e as suas qualificações para o trabalho nos moldes da técnica europeia. Mas também criticaram a produção agrícola e a de mineração, como vimos anteriormente, que deixavam uma paisagem de campos devastados. Esses observadores críticos se mostraram decepcionados com a condição dos vales e dos morros por onde passavam. Seus relatos foram tecidos com base na imprevidade e na falta de planejamento da ação sobre a natureza, realçando um caráter predatório na apropriação dos recursos.<sup>118</sup>

Sobre as proximidades de Ouro Preto, Luccock disse ser desesperador uma região toda que, em seu estado natural, produzia “excelente madeira e lindas matas”, transformada em “meros montões de pedra e cenas de desolação”.<sup>119</sup> Mesmo Martius, que desejava o controle da natureza pela cultura, fez uma das muitas críticas à paisagem resultante das “violentas queimadas das matas virgens” e que empobreciam a terra.<sup>120</sup> Essas construções narrativas nos informam não apenas quais eram as percepções sobre a apropriação da natureza que esses viajantes tinham, mas quais as modalidades técnicas do olhar paisagístico que traziam. As descrições que fizeram moldaram as imaginações e representações sobre o Brasil de tal forma que perduraram na memória sobre as paisagens de diversas regiões.<sup>121</sup>

Igualmente, diversos intelectuais, técnicos e políticos brasileiros fizeram estudos e comentários críticos sobre os problemas econômicos e sociais enfrentados pelo Brasil. Em

<sup>116</sup> SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981, p. 188.

<sup>117</sup> Ver RIBEYROLLES, C. *Brazil pittoresco*, v. 3. Paris: Lemercier, 1861, p. 81-85. Historiografia sobre os viajantes: AMARAL, M. B. *Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul, segundo os viajantes estrangeiros do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS/Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2003; BELLUZZO, A.M.M. *O Brasil dos viajantes*. vol. 3. São Paulo: Metalivros, Odebrecht, 1998.

<sup>118</sup> As referências sobre o conhecimento e controle da natureza, as descrições da paisagem e críticas ao uso das terras estão em: PÁDUA. *Um sopro de destruição...*; AMARAL. *Histórias de viagem e a produção cultural...*; LEONÍDIO, A. O conceito de paisagem em História. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2009, Fortaleza. *Anais...*, 2009, p. 1.

<sup>119</sup> LUCCOCK. *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, p. 326.

<sup>120</sup> SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820...*, p. 188.

<sup>121</sup> Cf. LEONÍDIO. *O conceito de paisagem em História...*, p. 1; QUEIROZ, H. N. Ouro Branco fixada na escrita viajante do século XIX. In: XXV SNH-ANPUH, *Anais...*, p. 11; MARQUESE, R. B. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeeira no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 7, maio 2008, p. 139.

comparação com as nações tidas como civilizadas, viam a situação do país numa etapa atrasada. Nas terras ocupadas tanto pela agricultura como pela mineração, apontaram a permanência dos “traços tradicionais” de produção, o que remetia a visão de rusticidade e degradação do ambiente.<sup>122</sup> Já nas regiões mais interioranas ou nos meios de difícil manejo, viam uma grande extensão de terras não colonizadas, desconhecidas e improdutivas, afastadas do ideal de vida moderna que desejavam.<sup>123</sup>

As narrativas dos viajantes estrangeiros e os estudos críticos dos brasileiros descreveram como as riquezas naturais eram desperdiçadas e apontaram como problemas para a nação a pouca ocupação do imenso território, a ineficiência do manejo do solo para a lavoura e de exploração das jazidas minerais, a falta de conhecimento por parte dos fazendeiros das novas máquinas e técnicas de produção e o sistema de trabalho ainda vigente, a escravidão. À reivindicação oitocentista do mito do paraíso tropical, cuja natureza seria dadivosa com grandes riquezas por todo o território, uniu-se a visão de que era preciso o trabalho da terra de forma racional para obter os benefícios dessas riquezas. Assim, concretizava-se a ideia de um país cuja vocação econômica poderia se expandir com a aplicação de métodos mais modernos e industriais no manejo dos recursos.<sup>124</sup>

### **Minas no processo de modernização**

Em Minas Gerais, as zonas do Sul e da Mata eram as que mais defendiam o “mito agrário”, isto é, a ideia de que a vocação econômica do Brasil era agrícola e exportadora. Essas zonas eram as mais próximas do universo cultural e social do litoral. Elas faziam fronteiras com o Rio de Janeiro e São Paulo, para onde escoavam a produção agrícola e mineral do estado e de onde vinham as principais referências culturais. Preocupadas com a produção nacional e a modernização dos campos, envolveram-se nos projetos políticos de formação profissionais e na introdução de novas técnicas e ferramentas para a agricultura.<sup>125</sup> Em Juiz de Fora surgiu a primeira escola agrícola do Império, cuja instrução buscava preparar lavradores, administradores e feitores de acordo com os princípios científicos mais modernos à época. No discurso de inauguração, afirmou-se a importância em se formar “exploradores

<sup>122</sup> PÁDUA. *Um sopro de destruição...*; KURY. *Ciência e nação: Romantismo e história...*

<sup>123</sup> TORRES, R.G. A crítica ao sistema escravista e a orientação econômica no Brasil Império nas narrativas sobre a degradação da paisagem. In: IV EPHIS-UFMG, Belo Horizonte, 2015, *Anais...*, Temporalidades, Belo Horizonte, v. 6, Supl., 2016, p. 1163-1166.

<sup>124</sup> RONCAGLIO. *A ideia da natureza como patrimônio...*, p. 112.

<sup>125</sup> Para historiografia a respeito das regiões Sul e Mata, ver: CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*; VISCARDI. *A capital controversa...*; A ideia de vocação e a modernização da atividade agrícola como um projeto político, ver: HEIZER, A; VIDEIRA, A.A.P. (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010; DULCI. *João Pinheiro e as origens do desenvolvimentismo...*, p. 127.

do progresso, classe de reformadores, que plantariam a verdadeira agricultura, que produz sem destruir e eleva o algarismo das condições materiais do trabalho”.<sup>126</sup>

Para além dos problemas econômicos, preocuparam-se com questões ligadas ao mundo urbano, como o crescimento das cidades, a habitação, a saúde, a arquitetura, a ampliação das vias públicas, etc. Nas disputas pela mudança da capital, a questão urbanista, higienista e agrícola tomou grande proporção na crítica às vilas e cidades das zonas mineradoras, como vimos no tópico anterior em relação à Ouro Preto. Outrora consideradas as mais urbanas e ricas do país, passaram a ser descritas de forma negativa, como de cidades mal construídas, de serras impróprias para a agricultura e que dificultavam o desenvolvimento urbano. Eram paisagens contrastantes à ideal projetada para o país. Essa visão estabelecia não apenas críticas à configuração natural e a estrutura urbana e econômica das zonas rivais, mas, sobretudo, procurava definir diferenças, estabelecendo verdadeiras fronteiras culturais para “dar a conhecer e fazer reconhecer” as regiões assim delimitadas e seus modos de vida.<sup>127</sup>

Para os grupos políticos e elites agrárias do Sul e Mata, continuar mantendo a capital longe do litoral seria como condenar Minas ao atraso. Por isso, lutaram para que o Congresso optasse por uma de suas cidades para ser a nova capital. Citavam as extensas cadeias montanhosas do interior do estado como distantes do sistema produtivo, dos ideais de progresso e da civilização. Por certo, essas identificações das áreas geográficas e históricas de Minas traduzem a escolha por determinadas características a partir da percepção que se tinha do espaço e das dinâmicas econômicas, sociais e políticas envolvidas.<sup>128</sup>

Já para os mudancistas que queriam a permanência da capital na parte central do estado, era preciso construir do zero uma nova cidade. Queriam um lugar que permitisse o alargamento dos limites urbanos e que fosse fértil em solo e águas, para que as colônias agrícolas pudessem ser instaladas próximas ao centro urbano. O principal motivo para defenderem a mudança vinha da ideia de modernização e do rompimento com o passado. Mesmo oriundos de cidades nas zonas mineradoras, a maioria deles estava ligada ao mundo agrário, sendo donos de propriedades rurais e defensores da agricultura como a atividade mais segura quando comparada às incertezas da exploração mineral.<sup>129</sup>

<sup>126</sup> Inauguração da Escola Agrícola “União e Indústria” no Juiz de Fora (Província de Minas Geraes). *Rev. Agric.*, n. 1, 1869, p. 49-51; A REFORMA Agrícola. *Rev. Agric.*, n. 1, 1869, p. 2 e 3

<sup>127</sup> Sobre fronteiras que produzem a diferença cultural ao mesmo tempo em que é produto desta, diz Bourdieu que qualquer enunciado sobre a região, que funciona como argumentos de diferenciação, contribui para favorecer ou desfavorecer o reconhecimento da importância de algum lugar. BOURDIEU. *O poder simbólico...*, p.116 e 120.

<sup>128</sup> VISCARDI. *A Capital controversa...*, p. 30. Sobre a determinação de características que identificavam as regiões, ver MENESES. *Escalas espaço-temporais...*, p. 6.

<sup>129</sup> Cf. SILVA. *A caducidade das Disposições Transitórias...* p. 91; CARVALHO. *Ouro, terra e ferro: vozes de Minas...*, p. 64-74.

Os antimudancistas também defendiam o ideário de progresso e modernização. Não omitiam a importância da agricultura e da indústria para a economia da nação e propuseram criar colônias agrícolas na Serra do Itacolomi, como vimos nas propostas de melhoramentos. Mas afirmavam que o país não poderia viver somente da lavoura e discutiram questões ligadas à extração mineral voltada para a produção industrial<sup>130</sup>. A palavra-chave do século era a “marcha” do progresso sobre as áreas improdutivas, onde “as águas profundas, as altas montanhas, as extensas planícies e as fundas grutas da terra” se tornassem parte do domínio do homem, desde que investimentos fossem feitos.<sup>131</sup> O progresso era visto como a garantia de uma nova relação com a natureza, no qual as técnicas modernas, as redes urbanas e o domínio dos recursos estavam presentes. Procurando inserir a cidade nesse processo, os ouro-pretanos disseram que a região tinha condições para prosperar e modernizar. Usaram como exemplo a estrada de ferro, esperada por anos como o que traria desenvolvimento e como testemunho do esforço para superar os obstáculos naturais. A primeira locomotiva na capital foi motivo de festa geral, recebida como parte da chegada dos tempos modernos. Nos jornais, a repercussão mostrava esperanças de que os “echos do Itacolomy secularmente adormecidos” seriam sacudidos, em referências às riquezas que as serras ao redor da capital guardavam.<sup>132</sup>

Com relação às serras mineiras, usando as palavras de Belarmino Carneiro, a imagem predominante era de “extensas muralhas que pareciam erguidas pelo esforço de raças sobre humanas”, com sua aparência “formidável de barreira inacessível [...], formando obstáculo insuperável à obra dos homens”. Mas continuou que as serras, que pareciam dizer “Parai ou retrocedei!”, agora enfrentavam a marcha do progresso com sua força invencível, seguindo seu caminho sob “as mais temerosas alturas” e “os mais profundos vales”.<sup>133</sup> Nos discursos sobre as obras na cidade, as montanhas ao redor não representavam mais limites para o homem, pois a luta contra o mundo natural já havia sido ganha pela ciência e pela civilização, domesticando a natureza. Para além, reforçaram que as serras de Ouro Preto não repeliam a fixação e a cultura, afirmando ainda a existência de terras produtivas nas quais a agricultura poderia se desenvolver, com a instalação de uma Escola Agrícola e de colônias para pequenos produtores. Nesses empreendimentos, as técnicas modernas seriam o instrumento para

---

<sup>130</sup> Trataremos especificamente deste ponto no nosso segundo capítulo.

<sup>131</sup> TOCQUEVILLE, M. *Democracy in America*. Edimburg Review, out. 1840 apud. MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 131, 137-9.

<sup>132</sup> *Liberal Mineiro*, 12 jun. 1886, p. 2 e 3; Ramal ouro-pretano. *A Província de Minas*, 23 dez. 1887, p. 1.

<sup>133</sup> CARNEIRO. *Correspondência...*, 20 fev. 1894, p. 2.

converter os morros e serras em uma espécie de “jardim” dentro da ordem econômica vigente, ou seja, um lugar formado por elementos naturais controlados e de ambiente produtivo.<sup>134</sup>

Trouxeram para os projetos de melhoramentos as discussões presentes na atmosfera da *Belle Époque*, como o remodelamento do espaço público aos moldes dos projetos urbanistas, as teorias higienistas e preocupações com a disponibilidade dos recursos naturais.<sup>135</sup> Reforçaram a ideia de que Ouro Preto era “uma cidade fresca, de clima bom e excelente” para combater as doenças que preocupavam a população urbana.<sup>136</sup> Diversos jornais, principalmente no assumido antimudancista *A Ordem*, fizeram grandes apelos para que os governantes refletissem a respeito da depreciação da cidade mais como consequência de interesse político regionalista do que necessariamente pela falta de atributos naturais.<sup>137</sup>

Essas vozes econômicas e políticas compartilhavam a visão de que a riqueza de Minas Gerais vinha do ato de conquistar, conhecer e controlar o mundo natural. A utilização da nova ciência, as ideologias de progresso e de desenvolvimento urbano e industrial eram aliadas à visão de que a natureza se constituía de sistemas materiais que poderiam e deveriam ser explorados em benefício da humanidade. Como forma de organizar o espaço e representar os elementos naturais, a ideia de paisagem para eles era continuamente utilizada em meio às questões referentes, por exemplo, ao trabalho da terra e à sua utilidade para a sociedade. A importância da paisagem de um lugar era realçada por uma “veneração de certos sentidos sociológicos ou econômicos”<sup>138</sup> na apropriação da natureza de acordo com as doutrinas econômicas, científicas e industriais. Delas resultam as imagens de espaços selvagens, incultos ou mesmo vazios, bem como críticas às atividades taxadas de antigas, rudimentares, destruidoras e decadentes. Igualmente, resultaram na crença de que um novo estágio de desenvolvimento traria a renovação econômica e social daquela região.<sup>139</sup>

Contudo, os antimudancistas também travaram outros olhares para além da visão iluminista sobre a natureza, inserindo a sensibilidade romântica e a estética do sublime na

---

<sup>134</sup> A respeito da domesticação da natureza no processo civilizador, com a ciência e a técnica, cf. RONCAGLIO. *A ideia da natureza como patrimônio...*, p. 119; MARX, L. Afterword. In: *The Machine in the Garden: technology and the pastoral ideal in America*. New York: Oxford University Press, 2000, p. 375.

<sup>135</sup> Sobre a relação da sociedade com o espaço urbano e as ideias de modernização, ver: HALL, P. *Cidades do amanhã*. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1995; PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*; MONTAVANI. *Melhorar para não mudar...*

<sup>136</sup> *Liberal Mineiro*, 12 jun.1886, p. 3.

<sup>137</sup> *A Ordem*, 22 nov. 1890, p. 3 e 4; e 11 nov. 1891, p. 3.

<sup>138</sup> MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 73.

<sup>139</sup> Interpretações sobre a conquista da natureza pelo homem dentro da ordem vigente, presente em todo o parágrafo, extraídas de: DOULA.; COSTA. *Ciência, natureza e crítica ambiental...*, p. 3; AMARAL. *Histórias de viagem e a produção cultural...*, p. 15 e 28; LEONIDIO. *O conceito de paisagem em História...*; CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 92.

valoração da Serra do Itacolomi e, em especial, o seu Pico.<sup>140</sup> Chamaram a atenção para diversos modos de ocupação daquele ambiente de acordo com os gostos, sentimentos e práticas ligadas à sociedade mais moderna. Desse modo, nos registros daquele piquenique, realizado no momento em que a questão mudancista e de crítica à topografia ouro-pretana, trouxeram as partes altas do maciço como um lugar adequado para as atividades recreativas e necessidades higienistas das sociedades urbanas em busca de ambientes tranquilos e salubres; espaços para realizar explorações científicas, econômicas e um lugar de sociabilidade à disposição dos ouro-pretanos e dos visitantes da cidade. Era um lugar relacionado aos elementos selvagens, mas perfeitamente adaptável ao mundo civilizado através das práticas culturais que poderiam ser ali realizadas. A realização daquele passeio festivo segundo o estilo campestre demonstrava que ali, em meio às montanhas, em terrenos íngremes e pedregosos, também se poderia gozar da vida burguesa e do campo.<sup>141</sup> Que foi justamente uma das necessidades apresentada pelos mudancistas para retirar a capital dali.

No ponto a seguir, veremos como no contexto de ampliação do gosto artístico e literário pelas cenas urbanas e vistas panorâmicas das cidades, outras atenções para o Itacolomi foram igualmente despertadas nos relatos e representações da cidade. Não mais como uma natureza selvagem longínqua no horizonte limítrofe da cena, mas como parte da paisagem de Ouro Preto.

### 1.3 – NOVAS PERCEPÇÕES, IDEIAS E ATITUDES

Com a predominância de uma visão de paisagem e ordem socioeconômica sobre a região de Ouro Preto, embalada pela imagem de decadência e feiura, os antimudancistas reagiram ao que chamaram de insulto ao solo sagrado dos mineiros. Na luta simbólica pela representação daquele lugar, propuseram novos olhares sob o panorama da cidade, criando outra paisagem em resposta à caracterização negativa que fora produzida. De acordo com Bourdieu, os grupos regionalistas lutam para inverter as características estigmatizadas, criando sua própria visão de identidade social e a representação do seu território. Em lutas travadas num momento de perturbação histórica, alguns lugares que por muito tempo foram levados à indiferença passam a ser observados e reinterpretados.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> Como sintetizado por Capel, o sublime na natureza seria o estado puro, de elementos que chegam a causar temor. Já o belo seria o tratamento o ornamentado, o modelado na paisagem. CAPEL, H. *La morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

<sup>141</sup> E.L. Mudança da Capital – Extraído do Jornal de Minas. *A Ordem*, 6 jun. 1890, p. 1.

<sup>142</sup> BOURDIEU. *O poder simbólico...*, p. 126-7, 139, 146. Sobre as condições históricas como responsáveis pela alteração de olhares e sentidos, ver: BLOCH. *Introdução a história...*, p. 92.

Nas suas ponderações sobre a topografia e a improdutividade dos solos, os antimudancistas descreveram a paisagem de Ouro Preto como uma bela composição cenográfica, até mesmo pelo aspecto antigo das casas e pela imponência das serras. Destacaram os prédios públicos, igrejas, casas, traçado das ruas, fazendas e florestas emolduradas pelas serras que se erguem no horizonte. Procuraram representá-la como parte de uma região “coberta de ouro, mar de ferro por todos os lados, terra fértil para toda a cultura e empório comercial”; cercada pelo “magestoso Itacolomy que domina o horizonte com seu bico aquilino, como se fora altiva águia em repouso, olhando sobranceira para ocidente”; um panorama “deslumbrante e encantador” oferecido aos artistas.<sup>143</sup>

Enquanto se discutia os motivos para a mudança, os jornais publicavam as descrições do Itacolomi feitas por artistas brasileiros para compor a paisagem pitoresca de Ouro Preto. O jornal *A Ordem* reproduziu a poesia do ouro-pretano Bernardo Guimarães (1825-1884), dizendo que o “núcleo colossal do Itacolomy [...] se eleva de forma pitoresca e graciosa” e a vista das montanhas fazia com que seu espírito se tingisse dos reflexos daquelas “risonhas paisagens”.<sup>144</sup> Por sua vez, o pintor paraibano Aurélio Figueiredo (1856-1916) escreveu no *Jornal do Comércio* suas impressões de viagem, com as seguintes palavras sobre Ouro Preto e sua subida no Itacolomi: “Nada mais agradável ao espírito afeito ao estudo e à contemplação da natureza do que um salto a regiões desconhecidas e inexploradas [...]”. Visitar a cidade era dar um “salto no espaço e no tempo”, pelo seu “aspecto inalterado do século XVIII”. Seu quadro paisagístico era de uma cidade “rodeada por uma cadeia de montanhas de aspecto áspero e grandioso, talhadas em linhas ora graciosas ora abruptas, e coloridas de tons verdejantes ou plúmbeos [...]”. A formação rochosa do Itacolomi era para ele perfeita e, juntamente com as demais rochas menores que seguiam, proporcionavam “raríssimos espetáculos” pouco vistos de “tão extraordinários”. Eram como os “destroços ou as ruínas de algumas cidades pré-históricas; colunas, obeliscos, fustes, muralhas, desordem pela brutalidade da comoção geológica”.<sup>145</sup>

Nas palavras de Luiz Costa, produtor de um álbum de vistas de Ouro Preto, em 1889, aquelas serranias tinham um “aspecto risonho e agradável em tempo de sol” pelo céu aberto que possibilitava vislumbrar toda a região. Para o fotógrafo, era o desalinhado de casas, a

<sup>143</sup> Citações extraídas de: GUIMARÃES, B. A garganta do inferno – Lenda. *A Ordem*, 31 maio 1890, p. 2 e 3; PALMELLA, J. Ouro Preto ou antiga Villa Rica. *Estado de Minas Geraes*, 26 nov. 1891, p. 3.

<sup>144</sup> GUIMARÃES. *A garganta do inferno...*, p. 2 e 3.

<sup>145</sup> Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo é famoso pelo seu quadro “Suplício de Tiradentes”, de 1892, e era irmão do pintor Pedro Américo, do “O Grito do Ipiranga” e “Tiradentes esquarterado”. Trechos de Aurélio de Figueiredo transcritos em: Viagens, Ouro Preto. *Minas Geraes*, Ouro Preto, 16 maio 1893, p. 4 e 5; CARNEIRO. *Correspondência...*, 20 mar. 1894, p. 1 e 2.

tortuosidades das ruas íngremes e a visão “admirável do Itacolomy” que dava um “tom variadíssimo e atraente no quadro, que o faz ganhar muito pelo lado pitoresco”.<sup>146</sup> Ao se referir aos críticos da cidade que lhe deram fama de feia, afirmou o contrário quando a comparou com a tão admirada cidade do Rio de Janeiro. Aponto que a capital do país era a mais elogiada pelos seus cenários urbanos, nos quais a imponente presença dos blocos rochosos do Corcovado e do Pão de Açúcar não era um aspecto negativo na paisagem. Disse que a capital mineira era ainda mais pitoresca, pois ali se via a obra do tempo e dos homens até nas ruínas e nos morros descalvados e a obra da natureza com a presença da Serra do Itacolomi e seu pico distinguível no panorama. Termina dizendo ter esperanças de que Ouro Preto fosse vista como “qualquer cidade suíça”, admirada justamente por ser “cheia de alcantis e palafites”.<sup>147</sup>

O uso de expressões comuns da linguagem artística e literária, como “panorama agradável” de um elemento majestoso, fazia referência aos quadros de paisagem e de vistas de cidades que se expandiram e popularizaram no Brasil naquele século. Ao observar um número significativo dessas produções, Belluzzo analisou a existência de outros modelos apreciativos das formações rochosas e das montanhas para além da visão instrumental dos recursos naturais.<sup>148</sup> Esses modelos também marcaram a forma como a serra e, principalmente, como o Pico do Itacolomi foi representado e apropriado pelos antimudancistas como elemento expressivo e fundamental na paisagem ouro-pretana.

### **A sublimidade das montanhas**

As representações da natureza tida como selvagem ascenderam no gênero da paisagem desde o século XVI, em sua maioria nas produções germânicas e holandesas. Ao se aproximarem da experiência científica e do movimento romântico (e as ideias filosóficas que o precederam, chamadas de pré ou proto-romantismo) surgiram novas sensibilidades e atitudes para com o mundo natural, que colocaram as montanhas e as rochas também como aspectos exuberantes e espetaculares a serem contemplados.<sup>149</sup>

No Romantismo, a apreensão da natureza se dava como fonte de riquezas materiais e de forma contemplativa. Diferente do mecanicismo nas ciências e da tradição literária e artística, o Romantismo propunha ver a natureza em sua singularidade e originalidade,

<sup>146</sup> COSTA, L. Álbum de visitas de Ouro Preto. *Panorama*, Ouro Preto, 1 mar. 1889, p. 1.

<sup>147</sup> COSTA, L. Álbum de visitas de Ouro Preto. *Panorama*, Ouro Preto, 1 mar. 1889, p. 1.

<sup>148</sup> BELLUZZO. *O Brasil dos viajantes...*, p. 11. O característico na estética seria o caráter singular e original de algo que, no plano simbólico, representava um povo ou lugar. Cf. SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 38-44.

<sup>149</sup> BELLUZZO. *O Brasil dos viajantes...*, p. 19-22. A ideia da natureza como espetáculo remonta à Antiguidade, com a prática de observação dos fenômenos naturais. Cf. SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 123.

destacando aqueles aspectos que caracterizavam<sup>150</sup> um lugar ou uma região. A experiência romântica alemã, por exemplo, acenou para os sentimentos que surgiam diante da grandiosidade do mundo natural, mesmo daqueles lugares considerados selvagens.<sup>151</sup>

O gênero da paisagem ganhou novo alento no momento em que as ciências naturais direcionaram seu olhar para a imponência e as forças da natureza.<sup>152</sup> Simmel, ao analisar a sedução que os europeus tinham pelas formas alpinas, apontou que os homens reconheceram o caráter dinâmico da natureza independentes da ação antrópica e um tempo alheio à presença humana no mundo.<sup>153</sup> Despertados pela curiosidade e intenção de divulgar a natureza, abstraíram em algumas representações o desejo predominante pelo formal-estético dos espaços humanizados. Para além, os estudos sobre as Américas feitos pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt trouxeram a ideia de uma natureza singular e que afetava a sensibilidade. Em suas observações, o conhecimento científico não se desligava da experiência estética, pois seria questão de conhecimento apreciar as belezas do mundo natural. Ele propunha apreender as forças físicas pelo olhar estético, que davam um caráter único na composição da paisagem, como no contorno das montanhas ao limitar o horizonte e no tom de mistério da escuridão dos bosques, das selvas e das rochas pontiagudas.<sup>154</sup>

Seguindo o modelo humboldtiano, o naturalista e pintor alemão Carl Gustav Carus fez várias reflexões sobre a formação das paisagens a partir da observação das montanhas. Propôs o modelo fisognômio, que buscava perceber aquilo que dava feição única e coerente à uma multiplicidade de traços isolados na paisagem, como os picos pontudos em uma mesma direção ou uma formação mineral específica, os climas e as cores, etc. Esse modelo e os estudos de Humboldt influenciaram muitos naturalistas e artistas que construíram suas descrições das paisagens no Brasil, nas quais os rios, mares, planícies, montanhas e cavernas se enquadravam numa escala de medição que provocava a sensação de sublimidade, de respeito e veneração pela natureza.<sup>155</sup>

<sup>150</sup> O característico na estética seria o caráter singular e original de algo que, no plano simbólico, representava um povo ou lugar. Cf. SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 38-44.

<sup>151</sup> A respeito do sensibilidade romântica conformando novas sensibilidades para com a natureza, cf. CARVALHO. *Paisagem, historicidade e ambiente...*, p. 141-143; RICOTTA, L. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003; PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*, p. 39.

<sup>152</sup> Ver também PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*, p. 39.

<sup>153</sup> SIMMEL, G. A Ruína. In: SOUZA, J. de & OËLZE, B. (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UNB, 1998.

<sup>154</sup> Cf. CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 103; SCHAMA. *Paisagem e memória...*, p. 250-9, 264-8; LEONIDIO. *O conceito de paisagem em História...*; RICOTTA. *Natureza, ciência e estética...*, p. 12, SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 104-108.

<sup>155</sup> Baseado na Fisiognomia Moderna, Carus escreveu o seu *Esboço para uma Fisiognomia das Montanhas*, onde teorizou sobre a contemplação do caráter exterior e interior das montanhas a partir dos estudos geológicos. SALLAS, *Ciência do homem e sentimento...*, p. 107-108.

A ideia de sublimidade da natureza teve uma influência decisiva na maneira como o mundo natural passou a ser valorado nas paisagens. O sentimento do sublime seria resultado da experiência e do fascínio diante do desconhecido e do grandioso - como a imensidão do céu e do mar -, e das manifestações da natureza que não poderiam ser controladas - como as tempestades e maremotos, para exemplificarmos.<sup>156</sup> Para Kant, o sublime se associava às emoções que podiam ser provocadas pela vista de uma cadeia montanhosa com seus picos de formas escarpadas subindo às nuvens ou outras composições. Estar frente a frente com a imensidão despertava o sentimento de pequenez e insignificância em relação à natureza e a curiosidade pelas formações irregulares da Terra. Colocou que a altura elevada das montanhas e suas formas originais eram sublimes e admiráveis. Mas elas ainda não despertavam os mesmos sentimentos de tranquilidade e harmonia associados às paisagens belas, como os prados e vales floridos, considerados agradáveis.<sup>157</sup> Já para Rousseau, as montanhas tinham uma beleza própria que só agradava às almas sensíveis, parecendo horríveis às outras. A partir de então, complexas distinções entre as paisagens consideradas belas e sublimes surgiram.<sup>158</sup>

Na Europa, formou-se uma elite composta por vários pintores, escritores e viajantes que percorriam as terras longínquas. Muitos deles ingressaram nas expedições científicas e artísticas para o Brasil, desejosos em “ver com os próprios olhos” a natureza dos lugares distantes que tanto liam ou ouviam falar.<sup>159</sup> Ao adentrar no território para além do litoral, o modelo neoclássico e pastoril não se encaixava naquele emaranhado de florestas, serras e rios que se descortinava diante de seus olhos. Baseados no estilo de observação direta e imediata, buscaram nos elementos naturais novos encantos pitorescos para conseguir descrever suas experiências e transmitir suas sensações. Formularam, assim, imagens moldadas pelos seus interesses ao se deslocarem para esses lugares - com suas visões desabonadoras ou enaltecidas da região -, pelas descrições minuciosas da flora, fauna e formações geológicas e pelo sentimento de sublimidade diante dos espetáculos da natureza.<sup>160</sup>

Procuraram também tornar seus registros compreensíveis dentro dos valores e padrões eurocêntricos, tanto na linguagem como na publicação de vários desenhos para satisfazer suas

<sup>156</sup> Ver em: CARVALHO. *Montanhas e Memória...*, p. 180-6; PEREIRA, J.C.; FAVERO, F. A experiência na paisagem: a vivência estética, o sublime e o menor. *Textura*, Canoas, n.30, jan/abr. 2014, p. 110; MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 68.

<sup>157</sup> KANT, E. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. In: RIBON, M. *A arte e a natureza*. Campinas: Papyrus, p. 84, 145-6 e 191. Ver também SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 84-5.

<sup>158</sup>; ROUSSEAU, J. J. *La Nouvelle Héloïse*, IV parte, lettre XVII apud ALMEIDA, F. O orofilismo de J. J. Rousseau. *Biblos*, v. IV, n. 10-11, nov-dez. 1928, p. 12. Cf. em: SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 84-5.

<sup>159</sup> KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Hist. Cienc. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, supl., 2001.

<sup>160</sup> Cf. SCHWARCZ, L. M. Paisagem e Identidade. A construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, jan/jun 2009, p. 26-8; KURY. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista...*; SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 66.

clientelas na Europa. Os temas de paisagem encantaram os europeus interessados em conhecer os lugares distantes, que consideravam exóticos e selvagens. Já no início do século XIX, havia um mercado formado por livros sobre as “maravilhas e horrores” da Terra, nas quais as formações geomorfológicas e os sistemas ecológicos foram destacados.<sup>161</sup>

As cenas produzidas permitiam ao observador contemplar uma natureza diversificada, mas que dava a ideia de uma unidade harmônica no cenário. Naquele período, a vista panorâmica representava o modelo paisagístico mais utilizado por dar essa visão de espaços amplos, com mais detalhes e tonalidades. Para abarcar com o olhar a região, em seus aspectos sociais e naturais, era fundamental procurar um ponto mais elevado para se ter uma dimensão mais longínqua. Esse fator conferia destaque às montanhas no horizonte de observação, formações sublimes que passaram a ser tratadas como pitorescas na natureza.<sup>162</sup>

Nos quadros de vistas das cidades eram considerados pitorescos quando traziam a presença viva das forças da natureza, como a aparição das grandes montanhas ou quedas d’água, que despertavam o sentimento do sublime. Nessas circunstâncias, tornou-se comum os passeios pelos arredores para encontrar essa natureza e formar quadros que maravilhassem os observadores. Nos registros desses passeios, o leitor também era convidado a participar da emoção da vista experimentada pelo narrador e estimulado a fazer o mesmo percurso. Foram nesses registros que se consolidaram expressões como o “esplendor das montanhas”, as “gloriosas alturas” e referências aos picos como locais de “arrebatamento” e “êxtase”. Aos poucos, as montanhas deixaram de ser consideradas sombrias e ameaçadoras e passaram a ser vistas como componentes belos no cenário e motivo de orgulho para algumas regiões.<sup>163</sup>

No Brasil, as primeiras representações artísticas e descrições científicas que traziam as altas serras e formações rochosas como “maravilhas da natureza” no panorama foram

---

<sup>161</sup> Ao expor sobre a percepção da natureza e a paisagem construída pelos artistas e naturalistas, Diderot constatou como essa última permitia ao observador atravessar, num instante e sem sair de sua casa, o Atlântico e vislumbrar cidades distantes, florestas consideradas exóticas e os panoramas de vastas regiões a partir do alto de uma montanha. Mas tanto ele como, posteriormente, August Schlegel perceberam a imbricação estreita entre a percepção do mundo sensível e a construção de cenas. A paisagem das telas e dos textos era a expressão do interesse de quem a produzia, fruto de seu olhar e tratamento estético ao serem publicadas. O encantamento pela natureza invocava a necessidade do pintor da paisagem, que traduziam as imagens para serem apreciados pelo público, com alterações que davam um caráter de peculiar e agradável àquelas cenas. Cf. em SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 8-11,70-1, 99 e 123; PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*, p. 18.

<sup>162</sup> O panorama era um recurso utilizado para conferir ordem à composição corográfica e incluir os elementos culturais ligados à etnografia, à produção e aos costumes sociais, bem como os elementos naturais: os rios, cachoeiras, as colinas, os vales e as montanhas, etc. Já visão prospectiva permitia um panorâmica a partir de um ponto alto. Cf. PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*, 40; CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 233; SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 130;

<sup>163</sup> Referências de todo o parágrafo, cf. BELLUZZO. *O Brasil dos viajantes...*, p. 19-22; SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 143 e 151; CARNEIRO. *A constituição dos patrimônios naturais...*, p. 105.

produzidas a partir das vistas<sup>164</sup> do Rio de Janeiro. Porta de entrada para os estrangeiros, o Rio tornou-se também o cartão-postal de divulgação do Brasil na Europa como destino turístico. Seu aspecto pitoresco, nas palavras de Varnhagen, devia-se “as serranias azuladas pela distância, em que píncaros alcantilados e nus parecem encarapitar-se a desafiar as nuvens, [...]”. Já os morros graníticos, tanto a direita quanto a esquerda, “elevam-se como portões da baía escarpados rochedos, banhados pelas vagas do mar”, contrastando igualmente com “as várzeas e encostas vestidas de vigorosa vegetação [...] em bela monotonia”.<sup>165</sup>

Spix e Martius igualmente admiraram aquela composição, descrevendo o Rio como um mágico panorama de rochas, de mar e de ilhas, “limitadas no fundo por uma serra coberta de matas, como jardim paradisíaco de exuberância e magnificência”. Entre os grandes blocos rochosos, os artistas, os naturalistas e os intelectuais destacaram como sentinelas o Pão de Açúcar e, na outra extremidade, a Gávea; mais ao centro, descreveram o Corcovado, onde o homem poderia subir para, “absorto, admirar o conjunto de tantos prodígios”.<sup>166</sup>

Quando percorreram Minas Gerais, esses viajantes preocuparam-se em observar as formações geomorfológicas em seu aproveitamento econômico. Procuraram especificar o tipo de mineral, a inclinação, as camadas, a cor e os usos possíveis. Registraram ainda as sensações causadas ao espírito diante dos altos píncaros rochosos. Ao comparar São Paulo e Minas, observaram que a paisagem desta última ia tomando um aspecto grandioso na medida em que as montanhas se tornavam mais altas e mais escarpadas. Olhando dos vales ou das campinas, as rochas maciças nos cumes ou que interrompiam as encostas verdes davam-lhes a impressão de estarem fechados entre paredes de montanhas abruptas. Porém, ao chegarem até um ponto alto, onde podiam ter uma visão mais panorâmica da região, relataram que tudo ia tomando uma feição alpina dos quadros romantizados.<sup>167</sup>

Sobre o Itacolomi, Martius disse ter contemplado do topo de um morro “o magnífico panorama de todas as serras”, dominadas por aquele “alto píncaro, ponto central de um grande sistema de montanhas”.<sup>168</sup> Pohl também destacou sua visão do Pico a partir da atual Praça da Inconfidência. Embora criticasse a localização de Ouro Preto, apontando o panorama fechado e serras não cultivadas, disse ter se surpreendido com a vista pitoresca do bloco rochoso como pano de fundo da cidade. De uma elevação fora da cidade, gozou o “belo panorama”,

<sup>164</sup> Entre os séculos XVII e XVIII, o termo *scenery* foi cunhado na medida em que se compreendeu que a contemplação é um ato consciente e externo à cena visualizada. CORREA, D. S. Paisagens através de outros olhares. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, 2015, p. 268.

<sup>165</sup> VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, E. e H. Laemmert, 2 tomos, 1854-1857, p. 248-9. Cf. também sobre a construção paisagística do Rio de Janeiro em: PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*

<sup>166</sup> SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*..., p. 43.

<sup>167</sup> Descrições feitas por Spix e Martius, cf. SALLAS, *Ciência do homem e sentimentoda...*, p. 65-7, 126 e 131-3.

<sup>168</sup> SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*..., v. 1, p. 193 e 201.

especialmente aquelas “grotescas massas de rochedos” na Serra do Itacolomi, que davam ao lugar o merecido nome de Boa Vista.<sup>169</sup> Para o geólogo alemão Hermann Burmeister, que contemplou o Itacolomi do alto do Morro do Patíbulo, em Mariana, aquele panorama o satisfazia plenamente pela “beleza da natureza unida às obras dos homens”.<sup>170</sup>

Em várias descrições de paisagem, vemos uma diferenciação nas observações mais gerais sobre o Itacolomi. De acordo com o lugar de onde o observador chegava para contemplar a cidade e arredores, experimentava graus diferentes de regozijo, dando um caráter estético individual para a paisagem dominada por serras. Em sua maioria, as observações do Itacolomi feitas pelos naturalistas e artistas procuravam colocá-lo como parte indissociável da paisagem de Ouro Preto. Integram a serra ao longe no horizonte, fora do espaço urbano, encarnando a ideia de uma natureza selvagem. Mas aquela formação rochosa, sempre presente no campo de visão panorâmica da cidade, dava um ar romântico e pitoresco à paisagem, assim como o Corcovado e o Pão de Açúcar conferiam ao Rio de Janeiro.

Não bastava apenas observar de longe as altas serras e os picos rochosos, interpretá-los como espaços sagrados intocados ou grandiosos que barravam a conquista humana. Era preciso subir ao mais alto ponto para conhecer e vivenciar a sublimidade alpina. Segundo Alessandra Carvalho, as explorações científicas aliadas às pretensões expansionistas e montanhistas também buscaram as experiências sensoriais *in loco*, permitindo contemplar e interpretar as montanhas de outra forma.<sup>171</sup>

### **A conquista das alturas**

No século XIX, iniciou-se uma espécie de atividade nas montanhas brasileiras na qual a ciência e a contemplação da natureza foram os grandes motivadores. Para Tuan, a experiência é o termo que abrange as diferentes maneiras com as quais conhecemos e construímos parte da nossa realidade. Tal realidade é tomada pelos sentidos, pela percepção visual e pela maneira indireta de simbolização do espaço e lugar. Se “experenciar é aprender”, a cultura das excursões exerceu grande influência na conquista das alturas, permitindo ao homem ter novas atitudes e sentimentos intensos ao experienciar as montanhas.<sup>172</sup> O encontro com o ambiente alpino significava descobertas e suscitava emoções que permitiam ao homem apreciar o panorama. Podemos compreender, assim, como as

<sup>169</sup> POHL. *Viagem no interior do Brasil...*, p. 391, 410-33

<sup>170</sup> BURMENSTEIN, H. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Martins, 1952, p. 186 e 193.

<sup>171</sup> Montanhista como uma atividade que busca percorrer as montanhas e contemplar o panorama. CARVALHO. *Montanhas e Memória...*, p. 20-1. Cf. também CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 129.

<sup>172</sup> TUAN. *Espaço e lugar: a perspectiva...*, p. 9 e 13.

expedições científicas e os passeios turísticos contribuiram para que se desenvolvesse um contato mais próximo e um pensamento positivo sobre as serras e picos rochosos.<sup>173</sup>

Até por volta de 1880, as expedições em direção ao cume da Serra do Itacolomi tiveram, em sua maioria, propósitos de pesquisa científica por parte dos naturalistas estrangeiros. Na imprensa brasileira, percorrer aquela serra ainda era considerado uma prática difícil de realizar, pois uma das visões predominantes descrevia o céu quase sempre nublado e clima ruim para caminhadas em montes elevados.<sup>174</sup> As dificuldades de ascensão também foram detectadas pelos naturalistas que não conseguiram chegar ao topo, impedidos pelas condições de tempo chuvoso, como no caso de Pohl e Burmeister, ou por desconhecimento do caminho por parte dos guias locais, como aconteceu com Saint-Hilaire.<sup>175</sup>

Após a inauguração da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), em 1876, as ascensões ali se tornaram mais efetivas, pelos interesses de novas explorações das jazidas minerais na província. O mineralogista francês Claude-Henri Gorceix (1842-1919), diretor e professor da Escola, realizou várias pesquisas e propôs novas formas de apropriações das serras ao redor da cidade e desenvolveu um apreço especial pelo Itacolomi, pelos momentos de descanso e de contemplação do panorama que se tinha do alto.

Inserindo-se nas discussões sobre a paisagem da região, Gorceix disse que era preciso subir os altos morros para admirar “as belezas do eterno escultor da natureza” e apreciar o panorama deslumbrante e encantador da cidade e suas serras. Em sua opinião, era do alto que a vista de Ouro Preto, “com o sol iluminando o ápice calvo do Itacolomy”, se apresentava sobre um aspecto inteiramente novo, quase alegre. “É d’ahi que devem vir contemplar a capital de Minas Geraes aquelles que accusão-na de feia”, concluiu.<sup>176</sup>

Nas suas excursões pelos arredores de Ouro Preto, Gorceix convidava alguns alunos e outros professores para acompanhá-lo e procurou dar às atividades de pesquisa um caráter prazeroso, com momentos de descanso e contemplação do panorama. A maior parte dos estudos e aulas práticas da EMOP foi realizada na Serra do Itacolomi. Alguns relatos foram

<sup>173</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 409; TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo...*, p. 83

<sup>174</sup> Visão divulgada por todo Império através de publicações como, por exemplo, do *Almanak* escrito pelo médico e deputado Dr. Eugênio Celso Nogueira, editado em 1864, que serviu de referência inclusive para alguns naturalistas, como Richard Burton. NOGUEIRA, E.C. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*. Anno. 1. A. de Assis Martins (org.). Rio de Janeiro: Typographia da Actualidade, 1864, p. 58-60.

<sup>175</sup> POHL. *Viagem no interior do Brasil...*, p. 418; BURMENSTEIN. *Viagem ao Brasil através das províncias...*, p. 211; SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas províncias...*, p. 154.

<sup>176</sup> Citações extraídas de *A Província de Minas*, Ouro Preto, 05 jun.1884, p. 2 e 3; e 26 jun. 1884, p. 2 e 3.

produzidos sobre essa experiência científica associada à apreciação do panorama da região a partir daquela serra.<sup>177</sup>

Num desses momentos foi produzido talvez o primeiro registro fotográfico feito naquela serra. Em 1886, o fotógrafo Marc Ferrez acompanhou uma das excursões da Escola e registrou o professor de engenharia civil Paul Ferrand sentado numa das pedras e outra pessoa não identificada pelo fotógrafo [Fig. 6].



**Figura 6:** Paul Ferrand fotografado por Ferrez na Serra do Itacolomy, em Ouro Preto, no ano de 1886. **Fonte:** CATÁLOGO do IMS. *O Brasil de Marc Ferrez*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2005. [Interferência nossa no destaque do Pico].

Na cena, ambos olhavam para a vista que do alto se podia observar, numa atitude de descanso, de contemplação ou de reflexão representada na imagem. Logo acima, aparece parte do Pico do Itacolomi. É interessante observar que o fotógrafo não captou o panorama que estaria no campo de visão daqueles sujeitos. Ele fez questão de introduzir na cena o Pico do Itacolomi e situar que eles estavam próximos ao cume da serra.<sup>178</sup>

<sup>177</sup> LIMA, M. R. D. *Pedro II e Gorceix*: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977, p. 158-166, 172-3; GORCEIX, H. Riquezas Minerárias da Província de Minas. *A Província de Minas*, 08 maio 1881, p. 3. *A Actualidade*, Ouro Preto, 26 mar. 1881, p. 3; *A Província de Minas*, Ouro Preto, 05 jun. 1884, p. 2 e 3; e 26 jun. 1884, p. 2 e 3.

<sup>178</sup> O franco-brasileiro Marc Ferrez (1843-1923) foi fotógrafo da Marinha Imperial e da Comissão Geológica do Império. No Rio de Janeiro, registrou cenas do cotidiano da capital no período republicano, principalmente das transformações após as obras de reurbanização. Outras tantas imagens anteriores do Pico foram produzidas a partir de Ouro Preto ou de algum ponto ao redor da serra. Porém, num levantamento realizado em vários acervos, essa fotografia de Ferrez é o registro mais antigo feito no local.

Na Europa, os relatos sobre a prática de ascensão aos cumes e os sentimentos ali vivenciados já compunham o cenário principal de alguns filósofos e românticos, como nas obras de Rousseau e Goethe, para além de pretensões científicas.<sup>179</sup> Em *La Nouvelle Héloïse*, Rousseau descreveu um “passeio pelas nuvens”, onde sua personagem reconheceu que a pureza do ar mudou seu humor e trouxe de volta uma paz íntima.<sup>180</sup> Nas montanhas, segue o autor, as meditações ganhavam um caráter grande e sublime depois que se deixava para trás todos os sentimentos terrenos das “moradas dos homens”. Essa descoberta do “agradável cenário alpino” associava-se à sensação de liberdade e meditação, cujo lugar era visto pelo filósofo como de virtude e de encontro da alma.<sup>181</sup>

De acordo com Sallas, no processo de produção das cenas onde as montanhas adquiriam ênfase particular pela sua altitude e composição, tornou-se comum temas nos quais os homens eram colocados no ponto central, em face das “potências da natureza”, como forma de demonstrar tanto a sua inserção no mundo como a conquista das altitudes. A autora ainda afirma que esse recurso era utilizado com o objetivo de estabelecer uma identificação do observador com a figura representada, uma espécie de ponte entre os dois olhares.<sup>182</sup>

Os observadores de quadros e leitores de relatos procuraram percorrer grandes distâncias para olhar diretamente essas vistas inspiradoras nos dois lados do Atlântico. Igualmente, para vivenciar esses momentos de conquista das alturas e transpor limites. Com o progressivo desenvolvimento dos meios de comunicação e a ampliação dos deslocamentos por lugares de difícil acesso, o excursionismo nas montanhas se desenvolveu como uma atividade turística. O próprio caráter do *Grand Tour*, como viagens para conhecer galerias, museus e artefatos culturais de diversas localidades, voltou-se para a busca das paisagens românticas, pela experiência particular e sublime diante da natureza.<sup>183</sup> O interesse das elites que podiam realizar tais viagens passou a ensejar travessias de cadeias montanhosas, especialmente os Alpes, onde ficaram atemorizados e encantados pela vastidão do mundo natural. As montanhas passaram a ser cobiçadas para o turismo e aclamadas como belezas excepcionais que deveriam ser admiradas e visitadas.<sup>184</sup> Schama coloca que o desejo de

<sup>179</sup> TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo...*, p. 83; CARNEIRO. *A Constituição dos patrimônios naturais...*, p. 13-14.

<sup>180</sup> ROUSSEAU. *La Nouvelle Héloïse...*, p.11.

<sup>181</sup> SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 93.

<sup>182</sup> SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 92; cf. também BELLUZZO. *O Brasil dos viajantes...*

<sup>183</sup> MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 68; CARVALHO. *Montanhas e memórias...*, p. 171-7;

<sup>184</sup> CARNEIRO. *A Constituição dos patrimônios naturais...*, p. 129; ARRUDA, G. Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara-PR. *Antíteses*, Londrina, v. 6, p. 269-292, 2013.

contemplar a extensão de céu e da terra do cimo das altas montanhas compensava todo o investimento financeiro e o esforço físico de subir por lugares íngremes e pedregosos.<sup>185</sup>

Em Minas, as excursões para além das pesquisas científicas ampliaram-se nas duas últimas décadas do século XIX, com os “passeios pelos arredores” e o montanhismo, prática associada aos esforços físicos, ao sucesso, êxtase e conquista do ambiente alpino. As excursões pelas altas serras rodeadas por florestas e cumeadas por picos rochosos podem ser citados como as referências mais proeminentes daquele período.<sup>186</sup> Na Serra do Itacolomi, duas atividades excursionistas que associaram pesquisa científica e montanhismo, em especial, ocorreram quando o Imperador D. Pedro II visitou Minas Gerais.

### **As excursões imperiais com propósitos científicos e de recreio**

Desde a fundação da EMOP, Gorceix trocava cartas com o Imperador e lhe convidava para conhecer as instalações. Entretanto, tal visita só foi possível cinco anos depois, em 1881. A notícia da primeira visita de D. Pedro II à Ouro Preto deixou a população local agitada. Na pauta da viagem imperial, estava a questão das riquezas naturais a serem exploradas e os apelos dos mineiros por melhorias na região. De sua parte, Gorceix aproveitou a oportunidade para demonstrar quão favorável economicamente a região poderia ser para o Império. Foi uma oportunidade também para levantar discursos de valorização da cultura, da história e da natureza ao redor de Ouro Preto. Para tanto, ele organizou um passeio na Serra do Itacolomi a fim de mostrar as rochas que ali estudava.<sup>187</sup>

Após alguns dias em Ouro Preto, o Imperador partiu para a excursão no Itacolomi acompanhado por cerca de 40 pessoas, contando com familiares, políticos e jornalistas. Para o jornal *A Actualidade*, era uma honra que o Imperador finalmente conhecesse a “majestosa serra” e pudesse apreciar “o sublime painel” que de lá era possível se ter sobre a região.<sup>188</sup> Preocupado com o trajeto que levaria excursionistas até o cume, Gorceix se encarregou de coordenar vários reparos na trilha. Em carta a D. Pedro II, fez questão de esclarecer que seus esforços de reforma do caminho “não tiraram nada do pitoresco e nem das dificuldades da

<sup>185</sup> SCHAMA. *Paisagem e memória...*, p. 430, 461, 477-481.

<sup>186</sup> Sobre montanhismo, excursões como hábitos inicialmente da classe burguesa europeia e demais atividades nas montanhas, ver CARVALHO. *Montanhas e memórias...*; SANTOS. *Parques por decreto...*; CARVALHO. *Paisagem, historicidade e ambiente...*, p. 143; CARNEIRO. *A Constituição dos patrimônios naturais...*, p. 127-8.

<sup>187</sup> DIÁRIO da viagem do Imperador a Minas, 1881. *Anuário do Museu Imperial*, Ministério, v. XVIII, Petrópolis, 1957, p. 77; *O Arauto de Minas*, 24 abr. 1881, p. 1; Cartas datadas de 29 set. 1877 e 7 out. 1879, In: LIMA. *D. Pedro II e Gorceix...*, p. 158-166, 172-3; GORCEIX. Riquezas Minerárias da Província de Minas. *A Província de Minas*, 08 maio 1881, p. 3. *A Actualidade*, Ouro Preto, 26 mar. 1881, p. 3. Sobre a visão dos ouro-pretanos em relação à viagem imperial, cf. PIRES, J. R. F. *Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

<sup>188</sup> *A Actualidade*, 21 abr. 1881, p. 3.

ascensão”. O grupo percorreu a trilha de pedras “como enormes espadas apontadas” e chegou “no ponto mais alto que não o do rochedo columi, às nove horas”.<sup>189</sup>

O Imperador e os jornalistas que participaram da excursão reclamaram da neblina que os impedia de apreciar “o imenso panorama que se descortinava do cume”.<sup>190</sup> Mas, aproximadamente ao meio dia, as nuvens se dispersaram e o sol ganhou espaço no céu, possibilitando que D. Pedro II avistasse e relatasse a região como uma paisagem admirável, tomando outras altas serras como referência. Por volta do meio dia, foi servido um almoço a todos os convidados, trocando por essa ocasião muitos brindes e “reinando na alegre reunião a mais perfeita cordialidade”, conforme observado no jornal *A Província de Minas*. No dia seguinte, Gorceix deu ao Imperador a medida aproximada do cume e ofereceu uma pedra retirada dele como uma lembrança do passeio.<sup>191</sup>

Anos depois, em carta à Gorceix, D. Pedro II manifestou claramente seu desejo de retornar a Ouro Preto e escalar o Itacolomi de novo. Esperava que com a inauguração da estrada de ferro tal viagem pudesse ocorrer. Quando a malha férrea chegou à capital da Província, em 1889, festividades foram organizadas para receber pela segunda vez o Imperador e sua comitiva. Para aquela segunda visita, novamente o professor organizou uma excursão na serra em nome da EMOP. Relatou suas esperanças de que a chegada da estrada de ferro conduziria “turistas a admirarem o vasto horizonte que do alto da Pedra terminal se descortina por sobre os campos geraes!”. O que poderia representar a “nova idade do ouro” da cidade através do turismo ao “cavalheiro de Ouro Preto”, como se referiu ao Pico.<sup>192</sup> As excursões seriam, assim, uma oportunidade de ter contato com a natureza e gozar dos benefícios das altitudes para além dos fins de pesquisa.

No dia do passeio, o Imperador foi compelido a participar de outro evento e enviou o príncipe D. Pedro Augusto como seu representante para receber as homenagens e gozar do “momento de prazer” na serra. No dia 25 de junho, os cerca de quinze excursionistas rumaram ao cume para “admirar o vasto e esplendido horizonte”, conforme relatado no jornal *A Província de Minas*.<sup>193</sup> No sopé do Pico, foi servido um almoço e brindes em honra das visitas ilustres. A mesma notícia publicada do passeio descreveu o momento como de apreciável passatempo e oportunidade agradável para a sociedade seleta contemplar a natureza.

<sup>189</sup> Carta de 3set.1880. In: LIMA. *D. Pedro II e Gorceix...*, p. 183; *DIÁRIO da viagem do Imperador a Minas...*, p. 107.

<sup>190</sup> VIAGEM Imperial. *A Actualidade*, 21 abr. 1881, p. 3.

<sup>191</sup> *A Província de Minas*, 24 abr. 1881, p. 1; *DIÁRIO da viagem do Imperador a Minas...*, p. 107-8.

<sup>192</sup> Carta do Imperador, datada de 28 dez. 1886 apud LIMA. *D. Pedro II e Gorceix...*, p. 241; Obras públicas. *A Actualidade*, 01 out. 1880, p. 1 e 2; Extracto do expediente feito na Secretaria do Governo. *A Actualidade*, 12 ago. 1881, p. 1; GORCEIX. Excursões botânicas nos arredores de Ouro Preto. *A Província de Minas*, 05 jun. 1884, p. 2 e 3; *A Província de Minas*, 25 jan. 1887, p. 1.

<sup>193</sup> Excursão ao Itacolomy. *A Província de Minas*, 27 jun. 1889, p. 1

Posteriormente, o príncipe também demonstrou interesse em retornar, escrevendo para Gorceix que tinha guardado “numerosas lembranças agradáveis” que restaram dos momentos que passou junto ao professor.<sup>194</sup>

A presença do Imperador e depois do príncipe conferiu um ar de nobreza para passeios no Pico. No intervalo temporal entre as duas visitas de D. Pedro II à região, Gorceix constantemente propunha a ampliação das excursões recreativas na serra, como demonstrou ser possível nos passeios organizados com seus alunos e professores e nas homenagens ao Imperador. Esses dois passeios, bem como outras excursões da Escola realizadas no entremeio, despertaram também as atenções de intelectuais, de políticos e da imprensa para aquele lugar e para as atividades que poderiam ser desenvolvidas ali.

### **Um lugar para o prazer e benefício da sociedade**

Com a questão da mudança da capital e os discursos valorativos da região, outra importante excursão para este trabalho foi organizada na Serra do Itacolomi, seguindo os mesmos moldes festivos das visitas imperiais. O piquenique em homenagem à Palmella, em 1891, também foi realizado com propósitos simbólicos e políticos. A experiência de estar naquele ambiente sublime e de vislumbrar o panorama da cidade poderia sensibilizar os presentes e outras autoridades políticas contra a depreciação de Ouro Preto no plano de mudança da capital, já em discussão no Congresso Mineiro.

Se um dos motivos para a mudança era Ouro Preto ser considerada feia, decadente e improdutiva, os antimudancistas daquele passeio chamaram atenção para aquele elemento espetacular da natureza que dava um caráter pitoresco à cidade como um “sítio romântico” e sua potencialidade para adequar-se às várias exigências de uma capital nos padrões modernos. Para além de proporem que a cidade poderia atender aos requisitos científicos, administrativos e industriais para continuar sendo a capital mineira, como vimos anteriormente, também inseriram vantagens sob o ponto de vista estético, higiênico e recreativo o fato da capital estar aos pés de uma alta serra. Dentre as vantagens, estava à potencialidade turística da cidade gerada tanto pela visita aos locais que faziam parte da história e da cultura mineira como pelas novas práticas de ascensão às montanhas para contemplação e descanso.<sup>195</sup>

O comportamento dos organizadores e do homenageado, com a apropriação do lugar dentro dos seus discursos de defesa da cidade e com as propostas de novas práticas do espaço,

---

<sup>194</sup> Pedro Augusto: Carta a Gorceix, 13 ago. 1889, Apud. LIMA. *D. Pedro II e Gorceix...*, p. 246.

<sup>195</sup> Discutiremos um pouco mais sobre o turismo no terceiro capítulo.

possuía um “sentido subjetivamente visado”<sup>196</sup>, pois procuraram dar um exemplo de “quão belíssimo era o panorama que do alto se tinha de Ouro Preto” e demonstrar quão adequadas e agradáveis poderiam resultar as atividades na região, de acordo com as práticas de recreação, excursões, interesses científicos e financeiros.<sup>197</sup> Através do registro fotográfico e do relato feito por Palmella, queriam dar importância para aquele evento dentro das discussões sobre a capital e demonstrar que todos poderiam se beneficiar das vantagens da cidade estar aos pés daquela serra. A publicação de notícias nos jornais referentes ao passeio e o registro fotográfico tratava-se, portanto, de um modo de instrução dos leitores nos padrões daquela elite local que procurava, por sua parte, assimilar as visões de mundo e as práticas das sociedades mais modernas e civilizadas. Os jornais e as imagens figuravam como veículos de ideias e meio de expressões que infundiam no espaço público os valores, as crenças e os hábitos oriundos dos grupos detentores de poder e de *status* social.<sup>198</sup>

É bem certo que a apreciação da natureza, o tempo e os recursos disponíveis para cultivar os novos hábitos eram considerados parte do estilo de vida da elite, principalmente de homens. O piquenique também foi realizado com toda pompa e contando com a presença da imprensa, políticos e figuras importantes da sociedade local. No entanto, as novas sensibilidades para com a natureza não se restringiram aos ideários de uma única classe. Um conjunto mais amplo da sociedade já buscava os ambientes naturais para descanso e lazer, como as idas à praia para banhos de mar e os passeios pelas montanhas próximas às cidades, por exemplo.<sup>199</sup> Assim, Palmella conclamou todos os seus leitores a apreciarem “o panorama deslumbrante e encantador, que oferece aos olhos [...] a pitoresca e tão surpreendente cidade ouro-pretana”, que “o Eterno destinava para ser a capital deste novo mundo de maravilhas assombrosas”. Na sua visão, o Itacolomi se erguia “para o céu despertando altivos e nobres pensamentos de amor e liberdade à Pátria Mineira”, que deveria ser conhecida e venerada.<sup>200</sup>

Foi com esse propósito que, no final de 1893, o jornalista e político anteriormente aqui citado, Belarmino Carneiro, decidiu visitar a região na sua “viagem de recreio” por São Paulo e Minas Gerais. Para Carneiro, Ouro Preto constituía-se uma “cidade única pelo seu panorama de montanhas enormes, [...] de formas bizarras”, característicos das regiões serranas. Além do

<sup>196</sup> WEBER, M. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

<sup>197</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, 26 nov. 1891, p. 3; e 6 fev. 1892, p. 4; \_\_\_\_\_. *Ouro Preto ou antiga Villa Rica...*, 26 nov. 1891, p. 3.

<sup>198</sup> Sobre o que a elite mineira compreendia como uma “vida moderna”, Cornélio Pimenta comenta que essa percepção começou a ser esboçada na Europa ainda no século XVIII, principalmente com Rousseau e Goethe. PIMENTA, C.O.P. João Pinheiro, Israel Pinheiro e a busca da modernidade plena. In: GOMES. *Minas e os fundamentos do Brasil...*, p. 270. Sobre a disseminação das práticas da elite mineira, ver: CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 207-8.

<sup>199</sup> Sobre os hábitos de lazer e passeios nos ambientes considerados naturais, cf. CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; CARVALHO. *Montanhas e memórias...*

<sup>200</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, 26 nov. 1891, p. 3; 13 jan. 1892, p. 3 e 4; e 6 fev. 1892, p. 4.

desejo de conhecer a famosa cidade, queria também gozar de um passeio na Serra do Itacolomi. Após relatar o fracasso do seu ensejo em subir até o Itacolomi nos poucos dias que esteve na cidade, lamentou ter cometido a falha de não conhecer o Pico. Havia tomado como inspiração a excursão que o pintor Aurélio de Figueiredo fez naquele mesmo ano. Figueiredo havia escrito que ir à cidade sem “fazer um passeio ao planalto da magestosa pedra-domenino” era “cometer um crime de lesobom gosto”, pois os apreciadores de quadros da natureza ali se encantariam com um dos cenários mais pitorescos.<sup>201</sup>

Carneiro relatou os detalhes da excursão de Figueiredo até o alto da serra, dizendo que o quadro<sup>202</sup> de paisagem resultante dessa excursão o fazia extasiar-se “diante da grandiosidade e beleza dos aspectos do famoso e elevadíssimo pico”. Descreveu que no horizonte do caminho aviltava a “imponente e altiva silhueta roxo-azulada da famosa serra que vai, pouco a pouco, [...] formar o célebre Pico do Itacolomy, espécie de Pão de Açúcar desmoronado, repousado sobre uma chapada [...]”. Um panorama surpreende, “ao mesmo tempo pitoresco e severo”, pelas “cores e formações: espinhaços negros e cristais dentados que irrompem do seio da terra numa brutalidade grandiosa e selvagem”.<sup>203</sup> As noções de sublime e pitoresco da natureza demarcavam as paisagens na arte, mas também constituída os primeiros destinos turísticos, como antes mencionado. Numa crítica aos moradores locais, relata que Figueiredo considerou inadmissível a existência de ouro-pretanos que jamais tivessem chegado ao “sopé do grandioso pico”. Para ele, morar ali e não aproveitar os bons ares, os momentos de contemplação do panorama da cidade era cometer o crime de “lesobairrismo”. Continua que o Itacolomi estava para Ouro Preto como o Corcovado estava para o Rio de Janeiro, o Monte Blanco para Genebra e o Vesúvio para Nápoles.<sup>204</sup> Em comparação com o Rio, destino de muitos turistas e admiradores da natureza, disse ainda que

se exceda a este em conjunto de beleza, só conheço o que se goza do fresco cimo do Corcovado. E, se alguma coisa falta ao Itacolomy para igualar em esplendor e deslumbramento a essa prodigiosa atalaia da serra da carioca, é a curva infinita do mar. [...] Falta de certo modo compensada pela variedade de tons da paisagem local, mais rica e pitoresca que a do Rio, cuja mataria eternamente verde e compacta a tornaria monótona se não fosse as formas [das serras].<sup>205</sup>

Mesmo com os discursos valorativos e a divulgação do lugar para novas práticas em meio à natureza, o Itacolomi ainda era pouco visitado até meados do século XX. As ascensões dos poucos que se aventuram na serra chamavam a atenção dos moradores locais, tornando-se

<sup>201</sup> CARNEIRO. *Correspondência...*, 20 mar. 1894, p. 1 e 2; 5 abr. 1894, p. 1 e 2.

<sup>202</sup> O quadro de paisagem “vista do alto do Itacolomy”, feito por Aurélio de Figueiredo, foi exposto na sua 2ª Exposição Geral de Belas Artes, na ENBA, em 1895. A obra não foi localizada em nenhum domínio público.

<sup>203</sup> CARNEIRO. *Correspondência...*, 20 mar. 1894, p. 1 e 2; 5 abr. 1894, p. 1 e 2.

<sup>204</sup> CARNEIRO. *Correspondência...*, 20 mar. 1894, p. 1 e 2; 5 abr. 1894, p. 1 e 2.

<sup>205</sup> CARNEIRO. *Correspondência...*, 20 mar. 1894, p. 1 e 2.

notícias na imprensa ou tema de recordações pessoais. Antigos moradores, que deixaram suas memórias registradas, relataram suas aventuras na Serra do Itacolomi em companhia de amigos. Algumas descrições dos passeios denotam a valor que a prática adquiriu e o romantismo envolto nas expressões daqueles que realizaram “o programa [para] curtir o sol de montanha, o ar rarefeito e a sensação de ter chegado lá e comer”.<sup>206</sup> As ascensões foram narradas poeticamente como um movimento de pessoas que estavam com “o peito a florir de sonhos e de esperanças, o coração a latejar de impulsos patrióticos e o espírito forrado de puras e santas aspirações”.<sup>207</sup> Um desses festivos encontros foi registrado em fotografias, descrito como “Avantajado Pic Nic”, “Colossal Pic Nic” e “Plus Ultra Pic Nic” [Fig. 7].<sup>208</sup>



**Figura 7** – Pic-nic na Serra do Itacolomi, 6 maio 1928. Acervo: Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas, Ouro Preto.

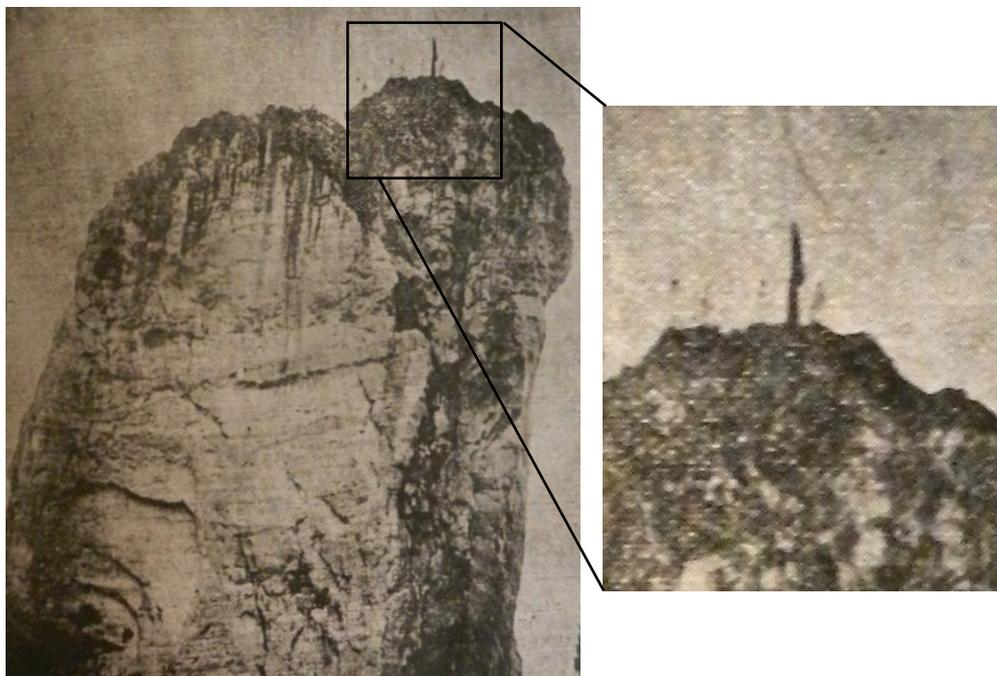
Já o primeiro registro de ascensão ao Pico do Itacolomi, ao topo da pedra, foi motivo de grande festa e contou com a presença de um público observador. No dia 14 de setembro de 1919, repercutiu nos periódicos locais que quatro “intrépidos moços” ouro-pretanos, Juvenal Santos, José Carlos Moyle, José Fonseca e Manoel Pacheco, escalaram a pedra maior depois de muito trabalho preparatório. Desacreditados do feito, decidiram subir novamente e foram acompanhados por moradores, jornalistas e pelo destacamento militar do “Tiro de Guerra 189”. Após escalarem o Pico, ato seguido de aplausos e tiros comemorativos, fincaram no

<sup>206</sup> PEREIRA, M.A. Minha terra tem montanhas. In: *Paisagens da Passagem*. Belo Horizonte: Visiva Imagem, 1998, p. 109

<sup>207</sup> RACIOPPI, V. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940, p. 13

<sup>208</sup> Reproduzimos a mais nítida. Outra fotografia pode ser encontrada em: BARBOSA, L.; DORNELAS, H. *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP, 1993, p. 35.

topo a Bandeira Nacional em comemoração ao mês da Independência do Brasil. Horas depois, substituíram pela Bandeira dos Inconfidentes a pedido do comandante do destacamento, apoiado pelos presentes [Fig. 8].



**Figura 8** - Pico do Itacolomy - Altitude 1752m. O PICO do Itacolomy. Sua escalada. *Auri-Verde*, set.-out. 1919, capa. [Interferência nossa no destaque da bandeira e dos escaladores]

Na ocasião, o farmacêutico Jacintho de Godoy aventou que, no Congresso Federal, tramitava um projeto para transferir parte dos festejos do Centenário da Independência para aquela cidade. Para perpetuar a memória daquela comemoração, sugeriu que deveria ser colocado um monumento no “altivo penhasco”.<sup>209</sup> Mas isso não foi concretizado na festividade daquele ano, nem nos posteriores. O geógrafo francês Élisée Reclus (1830-1905) disse que os esforços exigidos para se alcançar o topo de uma montanha eram comumente relatados pelos clubes expedicionários que exploravam a natureza escarpada, acidentada e alta. Eles faziam referências às glórias e triunfos daqueles que alcançavam os picos, que passavam a ostentar uma bandeira como símbolo da dominação humana.<sup>210</sup>

A atenção dada ao episódio pode ser relacionada ao próprio contexto das expedições pelas serras realizadas no Brasil. Alessandra Carvalho diz que as ascensões das formações

<sup>209</sup> O Pico do Itacolomy. Sua escalada. *Auri-verde, Revista Discente da Escola de Minas*, n. 5, set.-out. 1919, capa e p.47-48. Acervo: Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas, Ouro Preto.

<sup>210</sup> RECLUS, E. *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. São Paulo, Expressão & Arte Editora, 2010. Sobre as representações da natureza em Reclus, ver DUARTE, R. H. *Natureza e sociedade, evolução e revolução: a geografia libertária de Elisée Reclus*. *Rev. Bras. Hist.* [online], v.26, n.51, p.11-24, 2006. Estudo de suas obras no campo da geografia em: MIYAHIRO, M. A. *O Brasil de Élisée Reclus: território e sociedade em fins de século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

rochosas íngremes com propósitos recreativos, pelo prazer de chegar num ponto alto, faz parte da prática moderna de montanhismo.<sup>211</sup> As caminhadas em altitudes médias e, posteriormente, escaladas ao topo das formações rochosas se tornaram prática em alguns lugares do Brasil a partir do final do século XIX, como no Marumbi-PR, no Itatiaia-RJ e no Itacolomi aqui estudado. Até então, as poucas ascensões ao Pico do Itacolomi registradas foram ao sopé da grande rocha ou no morro ao seu lado, cuja altitude é um pouco inferior ao topo da pedra. Dessa forma, aquele feito dos quatro jovens foi registrado pela imprensa como a primeira vez que o grande bloco rochoso foi escalado. Há referências nos relatos de viagens dos naturalistas, cujas traduções das obras para o português intercalam expressões como “subida”, “ascensão” e “escalada” no “cume” ou “topo”, sem deixar claro se foi mesmo escalada a rocha maior em si. O comum para o período era chegar até o alto do maciço que fica em frente ao Pico. Como modalidade desportiva, utilizando técnicas, acessórios e movimentos do montanhismo, as escaladas se tornaram uma prática a partir da década de 1970.

\*\*\*

Ao longo da história humana, as montanhas e os íngremes cumes das serras foram percebidos e representados de diversas maneiras pelas sociedades, pois os homens sempre estabelecem relações com o mundo físico revestidas de valorizações e significados.<sup>212</sup> Sobre o final do século XVIII e o decorrer do XIX, Thomas e Schama demonstraram uma substancial mudança na relação entre o homem e a natureza no ocidente com o estabelecimento de novos sentimentos e atitudes pelos elementos naturais.<sup>213</sup> O que Williams confirmou ser na verdade uma aquisição de gosto, uma nova forma de ver e se relacionar com a natureza.<sup>214</sup>

Diz Argan que foi em meio à estética do cultivo da terra que a sociedade ocidental do século XIX colocou em questão o controle humano dos recursos naturais e as forças da natureza, dando lugar a apreciação das montanhas e dos picos rochosos.<sup>215</sup> Desse modo, a paisagem montanhosa como uma expressão poética do sublime, uma nova modalidade de leitura da natureza, representava os lugares marcados pelas forças naturais e pela imensidão dos elementos. A altura das montanhas, a união de várias delas e sua extensão passaram a ser

<sup>211</sup> CARVALHO, A. Um conjunto de montanhas e de práticas culturais como escala de pesquisa em história ambiental. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, 2015, p. 376.

<sup>212</sup> RONCAGLIO. *O Emblema do patrimônio natural...*, p. 39 e 40; CORIOLANO, L.N.M.T. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENTHAL, Z. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 208.

<sup>213</sup> THOMAS. *O Homem e o Mundo Natural...*; SCHAMA. *Paisagem e memória...*, p. 250-9, 264-8.

<sup>214</sup> WILLIAMS. *O Campo e a Cidade...*, p. 179.

<sup>215</sup> ARGAN, G. C. *Arte moderna, do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

relacionadas com o caos, a catástrofe e a ruína de um mundo primitivo, representados na sublimidade das formas maciças, irregulares e aparentemente estáveis.<sup>216</sup>

Cronon, por sua vez, menciona que o apreço pelos lugares ermos da Terra e pela grandiosidade das montanhas associou-se, no romantismo e nas ciências naturais, à experiência dos extremos, da sensação de pequenez do homem em face da natureza e, posteriormente, de inserção no mundo natural.<sup>217</sup> Na Europa, esse movimento em direção aos espaços naturais deu-se no contexto do urbanismo e das práticas de excursões que, aos poucos, se popularizaram. Para os viajantes, as montanhas se tornaram um espaço de fusão entre o conhecimento científico, de elevação espiritual e de prazer estético. O que, para Corbin, também levava as pessoas a percorrerem distâncias e escalar altitudes era o desejo por usufruir da visão do panorama do alto.<sup>218</sup> Desde então, a contemplação dos picos rochosos e das cadeias montanhosas, como elementos espetaculares e excepcionais da natureza, despertaram também o desejo de ascensão aos cumes. A experiência de estar nas altitudes e a expressão dos sentimentos vivenciados naquele ambiente metaforizaram a visão do espaço como objeto de contemplação ou de identificação.<sup>219</sup>

Conforme Serrano, a teia formada pela sensibilidade estética e conquistadora, os anseios econômicos e de expansão sobre os espaços, associados à curiosidade e interesse científico, torna complexo tentar precisar o nascimento de uma atração específica pela “paisagem de montanha” no Brasil.<sup>220</sup> O que é novo no interesse pelo Itacolomi é a modalidade de leitura e representação da paisagem em meio às discussões sobre a mudança da capital mineira e aos discursos valorativos da cidade e das serras. Pois, no momento em que aquela sociedade passou por um processo de mudança, alterações também foram feitas na paisagem representativa da região, direcionando para o Itacolomi novos olhares contemplativos e novas formas de apropriação do lugar.<sup>221</sup>

Aquela cadeia montanhosa julgada como horrores da natureza, repelente da presença humana no meio, passou a ser retratada com inspiradora, atrativa e símbolo da natureza local. Mas esse lugar excepcional e sublime precisava de melhorias, como atividades de cultivo, exploração mineral e pesquisa científica. Também para atrair e receber os visitantes. As novas sensibilidades para com as montanhas não substituíram completamente a visão do mundo

<sup>216</sup> Cf. CARVALHO. *Montanhas e memórias...*, p. 181.

<sup>217</sup> CRONON, W. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York; London: W. W. Norton & Company, 1995, p. 73-6.

<sup>218</sup> CORBIN. *O território do vazio...*, p. 149-150.

<sup>219</sup> Cf. CARNEIRO. *A constituição dos patrimônios naturais...*, p. 103 e 130; SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 24, 125-126 e 129; SALLAS. *Ciência do homem e sentimento...*, p. 93.

<sup>220</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 24 e 61

<sup>221</sup> Sobre mudanças sociais e representação das paisagens, ver SANTOS. *A natureza do espaço...*, p. 54.

natural como objeto de exploração em benefício do homem.<sup>222</sup> Camargos aponta como essa interpretação e nova apropriação do ambiente alpino tinha seus pressupostos nas ideologias de progresso, de civilização e de modernização que guiavam as sociedades ocidentais. Assim, os espaços naturais foram identificados e valorizados tanto pelo prazer que pudessem proporcionar quanto pelos benefícios materiais que pudessem gerar.<sup>223</sup>

Com efeito, o Pico do Itacolomi foi incorporado ao desejo de usufruir a visão de um panorama e os benefícios das condições serranas, levando às mudanças também de atitudes frente aos elementos naturais na transformação do lugar. No final do século XIX, foi considerado o elemento natural mais fascinante, imponente e sublime das serras da região, com sua forma e altitude dominando os demais picos, representante peculiar e pitoresco da paisagem ouro-pretana. Do alto da Serra do Itacolomi, o panorama da cidade foi tomado com o mais harmonioso conjunto de construções humanas unidas emolduradas pelas montanhas, satisfazendo plenamente aqueles que dali a contemplavam.

---

<sup>222</sup> CORBIN, A. *L'homme dans le paysage...*, p. 88; NASH. *Wilderness and the american mind...*, p. 46

<sup>223</sup> CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 35-8. Cf. também CORBIN. *O território do vazio...*, p. 88.

## 2 TEM UMA “PEDRA” NO MEIO DA PRAÇA! O ITACOLOMI NA HISTÓRIA DE MINAS GERAIS

Em 1901, o jornalista e literato maranhense Arthur Azevedo (1855-1905) narrou sua viagem por alguns lugares de Minas Gerais. Sobre sua visita à Belo Horizonte, Azevedo deixou registrado suas impressões sobre a paisagem urbana e os cidadãos. Ao conhecer a Praça da Liberdade, sinalizou como a mais importante das dezoito já inauguradas na cidade. Após descrever suas primeiras impressões daquele lugar, exprimiu o desejo de retornar e vislumbrar na parte central da esplanada aquilo que julgou ser o mais adequado para compor a paisagem daquela praça, um “gigantesco monumento comemorativo da Inconfidência Mineira”.<sup>1</sup>

O projeto da Praça da Liberdade feito pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) recebeu algumas alterações ao longo da construção da cidade pelo engenheiro mineiro Francisco Bicalho (1847-1919).<sup>2</sup> A praça foi planejada para ser o centro do poder público estadual. Situada no lugar mais elevado do perímetro urbano, ela foi pensada pelos republicanos mineiros como uma espécie de Acrópole Moderna, diferenciando-se das cidades coloniais e imperiais, que tinham suas praças principais em frente aos edifícios eclesiásticos. Como praça cívica, foram instaladas as secretarias, o Palácio Policial e o Palácio Presidencial. Em seu nome, trazia a influência do positivismo com conotação mineira: a ideia de liberdade, palavra que era utilizada quase como sinônimo da Inconfidência.<sup>3</sup>

O viés positivista presente na construção da nova capital embalava também o pensamento urbanístico de modernização, embelezamento e higiene das cidades, que florescia em grandes capitais da Europa, nos Estados Unidos e na capital federal brasileira, Rio de Janeiro. Planejada como uma síntese entre Paris e Washington, a cidade de Belo Horizonte foi traçada para ter ruas e avenidas largas, assim como muitos jardins, parques e praças arborizadas.<sup>4</sup> Quando Azevedo conheceu a praça, descreveu-a como tendo um “belíssimo panorama” aberto, pois as árvores ali plantadas ainda não haviam crescido. Dois anos depois da sua visita, os jardins da Praça da Liberdade começaram a se tornar realidade.

No projeto concebido originalmente pelo arquiteto e paisagista francês Paul Villon (1841-1905), contratado pela CCNC nos anos de 1894 a 1899, a ideia de liberdade alocada à praça

---

<sup>1</sup> AZEVEDO, A. Um passeio à Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 33, p. 179-211, 1982.

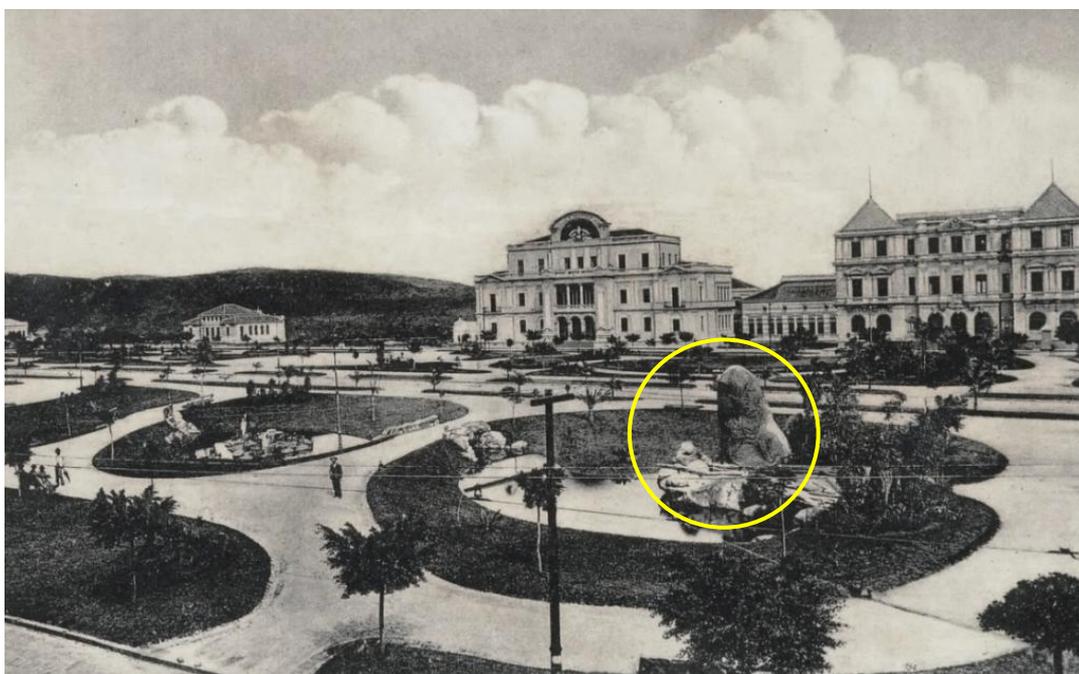
<sup>2</sup> COMISSÃO Construtora da Nova Capital. *Revista Geral do Trabalho...*, Rio de Janeiro, abril de 1895.

<sup>3</sup> Cf. MELLO, C.F.B. A noiva do trabalho – Uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.). *BH - Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C Arte, 1996, p. 39-41; FERNANDES, L.D. Praça da Liberdade, Belo Horizonte. In: *As praças cívicas das novas capitais brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 42 e 50.

<sup>4</sup> No Plano de Melhoramento apresentado em 1900, o prefeito Bernardo Pinto Monteiro (1857-1924) expôs sobre os projetos paisagísticos e as obras de arborização já realizadas em várias partes da cidade, como no Parque Municipal e na Praça da Estação. Monteiro foi Presidente de Minas, vereador e agente executivo em Ouro Preto pelo Partido Liberal. Depois fundou, com Vasconcellos, o Partido Católico. Prefeito da Cidade de Minas, mudou o nome para Belo Horizonte.

também estava presente nos jardins. O projeto teve como inspiração o romantismo dos jardins ingleses, com seu caráter orgânico e livre, compostos por lagos, pontes, palmeiras, dentre outros elementos que procuravam dar a sensação de um ambiente natural. Um dos marcos das ideias paisagísticas vinculadas ao movimento Romântico foi a crescente substituição do modelo de jardim italiano ou francês, geometrizados e ordenados, pelo modelo inglês. Nos jardins ingleses, a natureza manteria sua liberdade com a imitação de ambientes tidos como primitivos e pitorescos. Com inspiração nos parques e jardins de Paris e de Londres, várias praças ajardinadas no Brasil favoreceram o uso da vegetação em crescimento livre, de lagos de formas naturalizadas e de objetos decorativos que mimetizavam elementos naturais.<sup>5</sup>

No relatório apresentado pela Primeira Diretoria de Obras, em 1899, os jardins da praça contariam com “quatro fontes artificiais, gramados, com duas alamedas em cruz, arborizadas, com um gradil que subdivide o jardim em quatro partes, circundadas por passeios”, sendo toda obra orçada em 20 contos de reis.<sup>6</sup> A execução do paisagismo ficou a cargo do sr. Antônio Nunes de Almeida, que iniciou seus trabalhos em 1903, seguindo o projeto de Villon. Na ocasião, construí-se em miniatura de concreto armado uma réplica do Pico do Itacolomi [Fig. 9].<sup>7</sup>



**Figura 9** – Vista Geral da Praça da Liberdade (entre 1907-1910). **Fonte:** APCBH/Coleção José Góes. [Destaque nosso].

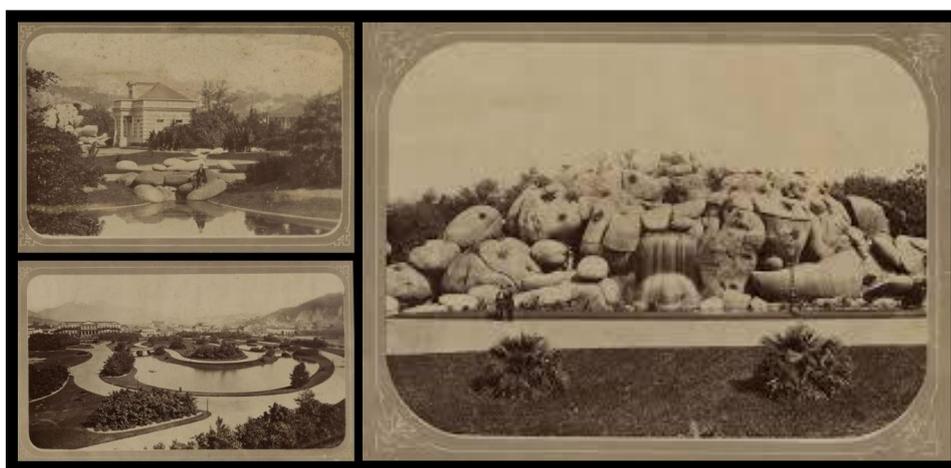
<sup>5</sup> Ver MARQUES, T. P.; MAGALHÃES, C. M. Técnica, Arte e Cultura nos jardins de meados de oitocentos até ao limiar do Século XX, em Portugal e no Brasil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, UFES, Vitória, *Anais...*, 2013, p. 3; PERROTA. *Desenhando um paraíso...*, p. 29.

<sup>6</sup> RELATÓRIO apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 set. 1899 – 31 ago. 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902, p. 56. Acervo: APCBH, Relatório de Prefeitos.

<sup>7</sup> *DICIONÁRIO biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte – 1894-1940*. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1997.

Nessa imagem, o fotógrafo procurou registrar no plano o canteiro onde estava a réplica do Pico, quase central na fotografia, tendo ao fundo os edifícios das secretarias estaduais. Com as árvores ainda pequenas e a esplanada com vista aberta, aquele monumento se destacava por vários ângulos. Sem dúvida, era o elemento mais notável nos jardins logo após sua inauguração.

Devido à inexistência do projeto original e outros documentos referentes à construção dessa réplica não é possível confirmar quem exatamente o planejou. Contudo, ao analisarmos a técnica utilizada e os padrões traçados para os jardins daquela praça, acreditamos que foi construído de acordo com o planejamento de Villon. Além do jardim da Praça da Liberdade, Villon foi responsável pelo projeto e execução do Parque Municipal e do jardim do Palácio Presidencial. No Rio de Janeiro, trabalhou com o arquiteto e paisagista francês Auguste Glaziou (1833-1906) em vários projetos, como na Quinta da Boa Vista e, no mais consagrado deles, no Campo de Santana, antiga Aclamação [Fig. 10]. Neste último, os paisagistas criaram cenários de lagos, pontes, pedras artificiais que simulavam falésias, grutas e quedas d'água em arte rústica ou *rocaille*. Os elementos artísticos eram construídos usando a técnica do concreto armado, chamado betão ou beton. Os elementos em betão se tornaram populares na França durante o século XIX e foram amplamente utilizados nas reformas parisienses desde Napoleão III, tendo como referência o arquiteto-paisagista Alphand, com quem Villon trabalhou antes de vir para o Brasil. Individualmente, Villon também realizou os jardins da orla do Botafogo e do Palácio do Catete, onde construiu mirante, gruta, pontes, cascatas e grandes rochedos à maneira rústica.<sup>8</sup>



**Figura 10** – Marc Ferrez. Campo da Aclamação, Rio de Janeiro, 1880. **Fonte:** Brasileira Fotografias/BN.

O fotógrafo Marc Ferrez produziu uma série de imagens do Campo de Santana para registrar as obras de embelezamento da capital imperial. Ferrez constantemente era contratado

<sup>8</sup> Cf. em: DOURADO, G. O. M. *Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado) Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo, 2009; FERNANDES. *As praças cívicas...*, p. 29-46; CALDEIRA, J. M. *A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

para acompanhar as novidades nos espaços urbanos e as práticas cotidianas dos cidadãos. Em Belo Horizonte, diversos fotógrafos igualmente clicaram as novidades trazidas para a cidade e produziram albuns de vistas e cartões-postais. Diante da considerada grande e imponente esplanada, dos passeios curvilíneos, do coreto central e dos prédios sinuosos e suas referências ao poder, os fotógrafos produziram e organizaram aquele cenário dando destaque à miniatura do Itacolomi como o elemento principal nos jardins da praça em várias outras imagens.<sup>9</sup>

De acordo com Certeau, no dia-a-dia, o caminhar dos moradores molda os espaços e tece os lugares.<sup>10</sup> Mas para as outras cidades mineiras e demais estados brasileiros, Belo Horizonte foi vista como vazia em seus espaços públicos e empoeirada pelas obras.<sup>11</sup> Os trabalhos fotográficos tornaram-se, então, um meio de divulgação dos aspectos do cotidiano e das cenas de paisagem, para atrair visitantes para conhecerem a mais nova cidade da República. A crescente demanda pelos albuns de vistas das cidades com temáticas paisagísticas dos espaços públicos, eventos e monumentos se tornaram objetos de desejo da sociedade. Nesse jogo de cenarização, o contexto ambiental e paisagístico de Belo Horizonte realçaria a autoimagem da cidade. As revistas ilustradas, cartões-postais e os jornais que foram surgindo nos primeiros anos do século XX também procuraram construir uma imagem da capital como a mais “moderna” da nação e cheia de “vida urbana” adequada à *Belle Époque*.<sup>12</sup>

Tuan diz que quando residimos em um determinado local, podemos conhecê-lo geograficamente e de forma íntima, porém ele se torna um lugar carregado de sentimentos e valores quando é visto e pensado por meio das nossas experiências e memórias.<sup>13</sup> Nesse sentido, alguns historiadores também colocam que Belo Horizonte não apresentou naqueles anos iniciais um aspecto de lugar vivenciado, pois seus primeiros habitantes não cresceram e não possuíam suas raízes ali. Saudosos de suas terras natais, muitas vezes eles se sentiram expatriados num local com o qual ainda não se identificavam e que não apresentava as marcas de suas lembranças culturais e históricas. Foi preciso, assim, criar espaços na nova capital que se ligassem às outras regiões, como um campo de misturas ou superposições entre as simbologias de cada uma delas.

<sup>9</sup> As fotografias de Marc Ferrez podem ser acessadas pelo site da Biblioteca Nacional. Já alguns cartões-postais de Belo Horizonte podem ser vistos no álbum *Belo Horizonte: Bilhete Postal*, publicado pela Fundação João Pinheiro.

<sup>10</sup> CERTEAU. *A invenção do cotidiano...*, p. 176.

<sup>11</sup> Sobre a ocupação e os espaços públicos de Belo Horizonte: JULIÃO, L. BH – Itinerário da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA. *BH – Horizontes Históricos...*; VIANNA, F. J. O. Minas do lume e do pão. In: *Pequenos estudos de psicologia social*. 3ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, p.30-53.

<sup>12</sup> Sobre a cenarização dos centros urbanos na *Belle Époque*, ver: BORGES. *História & Fotografia...*, p. 59-67; CARVALHO, A. V. As normativas referentes ao meio ambiente e os campos de ação da arqueologia. In: FUNARI; PELEGRINI; RAMBELLI. *Patrimônio cultural e ambiental...*, p. 210.

<sup>13</sup> Os espaços demarcados tornam-se lugares à medida que são conhecidos e dotados de valores, eivados de significados e experiências diretas ou indiretas. TUAN. *Espaço e lugar...*, p. 4-6, 21, 90-93. Ver também: VARGAS, I. A. de. Paisagem, território e identidade: uma abordagem da geografia cultural para o pantanal mato-grossense. In: KOZEL; SILVA; GIL FILHO. *Da percepção e cognição à representação...*, p. 182.

Pelas ruas e residências, aqueles moradores foram se deparando com imagens e lugares por eles já experienciados e que ajudavam a amenizar os sentimentos nostálgicos.<sup>14</sup>

Se a representação é também a “presentificação de um ausente”<sup>15</sup> desejado no cotidiano, os monumentos na capital viabilizariam, assim, a construção de um sentido para os mineiros na nova cidade. As imagens e menções a algo do passado ajudavam acalmar e tranquilizar as inquietações geradas pelas incertezas das mudanças e dos começos. Podemos falar que, ao se deslocarem, os moradores da nova capital também procuraram recriar no seu destino o lugar de origem, imbuídos de uma bagagem cultural e histórica que lhes servia de guia naquele novo espaço.<sup>16</sup> Mas de todos os objetos rememorativos em Belo Horizonte, a réplica do Itacolomi, na principal praça da capital, por iniciativa do poder público, foi o mais significativo deles.

Na nova capital, a maioria dos primeiros moradores vinha de Ouro Preto, pois compunham o corpo de funcionários públicos ao serviço do governo estadual. Transferidos para Belo Horizonte, foram alocados no bairro dos Funcionários, onde ficava a Praça da Liberdade. Aos poucos, a praça foi se tornando não apenas o local de passagem para o trabalho, mas um lugar de descanso e recreação. Logo, para aqueles que narraram os primeiros anos da cidade, aquele monumento em concreto serviria para consolar os ouropretanos que por ali circulavam.<sup>17</sup> Nas palavras do escritor Carlos Drummond de Andrade,

*A praça dos namorados  
É a praça do poder  
Saudades de Ouro Preto lacrimejam  
Entre penhascos de cimento...*<sup>18</sup>

Interessante observar que, tratando-se de um monumento de suporte à memória, o referente material daquela réplica não era um símbolo direto dos fatos e personagens mineiros consagrados na história, como desejou Azevedo para o jardim da praça. Era apenas uma pedra, uma imagem extraída do meio ambiente que por si só não era capaz de determinar os sentimentos afetivos e nostálgicos, tampouco tomar um caráter identitário privilegiado.<sup>19</sup>

Thomas e Schama colocam que a representação dos objetos naturais, como as árvores, os rios, as rochas, são valorizados como elementos essenciais nos momentos de nostalgia, já que as

<sup>14</sup> LEMOS, C. B. Uma centralidade belo-horizontina. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIII, n. 2, p. 92-111, jul-dez. 2007; MENICONI, R. O. M. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

<sup>15</sup> PESAVENTO. *Muito além do espaço...*, p. 280.

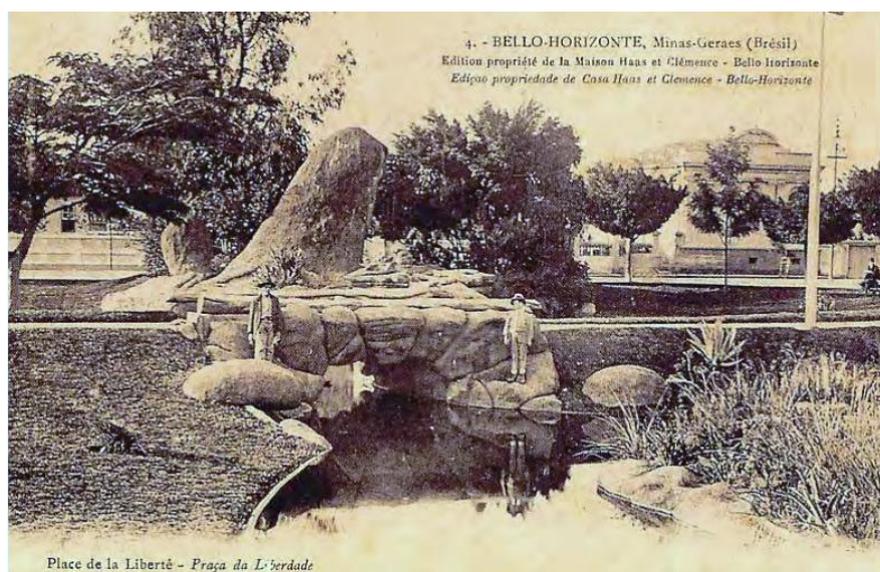
<sup>16</sup> Haruf Espindola diz que podemos falar de uma territorialidade como resposta ao desejo e à bagagem que acompanha as pessoas no seu deslocamento. ESPINDOLA, H. Transitividade entre história-espço e história-natureza [...]. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. *Anais...*, p. 4. Sobre os monumentos e representação: CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001; FARIA, C. A. P. A memória cinzelada: em busca de uma consciência político-social. In: DUTRA. *BH - Horizontes históricos...*, p. 291.

<sup>17</sup> LEMOS. *Uma centralidade belo-horizontina...*, p. 95; FERNANDES. *As praças cívicas...*, p. 45-91; SILVEIRA, Vitor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imp. Offic., 1926.

<sup>18</sup> ANDRADE, C. D. Praça da Liberdade sem Amor. *Jornal do Brasil*, 16 nov. 1974, p. 5.

<sup>19</sup> CARVALHO. *Montanhas e memórias...*, p. 129; KOZEL; SILVA; GIL FILHO. *Da percepção e cognição à representação...*, p. 12.

peças encontram nas paisagens referências que trazem lembranças de suas experiências passadas.<sup>20</sup> Em diversas publicações de memórias pessoais e poemas, o Itacolomi foi associado às manifestações saudosistas dos ouropretanos, com menções de despedida à paisagem e declarações de amor ao Pico.<sup>21</sup> Da mesma forma, nos passeios pelos jardins da praça, a réplica se tornou uma atração e fonte de estímulos sensoriais e memorialistas. [Fig. 11 e 12].



**Figura 11** – Jardins da Praça da Liberdade. Em destaque, a réplica do Pico do Itacolomi (entre 1913-1917). **Fonte:** FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte: Bilhete Postal*. Coleção Otávio Dias Filho. 2 ed. Belo Horizonte: FJP, 2010.



**Figura 12** – Pessoas posando em frente à réplica do Pico do Itacolomi na Praça da Liberdade. **Fonte:** Aspectos e Paisagens. *Revista Vita*, ano I, n. 2, set. 1913, p. 2. Foto de Ramos Arantes. Acervo: APCBH/Coleção Revistas Diversas.

<sup>20</sup> THOMAS. *O homem e o mundo natural...*, passim; SCHAMA. *Paisagem e memória...*, passim.

<sup>21</sup> Alguns memorialistas: SAUDADE, de Avelino F.M.J. *A Actualidade*, 08 maio 1880, p. 3; BRITO, A. Messias da Liberdade! Moisés apartado da Pátria. *Liberal Mineiro*, 18 abr. 1882, p. 6 e 7; ROSEMBURG, J.M. Recordando... *Tribuna de Ouro Preto*, 14 set. 1947, p. 3.

Mais do que um meio de amenizar os sentimentos nostálgicos dos ouropretanos, a réplica do Itacolomi também contribuiu para criar conexões entre a paisagem de Ouro Preto e a paisagem de Belo Horizonte, ligando os cidadãos àquela praça na nova vida que construíam.

Quando se colocou em pauta a relação da sociedade com o passado visto como de atraso e opressão, a República representava o marco de ruptura que levaria ao mundo moderno. A ideia corrente nas discussões sobre a mudança da capital é de que haveria uma separação com o passado colonial/imperial de Minas Gerais, baseando-se na antítese entre o antigo e o novo, ou o arcaico e o moderno.<sup>22</sup> A construção do futuro na nova cidade, com novas experiências e outras referências identitárias para o povo mineiro, demandaria o trabalho do esquecimento de Ouro Preto, que representava a Minas do passado. Porém, como vimos até agora e como aponta a historiografia a respeito da construção de Belo Horizonte, houve uma mistura e superposições entre a antiga e a nova capital baseadas na analogia entre tradição e futuro.<sup>23</sup>

Dulci afirma que havia envolto nessa analogia de “atraso e progresso” um sério problema de construção e reprodução da identidade regional, que se desdobrava no terreno econômico e em muitos aspectos da vida política mineira. A discussão sobre o lugar do estado no processo modernizador vinha arraigada à ideia de que Minas deveria mirar o futuro para sair da estagnação na qual estaria.<sup>24</sup> Mas, escreveu Senna, o futuro desejado para Minas Gerais não estava totalmente desligado do passado, pois nele estavam as raízes para a identidade mineira.<sup>25</sup> Diogo de Vasconcellos igualmente disse que era preciso buscar as origens para preservar e fortalecer a unidade mineira que se forjava através de uma identidade cultural e histórica.<sup>26</sup> Seguindo a tradição historiográfica, acreditavam que seria na permanência das tradições e conservação dos traços originais dos mineiros que se poderia garantir o progresso. A experiência passada seria, assim, um ensinamento para o futuro, trazida ao presente pelo conhecimento histórico.<sup>27</sup>

Nessa perspectiva, a nova capital de Minas não trouxe apenas representações do “modernismo”<sup>28</sup> que se almejava sem fazer referências aos valores e às tradições caras aos

<sup>22</sup> FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 21-36 e 77;

<sup>23</sup> Cf. SILVA. *A Caducidade das Disposições Transitórias...*, p. 91; CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 64; MENICONI. *A construção de uma cidade-monumento...*; MELLO. *A noiva do trabalho...*, p. 34-37.

<sup>24</sup> DULCI, O. S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 192-3.

<sup>25</sup> SENA, N. C. O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2006.

<sup>26</sup> VASCONCELLOS, D. Discurso de inauguração do IHGMG. *Revista do APM*. Belo Horizonte: Impr. Off. de Minas Gerais, v.14, n.1, 1909, p.213-4.

<sup>27</sup> Cf. RAMALHO, W. S. C. *A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. [manuscrito].

<sup>28</sup> Velloso diz que o sentido de modernismo no contexto internacional partiu do processo de urbanização e industrialização, no qual surgiram movimentos de ordem literária, política, religiosa e científica que enunciavam um mundo diferente e que modificou as relações dos homens com a natureza. Kury aponta que, no Brasil, muito desse pensamento foi instruído a partir da ideologia do progresso, que buscava seguir os modelos europeus de desenvolvimento, voltados para projetos de modernização em relação ao passado visto como de atraso. VELLOSO, M. P. O Modernismo e a questão nacional. In:

mineiros. Se ela era para a República um símbolo dos tempos mais modernos, para os mineiros ela precisava refletir a cultura e a história com as quais se reconheciam. Belo Horizonte foi, assim, desenvolvida fazendo analogias entre a “tradição e a modernidade”, com apropriações simbólicas dos diversos elementos, fatos e artefatos das cidades coloniais e imperiais que participavam do jogo identitário.<sup>29</sup>

A ideia de conciliação com o passado já estava presente nas preocupações do poder público mesmo antes da inauguração da cidade. Em um decreto de 1895, por exemplo, se definiu que as praças e ruas receberiam denominações que recordassem as cidades, os rios, as montanhas, as personalidades e as datas históricas importantes para Minas Gerais. A própria Praça da Liberdade estava inserida nessa construção de referências, desde o seu nome até os elementos que a constituíam, ativando a história política mineira nos discursos republicanos.<sup>30</sup>

Carvalho também analisou a nova capital pelo viés da conciliação a partir do seu primeiro nome: Cidade de Minas, ou seja, uma capital para todo o estado. Abordou como as disputas regionalistas entre os grupos que representavam a zona mais central e os mais ligados às zonas Sul e Mata estavam exacerbadas na década em que a capital foi mudada. O autor considerou que a fragilidade do cenário político e os embates regionalistas precisaram ser enfrentados para que Minas ocupasse uma posição privilegiada na Primeira República. A capital, assim, deveria reunir as vozes que norteavam os planos econômicos e as decisões políticas: a do “ouro”, ligada à ideia de liberdade que ecoava pelo centro minerador e urbano; a da “terra”, que falava pela tradição, pela vida rural, conservadora e equilibrada; e fazer a ponte de união com a insurgente voz da modernização, que o autor classificou como do “ferro”, preocupada com a indústria, progresso econômico e a tecnologia.<sup>31</sup> Como capital, Belo Horizonte deveria constituir o centro unificador e a síntese de dessas vozes que marcavam as elites mineiras. Nesse interim, os monumentos e alguns lugares da capital participariam da articulação entre o passado e o futuro.<sup>32</sup>

---

FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 353; KURY. *Ciência e nação: Romantismo...*, p. 268-270.

<sup>29</sup> Cf. FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 21 e 77; MENICONI. *A construção de uma cidade-monumento...*; SILVA. *A Caducidade das Disposições...*, p. 91; MELLO. *A noiva do trabalho...*, p. 34; BAHIA, C.L.M. *Metamorfoses da metrópole*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIII, n.2, jul.-dez. 2007, p. 62.

<sup>30</sup> MELLO. *A noiva do trabalho...*, p. 36; BAHIA. *Metamorfoses da metrópole...*, p. 62.

<sup>31</sup> CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 55, 63-5.

<sup>32</sup> Cf. BOMERY. *O Brasil de João Pinheiro...*, p. 143-4. A ideia de elites das zonas estaduais aqui referida, para compreender as metáforas das Vozes de Minas, considera a divisão feita por Dulci. Esse autor diz que no Plano Econômico havia grupos que representam a elite agrária e a empresarial, mais ligada ao setor industrial. Já no Plano Social, tinha a elite técnica, que adentrou pelo poder público e atuou nos projetos de modernização do estado, e a elite tradicional, clientelista e de grupos familiares locais. Em outra forma de articular essa divisão, o autor as diferenciou entre tradicional e moderna, sendo a primeira ligada aos grupos políticos e agrícolas e a segunda referente aos setores mais urbanos, industriais e técnicos. Como ressalva, consideramos que essa descrição das elites não as isola em sua tipologia, pois elas devem ser compreendidas em suas bases de composição, como a “elite técnica” que, em sua maioria, tinha origem e estava ligada à “elite tradicional” ou “empresarial”, por exemplo. DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 108: \_\_\_\_\_. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais hoje*. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia, São Paulo, ANPOCS, p.7-32, 1984.

Acreditamos que aquela réplica do Pico na praça também representaria uma ponte entre a tradição e a modernização desejada para Minas, lembrando um monumento natural na paisagem que se tornou referência para se falar tanto “das glórias passadas” como dos “progressos futuros”.<sup>33</sup> Este capítulo analisa, assim, como ao Pico foram alocadas histórias e memórias mescladas à reorganização política e econômica do estado, à busca por uma identidade regional e às representações do território mineiro.

Na primeira seção, colocamos como o Itacolomi se tornou um marco para o futuro quando os políticos, técnicos, grupos oligárquicos e intelectuais se atentaram para o reaquecimento da mineração e para o desenvolvimento industrial no processo de modernização do estado. A segunda discute o processo de exaltação e valorização de Ouro Preto como cidade relíquia de Minas, no qual o Itacolomi participou das memórias e mitos como um ponto de referência e palco de acontecimentos significativos para a história. Por último, apresentamos como a identificação dos ouro-pretanos com o Itacolomi ocorreu no momento em que as montanhas foram tomadas como elemento característico de Minas Gerais e parte significativa na construção identitária dos mineiros. Consideramos que a memória histórica e a percepção paisagística contribuem para a apropriação coletiva dos lugares simbolicamente construídos como características regionais, que dão origem às associações entre os homens e a terra, fonte das identidades regionais.<sup>34</sup>

Em todo o capítulo, a produção da história ocupa um lugar privilegiado, pois ela procurava responder as questões ligadas à identidade através das suas origens. No período republicano aqui enfatizado, o trabalho da memória foi evocado como suporte do processo de identificação dos cidadãos com a nação. Veremos como a memória histórica reavivou certos aspectos dos indivíduos e do espaço que foram selecionados, valorizados e compartilhados, tornando-se tradições para os mineiros. A construção dessa memória e identidade para Minas Gerais baseou-se nos elementos fornecidos pela geografia do local, pelos traços biológicos, pelos ícones do nacionalismo, pelas instituições, pelos relatos e pelos mitos, entre outros aspectos marcados como específicos de identificação da comunidade. Na socialização do passado, alguns fatos, personagens, lugares e objetos foram enquadrados pela memória, pois neles colocaram a história que devia ser contada, narrada para o coletivo, a que se tornou oficial.<sup>35</sup>

Nesse seguimento, daremos atenção à ideia de paisagem constantemente ativada para representar a natureza de Minas Gerais e para despertar a identificação dos mineiros com seu

---

<sup>33</sup> PALMELLA. *Ouro preto e seus progressos atuais...*, 19 dez. 1891, p. 4. Sobre a ideia de conciliação por meio da nova capital, que também traziam a relação com o tempo histórico, cf. DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 43.

<sup>34</sup> Ver CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 50.

<sup>35</sup> Referências teóricas e conceituais para a construção do parágrafo em: POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio...*, p. 16; CASTELLS. *A era da informação...*, p. 79; VARGAS. *Paisagem, território e identidade...*, p. 171; SOARES, L. E. República: Evocação da origem, reconstrução do princípio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, 1989, p. 225; GOMES, A. C. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER; VIDEIRA. *Ciência, civilização e república...*, p. 16.

território. Atentaremos para a paisagem como a representação dada por determinados grupos, buscando nos discursos seus interesses e suas posições na conformação social brasileira. Procuramos, assim, captar a invenção simbólica do Itacolomi como “paisagem natural” símbolo de Ouro Preto como parte do imaginário sobre as montanhas na identidade mineira. Invenção essa feita no momento de definição e de organização das referências ao passado e dos discursos sobre o futuro de Minas Gerais.<sup>36</sup>

## 2.1 – CONCILIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

À medida que o café avançava pelas zonas produtoras no final do século XIX, o domínio do que Carvalho chamou de “Minas da Terra” consolidou-se com a Proclamação da República. No cenário político, o autor aponta que houve uma redução do poder da antiga liderança em torno de Cesário Alvim, aliado à zona central e mineradora, e o aumento progressivo das zonas agropastoris.<sup>37</sup> Por sua vez, Silva afirma que essa “Minas da Terra” não representou especificamente o protagonismo das zonas Sul e Mata, pensadas como grupos interligados. Se na reafirmação de suas posições perante as outras regiões essas duas zonas se aproximaram, na caracterização do perfil político estadual e no cenário nacional as articulações foram outras.<sup>38</sup>

Conforme proposto por Silva, a zona Sul se desenvolveu ligado mais à cafeicultura paulista e à produção leiteira que crescia no Triângulo, com a expansão das fronteiras. Um certo distanciamento com a Mata foi percebido pela autora principalmente pelas diferenças na adoção do sistema de trabalho e nos investimentos financeiros e técnicos, que refletiram nos planos econômicos dos seus respectivos políticos. Segue afirmando que a reorganização política mineira se processou, na verdade, quando o Sul se aliou à zona Central a partir de 1898, com a reestruturação do Partido Republicano Mineiro. Aliança que teria perdurado até 1918, quando houve a ascensão de líderes da Mata. Sua análise desloca-se, assim, em direção ao estudo das oligarquias.<sup>39</sup> Nesse sentido, a aliança entre os grupos das zonas Sul e Central deveu-se ao perfil de cada um – o polo econômico ligado aos cafeicultores paulistas e o de tradição política

<sup>36</sup> Para Chartier, as nossas interpretações de mundo são determinadas pelos grupos que as forjaram, necessitando que o historiador analise seus discursos, posições e interesses para captar o imaginário social que as dão significado. O imaginário analisado pelo historiador comporia um sistema de imagens e ideias que representam e significam a coletividade. CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990. Sobre o imaginário social, cf. PESAVENTO. *Muito além do espaço...*, p. 280-1.

<sup>37</sup> CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 63-64.

<sup>38</sup> SILVA, V. A. C. *A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais (1889-1920)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 1977, p. 16.

<sup>39</sup> SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 55, 82, 116. Na descrição de Maria Arruda, as oligarquias eram como grupos que mantinham metas, interesses e crenças comuns, ou que se aproximavam “pelo desejo coletivo de glorificar um líder, para promover ou defender o bem comum”. ARRUDA, M.A.N. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990, p. 36.

nacional, respectivamente, configurando a imagem da política mineira: governista e conservadora.<sup>40</sup>

A posição do estado ao alcance das oligarquias estendeu-se ao nível federal quando Silviano Brandão, político do Sul eleito presidente de Minas entre 1898 e 1902, aliou-se ao Presidente da República Campos Sales, representante das oligarquias paulistas.<sup>41</sup> Por este ângulo, coloca Silva que a bancada mineira na Câmara Federal se posicionava de forma clientelista, em acordo com a política do presidente do estado e em favor das negociações com o presidente da República. Durante as aproximações com São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX, também de economia cafeeira e de líderes emergentes, havia um quadro de instabilidade política e econômica a nível internacional, de queda dos preços do café nos anos de colheitas abundantes e de medidas de controle de preços e reservas, afetando o setor cafeeiro.<sup>42</sup>

A visão de decadência<sup>43</sup> e a questão do desenvolvimento e modernização, ainda associados ao termo progresso, preocupavam as elites mineiras. A recuperação econômica passou a depender de maiores incentivos na diversificação da agricultura, na ampliação da pecuária na reanimação da mineração.<sup>44</sup> Com a percepção das dificuldades na produção cafeeira, os governos federais e estaduais empreenderam esforços socioeconômicos em torno da modernização produtiva, com investimentos no conhecimento técnico e na agroindústria; da defesa das riquezas naturais frente aos interesses estrangeiros, incentivando iniciativas nacionais no campo dos transportes, mineração e siderurgia; e da maior atuação do estado no rearranjo econômico.<sup>45</sup>

### **O ferro em cena: a voz da modernização**

Desde o início da colonização de Minas Gerais, a natureza da região foi associada à imagem de recursos naturais inesgotáveis a serem explorados. Mas na passagem do século XVIII para o XIX, houve um retraimento na produção aurífera e de diamantes. O governo português e, depois, o imperial procuraram dar novos impulsos à mineração com o emprego de novas técnicas

<sup>40</sup> CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 63-64.

<sup>41</sup> Sobre a atuação de Silviano Brandão, cf. CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 63.

<sup>42</sup> A zona Metalúrgica, em termos de representação política, pareceu-lhe a grande responsável pelo caráter clientelístico progressivamente impresso à política econômica do estado e essencial na articulação de bases de apoio e sustentação das oligarquias. SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 10, 82-3 e 93.

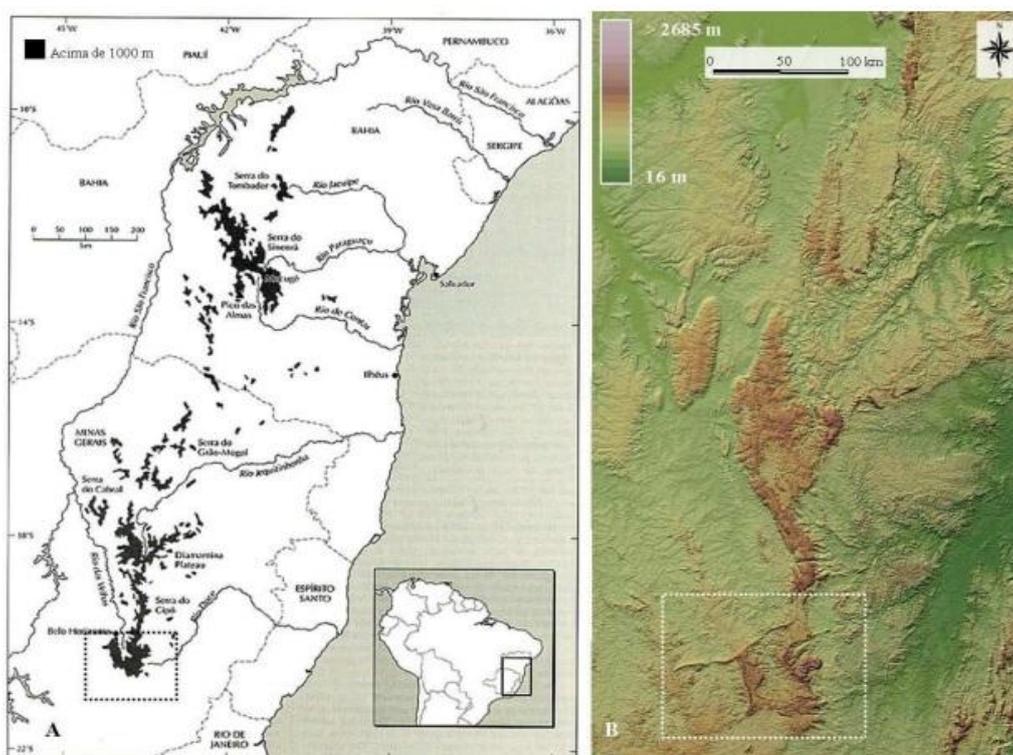
<sup>43</sup> Para Capanema, o termo “decadência” está relacionada às leituras que a sociedade faz de seu tempo em busca de mudanças que julgam necessárias. No contexto abordado, a maioria das teorias de decadência de Minas foram elaboradas no seio das disputas ideológicas “antigos” versus “modernos”, o “atraso” e o “progresso”. Para Dulci, havia a imagem de contraste interno, como “passado de riqueza” e presente “de estagnação”, e as comparações com outras regiões, como São Paulo. CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 92; DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 38-9.

<sup>44</sup> Afirma Dulci que os projetos de desenvolvimento de Minas presentes derivaram de razões político-estratégicas de cunho nacional, uma vez que o estado não dispunha de condições econômicas e políticas para encetar esforços independentes e consistentes de modernização. Foi no “tratamento da questão mineral que a articulação ideológica entre regionalismo e nacionalismo se expressou mais cabalmente”. DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 26-8 e 208.

<sup>45</sup> SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 13, 100-114; GOMES. *Minas e os fundamentos do Brasil...*; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 140-149. Sobre modernização: HABERMAS. *O discurso filosófico da modernidade...*, p. 5.

e dos conhecimentos em mineralogia e metalurgia. Organizaram instituições responsáveis pelo mapeamento e pesquisa geológica. Assim, o principal motivo das expedições científicas por Minas Gerais foi o conhecimento da natureza voltado para o desenvolvimento econômico.<sup>46</sup>

Uma das primeiras iniciativas parece ter sido a expedição organizada pelo Dr. José Vieira Couto, em 1798, que estabeleceu a relação entre a estrutura das montanhas em Minas e disposição dos veios ricos em minerais rentáveis. Seguindo as teorias geológicas desenvolvidas até então, as montanhas foram colocadas no centro dos debates sobre as origens geomorfológicas, determinando os tipos de rochas, minerais e fósseis encontrados.<sup>47</sup> No seio de tais discussões, os naturalistas descreveram as peculiaridades de uma cadeia de serras do sul à norte de Minas, que adentrava a Bahia, nomeada por Eschwege como Serra do Espinhaço [Fig. 13].



**Figura 13** – A Cadeia do Espinhaço com destaque para o Quadrilátero Ferrífero. **Fonte:** Proposta de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. ICMBio, 2010, p. 12.

Sem se descuidarem das pesquisas em torno do ouro e dos diamantes, os exploradores procuraram também determinar a ocorrência de outras riquezas. Como resultado, assinalaram

<sup>46</sup> O primeiro órgão para tratar dos assuntos científicos no Brasil foi o Museu Nacional, criado em 1818, com a seção específica de Mineração, Geologia e Ciências Exatas. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), de 1838, também teve como função patrocinar as viagens científicas pelo interior do país. Em 1875, foi criada a Comissão Geológica do Império do Brasil, chefiada pelo canadense Frederick Hartt e depois pelo norte-americano Orville Derby. No mesmo ano, foi criada a EMOP, como mencionado no capítulo anterior. DANTAS, M. A. M. (org). *Espaços da ciência no Brasil – 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 113-4; PIRES. *Notas de um diário de viagem...*, p. 72; SILVA, O. P. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *Revista Geonomos*, n. 3, v. 1, 1995, p. 80; VERGANA, M. R. A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira República: a fase José Veríssimo da Rev. Brasileira (1895-1900). In: HEIZER; VIDEIRA. *Ciência, civilização e república nos trópicos...*, p. 146-8.

<sup>47</sup> Cf. COUTO, J. V. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais*; seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte:FJP, 1994,p.63-69; CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 96-7.

uma grande variedade de metais em diferentes porções do estado, principalmente no Espinhaço: mercúrio, prata, cobre, estanho, zinco, bismuto, alumínio, dentre tantos outros. O mais promissor deles para os interesses europeus, em meio à era de Revolução Industrial, foi o minério de ferro.<sup>48</sup>

No processo de localização e estudo das reservas minerais, a Serra do Itacolomi foi observada e descrita por quase todos os naturalistas que visitaram Ouro Preto e Mariana, por estar inserida na porção de maior ocorrência de camadas auríferas e minério de ferro. Podemos dizer que o interesse científico pela serra começou após os primeiros estudos sobre sua composição mineral realizados por Eschwege, entre 1817 e 1820. Contratado pela coroa portuguesa como membro do Real Corpo de Engenheiros, ele foi enviado às Minas para pesquisar o sistema de montanhas e reconhecer o potencial de exploração do ouro. Mas seu trabalho não se limitou a identificar, aconselhar e projetar o desenvolvimento mineral. Acabou incentivando também a criação de empresas de mineração e fábricas de ferro.<sup>49</sup>

Nos trabalhos de prospecção pelos arredores da cidade, o mineralogista identificou veios de quartzo com camadas auríferas e ferríferas na Serra de Ouro Preto e nas partes inferiores da Serra do Itacolomi. Ao escalar essa última para estudos de mineralogia e para estabelecer a altura do Pico, constatou que a parte superior do maciço era de arenito (grés) com veios de quartzo, mas sem a presença de camadas auríferas ou de ferro (xistos ferruginosos, que nomeou genericamente de Itabirito). Como um dos resultados da sua ascensão e pesquisa, Eschwege nomeou a principal formação rochosa superior ao longo de todo o Espinhaço de itacolomito, em homenagem ao Pico. Sua descrição da composição mineral da região atraiu outros naturalistas para conhecer e estudar a região, transformando-a num ponto de discussão para a mineralogia e a geografia.<sup>50</sup>

Ao nomear a formação rochosa da região do Serro e de Diamantina como itacolomito, associando-a à rocha primitiva do diamante, Eschwege abriu caminho para comparações entre as diversas serras, incluindo a do Itacolomi. Várias pesquisas e extensivas descrições foram feitas para descobrir diamantes em outras regiões de formação itacolomito.<sup>51</sup> Contava-se naquela época que foram encontrados diamantes na Serra de Ouro Branco e, se tal descoberta fosse confirmada também no Itacolomi, novos fôlegos de exploração seriam trazidos para Ouro Preto e Mariana.

<sup>48</sup> LEITÃO, C. M. *História das expedições científicas no Brasil*. SP, RJ, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 159; LOPES, M. M. Os catálogos de Hermann von Ihering: o arquivo dos resultados obtidos na exploração científica do Brasil. In: HEIZER; VIDEIRA. *Ciência, civilização e república...*, p. 291-304; SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 75; DANTAS. *Espaços da ciência no Brasil...*, p. 121; ESCHWEGE, W. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1996-2001, p.195.

<sup>49</sup> Eschwege morou em Ouro Preto enquanto se dedicava aos empreendimentos minerais e ao mapeamento da Capitania, sendo responsável pela primeira carta geológica das Minas. Ele mesmo fundou a primeira companhia de mineração na antiga Lavra do Fundão (atual Mina da Passagem) e criou uma Usina de Ferro na região de Congonhas e outra de chumbo em Abaeté. SILVA. *A mineração em Minas Gerais...*, p. 78; LEITÃO. *História das expedições científicas...*, p. 160-1.

<sup>50</sup> ESCHWEGE. *Brasil, novo mundo...*, p. 203; \_\_\_\_\_. *Jornal do Brasil: 1811-1817*, ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2002, p. 55.

<sup>51</sup> Um dos naturalistas empenhados na descoberta dos diamantes foi Pohl, que chegou a se comunicar com Eschwege sobre descobertas de rochas itacolomíticas nas serras e rios goianos, no ano de 1919. Na região de Grão Mogol, norte de Minas, algumas amostras de rocha itacolomito com diamantes foram encontradas e levadas para diversos museus europeus.

Em nome da EMOP, o professor Gorceix falou que era preciso seguir a ciência mineralógica antes de dar crédito às estórias sobre a existência de diamantes na região. Afirmou que era sim nos quartzitos que se achavam as jazidas de ouro e diamantes, usando a mesma denominação de itacolomito. Mas o pouco sucesso das pesquisas de diamante naquela serra devia-se ao fato de que ali os quartzitos eram de natureza diferente. A confirmação da inexistência de diamantes no Itacolomi e em toda a região de Ouro Preto foi feita pelo geólogo norte-americano Oliver Derby na Sociedade Geográfica de Paris, em 1879.<sup>52</sup>

Especificamente sobre o minério de ferro, Mawe e Eschwege detectaram a presença das formações ferruginosas “em abundância” na porção sul do Espinhaço.<sup>53</sup> A atenção sobre aquela área foi redobrada nas décadas de 1830 a 1850, quando as companhias inglesas de mineração do ouro começaram a ser instaladas ali, atraindo muitos viajantes para conhecer suas minas e fazer os levantamentos geológicos.<sup>54</sup> Quando o governo imperial contratou Gorceix para fundar uma Escola de Minas, o professor viajou por várias partes da província em busca dos mais ricos depósitos de ferro. Com as atenções voltadas para a porção sul do Espinhaço, Gorceix falou da importância em estabelecer “no centro da indústria” a escola técnica, para que os estudos teóricos fossem acompanhados de demonstrações práticas. Em seu relatório, concluiu que Ouro Preto atendia todas as finalidades para formar geólogos e mineralogistas, que seriam especialistas no solo brasileiro, elaborariam cartas geológicas do país e se tornariam diretores de explorações minerais e metalúrgicas. Sua decisão de fundar a Escola de Minas naquela cidade foi tomada depois que visitou algumas produções auríferas no morro de Sant’Ana (Ouro Preto) e de ferro na Fazenda do Manso (porção oeste da Serra do Itacolomi).<sup>55</sup>

Na primeira viagem de D. Pedro II à Ouro Preto, em 1881, Gorceix procurou demonstrar as potencialidades minerais daquela região de Minas Gerais. Em sua palestra proferida pela visita do Imperador à EMOP, apresentou o levantamento geológico e mineral específico dali. O campo geológico apresentado foi elogiado por D. Pedro II e pela imprensa carioca que o acompanhava, descrito como algo traçado “pelo Criador através dos séculos”, que agora poderia ser aproveitado para o conhecimento. Nas viagens por várias partes da província, o Imperador fez constantes referências à exploração do minério de ferro, pois queria transformar Minas Gerais na maior

<sup>52</sup> GORCEIX. *Riquezas minerais da Província...*, p. 3; DERBY, O. A. Observações sobre algumas rochas diamantíferas da Província de Minas Gerais. *Archivos do MNRJ*, vol. IV, 1879, p. 121-132.

<sup>53</sup> MAWE. *Viagem ao interior do Brasil...*, p. 171-209, 254; ESCHWEGE, W. *Pluto Brasiliensis*. São Paulo: Comp. Ed. Nac., 1940, p. 7 e 442.

<sup>54</sup> Entre 1836 e 1841, o geólogo Pierre-Aimé Pissis preocupou-se em diferenciar as formações da porção sul em sete camadas rochosas, identificando onde ocorreriam as camadas ferruginosas e auríferas. A classificação feita por Pissis foi mapeada pelo dinamarquês Peter Claussen, em 1841, cuja carta geológica serviu de base para a classificação posterior daquela porção como Quadrilátero Ferrífero. MACHADO, M. M. M.; RINGER, F. E.; AZEVEDO, U. R. Estruturas dobradas do Quadrilátero Ferrífero em perfis geológicos do século XIX. *Revista Geonomos*, v. 18, n. 2, 2010.

<sup>55</sup> Cf. LIMA. *D. Pedro II e Gorceix...*, p. 33-40; DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 54; CARVALHO, J. M. A. *Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, UFMG, 2002.

“fornecedora de aço ao resto do mundo”, segundo afirmou em seu diário.<sup>56</sup> A imprensa, os jornalistas e os políticos igualmente procuravam demonstrar que Minas era rica em elementos minerais para tornar “próspero o tesouro nacional” e que, diante da situação de “desalento”, o Imperador não deixaria “de atender a seus justos reclamos cooperando para que a mais bela porção de seu império entre na senda do progresso e da civilização”.<sup>57</sup> Os jornais também atuavam na divulgação dos estudos científicos sobre a mineração, principalmente relacionados à indústria do ferro, e na disseminação de posições políticas sobre os atos governamentais em prol do desenvolvimento de Minas Gerais.<sup>58</sup> Já os discursos de abandono podem ser mais partidários do que de reclamo de inferioridade. Pires coloca que havia um apelo geral por melhorias e progresso, retocado por intrigas e disputas partidárias e regionalistas.<sup>59</sup>

Outros professores e alunos da EMOP desenvolveram significativas pesquisas sobre geologia e mineração. Um dos alunos que mais destaque alcançou na comunidade científica daquele período foi Leandro Dupré Jr., que estudou as camadas de quartzito talcoso (comumente chamada de pedra de lages) na porção leste de Ouro Preto e na Serra do Itacolomi. Ao descrever a formação da pedreira de lages encontrada na serra, propôs que ela seria contemporânea à revolução geológica que separou as duas pedras verticais do restante do maciço, dando aquela forma característica do Pico.<sup>60</sup> Já os trabalhos do professor Paul Ferrand resultaram numa série de artigos, onde descreveu as técnicas e materiais que eram utilizados e crítica a enorme quantidade de mercúrio nas águas pela mineração. A sua divisão crono-litológica de Minas, com destaque para a Serra do Espinhaço, foi reconhecida pela comunidade científica internacional e contribuiu para os futuros estudos dos embasamentos do Quadrilátero Ferrífero.<sup>61</sup>

Em 1891 e 1892, o governo estadual criou sua própria Comissão de Exploração Geológica para estudar as jazidas e indicar o que tivesse importância mineral, “a fim de chamar atenção dos

<sup>56</sup> *DIÁRIO da viagem do Imperador a Minas...*, p. 77; *GORCEIX. Riquezas Mineraes da Província...*, p. 3; *LIMA. D. Pedro II e Gorceix...*, p. 158-166, 172-3.

<sup>57</sup> *O Arauto de Minas*, 24 abr. 1881, p. 1; *A Actualidade*, 26 mar. 1881, p. 3 (Extraído do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 21 mar. 1881).

<sup>58</sup> *CASTRO. Minas do sul: visão corográfica...*, p. 206-8.

<sup>59</sup> *PIRES. Notas de um diário de viagem...*, p. 76-7.

<sup>60</sup> *DUPRÉ JR., L. Estudo geológico e mineralógico da região E. de Ouro Preto compreendida entre aquela cidade – a povoação de taquaral e rio do Carmo. Revista do Archivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 3, 1878, p. 11-16.

<sup>61</sup> Atualmente, define-se que o Q.F. é constituído por embasamentos de rochas granito-gnáissicas Pré-Cambrianas, com sobreposições do supergrupo Rio das Velhas e do supergrupo Minas. Na porção superior é que se encontra o grupo Itacolomy, (paleoproterozóica, com cerca de 2.1 bilhões de anos). Essas divisões afirmaram que a Serra do Itacolomi é constituída pelos grupos Sabará e Piracicaba (supergrupo Minas); Maquiné e Nova Lima (supergrupo Rio das Velhas), onde se encontram filões de pirita, que podem conter ouro e xistos ferruginosos; e o Itacolomy no maciço superior. *FERRAND, P. O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1998, p. 92; *RENGER et al. Evolução sedimentar do Supergrupo Minas: 500 Ma de registro geológico no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Revista Geonomos*, v. 2, n. 1, p. 1-11, 1994; *ANDRADE et al. Composição mineralógica e geoquímica dos solos do Parque Estadual do Itacolomi - Ouro Preto/MG. Quaternary and Environmental Geoscience*, v. 3, n. 1-2, p. 1-8, 2012. Sobre o trabalho de Ferrand, Cf. *FURTADO, J. F. O mundo frances em Minas*. [Belo Horizonte]: BDMG Cultural: Museu Mineiro, [2000].

industriais”.<sup>62</sup> Dentre as orientações para o levantamento geológico, pedia-se que fossem observados os acidentes notáveis, como os picos das serras. As atenções direcionadas às potencialidades minerais da Serra do Itacolomi podem ser constatadas nos Contratos de arrendamentos para exploração de ferro e manganês naquelas terras, estabelecidos entre a Intendência Municipal e engenheiros brasileiros.<sup>63</sup>

A ideia de recuperação das atividades auríferas não deixou de povoar os horizontes de expectativa dos ouro-pretanos. Seus defensores se apegaram às lembranças dos áureos tempos de produção, ditos opulentos. Voltados para um passado de glória, falaram também nos “ventos do progresso” que seriam trazidos pelo ferro.<sup>64</sup> O *Jornal Mineiro* reafirmava as crenças no potencial da cidade, dizendo que ela tinha elementos para prosperar e que a sua riqueza mineral era admirada e desejada pelo mundo inteiro. Depositava esperanças de que a topografia era o “tesouro mineiro” que atrairia uma grande população e seria o centro de grandes indústrias.<sup>65</sup>

Nessa mesma perspectiva, Palmella utilizou a Serra do Itacolomi para falar do desenvolvimento e exploração das minas. Tomando o Pico como o ponto mais famoso da região e imagem síntese da paisagem da Serra, o literato anunciou que seria a partir dele que os capitais estrangeiros afluiriam para o estado e trariam glórias para Minas Gerais. Nas suas palavras, a cidade se reergueria do seu leito de ferro e avançaria cheia de força em direção ao magestoso Itacolomi, que parecia “aplaudir a festa industrial” que se preparava. Para ele, Ouro Preto mostrava para os estrangeiros aquela elevação, dizendo: “Eis aí as ricas minas de ouro, ferro, mármore [...]. Subi, subi para o zimbório da luz da liberdade e do progresso. [...] Explorai e enriquecei, transformai e civilizai”.<sup>66</sup> Com esse discurso, retomou-se a ideia do Pico como uma referência geográfica para encontrar a região por onde o desenvolvimento econômico de Minas avançaria. Como um “emblema orográfico” das riquezas, o Pico foi considerado o guia de pedra que anunciava com seu “bico aquilino” que ali era o polo econômico da República, assim como no passado narrou-se que ele guiou os bandeirantes até os vales auríferos.<sup>67</sup>

De fato, a divulgação dos estudos de geologia e mineralogia sobre as reservas de minério em Minas despertou o interesse do mundo econômico para aquelas áreas. Os engenheiros saídos da EMOP formavam a elite técnica mais influente nas discussões sobre os rumos econômicos do

<sup>62</sup> MINAS GERAIS. *Coleção de decretos do Governo Provincial e Constitucional do Estado de Minas Geraes de 1891-1892*. Acervo: APCBH. Coleção: Legislação da Prefeitura de Belo Horizonte, 1891-1826.

<sup>63</sup> CONTRATOS e Arrendamentos Livro II (1896-1917), fl. 1 Acervo: AMOP, Livro de Contratos da Prefeitura.

<sup>64</sup> A respeito das esperanças dos ouro-pretanos em passar de uma cidade do ouro para do ferro, cf. SILVA. *A caducidade das Disposições Transitórias...*, p. 94. Souza apresenta as mesmas disposições por parte dos marianenses. SOUZA JR., P. G. Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana-MG. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, 2005, p. 184.

<sup>65</sup> *Jornal Mineiro*, ano 1, n. 10, Ouro Preto, 24 out. 1897, p. 1.

<sup>66</sup> PALMELLA. *Ouro preto e seus progressos atuais...*, 19 dez. 1891, p. 4; 29 dez. 1891, p. 2; 13 jan. 1892, p. 3 e 4.

<sup>67</sup> Expressões extraídas de MIRANDA, R. R. Discurso pronunciado pelo eng. de minas e civil por ocasião das solenidades realizadas no dia 12 out. (aniversário da Escola de Minas). *Tribuna de Ouro Preto*, 18 out. 1947, p. 49; SARAIVA, Benedicto. Cata Branca: Mina fatídica. *Tribuna de Ouro Preto*, 22 nov. 1947, p. 1.

estado. Os grupos políticos e econômicos da zona mais central, que passou a ser chamada Metalúrgica, incentivavam a utilização daquele potencial produtivo ainda pouco explorado e de grande interesse das indústrias internacionais. A visão de abandono do poder público e de decadência presente nas disputas regionalistas serviu de incentivo aos discursos dos ouro-pretanos para renovar a exploração mineral nas terras municipais.<sup>68</sup> Mas os esforços modernizadores e a dinamização da economia esbarravam nos interesses agroexportadores, base do poder das oligarquias locais. O desenvolvimento das atividades mineradoras, embora tivessem mercados formados, necessitava do apoio político das oligarquias para se organizar e progredir.<sup>69</sup>

A esse respeito, Carvalho coloca que a coligação entre o Sul e Centro no processo de reorganização política contribuiu para conciliar os interesses econômicos das zonas cafeeiras e da zona de metalurgia. O que teria sido mais forte no governo de João Pinheiro, entre 1906 e 1908.<sup>70</sup> Como Presidente de Minas, Pinheiro procurou manter boas relações com os proprietários rurais e propôs reformas e modernização agrícola e despertar os interesses das oligarquias para a indústria e para a mineração. Afirma que Pinheiro representou não apenas o elo entre as zonas mineradoras e as cafeeiras, mas também o início da passagem de uma mentalidade agrária para a mentalidade desenvolvimentista. No mesmo período de gestão política, Afonso Pena foi eleito Presidente da República e chamou atenção para as atividades “naturais e promissoras” do país, principalmente para o seu potencial mineral. Em âmbito nacional, Penna procurou inserir a mineração como uma das principais preocupações de seus ministérios. Nesse processo, os interesses das elites da zona mineradora convergiram com os estaduais e federais.<sup>71</sup>

Para alguns historiadores dedicados à história de Minas Gerais, João Pinheiro teria sido o principal precursor da ideia de desenvolvimentismo no estado como um projeto político que se voltava para a indústria e a siderurgia. Esse político procurou também garantir o predomínio político e econômico de Minas no sistema federativo como o estado que traria maiores progressos na reorientação da política econômica nacional. Pinheiro exaltou em seus discursos os êxitos da mineração no passado e buscou anunciá-la como o futuro, pois considerava que ela seria essencial para colocar toda a nação no caminho do desenvolvimento industrial. Defendeu, assim,

---

<sup>68</sup> Os engenheiros egressos da EMOP pertenciam à elite técnica mineira, divulgaram a existência de um enorme potencial mineral em vários lugares de Minas Gerais e passaram a ocupar cargos em órgãos do governo. Em 1907, Gonzaga de Campos, realizou estudos geológicos que confirmaram o alto potencial na região de Itabira. No mesmo ano, o governo federal criou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, com engenheiros formados pela EMOP. Sobre os interesses na mineração e siderurgia na Primeira República, ver DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 47-8, 55-6 e 207

<sup>69</sup>; SILVA. *A mineração em Minas Gerais...*, p. 23, 48 e 80.

<sup>70</sup> Ex-aluno da EMOP, Pinheiro preocupou-se com a instrução técnica, modernização agrícola e o desenvolvimento econômico mineral. CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 66-8.

<sup>71</sup> Sobre o perfil conciliador de Pinheiro e a atuação de Penna, cf. DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 47-48, 207; SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 48-59, 80 e 103; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 149-153.

a expansão do que chamou de “indústria natural” do estado, reforçando a imagem de Minas como produtora mineral.<sup>72</sup>

Com a diminuição da participação política de grupos da zona metalúrgica, após a morte de João Pinheiro, e a ausência de uma legislação efetiva para a mineração, os estímulos à modernização continuaram a dar ênfase à produção agrícola, dificultando a expansão da produção mineral. De acordo com Silva, foi a partir da década de 1920 que o Estado identificou nas jazidas minerais a possibilidade efetiva de reaquecer sua economia no contexto brasileiro. Tal recomposição nos interesses governistas devia-se a ascensão política estadual e nacional de Artur Bernardes (1918-1922) e Raul Soares (1922-1924), representantes da Zona da Mata. Imbuído daquela mentalidade desenvolvimentista identificada em João Pinheiro, como aponta Silva pelo termo “modernizadora”, Artur Bernardes tornou a questão da potencialidade mineral da região Metalúrgica um tema central de sua agenda política. No que diz respeito à atuação do Estado e às práticas de defesa das riquezas nacionais, Bernardes conduziu de forma diretiva e intervencionista as atividades de mineração e a emergente siderurgia na área mais central, argumentando em nome da guarda dos recursos naturais brasileiros.<sup>73</sup>

Em 1920, uma “Missão Belga” de aproximação política e econômica acompanhou a visita do rei da Bélgica à Belo Horizonte. A intenção da Missão era abrir negociações com Bernardes para os investimentos na siderurgia. O Estado não contava com condições financeiras que permitissem levar adiante a implantação de indústrias para aproveitamento das riquezas minerais e não houve efetivamente uma política voltada para os investimentos privados nacionais. Bernardes aceitou a proposta de um grupo Belga-luxemburguês de formar parcerias com companhias privadas nacionais. Os empreendimentos realizados na região de Sabará e Monlevade, através da Cia. Belgo-Mineira, marcaram uma nova fase de mineração no estado. Naquele período, a quase totalidade da exploração mineral ainda era feita pelas companhias estrangeiras, principalmente inglesas, norte-americanos e belgas. Esse fato gerou muitas críticas, por parte de políticos e de técnicos das atividades mineradoras, direcionadas às concessões dos governos para os grupos capitalistas em detrimento dos empreendimentos nacionais.<sup>74</sup>

<sup>72</sup> DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 192-3; SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 58-9,103; FONSECA. *Tradição e modernidade...* p. 58; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 151-153; CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 66-8; SILVA. *A mineração em Minas Gerais...*, p. 80.

<sup>73</sup> Para Silva, a Mata teria um dinamismo maior no impulso industrial, com empreendimentos estrangeiros (capitalistas) e se envolveu mais na agroindustrial. No governo de Delfim Moreira (de 1914 a 1918), iniciou-se o período de ascensão de seus líderes políticos, que atribui ao fato de Soares ter assumido a Secr. Agric. e Bernardes ter se tornado líder do PRM, alijando os demais políticos para segundo plano. Esses governantes é que teriam empreendido os esforços mais renovadores e progressistas nas políticas econômicas mineradora. A morte de Soares o desgaste político de Bernardes, em 1924, seria um dos motivos que levaram a oligarquia da Mata ao ostracismo estadual e nacional. SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 48-9, 58-61, 83-89, 114-119; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 149.

<sup>74</sup> A defesa dos recursos minerais da região contra os empreendimentos estrangeiros era identificada com a luta por uma emancipação econômica do país, na qual se pregava que o minério de ferro devia servir à industrialização nacional. Cf

### A era do desenvolvimento e modernismo

Para receber os visitantes reais, a Prefeitura reformou completamente a Praça da Liberdade, substituindo o paisagismo típico de jardim inglês pelo francês. Nessa reforma, a réplica do Itacolomi em concreto foi retirada e a praça ganhou fontes de águas, passeios ortogonais e, por toda parte, postes e ornamentos em ferro. Do primeiro jardim, foram mantidos o Coreto e as palmeiras imperiais.<sup>75</sup> Senna disse que o “alteneiro Pico do Itacolomy” deveria ser vislumbrado pessoalmente nos arredores pitorescos de Ouro Preto por aqueles que amavam a paisagem das tradições.<sup>76</sup> Referenciado como homenagem aos ouro-pretanos, a retirada do Pico foi assim comentada por Andrade:

E vem o rei, na armadura do herói de Flandres.  
Carece recebê-lo em francês, com todas as honras,  
Amenizando a praça do poder.  
Para longe os penhascos de mentira,  
Os itacolomis nostálgicos,  
O timbre ouro-pretano amortecido.<sup>77</sup>

Na ocasião, a praça foi ornamentada com iluminação e, na via central, foi colocado um monumento que se parecia muito com a torre Eiffel, construção em ferro que se tornou o ícone da França industrial [Fig. 14].<sup>78</sup>



**Figura 14** – Praça da Liberdade - posse de Raul Soares, 1922. **Fonte:** FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte: Bilhete Postal...*, p. 98.

DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 207-8; SILVA. *A política regionalista e o atraso...*, p. 61-2; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 148.

<sup>75</sup> Sobre a reforma da Praça, ver: FERNANDES. *As praças cívicas...*; FJP. *Belo Horizonte: Bilhete Postal...*

<sup>76</sup> *CONFERÊNCIA proferida pelo deputado Nelson de Senna...*, p. 5-6.

<sup>77</sup> ANDRADE. *Praça da Liberdade sem Amor...*, p. 5.

<sup>78</sup> A descrição da imagem diz que “Com a Praça da Liberdade toda iluminada e aproveitando a decoração utilizada na visita dos reis belgas, comemorou-se a posse de Raul Soares como governador, em 1922”. Em 1920, a Bélgica e a França firmaram um tratado de aproximações, devido aos eventos da I Guerra Mundial.

Aqueles eram tempos em que novos símbolos foram usados para demonstrar a modernização da nação e as capitais foram tratadas como “vitrines do progresso”, segundo Motta.<sup>79</sup> No Rio de Janeiro, segue o autor, grandes reformas foram realizadas para tornar a capital federal em cartão-postal. Uma das intenções seria divulgar a potencialidade nacional à vista dos estrangeiros, principalmente por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, em 1922. Ao mesmo passo, a Praça da Liberdade também passou por reformas.

A ideia de que Belo Horizonte representaria a modernização de Minas apareceu com mais vigor a partir da década de 1940. Com as reformas do prefeito Juscelino Kubitschek e de Benedito Valadares como governador, a cidade se tornou o centro das políticas de cunho modernista e industrializante. Dentre as quais, destacamos a construção da Cidade Industrial, em Contagem, e o complexo arquitetônico da Pampulha. A criação de polos industriais nas capitais e pelo interior trazia a atmosfera cultural de que o Brasil estava no caminho do desenvolvimento para se tornar uma grande nação.<sup>80</sup>

O ambiente político e intelectual brasileiro definiu-se pelo desejo de industrialização, aliado à política nacional-desenvolvimentista do Estado varguista. Era preciso que o Brasil se apoderasse do seu território e transformasse as reservas minerais em riquezas para o crescimento econômico do país.<sup>81</sup> Medidas mais diretas foram tomadas com a criação de legislações específicas e, em 1942, com a fundação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Carvalho coloca que, do governo de Valadares (1933-1945) a Israel Pinheiro (1966-1971), optou-se pela ênfase na indústria de base, sobretudo a siderurgia, sem desequilibrar as políticas em torno do setor rural. O que, para o autor, configurou a política de modernização mineira como conservadora.<sup>82</sup> Os esforços modernizadores da indústria de base foram intensificados com a expansão da Belgo-Mineira e pela implantação da Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita), da Usiminas e de outras empresas. Além da Zona Metalúrgica, a porção sudoeste da Zona Vale do Rio Roce foi incorporada ao polo minero-siderúrgico, chamada de Vale do Aço.<sup>83</sup>

---

<sup>79</sup> MOTTA, M. S. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

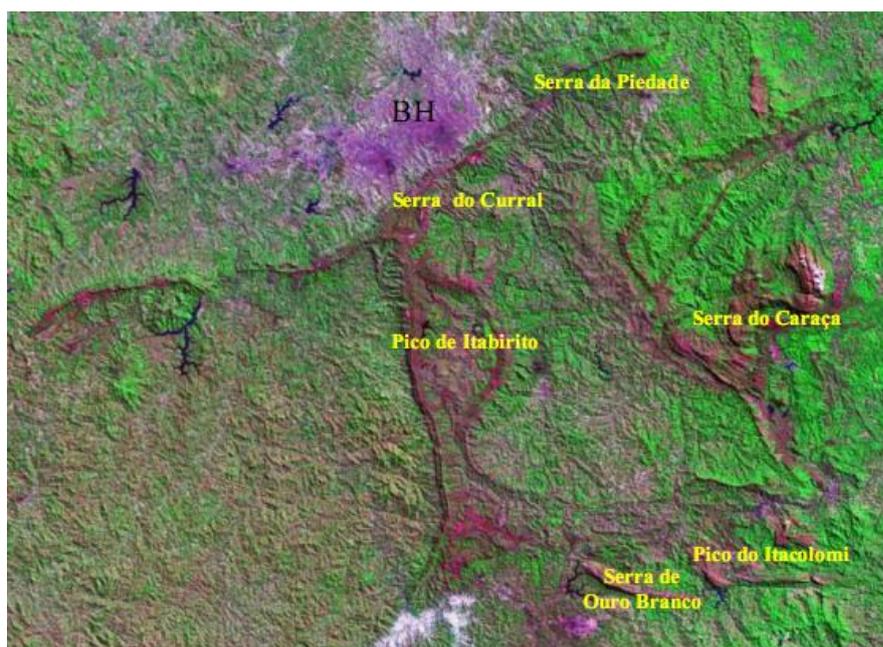
<sup>80</sup> A cidade de São Paulo, com arranha-céus, avenidas e indústrias, e, posteriormente a arquitetura da nova capital federal, Brasília, também despontaram como símbolos da modernização brasileira. Cf. CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 64-65; CHACON, V. A genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. In: GOMES. *Minas e os fundamentos do Brasil...*, p. 202-9; PENA, J. C. Israel Pinheiro e o desenvolvimento de Minas Gerais. In: GOMES. *Minas e os fundamentos do Brasil...*, p. 303-5; JUNQUEIRA, Mary A. O imaginário da conquista do Oeste e as representações sobre a América Latina na revista *Seleções do Reader's Digest*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 23, jul/00, p. 107;

<sup>81</sup> SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 139; CAPANEMA, C. M. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2006, p. 14 e 75.

<sup>82</sup> CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 69-71; CHACON. *A genealogia do nacional-desenvolvimentismo...*, p. 202-9.

<sup>83</sup> SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 117, 142-151; SILVA. *A mineração em Minas Gerais...*, p. 61-2 e 79; AZEVEDO, Ú. R. *Patrimônio Geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um*

Nesse processo desenvolvimentista, que se expandiu a partir da década de 1940, a natureza não foi excluída das referências paisagísticas e identitárias ligadas ao desenvolvimento econômico. Diversas montanhas no Brasil assumiram uma dimensão simbólica representativa no processo de modernização.<sup>84</sup> Em Belo Horizonte, a Serra do Curral tornou-se atrativa das mineradoras pelo seu alto potencial de produção. Igualmente, foi considerada patrimônio natural da cidade e escolhida pela população como o local que melhor simboliza a capital mineira pela sua paisagem montanhosa, ganhando da Igrejinha da Pampulha e da Praça da Liberdade.<sup>85</sup> Por sua vez, o Itacolomi foi tomado como símbolo paisagístico de Ouro Preto, monumento natural referência das riquezas auríferas no passado. Mesmo a formação mineral que compõe o Pico não sendo de ferro, como os de Itabira e de Itabirito, e a base da Serra não apresente grandes reservas em comparação às outras no Espinhaço, o Itacolomi também se tornou uma referência importante para falar na mineração “do futuro” desde, pelo menos, as enunciações de Palmella.<sup>86</sup> Tornou-se um dos vértices geográficos e simbólicos do Quadrilátero Ferrífero [Fig. 15].



**Figura 15** – Localização dos principais picos e serras marcos geográficos do QF.  
**Fonte:** AZEVEDO. *Patrimônio geológico e geoconservação...*, p. 114.

geoparque da UNESCO. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

<sup>84</sup> CARVALHO. *Um conjunto de montanhas...*, p. 381; AZEVEDO. *Patrimônio geológico...*, p. 119-122.

<sup>85</sup> MACIEL, R. C.; DORNAS, A.; ENGLER, R. C. Paisagem, símbolo e cidade. In: 4o. Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto. Desafios e Perspectivas, 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: MACPS / IPHAN / IEDS / ICOMOS-BRASIL, 2016.

<sup>86</sup> A respeito de algumas manifestações mais recentes sobre o Itacolomi como símbolo de Ouro Preto e da história da mineração, como exemplo, citamos: SELO de 300 anos de Ouro Preto, IPHAN, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1479/ouro-preto-ganha-selo-especial-em-homenagem-aos-300-anos>; OURO PRETO. Lei n. 337 de 18 jun. 2007. Institui o Dia Municipal do Pico Itacolomi (24 de junho); PREFEITURA de Ouro Preto lança nova identidade visual, 24 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/262/prefeitura-de-ouro-preto-lanca-nova-identidade-visual>.

Mas colocaram Senna e Vasconcellos que os progressos de Minas não viriam apenas pautados nos avanços econômicos, pois o desenvolvimento seria amparado pela tradição. Minas tinha história e valores atribuídos que se tornaram referências nesse processo de reorganização política e econômica do estado e de construção da identidade regional.<sup>87</sup> Além da reafirmação da “vocação mineral”, os intelectuais e governantes igualmente usaram o recurso de lembrar o passado político dos mineiros. João Pinheiro, por exemplo, teria oficializado o culto   Tiradentes como um sujeito histórico com o qual as elites se identificavam, procurando articular as classes dominantes mineira; e como figura-central na luta pela liberdade, de postura antimon rquica e de ideário de progresso, geradora de identidade com a ordem política republicana.<sup>88</sup>

## 2.2 – O ITACOLOMI NA EXALTAÇÃO DE OURO PRETO

Desde o processo de mudança da capital, os defensores de Ouro Preto procuraram construir uma memória histórica e coletiva sobre toda Minas Gerais, na qual o passado representaria a sua principal riqueza.<sup>89</sup> Para Cesário Alvim, Minas era o único estado em que as tradi es ainda estavam enraizadas e, por isso, era “preciso amar o passado” pelos seus elementos constitutivos da identidade mineira e brasileira.<sup>90</sup> Se por um lado era necessário superar a imagem de decadência ligada ao passado imperial, foi igualmente importante realocar Ouro Preto dentro dos discursos que articulavam as histórias e memórias significativas para a República.   nesse sentido que, a partir da década de 1890, temos as primeiras atitudes documentadas de valoriza o histórica de Ouro Preto como centro sagrado para a na o, retratando-a como polo econômico importante, berço do pensamento republicano e de luta pela liberdade nacional.<sup>91</sup>

### **Um templo de memória para a “terra sagrada”**

Afirma Tuan que a história se torna visível em monumentos e as batalhas e conquistas são lembradas para intensificar o amor e a lealdade por determinado lugar.<sup>92</sup> Nesse mesmo intento, os defensores da cidade convocaram um panteão de personagens da história de Minas Gerais na crença de que seus nomes ou seu sangue santificaram aquele solo. Os mais importantes para eles estavam ligados   cultura literária e às revoltas de Felipe dos Santos (ou de Vila Rica), de 1720, e

<sup>87</sup> SENA. *O desenvolvimento de Minas Gerais...*; VASCONCELLOS. *Discurso de inaugura o do IHGMG...*, p.213-214.

<sup>88</sup> DULCI. *Política e recupera o econômica...*, p. 199-20; SILVA. *A Caducidade das Disposi es Transitórias...*, p. 91; FONSECA. *Tradi o e modernidade...*, p. 58.

<sup>89</sup> FONSECA. *Tradi o e modernidade...*, p. 77.

<sup>90</sup> *Opinião Mineira*, ano 1, n. 1, Ouro Preto, 5 jan. 1894, p. 1.

<sup>91</sup> Sobre o processo de valoriza o de ouro-pretano, erigindo-a como raiz de Minas e o centro sagrado da República, ver: MELLO. *A noiva do trabalho – Uma capital...*, p. 34-35; NATAL, C. M. Ouro Preto e as primeiras representa es da cidade histórica. *Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2006.

<sup>92</sup> TUAN. *Topofilia: um estudo da percep o...*, p. 114.

a Inconfidência Mineira, de 1789. Esta última foi revestida de um intenso apelo pedagógico pela imprensa, literatura e pelos políticos. Como principal palco do movimento, disseram que Ouro Preto deveria ser honrada e preservada do esquecimento. Em 1892, foi inaugurado o primeiro monumento à Tiradentes como parte das comemorações em memória da Inconfidência. Sua figura se fez presente nos dois discursos levantados naquele momento: o que projetava um futuro de progresso, como entendiam que os inconfidentes também idealizavam; e o que valorizava o passado em suas tradições.<sup>93</sup>

Pautando-se nos dois discursos, Palmella sugeriu transformar o Pico do Itacolomi num pavilhão de memória dos “heróis da liberdade e da poesia”. O literato relatou que, juntamente com as obras de melhoramentos de Ouro Preto, também seria construído no Itacolomi um

formoso Parthenon, com seu elegante peristilo de mármore branco e cor de rosa, que tanto abundam nas mais ricas pedreiras [do] **magestoso Itacolomi, este verdadeiro Parnaso dos poetas mineiros**. É ali que se elevará um Templo do mais fino mármore, em honra as musas, que tem glorificado a Pátria Mineira. Então o estrangeiro que visitar a capital mineira poderá admirar bem perto do Parthenon, em homenagem a ciência e as letras, o mimoso Templo [...] onde brilharão as estátuas dos imortais heróis da liberdade e da poesia – Maciel, Cláudio da Costa, Gonzaga, Alvarenga, o mártir Tiradentes, e outros gênios, quer antigos ou modernos, como Bernardes Guimarães e a poetiza Beatriz Brandão, que a **História** imparcial há de apontar como dignos de tomar assento no imortal Parthenon do Itacolomi.<sup>94</sup>

Como vimos anteriormente, os projetos apresentados por Palmella que envolviam o Pico do Itacolomi não se tornaram realidade. Sequer foram discutidos pelo poder público e, com a mudança da capital, até as obras de melhoramentos contratadas não foram concretizadas. Mas as ações em defesa da cidade não se encerraram. Seus defensores procuraram torná-la uma cidade-relíquia da nação, onde as condições materiais tão criticadas pelos seus opositores não deveriam ser mudadas. Ao contrário, procuraram construir uma imagem de imutabilidade ao longo do tempo, na qual a paisagem representativa da cidade seria o signo de que a memória e as tradições estariam ali guardadas. Como restos do passado, a singularidade do seu traçado urbano e da paisagem, carregada de aspectos nostálgicos que a diferenciava da nova capital, deveria ser guardada como herança para o futuro.<sup>95</sup>

Artistas e demais intelectuais colocaram Minas Gerais e, especialmente, Ouro Preto no foco do chamado modernismo brasileiro. O valor que depositaram nas tradições culturais, nos objetos artísticos e nos artefatos arquitetônicos e históricos embasaria os processos de estetização e patrimonialização daquela cidade. Em 1933, Ouro Preto foi decretada Monumento Nacional, de

<sup>93</sup> Cf. LIMA, K. T. de. Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital.. In: II ENCONTRO MEMORIAL: nossas letras na História da Educação, 2009, Mariana. *Anais...*, 2009; FONSECA. *Tradição e modernidade...*, p. 41 e 70-71; NATAL. *Ouro Preto e as primeiras representações...*, p. 12-18.

<sup>94</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos atuais IV...*, p. 3 e 4. [Grifo nosso].

<sup>95</sup> NATAL. *Ouro Preto e as primeiras representações...*, p. 14-18; SILVA. *A Caducidade das Disposições Transitórias...*, p. 91; MENICONI. *A construção de uma cidade-monumento...*

valor histórico, artístico e cultural para a nação.<sup>96</sup> O esforço do governo para afirmar laços entre o regime, os personagens e os acontecimentos marcantes para a história nacional, levou ao culto oficial dos tidos como heróis nacionais e à criação de vários símbolos e monumentos.<sup>97</sup> Com o resgate dos restos mortais dos inconfidentes degradados para a África e com a reforma da antiga Câmara e Cadeia de Vila Rica para abrigá-los, foi inaugurado o Museu da Inconfidência, em 1942. Se não foi no Itacolomi que se construiu o panteão de pedra em honra aos heróis nacionais, como desejou Palmella décadas antes, veremos a seguir como se construiu “em papéis” - através das histórias, lendas, poemas e imagens -, o Itacolomi como um ponto de referência.

### Os ecos historiográficos sobre o Itacolomi

A História, apenas citada por Palmella no trecho reproduzido, tomava os personagens e os eventos selecionados com o interesse principal de resumir uma época.<sup>98</sup> A maioria dos ditos historiadores tinha sua origem nas camadas dominantes e médias da sociedade, formando uma elite intelectual preocupada com o futuro da nação. Nos primeiros anos da República, o campo intelectual politizou-se cada vez mais, dedicando-se a formulação e discussão dos projetos de nação republicana. Em geral, eles se empenharam em recuperar eventos para a história do Brasil, cujo tema central pautou-se na conquista da liberdade.<sup>99</sup> Porém, os estados também competiram entre si pela definição de um projeto nacional partindo das identidades regionais. Os historiadores, geógrafos, literatos e políticos se voltaram para a escrita da história que destacasse as posições de cada estado. De acordo com seu *locus* de atuação, procuraram depurar as experiências do passado e criar suas próprias narrativas para mobilizar o sentimento de orgulho e superioridade nos conterrâneos.<sup>100</sup> Assim, as memórias construídas sobre o passado nacional passaram a apresentar variações consoantes aos hábitos, valores, interesses e momentos históricos específicos de cada região do país.<sup>101</sup> Em Minas Gerais, resgatou-se a Inconfidência para simbolizar o estado como berço dos movimentos pela libertação do Brasil que teriam culminado

---

CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 77; LIMA. *Reconstrução identitária de Ouro Preto...*; GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, 1988, p. 270-2; BAHIA. *Metamorfozes da metrópole...*, p. 67.

<sup>97</sup> A utilização ampla de símbolos pelo Estado possibilitava que a ideia desejada de republica brasileira e extrapolasse o mundo extraelite, em prol de sua legitimação. CARVALHO, J. M. de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 39.

<sup>98</sup> WORSTER. *Para fazer história ambiental...*, p.198; ENDERS, A. O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, jul. 2000, p. 50.

<sup>99</sup> CALLARI. *Os institutos históricos...*, p. 59-71; GOMES. *História, ciência e historiadores...*, p. 15; LIMA. *Um sertão chamado Brasil...*, p. 45.

<sup>100</sup> Sobre disputas entre Rio e São Paulo como lugares de memória para a República, ver MOTTA. *A nação faz 100 anos...*

<sup>101</sup> CALLARI. *Os institutos históricos...*, p. 76-80

na Independência e na Proclamação da República. Foi de forma simultânea que os ouro-pretanos procuraram reafirmar o lugar de Ouro Preto dentro dessa memória histórica.<sup>102</sup>

Para Diogo de Vasconcellos, era preciso erigir a “oficina central do pensamento” em Minas, para fortificar e unificar os seus elementos tradicionais, fossem eles culturais ou étnicos.<sup>103</sup> Muitos dos intelectuais mineiros dedicados à escrita da história se organizaram, então, em torno do Arquivo Público Mineiro (APM), criado em 1895, e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), fundado em 1907. Em 1931, também foi criado o Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP), dedicado à valorização da história local e do período colonial de Minas. A partir da década de 1930, houve uma vinculação mais nítida entre o discurso historiográfico e os institutos com o nacionalismo, que apareceu como uma política de Estado articulada ao controle do território, das pessoas e também da memória sobre o passado.<sup>104</sup>

Especialmente sobre o IHOP, ele foi criado com o patrocínio de Getúlio Vargas durante o Governo Provisório, que lhe deu a importância de um serviço não só para Ouro Preto, mas para todo o Brasil. O seu fundador e secretário perpétuo, Vicente Racioppi (1886-1970), procurou mobilizar a sociedade em torno da restauração de Ouro Preto e escrita da história. O lema do instituto foi colocado em uma placa logo na entrada do prédio que o sediava - a Casa Gonzaga -, com as seguintes palavras: “Aquele que não ama o passado, não entre”.<sup>105</sup>

Dos temas caros à nascente historiografia mineira, destacamos aquelas narrativas que trataram o Itacolomi como testemunha da “intrepidez heroica da terra”<sup>106</sup> e palco de acontecimentos significativos desse processo memorialístico, tais como as narrativas sobre os primeiros achados de ouro em Minas Gerais; a busca de uma verdade sobre as ocorrências da Inconfidência; o desfecho dos envolvidos; dentre outros. Debruçados sobre a história regional, os autores faziam análises críticas, revisões e discutiam entre si as obras de referências. A escrita da história, como uma operação intelectual, envolvia não apenas as discussões reflexivas sobre o

<sup>102</sup> JERÔNIMO, A. T. *Lendas, tradições e costumes de Ouro Preto*. [s.l]: Ed. Lemi, 1973, p. 13.

<sup>103</sup> VASCONCELLOS. *Discurso de inauguração do IHGMG...*, p. 214.

<sup>104</sup> Dentre as primeiras publicações de alcance nacional produzidas para despertar o amor ao passado e exaltar a história mineira está a Revista do APM, lançada em 1896, onde foram transcritos os textos de Cláudio Manoel e demais poetas mineiros, os documentos sobre a Inconfidência e as narrativas sobre as descobertas do ouro que ainda não circulavam no mercado editorial. Outras importantes publicações foram as *Efemérides Mineiras*, de 1897, coordenados por José P. X. da Veiga e a série de Diogo de Vasconcellos, *História Antiga de Minas Gerais*, de 1904-1908, e *História Média de Minas Gerais*, de 1918. Ver: CALLARI. *Os institutos históricos...*, p. 59-80; DAOU, A.M. Tipos e aspectos do Brasil. In: ROSENTHAL; CORRÊA. *Paisagem, imaginário e espaço...*, p. 141.

<sup>105</sup> Vicente de Andrade Racioppi nasceu em Conselheiro Lafaiete, morou em Ouro Preto, trabalhando como advogado e historiador. Escreveu diversas matérias para o jornal *Estado de Minas* e atuou como professor enquanto viveu seus últimos anos em Belo Horizonte. Entrou para a Academia Mineira de Letras em março de 1970. Mais informações sobre Racioppi e a atuação do IHOP, cf. WILLIAMS, D. Vicente Racioppi: The Local Preservationist and the National State. In: BEATTIE, P. M. (org.). *The Human Tradition in Brazil*. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2003, p. 183-191; DELAMARE, A. *Villa-Rica*. São Paulo: Comp. Ed. Naciona, 1935, p. 181-182.

<sup>106</sup> Expressão de Mario de Lima num poema transcrito em: MIRANDA. *Discurso pronunciado pelo eng. de minas...*, p. 4.

passado, mas as disputas pela memória e o exercício de poder na leitura e reconstrução de fatos, personagens e datas importantes.<sup>107</sup>

### O “farol dos bandeirantes”

Até meados do século XX, os estudiosos da história brasileira dedicaram capítulos especiais aos movimentos das Bandeiras, impulsionados pela construção de heróis nacionais, do modelo de brasilidade, das identidades regionalistas e pelas novas expansões e explorações territoriais “sertões” adentro.<sup>108</sup> A maior das publicações sobre o tema teve como principais fontes a *Coleção das Notícias dos primeiros descobridores das minas*, organizada pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso, em 1749; as narrativas do Pe. André João Andreoni (Antonil) na obra *Cultura e Opulência do Brasil*, escrita em 1710; e os *Fundamentos Históricos* escritos por Cláudio Manoel da Costa para introduzir o poema *Villa Rica*, de 1773. Eles contam que os sertanistas tiveram como fonte para seus itinerários os relatos indígenas, cujos elementos e aspectos da natureza eram os guias, tais como as serras, os rios, as montanhas e as lagoas. Os bandeirantes serviram-se, então, dos altos picos como referências geográficas na localização dos vales auríferos e diamantíferos.<sup>109</sup> A partir dessas narrativas, vários picos mineiros foram aclamados como os faróis dos bandeirantes.

A lendária Serra do Sabarabuçu faz parte das narrativas sobre as entradas na região do Rio das Velhas, destacando a bandeira de Fernão Pais e seu genro Manoel Borga Gato. Já as descobertas na região diamantífera foram destacadas no romance indianista de Joaquim Felício dos Santos, o *Acayaca*, publicado em 1866. O autor narrou que os exploradores que chegaram ao Serro e Diamantina puderam se aventurar pela região sem extraviar-se das riquezas já encontradas, pois tinham como referência o Pico do Itambé. Com aquele “granítico pharol”, rodearam as serras em largas distâncias sem medo de perder o caminho de suas minas. Mas as narrativas sobre as entradas na região que ficou conhecida como Minas dos Cataguazes, nas

<sup>107</sup> Sobre a relação entre memória, história e poder, cf. NORA. *Entre memória e história...*, p. 9; POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio...*, p. 10; DANTAS, C. V. De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 8, abr. 2012, p. 128.

<sup>108</sup> Para a inserção da história bandeirista na tradição historiográfica, ver: ANDRADE, F. E. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas: Autêntica, 2008; VELLOSO, M. P. *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, PUC-Rio, 1983; GOMES, A. C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>109</sup> Sérgio Buarque narra a procura pelas míticas serras e lagoas. Por sua vez, Marcelo Devaux analisa como essas visões da natureza construíram uma imagem do território mineiro. Já Capanema faz um importante estudo sobre a representação da natureza nas primeiras narrativas que valorizam a saga dos bandeirantes. cf. HOLANDA. *Visão do paraíso: os motivos edênicos...*; DELVAUX, M. M. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América portuguesa - séculos XVI- XIX*. Dissertação (Mestrado de História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 37-8.

redondezas da Serra do Ouro Branco e do Itacolomi, abriram polêmicas historiográficas sobre a constituição de um marco para o achado do ouro.<sup>110</sup>

No capítulo II de *Cultura e opulência no Brasil*, Antonil disse que os moradores das Minas lhe contaram que foi um mulato de uma bandeira paulista quem descobriu os primeiros granitos de ouro no ribeiro que foi chamado de Ouro Preto, próximo ao “Serro Tripuí”. Depois de várias descobertas por outros bandeirantes, um dos marcos dos paulistas para as Minas se tornou a “Serra do Itatiaia” (próxima a Ouro Branco), ponto onde o caminho se dividia entre as minas do Rio das Velhas e as do Carmo e Ouro Preto.<sup>111</sup> Já a *Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos*, compilada por Costa Matoso, dá conta de que os vários rios auríferos foram descobertos quase ao mesmo tempo, sendo as primeiras notícias entre 1698 e 1700. Tomando o relato do coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, filho de um dos primeiros desbravadores da região, Salvador F. F. de Mendonça, o Códice narra que foi a bandeira de Francisco Bueno da Silva que subiu na Serra de Ouro Preto em direção ao Rio das Velhas. Dessa bandeira, depois saiu José de Camargo Pimentel passando pela borda mesma Serra, que faz divisa com a de Catas Altas e, em 1700, penetrou nos sertões do rio Piracibaca perto de “assinaladas serras, que de muito longe um altivo pico que levanta ao céu serve de sinal daquele lugar como padrão que Deus quis pôr para ser buscado e achado [...]”.<sup>112</sup>

Também utilizando o relato de Bento Furtado e comparando com outras fontes, como a obra do português Sebastião Pita<sup>113</sup>, Cláudio Manoel construiu sua narrativa sobre as bandeiras paulistas. Em *Fundamentos Históricos*, narrou que o bandeirante Antônio Rodrigues de Arzão, em 1693-4, penetrou os sertões da Casa do Casca (leste de Minas pelo vale do Rio Doce) e levou algum ouro para Espírito Santo. Arzão teria deixado o roteiro para seu cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, que, em 1697, seguiu com sua bandeira

rompendo os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos duríssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, serra que de Villa Rica dista pouco mais de oito léguas.<sup>114</sup>

Ali plantaram milho e passaram para a região do Rio das Velhas e, em 1698, voltando para Itaverava, encontraram o coronel Salvador F. F. de Mendonça, o capitão Manoel Garcia (o velho) e outros. Desse encontro de bandeiras resultou a troca do ouro negociado por Miguel de Almeida, pertencente a comitiva de Bartolomeu, em troca armas por parte de Manoel Garcia, da

<sup>110</sup> SANTOS, J.F. *Acayaca – Romance indígena (1729)*. Ouro Preto: typ. Estado de Minas, 1894, p. 5-9; \_\_\_\_\_. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro Frio*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868, p. 7-12.

<sup>111</sup> ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil...*, cap. I-IV e X, [s.n].

<sup>112</sup> CÓDICE COSTA MATOSO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Vol. 1. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1999, p. 171-5.

<sup>113</sup> Cel. Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), autor da coleção *História da América Portuguesa*, publicada em 1730.

<sup>114</sup> COSTA, C. M. *Fundamentos Históricos*. In: *Villa Rica*. Ouro Preto: Typ.do Estado de Minas, 1897, p. IX-XVI.

Comitiva de Salvador. Segue o autor que a denúncia desse ouro ao Governador no Rio de Janeiro fez com que várias comitivas partissem para os sertões das Minas. Em 1699 e 1700, chegam as primeiras notícias de achados nos córregos que formam o Ribeirão do Carmo e nos morros de Ouro Preto. Mas Claudio Manoel disse que foi a partir das bandeiras de Antônio Dias de Oliveira e do Pe. João Faria de Fialho que houve a ocupação efetiva das minas, cujas notícias em São Paulo fizeram com que toda sorte de gente da Colônia e do Reino viesse para a região.<sup>115</sup>

No poema *Vila Rica*, o poeta consagrou o nome do Pico do Itacolomi como o marco para os primeiros descobrimentos. Nos cantos, narrou o drama do governador Antônio de Albuquerque em busca do Itamonte (dito Gênio do Itacolomi) para chegar à região aurífera, seguindo a declaração do Pe. Faria de que teria encontrado o tão desejado “vale do Itacolomi”.<sup>116</sup> O episódio da épica de Claudio Manoel foi criticado posteriormente pelos literários Hélio Lopes e João Ribeiro, acusando-o de ter copiado Basílio da Gama, de *O Uruguai*, e Luís de Camões, de *Os Lusíadas*. Nesse sentido, além da saga dos heróis nas duas obras citadas, o poeta teria também tomado como inspiração o gigante Adamastor, o gênio do Cabo das Tormentas em *Os Lusíadas*, para sacralizar a agência do Itacolomi na descoberta das minas.<sup>117</sup>

Adentrando no período republicano, a historiografia acabou se aprofundando na discussão sobre os primeiros lugares onde as riquezas minerais foram encontradas, quem teria chegado primeiro à região e de onde esses exploradores vieram. A principal questão levantada pelos ensaístas e historiadores diz respeito à confusão dos nomes dos bandeirantes, as datas, as serras exatas que foram contornadas e de qual ponto se tinha a visão daquele Pico. As narrativas produzidas sobre as bandeiras extrapolaram os limites municipais e estaduais e se tornaram temas dos trabalhos de historiadores e de literatos interessados naquele período histórico.<sup>118</sup>

Augusto de Lima Jr. utilizou o Códice para relatar que Dias e Pe. Faria rumaram para a Serra de Ouro Preto, seguindo o relato dos irmãos Camargos (saídos da bandeira de Francisco Bueno) sobre o “altivo pico perto daquele lugar”, e encontraram o Itacolomi, em 1696. Já as demais bandeiras se “perderam” nos sertões do Guarapiranga e se confundiram com o “Itacolomi de Mariana”, descobrindo os córregos auríferos naquela parte um tempo depois.<sup>119</sup> Mas para Raimundo Matos, a bandeira de onde os Camargos saíram foi a de Bartolomeu e com eles é que

<sup>115</sup> COSTA. *Fundamentos Históricos...*, p. IX-XVI.

<sup>116</sup> COSTA. *Vila Rica...*, cantos II, IV, VII, IX e X.

<sup>117</sup> Cf LIMA, D. E. *A épica de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007; VIVEIROS, D. *O pensamento político de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

<sup>118</sup> Pita já havia afirmado que, em 1668, foram descobertas as várias minas. Todavia, o alcance da obra de Claudio Manoel abriu os debates sobre os achados. PITA, S.R. *História da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Fund. Darcy Ribeiro, 2013, p. 369. Cf. a respeito do debate historiográfico em CASTRO, O.G. *O ouro e a ocupação das gerais*: Tese apresentada à Escola Técnica de Comércio Municipal de Belo Horizonte, para provimento da cadeira de geografia humana do Brasil e história econômica administrativa do Brasil. Belo horizonte: [s.n.], 1958; BOXER. *A idade do ouro no Brasil...*, p. 61-82.

<sup>119</sup> LIMA JR., A. *As primeiras vilas do ouro*. BH: Est. Gráf. Santa Maria, 1962; \_\_\_\_\_. *A capitania de Minas Gerais...*

estava o mulato (Duarte Lopes), descobridor do Tripuí, em 1696. Teria sido em busca do ribeiro Tripuí que Dias e Pe. Faria chegaram na serra nomeada Ouro Preto, em 1698.<sup>120</sup>

Diogo de Vasconcellos também construiu suas narrativas e usou as obras de Claudio Manoel e de Sebastião Pita. Se como político defendia Ouro Preto pelas suas tradições políticas e seu valor histórico e cultural, como historiador posicionou-se a favor da primazia de Mariana nos achados do ouro. Em suas palavras, as duas povoações eram gêmeas, mas Minas teria surgido no dia em que foi descoberto o Ribeirão do Carmo. Para ele, os trilhos de Arzão no Casca, de Garcia no Guarapiranga e de outros se perderam. Quem teria ouvido “os ecos d’esta nossa formosa serra” e descoberto as riquezas aos pés do desejado “pharol do Tripuhy” foi Salvador, em 1696. Isso enquanto Dias buscava o lendário córrego, alcançando-o pelo outro lado depois.<sup>121</sup>

O historiador Salomão de Vasconcellos aproximou-se da narrativa de seu pai Diogo e disse que houve muita confusão em torno do roteiro de Arzão. Procurando validar sua narrativa, disse ter conhecimento profundo da região<sup>122</sup> e que leu a maior parte dos relatos e documentos. O que lhe dava segurança para afirmar que Arzão, tendo chegado em Itaverava, tomou o rumo do Tripuí. Mas contornando a serra do Ouro Preto na região de Guarapiranga (imediações de Lavras Novas, Mainart e Piranga), teria sido guiado pelos indígenas ao sertão da Casa do Casca. Seu cunhado Bartolomeu é que foi além de Itaverava pela região de Ouro Branco, em direção ao Paraopeba e Rio das Velhas. Por sua vez, Miguel Garcia, depois de abandonar a comitiva de Bartolomeu, uniu-se à Salvador e contornaram a Serra Itatiaia até os ribeirões auríferos do Gualaxo do Sul e Belchior que nascem no Itacolomi, região que ficou conhecida como Vargem ou Fundão. Dessa posição, o Pico se apresentava desfigurado em meio ao maciço de penhascos. Seguindo esses descobertos, outros bandeirantes rumaram para o Itatiaia em busca do Itacolomi e vários córregos auríferos foram descobertos, incluindo o Ribeirão do Carmo, em 1696. Somente dois anos depois é que Dias e o Faria, com os irmãos Camargos, contornaram a Serra do Ouro Branco pelo lado oposto em busca do Tripuí, chegando pelos morros altos que davam uma vista aberta das pedras do Itacolomi. E isso teria ocorrido no dia 24 de julho de 1698.<sup>123</sup>

<sup>120</sup> MATOS, R. J. C. *Corografia histórica da Provincia de Minas Gerais*. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Livro de Registros e Portarias 1892-1893. Belo Horizonte: Ed. Arquivo Público de Minas Gerais, 1979.

<sup>121</sup> VASCONCELLOS, D. Bi-Centenário de Mariana (Villa de N.S. do Carmo). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 17, 1912, p. 23-25. Também SENNA, N. Ephemérides... Factos mineiros dos séculos XVI-XVII. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 out. 1896, p 2

<sup>122</sup> A família Vasconcelos, na atual grafia, era composta por políticos e historiadores marianenses que desenvolveram uma relação afetiva com a Serra do Itacolomi, cujas principais fazendas já pertenceram aos seus membros.

<sup>123</sup> Para ele, o fato de Arzão ter na sua comitiva homens conhecedores do ouro em “Coritiba” e Paranaguá e ter chegado ao Itaverava em busca do Rio das Velhas, levou alguns escritores a associá-lo ao relato de Antonil sobre o mulato que descobriu ouro num córrego nos contrafortes do Itacolomi. Segundo Salomão, a bandeira de Arzão e de Bartolomeu são verdadeiras incógnitas. O Itacolomi era descrito como o que estava no caminho de Itaverava para a Vargem, depois de transpor a cumeada da serra pelo contraforte do Baú, próximo ao distrito de Santo Antônio do Salto. VASCONCELLOS, S. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, vol. XV, 1944.

Parafraseando Jerônimo, essas construções narrativas e revisionistas marcaram no sopé do Itacolomi um cenário de acontecimentos históricos empolgante para a formação do território mineiro.<sup>124</sup> Fixou-se na memória para as referências posteriores que o “Pico do Itacolomi foi o guia da bandeira que entrou pelo Tripuí [...] para descer até onde se estabeleceu” Minas Gerais.<sup>125</sup> Da mesma forma, algumas narrativas trouxeram a Serra do Itacolomi como palco da história de alguns personagens e eventos, consagrando o Pico como um monumento de valor histórico.

#### Na serra dos rumores e da voz de liberdade

Na formação do corpo de heróis mineiros para a República, as polêmicas em torno do nascimento e morte de Claudio Manoel permearam importantes narrativas sobre a Inconfidência Mineira. No primeiro número da revista do APM, de 1896, o editor Xavier da Veiga contestou as biografias sobre o poeta produzidas até então. Claudio Manoel foi batizado na capela da Vargem do Itacolomy, propriedade em Mariana do seu padrinho João F. de Oliveira - o velho -, pai do futuro contratador de diamantes. Para o editor, o local exato do nascimento seria algum sítio na vertente da Serra em direção à Ouro Preto. Aquela cidade poderia, assim, reivindicar ser o berço do poeta, baseando-se nos versos “Destes penhascos fez a natureza” (Itacolomi) e “Villa Rica [...] minha pátria”.<sup>126</sup> Em crítica direta à Veiga, João Ribeiro ponderou que Vila Rica era sede da comarca e, portanto, poderia ser chamada de pátria. Afirmou que em outros versos e no depoimento do poeta nos *Autos de Perguntas*, ele confirmou ser natural de Mariana.<sup>127</sup> Outros tantos estudiosos da biografia de Claudio Manoel procuraram localizar a fazenda onde o poeta nasceu. Em 1974, Tarquínio de Oliveira utilizou *As Cartas Chilenas* para verificar que o sítio Covão citado na obra como propriedade da família Costa seria a Fazenda do Fundão, no distrito da Vargem. Mais recentemente, em 2011, Laura de Mello utilizou o inventário do pai de Claudio e o sequestros dos bens do poeta para afirmar que entre suas propriedades estavam as fazendas do Fundão e da Canela, juntas ao Gualaxo do Sul na Vargem, em Mariana.<sup>128</sup>

Outra questão que envolveu o Itacolomi na biografia do poeta refere-se à sua morte. Na continuação de suas notícias, Veiga disse que Claudio Manoel teve sua memória manchada por aqueles que escreveram sobre sua morte como suicídio e urgia fazer justiça póstuma. O autor criticou diretamente o historiador e juriconsultor Diogo Pereira R. de Vasconcellos (1758-1815)

<sup>124</sup> JERÔNIMO. *Lendas, tradições e costumes...*, p. 22.

<sup>125</sup> CABRAL, H.B.S. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: [s.d], 1969, p. 49.

<sup>126</sup> A Vargem do Itacolomy teria se tornado parte do atual subdistrito Padre Viegas-Mariana. XAVIER DA VEIGA, J.P. Claudio Manoel da Costa (Notícia Biographica). *Revista do APM*, ano. 1, n. 2, 1896, p. 373-390.

<sup>127</sup> RIBEIRO, J. Carta ao Sr. José Veríssimo sobre a vida e as obras do poeta. In: *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa*. Tomo I, Rio de Janeiro: Garnier, 1903, p. 1-9

<sup>128</sup>; SENNA, N. Ephemerides Mineiras – segundo trimestre (1696-1896). *Revista do APM*, ano 3, 1898, p. 319; OLIVEIRA, T J.B. *As cartas chilenas – Fontes textuais*. Belo Horizonte: Ed. Referências, 1972, p 110, 327-8; SOUZA. *Cláudio Manuel da Costa...*, p. 17-28.

por ter excluído o nome do poeta da lista de “pessoas célebres”, creditando a desonra pelo suicídio.<sup>129</sup> Sobre o assunto, Ribeiro afirmou que o suicídio seria um modo honrado dos derrotados morrerem e que a hipótese de assassinato era inútil, pois o governo tinha direito de executá-lo.<sup>130</sup> Por sua vez, Racioppi considerou que o enforcamento era tanto um meio comum de suicídio quanto de suplício, usado em execuções capitais no Brasil até o fim da Monarquia.<sup>131</sup>

Porém, a versão mais curiosa foi feita por Lúcio dos Santos, em 1927. Na sua teoria, Cláudio foi retirado a noite da prisão por seus amigos, com ajuda dos próprios soldados, e conduzido para sua fazenda na Vargem, Serra do Itacolomi. Ela seria parte da propriedade Fundão, dada como dote à sua filha. Lá, teria vivido e morrido naturalmente, não sendo incomodado pelo governo em respeito à sua idade e aos serviços prestados anteriormente à Coroa. A versão sobre o desaparecimento do corpo (“rapto” para a fazenda) corre ainda hoje nas falas dos moradores de Ouro Preto e Mariana.<sup>132</sup>

A Fazenda do Fundão também faz parte de outro mistério que ainda circula entre os moradores locais e na imprensa. Trata-se dos tesouros escondidos à mando dos inconfidentes, como fortunas particulares ou para financiar o movimento. Em 1939 e 1941, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto firmou dois contratos para “pesquisas minerais da sesmaria municipal”, pois os cidadãos contratados tinham “indícios da existência de um tesouro antigo e oculto”. Os *Termos dos Contratos* não dão detalhes sobre onde seriam essas “pesquisas minerais”, tampouco qual o tesouro buscado. Nos anos seguintes, nenhum outro Contrato ou Declaração foi registrada sobre o assunto por parte da Prefeitura.<sup>133</sup>

Em 1953, a revista *O Cruzeiro* iniciou uma série de reportagens com entrevistas e fotografias, revelando qual era o tesouro procurado e qual a localidade específica. Pela narrativa e

<sup>129</sup> Anastasia analisou a publicação da obra de Diogo R. Vasconcellos, de 1807, apontando que o autor era amigo fraternal de Cláudio Manoel e que foi chamado para depor após a prisão do poeta. O que fez com que reforçasse sua posição monarquista e colonialista, comemorando o insucesso da Conjuração. Em defesa de seu bisavô, Diogo de Vasconcellos disse que a obra foi composta depois da Inconfidência e que, pela censura, alguns nomes foram omitidos. Anos depois, Salomão de Vasconcellos disse que seu tio-tataravô Bernardo P. de Vasconcellos, estadista do Império e filho do historiador criticado por Veiga, já teria honrado Cláudio Manoel no Congresso ao gritar que o poeta foi assassinado. ANASTASIA, C. Estudo crítico. In: VASCONCELLOS, D.R.P. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1994, p. 27-39; VASCONCELLOS, D. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Impr. Off. de Minas, 1918, p. 288; VASCONCELLOS, S. A verdade sobre a morte de Claudio Manoel da Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. VI, 1959, p. 197.

<sup>130</sup> RIBEIRO. *Carta ao Sr. José Veríssimo...*, p. 44; MAXWELL, K. R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 182-183.

<sup>131</sup> Mas argumentou que, segundo Augusto de Lima, o corpo foi sepultado em oculto na Matriz do Pilar. Maxwell também apontou que os relatórios médicos foram alterados e que uma missa foi feita pelo corpo do poeta. Logo, não poderia ser suicídio, pecado considerado imperdoável. RACIOPPI, V. Algumas efemérides da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. 14, 1970, p. 263; MAXWELL, K. R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 182-183.

<sup>132</sup> SANTOS, L.J. *A Inconfidência Mineira: o papel de Tiradentes*. São Paulo: Esc. Prof. Salesiano, 1927; FRANCO, M.F. A Arcádia Ultramarina. *Anais MHN*, v. 22, 1971, p. 73-74; TERRA Cons. Ass. Est. Geoambientais. *Levantamento dos Aspectos Históricos e Culturais do Parque do Itacolomi*. Belo-Horizonte: 1993. Acervo: Biblioteca do IEF.

<sup>133</sup> TERMO de contrato que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e os senhores dr. Miguel Baptista Vieira, Ignacio Fontes Pinheiro e Dona Antonia de Paula Pinheiro, para pesquisar em terrenos da Sesmaria Municipal. Ouro Preto, 14 jun. 1939. Acervo: AMOP/Contratos.

depoimentos, o médico Ignácio Pinheiro encontrou vários mapas e manuscritos entre os documentos do seu falecido pai, na sua casa em Barbacena. Um dos roteiros tinha a data de 1857 e dava a localidade de 38 barras de ouro escondidas do Morro do Baú, em direção ao Pico do Itacolomi. No local, Ignácio encontrou 24 arrobas de ouro e começou a dedicar-se aos outros roteiros, em parceria com os “descobridores de tesouros”, Gilberto Carvalho e Geraldo Reis.<sup>134</sup>

Depois de pesquisar em vários lugares, Reis seguiu os indícios da fortuna escondida numa escada com dois argolões de ouro na Fazenda do Fundão. No local, encontrou os argolões, um buraco vazio debaixo do referido degrau e, há alguns passos, ossadas humanas.<sup>135</sup> Já o jornalista Inácio Muzzi contou em um artigo jornalístico, de 2007, que visitou os descendentes do poeta na zona rural do povoado Areião, na Vargem, que seu tio-bisavô Diogo de Vasconcellos descobriu no início do século XX. Lá, ouviu que tal descoberta ocorreu em 1940, quando o proprietário da fazenda demoliu a antiga sede. Debaixo dos escombros dos degraus, foram encontradas uma caçarola de ferro com uma carta, que seria do afilhado de Claudio Manoel. Nela, notificou ter feito o carregamento das moedas, joias e ouro na noite anterior, conforme mandado, e que enterrou junto ao pé de laranja no “pasto dos burros”. Informou ter executado os quatro escravos que o ajudaram no transporte.<sup>136</sup> Os jornalistas de ambas histórias informaram que era comum o assassinato de quem ajudava a esconder tesouros, para evitar roubos posteriores.

De forma paralela, Gilberto Carvalho encontrou entre os pertences de seus familiares, no Rio de Janeiro, um roteiro datado de 12 de dezembro de 1788, assinado por Domingos Affonso Bastos. O documento dava a direção de 405 barras de ouro escondidas numa pedra em Bocaína do Tripuí, que também pertenceria a fortuna de Claudio Manoel. Em parceria com Ignácio, chegaram à uma ponte sobre o córrego do Funil, onde teriam encontrado 9 ossadas humanas, pouco mais de 64 gramas de ouro, uma carta e uma chave de ouro.<sup>137</sup> Enquanto seguia as buscas na Bocaína do Tripuí, Pinheiro dedicou-se a encontrar um tesouro maior. Em 1939, ele e seus sócios encontraram no quintal da antiga casa de Tiradentes uma pequena quantidade de ouro e uma carta, que disseram ser assinada pelo próprio inconfidente. A carta relataria que ele retirou de um certo local 24 arrobas de ouro e as enterrou no seu quintal. Os pesquisadores começaram a seguir pistas deixadas na carta e os depoimentos de Tiradentes nos *Autos da Devassa* para

<sup>134</sup> SILVA, A.; SILVA, E. Os fantásticos tesouros de Ouro Preto. *O Cruzeiro*, 10 jan. 1953, p. 28-34; SILVA, E. Ouro. *O Cruzeiro*, 12 jan. 1957, p. 28-34. Acervo: Biblioteca do MASP.

<sup>135</sup> Os argolões foram classificados pelo IPHAN como fivela de ouro e estão expostas no Museu da Inconfidência. SILVA. *Ouro. O Cruzeiro...*, p. 29-34.

<sup>136</sup> MUZZI, I. Fantasmas da Inconfidência. *Revista de História.com.br* (online), 9 set. 2007. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/fantasmas-da-inconfidencia>, acessado em 25 fev. 2014.

<sup>137</sup> SILVA & SILVA. *Os fantásticos tesouros...*, p. 30-33. Em 1957, um decreto assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek autorizou uma “pesquisa de ouro” no mesmo local, com um raio de até 54 hectares a partir da pedra na ponte onde Carvalho havia trabalhado. Todavia, não podemos afirmar que se tratou da busca pelo tesouro oculto. BRASIL. Decreto 42.462 de 14 de outubro de 1957. Autoriza o cidadão João da Silva a pesquisar minério de ouro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

localizar o local de origem das barras de ouro. Ignácio acreditava que seria uma mina escondida debaixo de uma pedra em forma de sapo, na Serra do Itacolomi. Ali teriam sido enterradas 1000 barras de ouro, acumuladas pelos escravos fugidos que assaltavam tropas na passagem da Serra para Lavras Novas. O chefe do quilombo teria dado o roteiro da riqueza escondida para o inconfidente, sob promessa de alforria para os escravos após a vitória do movimento. Pelas datas e depoimentos, a pesquisa em busca desse tesouro específico fez parte do contrato de 1941 com a Prefeitura. Reis informou que a carta ficou com o prefeito Washington de Araújo Dias e que os pesquisadores foram até o Rio de Janeiro pedir financiamento ao presidente Getúlio Vargas. O presidente, então, teria autorizado o Banco do Brasil a fazer um empréstimo de 300 contos e envolveu o Ministério da Fazenda na fiscalização dos trabalhos. O roteiro original teria ficado num cofre do banco e os pesquisadores utilizavam uma cópia.<sup>138</sup> Aos poucos, os sócios foram desistindo e apenas Ignácio seguiu por anos na pesquisa, gastando toda sua fortuna pessoal e morando num abrigo de madeira aos pés do Pico, local onde acreditava ser o ponto “x” do roteiro. Contou em entrevista que estava muito próximo de encontrar o ouro e que fazia questão que o presidente Kubitschek subisse no Itacolomi para lavrar o ato de apropriação. Ignácio disse que estava “perfeitamente integrado no Pico, que estima como se fosse um irmão”. Uma semana depois da última entrevista, Ignácio foi encontrado morto no seu abrigo e não há pistas sobre o tal tesouro, tampouco sobre a carta ou o roteiro que teria sido confiscado pelo poder público.<sup>139</sup>

As fazendas e partes da serra ligadas, de alguma forma, aos mitos e histórias de personagens importantes para a história nacional também tiveram uma participação econômica significativa em vários períodos. Foram sedes de fábricas de ferro, de pólvora, de tecidos, plantações de chá, lavras minerais, gêneros alimentícios, etc.<sup>140</sup> Talvez por isso o interesse dos historiadores por conhecê-las, falar sobre seus donos e narrar suas histórias. Podemos também aventar que a atenção dada àquelas propriedades se deve ao fato de que seus principais narradores foram seus donos. Como exemplo, citamos Xavier da Veiga, com a fábrica de Chá na fazenda Chacrinha; Tarquínio de Oliveira, dono da Fazenda do Manso que, em 1974, correspondia as antigas propriedades coloniais: Manso, Olaria e Canela; e a família Vasconcellos desde o Império, com as antigas fazendas Olaria e Cibrão (divisa com a do Fundão).

As histórias sobre tesouros da época áurea da mineração, com tonalidades de lendas, sempre estiveram nos contos populares, bem como as de escravos que assaltavam e escondiam o

<sup>138</sup> SILVA. *Ouro. O Cruzeiro...*, p. 32-34; AMORIM, O. O caçador de tesouros. *O Cruzeiro*, 30 maio 1964, p. 102-105; DURANTE 25 anos procurou o tesouro dos Inconfidentes. *Estado de Minas*, 16 abr. 1964, p. 10; TERRA. *Levantamento dos Aspectos Históricos...*, p. 80.

<sup>139</sup> As desistências foram relatadas como resultado do alto investimento financeiro individual, dos fracassos na busca pelo tesouro e das divergências entre o Código de Minas e o Código Civil, que dispunham cláusulas específicas sobre pesquisa mineral, posse de propriedades e riquezas encontradas. AMORIM. *O caçador de tesouros...*, p. 102-105; DURANTE 25 anos procurou o tesouro..., p. 10.

<sup>140</sup> A respeito das fazendas e seus proprietários, cf. TERRA. *Levantamento dos Aspectos Históricos...*

ouro em ambientes mais “selvagens” da natureza, como nas grutas, cachoeiras, penhascos e pedras. Essas lendas revestem os lugares com uma aura de mistério e encanta aqueles que observam seus elementos naturais. Igualmente, os mitos sobre os personagens históricos ligados aos lugares contribuem para a identificação dos moradores atuais com certos lugares, como o Pico do Itacolomi que sintetiza a paisagem da Serra.<sup>141</sup>

Na consolidação do culto à Tiradentes, por exemplo, a Serra do Itacolomi foi colocada nas cenas de sua história. Em *Histórias e tradições da Província de Minas Gerais*, o poeta Bernardo Guimarães aludiu sobre o episódio em que a cabeça de Tiradentes foi exposta em Ouro Preto. Compôs que em uma noite tenebrosa de espessa neblina, o vento forte balançou a cabeça do “mártir da liberdade” que jazia pendurada num poste. Em sem “fúnebre oscilar”, escreveu Guimarães, aquela “cabeça heroica ameaçava os tiranos e lhes predizia a próxima ruína”, pois ela bafejava com o vento o “sopro da liberdade que rugia das montanhas”.<sup>142</sup>

Com a mesma ideia poética, Augusto de Lima escreveu que o Pico do Itacolomi era o ponto de origem daqueles “ventos de liberdade”. Publicada como livreto, a ópera *Tiradentes* conta que Tiradentes andava “errante pelas serranias” preocupado com a Derrama. De repente, viu descer “do alto do Itacolomy [uma] enorme estrela [que] começou a chispar fulgor intenso”: era a figura de Felipe dos Santos que vinha lhe dar inspiração e força. Na cena do depoimento de Tiradentes, o inconfidente diz que já tinha três anos que o “astro luminoso pelo Itacolomy baixou a terra”, dando-lhe “a graça das visões divinas”. Que seus olhos viram na elevada Serra surgir a sombra “de um herói glorioso”, compreendendo que era um “filho dos altos píncaros de Minas” e que deveria defender a liberdade do seu povo.<sup>143</sup>

As cenas compostas por Lima muito se aproximam ao episódio bíblico de que Jesus tinha uma missão a ser cumprida e pela qual morreria. De forma semelhante, Jesus havia subido num monte em refúgio quando uma luz baixou sobre o lugar e o iluminou, surgindo ao seu lado as figuras de Moisés e Elias para o consolar e dar ânimo no seu martírio. Callari analisou que o Tiradentes da ópera bradava a todo o povo como fez Cristo no episódio Sermão da Montanha. Afirma ainda que Lima foi quem mais se empenhou na consolidação do culto à Tiradentes e demais inconfidentes, desde que foi diretor do APM e membro fundador do IHGMG.<sup>144</sup>

Podemos observar que a ideia mitológica sobre as montanhas como terreno sagrado esteve presente em ambas histórias (de Lima e da Bíblia), sendo o palco de expiação, exortação e

<sup>141</sup> Cf. SCHAMA. *Paisagem e memória...*; TUAN. *Topofilia: um estudo da percepção...*; PESAVENTO. S.J. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p.9-27, 1995.

<sup>142</sup> GUIMARÃES, B. A cabeça do Tiradentes. In: *História e Tradições da Província de Minas-Geraes*. Rio de Janeiro, Brasília: Civilização Brasileira, INL, 1976. [Publicada em 1872]

<sup>143</sup> LIMA, A. Tiradentes – ópera lyrica em 4 actos. *Revista do APM*, ano 2, fasc. 2, abr./jun. 1897, p. 188-226

<sup>144</sup> CALLARI. *Os institutos históricos...*, p. 77; [MATEUS]. N.T., Mateus, 17:1-9. In: BÍBLIA Sagrada. [Online]. Disponível em: [www.biblionline.com.br](http://www.biblionline.com.br).

sacrifícios. Schama e Carvalho dizem que a forma como experimentamos e percebemos o mundo natural é sempre influenciada pelo contexto cultural ao qual fazemos parte. Colocam que as montanhas, como o Itacolomi, ainda são representadas como paisagens plenas de mitos e adjetivos simbólicos, pois as matrizes da imaginação não foram totalmente rompidas no processo de dessacralização da natureza pelo homem moderno.<sup>145</sup>

### A inserção do Pico na categoria “paisagem histórica”

As construções poéticas contribuíram na criação de paisagens históricas para a luta e morte de Tiradentes, onde Ouro Preto é palco principal e o Itacolomi o “pano de fundo”.<sup>146</sup> Para Senna, cada pedra ali era uma relíquia do passado, “cenáculo da Inconfidência”, onde se podia respirar “um ambiente de liberdade”, de ares “puros e lavados” das montanhas que “o Itacolomy legendário” governava.<sup>147</sup> Essa ideia de paisagem repercutiu em algumas pinturas de cenas históricas, como a de Washt Rodrigues e de Alberto Guignard [Fig. 16 e 17, respectivamente].<sup>148</sup>



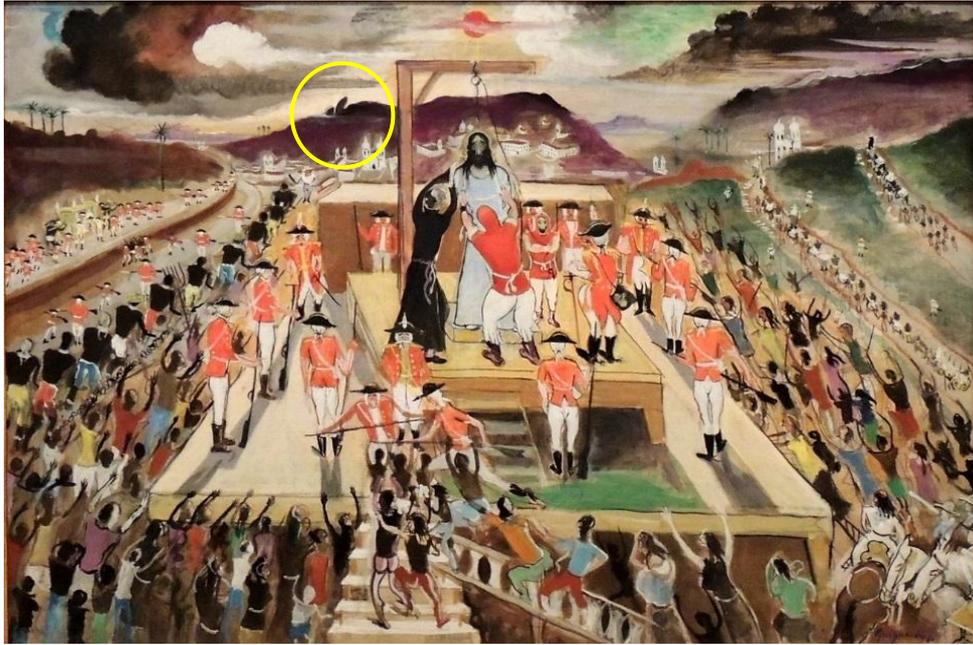
**Figura 17** – Tiradentes (Alferes). José Wash Rodrigues, 1940. Acervo do MHN: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e330n.htm>

<sup>145</sup> SCHAMA. *Paisagem e memória...*, p. 24-27 e 427-431; CARVALHO. *Montanhas e memórias...*, p. 71. Também ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: Ensaio sobre o simbolismo mágicoreligioso*. São Paulo :Martins Fontes,1996, p. 13-15; VARGAS. *Paisagem, territorio e identidade...*, p. 181.

<sup>146</sup> Ouro Preto já era considerada o “berço de Tiradentes” desde os primeiros movimentos em defesa e valorização da cidade, como no poema de Leôncio Chagas: CHAGAS, L. Mudança da capital. *A Ordem*, 31 dez. 1890, p. 3.

<sup>147</sup> CONFERÊNCIA proferida pelo deputado Nelson de Senna... *Auri-Verde*, Notas Diversas, n. 11, jun./jul. 1920, p. 5-6.

<sup>148</sup> O paulista José Washt Rodrigues (1891-1857) foi um pintor e historiador especialista no período colonial. Já o pintor fluminense Alberto da Veiga Guignard (1896-1962) se tornou referência na categoria “paisagem mineira”. Em Minas Gerais, Guignard contribuiu para a criação do Instituto de Belas-Artes de Belo Horizonte, em 1944, e na formação de vários artistas que se tornaram nomes conhecidos nacional e internacionalmente.



**Figura 18** – Execução de Tiradentes. Alberto da Veiga Guignard, 1961. Coleção Sérgio Fadel, Rio de Janeiro. Fonte: Warburg – Banco Comparativo de Imagens, UNICAMP. <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/9235>.

A descrição da pintura de Washt feita pela revista *O Cruzeiro* diz que o artista rompeu com a tradição de representar Tiradentes como Cristo. Feita para uma exposição no Museu Histórico, a tela apresenta o Alferes da Segunda Companhia dos Dragões de Minas a frente da “paisagem mineira, em cujo fundo domina a penha do Itacolomi”.<sup>149</sup> Ainda conforme a descrição, essa imagem de Tiradentes chocou aqueles acostumados às representações de mártires barbudos e cabeludos. Todavia, foi pelo aspecto militar dado por Washt que essa imagem se tornou a mais usada pelo exército brasileiro, principalmente na Ditadura Militar a partir de 1964.<sup>150</sup>

Por sua vez, Guignard reproduziu a imagem emblemática de Tiradentes como mártir, assemelhando-se à sua pintura “Via Sacra”, de 1960. De todas as telas do artista, esta específica é considerada sua única obra com temática histórica, feita a pedido de Kubitschek como Presidente da República. Nela, a execução de Tiradentes foi transportada para Ouro Preto, com a Serra do Itacolomi ao fundo, com destaque para o Pico.<sup>151</sup>

Até meados do século XX, as paisagens históricas eram esboçadas como apoio aos relatos, registrando os fatos antigos, as vidas e as realizações dos personagens imortalizados e venerados na História. Nora afirma que cada sociedade recorta o espaço e constrói uma representação dele que traga à mente o passado que foi transformado nas raízes do povo, pois é

<sup>149</sup> OS RETRATOS de Tiradentes. *O Cruzeiro*, 23 abr. 1955, p. 49-51.

<sup>150</sup> CARVALHO, A. F. *A conveniência de um legado adequado: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>151</sup> RIBEIRO, J.A.P. *Guignard e o ambiente artístico no Brasil nas décadas de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

na passagem que a memória se sustenta.<sup>152</sup> Em Minas Gerais, na construção e ampliação dos “lugares de memória”, coube também à natureza o papel de cenário onde se desenrolaram conquistas, martírios e outros fatos marcantes para a sociedade, ou a parte significativa dela que erradia essas memórias históricas e coletivas.<sup>153</sup> O Itacolomi, como um dos “vestígios sólidos da memória”<sup>154</sup>, foi posto no centro da história mineira. Referenciado como elemento natural “testemunha das gerações” na recordação do “período áureo da nacionalidade”, participou da maior parte das narrativas importantes sobre Minas Gerais, como nos fatos ligados aos inconfidentes e aos descobrimentos das minas aqui descritos.<sup>155</sup> Em exaltação à Minas Gerais, Diogo de Vasconcellos escreveu que

O Itacolomy, rebuscado no pégo nebuloso sertão, entrevisto no dedalo das cordilheiras longínquas, foi, em verdade, o centro de gravitação, o farol da conquista e da posse em todo o território”. [...] Belo **monumento** de Deus, posto no centro de nossa terra, como **dos homens, no centro de nossa história**, depois de ter atraído os fundadores de nossa pátria – presides e presidirá a romaria das gerações ao arquivo de nossas tradições! Mago, que trouxeste o ouro à Belém da civilização!<sup>156</sup>

Para Racioppi, o Itacolomi não foi apenas o farol da posse do território no ciclo do povoamento, senão também “o guia da inteligência e do espírito, o farol que indicava aos que tinham sede de liberdade e de saber a Meca das Tradições e a fonte inesgotável e incorruptível de civismo e de luz”.<sup>157</sup> Em síntese, nas palavras do jornalista Benjamin Dias, de “simples ponto culminante de uma serra”, fez-se do pico “o ponto culminante da epopeia da história mineira”.<sup>158</sup>

Essa construção dos cenários pela historiografia, literatura e arte participa do processo de identificação dos indivíduos com os lugares, seja sua terra natal ou onde tecem suas experiências de vida. De acordo com Halbwachs, nossos pensamentos e ações estão ligadas à sucessão de imagens que nos rodeiam, seja de objetos construídos pelo homem ou de elementos da natureza. Procurou-se construir também uma paisagem que despertasse o amor àquela terra que seria um “lugar central” para a história mineira e, igualmente, na qual os elementos naturais também se tornaram centros radiadores das memórias e sentimentos afetivos.<sup>159</sup>

As exaltações de Ouro Preto como lugar de origem para a história mineira enraizaram-se na memória e nas falas dos moradores locais, que Jeronimo traduziu como sendo um “estranhado

<sup>152</sup> NORA. *Entre memória e história...*, p. 7-28.

<sup>153</sup> Correa e Roncaglio apontam como a geografia teve influência na transformação da natureza em paisagem como cenário real, concreto para a história. CORRÊA. *História ambiental e a paisagem...*, p. 52; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio natural...*, p. 25-6.

<sup>154</sup> WILLIAMS, R. *O povo das montanhas negras: o começo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.23.

<sup>155</sup> DIAS, B. Editorial. *O Itacolomy*, n. 1, 14 jul. 1912, p. 1.

<sup>156</sup> VASCONCELLOS, D. Descobrimientos na zona do Rio das Velhas. In: SENNA, N. *Anuário de Minas Geraes*, v. 1. Belo Horizonte: 1906-1911, p. 269-278. Acervo: Biblioteca Nacional. [Grifo nosso].

<sup>157</sup> RACIOPPI. *Estudantes do Rio Grande do Sul...*, p. 14.

<sup>158</sup> DIAS. Editorial. *O Itacolomy...*, p. 1.

<sup>159</sup> HALBWACHS. *A Memória Coletiva...*, p. 160. Tuan coloca que as pessoas, em todos os lugares, tendem a considerar sua terra natal com o “lugar central”, pois remete à ideia de interno, o coração e o regresso às antigas origens. TUAN. *Espaço e lugar...*, p. 44 e 156.; \_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da percepção...*, p. 114-5.

amor à terra como berço heroico da liberdade”. Completa ainda que “quem não amar Vila Rica nas suas tradições, nos seus monumentos, nas obras de seus artistas e heróis não é brasileiro”.<sup>160</sup> Tal veneração estendeu-se às montanhas que recolhiam suas histórias, despertando os sentimentos pela paisagem que representava a cidade. Segundo o ouro-pretano Henrique Cabral, que escreveu sobre suas lembranças e fatos históricos da cidade, Ouro Preto era considerada a rainha das montanhas.<sup>161</sup> Na mesma perspectiva, Senna diz que era a Suíça Brasileira, pois se destacava na paisagem tipicamente serrana. Como vimos no capítulo anterior, essas referências à cidade acompanhava a construção cultural de sua paisagem como montanhosa.<sup>162</sup>

Nos discursos sobre a cidade e na elaboração da história e da identidade mineira, a ideia de paisagem montanhosa transpôs as fronteiras locais, passando a representar uma paisagem para toda Minas Gerais. Se Minas nasceu em Vila Rica, como afirmavam os seus defensores e parte significativa da intelectualidade, então as montanhas foram seu berço. Num discurso de exaltação de Minas, o crítico de arte Jacob Klintowitz afirmou que foi na paisagem mineira, com seu “chão de pedra e ferro, montanhas e sertões [que] guardam as raízes do desejo de liberdade e de uma vida [...] digna, que a nacionalidade se avultou”. Segue dizendo que foram raros aqueles que não se sentiram tocados pela paisagem, pois era “natural que as terras e as cidades mineiras emocionem os mais sensíveis”, atribuindo às montanhas todo o aspecto encantador do estado.<sup>163</sup>

### **2.3 – “MINHA TERRA TEM MONTANHAS”<sup>164</sup>: A PAISAGEM DO ITACOLOMI NA IDENTIDADE MINEIRA**

A construção de uma paisagem mineira pelos artistas e intelectuais relaciona-se à forma como trabalhavam a questão da identidade regional, da organização política e como questionavam o próprio espaço em que viviam e atuavam. Sampaio coloca que a natureza se tornou quase uma obsessão para aqueles que procuraram traçar uma imagem para o estado, associando-a à história da mineração, dos movimentos políticos e do estilo de vida do povo mineiro. Na paisagem, as fazendas e cidades coloniais comporiam os cenários juntamente com os ribeiros, as porções da Mata Atlântica e, de forma mais expressiva, as montanhas.<sup>165</sup>

Categoria artística e poética, a paisagem mineira se consolidou nacionalmente com o modernismo. Dentre os pintores modernistas, destacamos o já citado Guignard, cujas obras

<sup>160</sup> JERÔNIMO. *Lendas, tradições e costumes...*, p. 5.

<sup>161</sup> Cabral disse que a expressão “rainha das montanhas” foi cunhada pelo jornalista carioca Júlio de Vasconcelos, que teria acompanhado D. Pedro I na visita de 1881. Por sua vez, “Suíça Brasileira” foi atribuída por geógrafo Élisée Reclus. Cf. CABRAL. *Ouro Preto...*, p. 170 (Escrito antes de 1946).

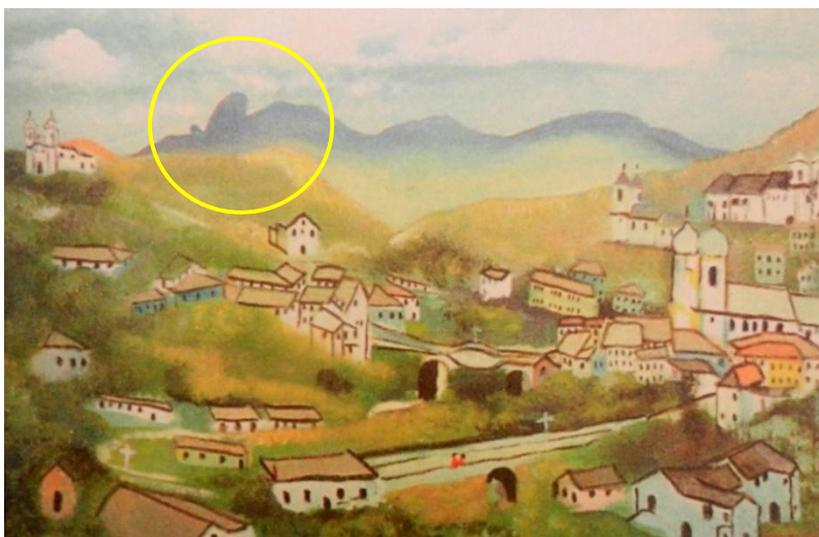
<sup>162</sup> SENNA, N. Discurso pronunciado... *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 16, 1911, p. 19.

<sup>163</sup> KLINTOWITZ, J. *A paisagem mineira*. Belo Horizonte: Artes Gráficas, 2000, p. 5-10.

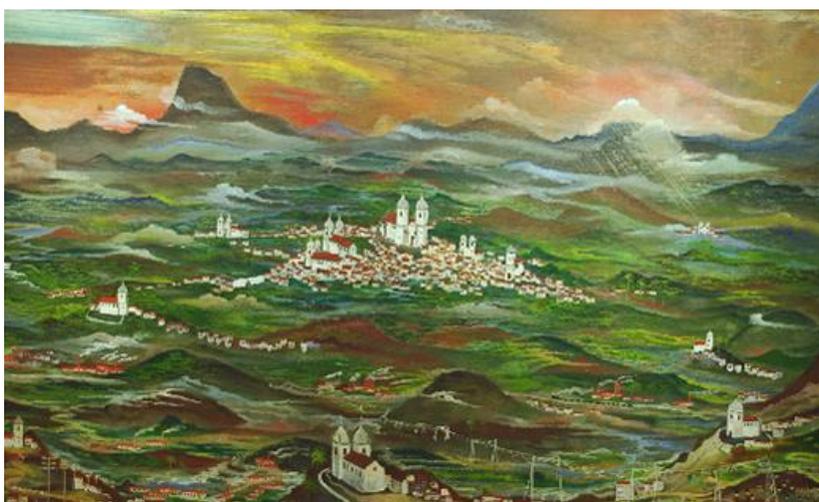
<sup>164</sup> “Minha terra tem montanhas” é o título do capítulo XI do livro memorialista: PEREIRA. *Paisagem da passagem...* Utilizamos aqui em analogia ao estudo de Gilmar Arruda sobre a natureza na conformação da nacionalidade, cujo título faz referência à frase do poeta Gonçalves Dias: ARRUDA. *Minha terra tem palmeiras...*, p. 187-205.

<sup>165</sup> SAMPAIO, M. *A paisagem mineira*. Belo Horizonte: Fundação Palácio das Artes, 1977, p. 7-8.

procuravam recriar a geografia de Minas no delineamento de um “perfil” mineiro. O artista viveu e trabalhou muitos anos em Ouro Preto, considerando-a sua cidade-inspiração para compor os quadros de paisagens mineiras. Seus quadros traziam cores fortes e vivas para realçar os elementos que queria destacar em cada cena. O pintor usava traços que amenizavam o contorno das montanhas no horizonte da cena – em tons de azul ou verde -, das catas auríferas, dos sobrados e igrejas, etc. Em muitas telas, o céu com nuvens, as montanhas e a vegetação ganhavam mais importância que os elementos da cidade.<sup>166</sup>



**Figura 18** – Lajes. Alberto da Veiga Guignard, s.d. **Acervo:** Museu Guignard, Ouro Preto. **Foto:** Rute Torres, 2013.



**Figura 19** – Paisagem imaginária de Minas. Alberto da Veiga Guignard, 1947. **Acervo:** Museu da Inconfidência, Ouro Preto. Disponível online em: <http://museuguignard.mg.gov.br>

<sup>166</sup> SAMPAIO. *A paisagem mineira...*, p. 7-8. Informações sobre as pinturas Guignard, especialmente as que ilustram o livro de João Camilo Torres, referência na relação entre a montanha e a paisagem e a identidade mineira, ver: ANDRADE, M. G. Estudo Crítico. In: TORRES, J. C. O. *O homem e a montanha*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 22-25.

Em duas das primeiras revistas ilustradas do estado, *Vita* e *Vida de Minas*, publicadas em Belo Horizonte na década de 1910, a paisagem utilizada para representar Minas Gerais já esboçava a arquitetura colonial emoldurada pelas montanhas. As revistas tinham como objetivo mostrar aspectos sociais, artísticos, políticos e divulgar as paisagens do estado. No cabeçalho de cada página, o nome das revistas vinha gravado sobre uma cena de paisagem, todas compostas com montanhas.<sup>167</sup> A revista *Vita*, em especial, dedicou seu cabeçalho exclusivamente ao perfil alcantilado das serras de Minas [Fig. 20].



**Figura 20** – Cabeçalho da revista *Vita* até a edição n. 12. Acervo: Revistas Diversas, APCBH.

Mas foi o seu cabeçalho a partir da décima terceira edição, de junho de 1914, que nos chamou mais atenção. Vimos que o poder público e os intelectuais mineiros procuravam conciliar todas as regiões mineiras, especialmente a nova capital - símbolo da modernização-, com a antiga - lugar da tradição e origem dos ideários de liberdade e progresso. No mesmo período, trouxe as formações naturais que marcavam ambas as cidades, a Serra do Curral e o Pico do Itacolomi, como se estivessem próximas, unidas na paisagem mineira. [Fig. 21]. Na época de publicação das revistas, a réplica do Itacolomi ainda estava na Praça da Liberdade.



**Figura 21** - Cabeçalho da revista *Vita* a partir da edição n. 13. Acervo: Revistas Diversas, APCBH.

Para Camillo Torres, em *O homem e a montanha*, tanto a nova como a velha capital estavam no centro de Minas, lugar montanhoso que, para o autor, influenciou a conformação política, econômica e cultural de todo o estado. Ali era o centro gravitacional das instituições, sensibilidades, hábitos, símbolos e práticas em torno do qual se dispunha a sociedade mineira. Mas continua que a “fazenda estava perto”. Aquela centro da “sociedade urbana e burguesa” estava em união com o mundo rural pela economia agrária e pela gente que vinha do interior.<sup>168</sup>

<sup>167</sup> Revista *Vida de Minas* (1913-1914) e Revista *Vita* (1915-1916). Acervo do APCBH, Coleção Revistas Diversas.

<sup>168</sup> TORRES. *O homem e a montanha...*, p. 66-7, 127, 173-181. Diz Andrade que o ensaio foi construído diante do impacto da implantação da CVRD, em 1942, na cidade natal de Torres, Itabira. Ele e seus conterrâneos identificavam-se fortemente

A obra mais influente no discurso em torno da paisagem montanhosa para caracterizar o estado foi *Voz de Minas*, de Alceu Amoroso Lima. Com a intenção de compor um ensaio de sociologia, Lima concluiu que dentro das vozes do Brasil, a que falava por Minas soava da “montanha”. Para o autor, Minas teria uma voz em torno da qual se uniram as diferentes tonalidades e ritmos regionalistas. Afirmou que o “fenômeno mineiro é condicionado, todo ele, pela montanha”. Ela que conformou a vocação dos mineiros para a política, a partir dos líderes com destaque nacional. A formação histórica de Minas em meio às serras tornou a mineração sua vocação econômica, embora considerasse a importância da pecuária e agricultura. Ademais, a imagem da montanha na paisagem trazia a ideia de permanência e estabilidade, essencial no momento em que se buscava a unidade entre as regiões de Minas e do território nacional.<sup>169</sup>

Guimarães Rosa expressou que essa imagem de Minas como “lugar montanhoso”, cuja voz ressoava nacionalmente, conseguia unir as várias regiões pelo discurso de conciliação entre tradição e progresso. Para o autor, embora fosse uma mistura de várias partes, Minas se encerrou em uma: era o “Estado montanhês, Suíça Brasileira, Alterosa”. Minas é montanha, resumiu.<sup>170</sup>

Em todas essas construções, as montanhas ocuparam um lugar nitidamente central no esforço de delinear uma característica para a paisagem mineira. Por certo, desde o imaginário mítico sobre esmeraldas e prata que formariam montanhas, a cadeia descontínua de serras foi citada para descrever a configuração natural dessa porção do território nacional. Mas como já discutido anteriormente, a princípio, os imaginários sobre a natureza não trouxeram uma valoração positiva das montanhas na paisagem. Da mesma forma, elas nem sempre foram a principal referência do território para os mineiros.<sup>171</sup>

### **Rios e serras nas referências ao território mineiro**

Em meio às florestas densas e lugares desconhecidos, os rios foram as veias de entrada para o interior e as serras eram os marcos de orientação geográfica. Vimos que as serras foram aclamadas nas narrativas como “faróis dos bandeirantes”.<sup>172</sup> Todavia, nos primeiros registros sobre Minas Gerais, as altas serras ainda não tinham sido apropriadas e a maioria era desconhecida. Tanto as notícias sobre os descobrimentos como a posterior produção cartográfica

---

com o Pico do Cauê e algumas obras projetavam uma ligação afetiva ou tomavam o próprio elemento como objeto. É o caso dos poemas de Drummond, também itabirano. Cláudio Manoel projetou a mesma ligação e inspiração relacionada ao Itacolomi, como já discutimos. Cf. ANDRADE. *Estudo crítico...*, p. 31-42.

<sup>169</sup> Resultado de uma série de conferências compiladas em 1945. LIMA, A. A. *Voz de Minas*. Ensaio de sociologia regional brasileira. 2ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Ed., 1946, p. 11, 47, 65-6, 73, 135-9 e 227.

<sup>170</sup> ROSA, G. Aí está Minas: a mineiridade. *Jornal Opção*, 4 a 10 mar. 2012 (Online). Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/ai-esta-minas-a-mineiridade>. O texto foi publicado originalmente na revista *O Cruzeiro*, de 25 ago. 1957.

<sup>171</sup> ANDRADE. *Estudo crítico...*, p. 30; TORRES. *O homem e a montanha...*, p. 66-9.

<sup>172</sup> Sobre os caminhos e marcos geográficos, cf. HOLANDA, S.B. *Monções*. Rio de Janeiro: C.E.B., 1945; \_\_\_\_\_. *Visão do paraíso: os motivos edênicos...*; PITA. *História da América portuguesa...*, Livro VIII.

das Minas setecentistas acabaram dando destaque para a identificação dos rios como caminhos. Igualmente, porque era preciso assinalar quais os ribeiros auríferos tinham sido descobertos e por quem, para demarcar as posses. Aos poucos, as serras foram sendo conhecidas e o nome dos seus picos inseridos.<sup>173</sup> Retomando a importância da toponímia na construção das paisagens, se nomear seria a primeira forma de apropriação e transformação do espaço em um lugar, os rios teriam atuado mais fortemente na ocupação de Minas Gerais, nas referências geográficas e, até a segunda metade do século XIX, na identificação do território mineiro.

A partir de 1714, o governo português começou a definir as divisões administrativas-judiciárias das Minas em comarcas. Das quatro primeiras criadas, três receberam o nome dos rios destacados nos descobertos do ouro: Comarca do Rio das Velhas, Comarca do Rio das Mortes e Comarca do Rio do Ouro Preto (resumida como Comarca do Ouro Preto). Apenas uma foi nomeada pela condição climática serrana, a Comarca do Serro do Frio. Durante todo o século XIX, os deputados mineiros redefiniram aquelas primeiras comarcas e criaram várias outras. Até a década de 1870, já com cerca de vinte e sete comarcas, apenas Serro do Frio ainda fazia referência às montanhas para identificar as regiões de Minas.<sup>174</sup>

Num projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa de 1839, colocou-se em questão a identificação do território mineiro com as montanhas. Na ocasião, o deputado Silva Pinto falou em nome da Comissão de Estatística da Província, responsável por estudar e propor a criação de mais uma comarca. Ao se referir aos nomes que representariam as características naturais delas, citou “Comarca do Itacolomy” no lugar de Ouro Preto e “Comarca do Hiviterohy” em substituição à Serro do Frio. O deputado Dias de Carvalho declarou se conformar com a nomenclatura proposta pela Comissão, julgando que o trabalho deveria merecer a aprovação. Mas o nome “Comarca do Itacolomy” gerou extensa discussão nas três sessões seguintes. O deputado Miranda sugeriu uma ementa que trocava “Itaculumy” por Comarca do Rio Doce. Com vozes em apoio, foi posto em discussão a troca de nomes, mantendo referência à um rio. Silva Pinto saiu em defesa da sua proposta, afirmando que na primeira demarcação de 1833, a denominação “Itacolomy” havia sido discutida e, se não alterado, foi por falta de conhecimento mais apurado

<sup>173</sup> Para a representação dos elementos naturais nos relatos e mapas, ver: CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, 105-6, 112-3; DELVAUX. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico...*, p. 102-126 e 176-7. Para a historiografia específica sobre as representações do Brasil e a cartografia de Minas, citamos: FURTADO, J. F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012; RESENDE, M. E; VILLALTA, L. C. *História de Minas Gerais. As minas setecentistas*. V. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007 [Em especial, o capítulo *Primórdios da cartografia de Minas Gerais (1585-1735)*, de Friedrich Renger, que traz a reprodução de vários mapas].

<sup>174</sup> Lista das Comarcas em: VAL, A.V.C et al. Estudo histórico da divisão administrativa, judiciária e eclesiástica das Minas Gerais. In: JURISPRUDÊNCIA mineira, Belo Horizonte, ano 61, n. 195, p. 13-20, out/dez. 2010. Nome da Comarca do Rio do Ouro Preto registrado nestes e em outros documentos sob guarda do AHU: CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca do pedido que fez a (D. João V) o ouvidor-geral do Rio do Ouro Preto... 23 jan. 1713. AHU-ACL-N-São Paulo, n. 114; e CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o que pede Luís Lopes Loureiro no sentido de se tirar residência a seu pai, João Lopes Loureiro, do tempo em que serviu como ouvidor-geral da Comarca do Rio Ouro Preto. 22 fev. 1732. Acervo: AHU-ACL-N- Minas Gerais, n. 72. Disponível em: [www.cmd.unb.br/biblioteca](http://www.cmd.unb.br/biblioteca)

da grafia do topônimo, assim como acontecia com “Hyviturahy”. O deputado Paula Santos não se acomodou com a denominação, dizendo que a troca de nomes não traria utilidade alguma e causaria confusão para quem visitasse a região, pois o nome Ouro Preto era muito antigo. Afirmou que era “mais fácil destruir-se o Itaculmy e desaparecer, do que apagar-se da memória o de – Ouro Preto – que se acha consagrado em documentos históricos”.<sup>175</sup> O deputado Antão também julgou ser mais conveniente conservar os nomes já dados, pelos quais as comarcas eram conhecidas. O deputado Ottoni questionou a homenagem ao Itacolomi se foi a montanha Ouro Preto que deu nome ao lugar, coberto de minerais nas ricas águas da região. Para ele, se tratava de respeitar a natureza, então que ficasse Ouro Preto em consideração às recordações da história do povo. Ao findar, o projeto da Comissão foi aprovado com as ementas que suprimiam as palavras “Itaculmy” e “Hiviterohay” e mantinham os nomes já existentes.<sup>176</sup>

O argumento de Silva Pinto para ter apresentando a proposta de foi que a Comissão seguia o exemplo de uma nação considerada “das mais civilizadas”, a França:

ali até não se contemplam as províncias por seus antigos nomes; aparecem novas divisões de departamentos que são designados pelos rios e pelas montanhas; respeitou-se a natureza; e é isto mesmo que acontece relativamente ao Itacolomy, essa montanha respeitável, que sobressai entre as outras, e que foi reconhecida desde as primeiras descobertas na Província [...].<sup>177</sup>

No século XIX, a França e outras nações europeias lançaram mão da natureza na busca por suas raízes nacionais e vincularam ao gênero da paisagem que representassem cenas idealizadas dos tempos mais remotos daqueles lugares.<sup>178</sup> Para Silva Pinto, Minas Gerais também deveria fazer referência à natureza que trazia lembranças da sua história. Mais do que uma simples troca de nomes, as discussões na Assembleia produziram reflexões sobre o passado da região através da dimensão simbólica que as montanhas e os rios assumiram ao longo do tempo.

Tuan destaca que uma pessoa se identifica com mais facilidade à uma área se ela estiver mais próxima e acessível, pois essa é uma construção imaginária que depende das experiências vividas com o lugar.<sup>179</sup> Esse ambiente que toma um caráter individual pode ser também uma unidade pequena, como um bairro, uma esquina, uma casa ou elementos da natureza, como cachoeiras, árvores, rochas, etc. De fato, o Pico do Itacolomi já participava dessa identificação

<sup>175</sup> A própria transcrição dos nomes nas Atas corrobora com Silva sobre a falta de uma padronização na grafia dos nomes. Assembléia Legislativa Provincial. Sessão de 4 mar. 1839. *O Universal*, Ouro Preto, 16 abr. 1839, p. 4; Sessão de 7 mar. 1839, *O Universal*, 23 abr. 1839, p. 3 e 4; Sessão de 9 mar. 1839. *O Universal*, 27 abr. 1839 e 2 maio 1839, p. 3; NUNAM, M. B. A. *Repertório Geral dos Indices Alfabéticos das Leis...* Belo Horizonte: Typographia Bom Senso, 1855.

<sup>176</sup> ASSEMBLÉIA. *Sessão de 4 mar. 1839...*, p. 4. Interessante notar que Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869) era natural do Serro do Frio. Foi um dos líderes do movimento armado dos liberais mineiros em 1842, preso e, da prisão, editou o jornal “Itacolomy”, onde criticava abertamente o governo imperial e defendeu os revolucionários “Luzias”. ARAUJO, V. L. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003.

<sup>177</sup> ASSEMBLÉIA. *Sessão de 7 mar. 1839...*, p. 4.

<sup>178</sup> A relação entre a paisagem e a identidade das nações citadas: SCHWARCZ. *Paisagem e Identidade...*, p. 19-52. Como as discussões políticas podem levar à reflexão sobre o passado: POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio...*, p. 10.

<sup>179</sup> TUAN. *Topofilia: um estudo da percepção...*, p. 117-8.

com Ouro Preto e das experiências pessoais com a natureza, relembrando aqui a discussão do primeiro capítulo. Como referência para os moradores, a relação de sua forma e altitude imponente no horizonte, seu nome foi dado à alguns jornais locais, uma coudelaria, fábricas e até uma rede televisiva. Mas ao transpor o ambiente pessoal, o Itacolomi foi selecionado e valorado como um símbolo daquela região a partir da implantação do regime republicano e da mudança da capital, pluralizando-se em meio à construção de uma identidade mineira ligada às montanhas.<sup>180</sup>

### **A natureza na caracterização de Minas**

Na formação dos estados modernos, a nacionalidade era vista como fruto da convergência entre a história do povo e seu ambiente natural. Para afirmá-la e estimular o patriotismo, os estados e as elites nacionais apropriaram-se das imagens da natureza, do território, do povo e de seus costumes que foram produzidas pela tradição paisagística de naturalistas, cronistas e artistas para representar as características da nação. Esses elementos associados à paisagem eram fundamentais na identificação dos indivíduos com o lugar e na construção do sentimento de pertencimento, que contribuía para a coesão social em torno da identidade nacional.<sup>181</sup>

Arruda afirma que, de fato, se o território foi definido pelo poder político, diplomático e militar, as identidades nacionais e o patriotismo que ligam os indivíduos à nação são criações de grupos que detêm as estruturas discursivas e narrativas, tendo estrita conexão com a relação de poder.<sup>182</sup> Somente a apropriação do espaço, o estabelecimento de fronteiras, a classificação e o controle dos lugares não seriam forças coercitivas suficientes para criar a ideia de unidade entre os povos em torno do Estado. Era necessário estabelecer marcos históricos, influenciar nas visões de mundo, criar valores, símbolos e patrimônios que se tornassem comuns, dentre outras formas relacionadas ao pertencimento.<sup>183</sup>

<sup>180</sup> Para Certeau, o cotidiano como lugar de vivência com os outros é espaço de criação das identidades, onde se diversificam e pluralizam. Nesse espaço de vivência, Bloch diz que para uma percepção e interpretação se tornar a de muitos, é preciso que as condições históricas sociedade daquele momento favoreçam a difusão. CERTEAU. *A invenção do cotidiano...*; BLOCH. *Introdução a história...*, p. 96.

<sup>181</sup> Para Arruda e Gonçalves, as nações são a junção do conjunto de indivíduos e do espaço postos sobre a natureza. Por sua vez, Espindola afirma que o território seria, assim, a delimitação política e geográfica do espaço e a apropriação cognitiva e produtiva da natureza, considerando solo, rios, golfos, baías, montanhas, etc. Já a associação de paisagens para representar o território e o refinamento e naturalização das características nacionais é para Hobsbawm um trabalho entre Estado e elites. Cf. ARRUDA. *Minha terra tem palmeiras...*, p. 189; GONÇALVES. *Autenticidade, memória e ideologias...*, p. 266; ESPINDOLA. *Transitividade entre história-espaço...*, p. 3-4; ESPINDOLA, H. S.; WENDLING, I. J. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, 1998, p. 178; HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Ver também CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 98-113. TUAN. *Topofilia: um estudo da percepção...*, p. 116-7; CORREA. *Paisagens através de outros olhares...*, p. 270; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio natural...*, p. 20.

<sup>182</sup> ARRUDA. *Minha terra tem palmeiras...*, p. 192-3. Na visão de Chartier, todo esse processo de construção da identidade nacional faz parte dos sistemas de representações. Por meio delas é que os grupos produzem estratégias e práticas para legitimar suas visões ideológicas e as escolhas dos elementos de identificação. CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 5, n. 11, 1991, p.173-191

<sup>183</sup> Cf. ESPINDOLA. *Transitividade entre história-espaço...*, p. 5; BOURDIEU. *O poder simbólico...*, p. 112-115; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 146-7.

Como em outros estados modernos, o nacionalismo também marcou o ambiente político e intelectual brasileiro. Seus membros viam-se como responsáveis por organizar e modernizar as estruturas do Estado, cujo processo envolve a formação de uma identidade para a nação. Mas eles encontraram dificuldades para falar da existência de uma unidade devido aos problemas econômicos, políticos e às questões sociais em pauta.<sup>184</sup> Para despertar o sentimento de pertencimento, lançaram mão do consenso que havia na exaltação da natureza por suas especificidades, belezas e riquezas naturais, bem como das referências à dimensão territorial. Esses foram alguns dos elementos que se tornaram característicos da nação brasileira. Desenvolveram-se várias manifestações retóricas e literárias de orgulho do país pela exuberância, abundância e fertilidade do seu território. Essa interpretação do meio ambiente exacerbou-se após a década de 1930, quando o nacionalismo revestiu o ufanismo de mitos da fundação da pátria e de símbolos para a nação.<sup>185</sup> As matas, por exemplo, foram se tornando o símbolo do Brasil - “país tropical”. Buscaram também as raízes brasileiras no interior do território, englobando e enriquecendo o homem e a cultura sertaneja como nacionais.<sup>186</sup>

A associação do sentimento de pertencimento ao território e às paisagens como base para a construção da identidade nacional serviu igualmente para os esforços de definição das identidades locais e regionais. A implantação do sistema federativo no Brasil deu condições maiores para as manifestações identitárias de cunho regionalistas.<sup>187</sup> Na definição de suas próprias identidades, os estados fizeram uma escala complexa de valorações negativas e positivas em relação às outras partes da nação. Procuraram no seu próprio povo e na natureza aquilo que as aproximavam, mas principalmente o que as distinguiam do restante do país.<sup>188</sup> Os aspectos históricos foram levantados e as especificidades culturais valorizadas. Nas construções regionalistas, as iniciativas das elites intelectuais e políticas mobilizaram o controle do território, voltaram suas atenções para os problemas econômicos e sociais internos e buscaram a definição de suas propriedades culturais.<sup>189</sup>

Reconheceram também elementos de natureza como suporte para a manifestação de tipos regionais e que caracterizavam as paisagens. Drummond e Pádua estudaram como o verde das

<sup>184</sup> LIMA. *Um sertão chamado Brasil...*, p. 45-6;

<sup>185</sup> ARRUDA. *Minha terra tem palmeiras...*, p. 188, 192-200; DUARTE. *História & natureza...*, p. 92-93; \_\_\_\_\_. Nature and Historiography in Brazil, 1937-1945. *Iberoamericana*, v. III, n. 10, 2003, p. 23-4; FRANCO, J. L. A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, e a questão da identidade nacional. *Varia História*, n. 26, 2002, p. 89-91;

<sup>186</sup> Nos Estados Unidos, as pradarias do oeste foram aceitas como símbolo da liberdade e oportunidade; a floresta alemã como lugar de origem e vida pura; e as montanhas dos Países de Gales deixaram de ser “feias e sombrias” para se tornar motivo de orgulho como beleza nacional. SCHAMA. *Paisagem e Memória*, p. 26, 91-108; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 105-6, 217; ARRUDA. *Minha terra tem palmeiras...*, p. 188, 192-200.

<sup>187</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 155; ARRUDA, G. Representações da natureza: história, identidade e memória. In: ROLIM, R. C.; PELLEGRINI, S. A.; DIAS, R. (Orgs). *História, espaço e meio ambiente*. Maringá: ANPUH-PR, 2000, p. 60-52;

<sup>188</sup> VARGAS. *Paisagem, território e identidade...*, p. 169.

<sup>189</sup> CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 18.

montanhas e florestas de Santa Tereza e Tijuca tinham um significado especial para a vida cultural carioca. Para todo o estado do Rio, a Mata Atlântica que cobria as serranias e a orla das praias configuravam uma paisagem encantadora para os observadores.<sup>190</sup> No extremo sul, os pampas dos campos conformavam o cenário da identidade gaúcha. Os coqueirais da caatinga no nordeste, os seringais na Floresta Amazônica e a mata de araucárias no Paraná igualmente representavam os aspectos naturais de cada região.<sup>191</sup> Para Minas, foram as montanhas.

No século XIX, o naturalista Tschudi escreveu que a estruturação da Cadeia do Espinhaço dividia as bacias hidrográficas, os vales e as serras de menor elevação, formando um quadro geral que unia os contrastes e caracterizava toda a região mineira. Também o engenheiro Henrique Gerber considerou o complexo formado pelo Espinhaço como o esqueleto orográfico da província e o principal sistema brasileiro.<sup>192</sup> Em sua carta geográfica de Minas Gerais, identificou a zona central cortada pela Cadeia como a propriamente montanhosa do território mineiro e com vegetação semelhante as regiões alpinas. Posteriormente, não foram raras as referências ao estado como o mais montanhoso do Brasil e as comparações do Espinhaço com os Alpes. Situada nessa parte mais alcantilada, a Serra do Itacolomi foi inserida nessas menções à paisagem europeia no processo de valorização da região ouro-pretana, que foi considerada a Suíça Brasileira.<sup>193</sup>

Os geógrafos advertiram que não foram exclusivamente os elementos naturais que definiram o território da província, pois sequer haviam sido totalmente identificados e mapeados, principalmente nas partes limítrofes do estado.<sup>194</sup> Sobre o processo de territorialização, Meneses sintetiza que Minas foi marcada pelo caráter político-estratégico que a atividade mineradora conferiu na dominação do espaço e na apropriação da natureza.<sup>195</sup> Todavia, na medida em que cada região buscava aquilo que lhe seria característico em relação às demais unidades federativas, os destaques dados ao relevo estabeleceram um recorte simbólico para o território. As montanhas das áreas geográficas e históricas de Minas se transformaram na sua principal referência.<sup>196</sup>

Afirma Bourdieu que as identidades regionais são definidas também pelo desejo de poder classificar a si mesmas e as outras. Nessa luta por impor suas definições, os estados procuram atribuir valores positivos para suas características históricas, culturais e naturais, assim como

<sup>190</sup> DRUMMOND. *Devastação e preservação ambiental...*, p. 10; PÁDUA. *Um sopro de destruição...*, p. 221.

<sup>191</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 154 e 409.

<sup>192</sup> Essas referências detalhadas sobre a representação do território mineiro nos trabalhos de Tschudi e Gerber foram feitas em: CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 103-114. As referidas obras podem ser lidas em: HALFELD, H. W.; TSCHUDI, J. J. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP: CEHC, 1998; \_\_\_\_\_. *Viagens através da América do Sul*. Trad. de Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2006; GERBER, H. RENGGER, F. E. (org.). *Noções geográficas e administrativas da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2013.

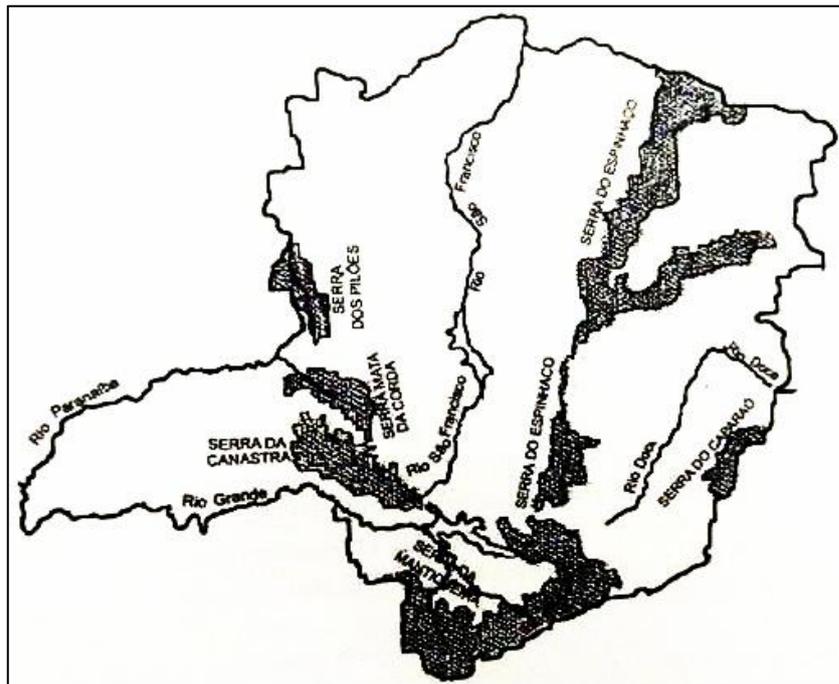
<sup>193</sup> SENNA. *Discurso pronunciado...*, p. 19; CABRAL. *Ouro Preto...*, p. 170; ROSA. *Aí está Minas: a mineiridade...*

<sup>194</sup> CASTRO. *Minas do Sul: visão corográfica...*, p. 105-111.

<sup>195</sup> MENESES. *Escalas espaço-temporais...*, p. 9.

<sup>196</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 154; ARRUDA. *Mitologia da mineiridade...*, p. 50.

inverter o sentido daquelas que as estigmatizavam de forma negativa.<sup>197</sup> Nas discussões sobre a configuração política e econômica mineira, por exemplo, Martins Filho apontou que a geografia de Minas contribuía para a sua fragmentação interna. Utilizando a expressão o “mosaico mineiro” de John D. Wirth, escreveu que na “imensidão do território”, o relevo das montanhas que tem o Espinhaço no meio, a Canastra e a Mantiqueira nas fronteiras isolavam as regiões dentro de Minas entre si e do restante do país [Fig. 22].<sup>198</sup>



**Figura 22** – Mapa da topografia de Minas Gerais, [s.d; s.n], reproduzido na obra de Martins Filho. **Fonte:** MARTINS FILHO. *O segredo de Minas...*, p. 106.

Foi a partir da República e da mudança da capital que o discurso de que Minas Gerais estava inteira encerrada nas montanhas foi apropriado para criar um certo grau de unidade e coesão nas várias regiões, como ideia de fronteira para todo o território mineiro. Martins Filho indicou que os discursos de conciliação presentes nos ideólogos da identidade mineira foram importantes naquele momento em que faltava integração política, geográfica e histórica, devido a forma e o período de ocupação, a população e a cultura econômica.<sup>199</sup>

O poeta Carlos Drummond considerou Minas complexa demais para ser resumida em apenas uma. Todavia, concordou que ela tinha suas profundidades na terra, pois o que a definia estava por dentro, na cultura e no povo escondido e enraizado pelas montanhas.<sup>200</sup> Nesse

<sup>197</sup> BOURDIEU. *O poder simbólico...*, p. 113, 126-7.

<sup>198</sup> MARTINS FILHO, A. V. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009, p. 105-108.

<sup>199</sup> MARTINS FILHO. *O segredo de Minas...*, p. 105 e 229. Ver também BOMERY. *O Brasil de João Pinheiro...*, p. 143.

<sup>200</sup> ANDRADE, C. D. A palavra Minas. In: *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Sua construção poética foi feita em discordância da artista plástica Madu, que sugeriu que a própria palavra era montanhosa. Cf. SAMPAIO. *A paisagem mineira...*, p. 35.

percurso, também se tornou fundamental definir a peculiaridade dos mineiros não apenas em relação aos demais estados, mas principalmente criando uma identidade cultural compartilhada que os reunisse. Em suma, podemos dizer que as características geográficas foram ressignificadas para valorizar o lugar de Minas e dos mineiros no novo regime.

### **A “humanidade montanhesa”**

Arruda e Ramalho definem que a construção de uma identidade mineira foi definida e fixada por aqueles que nortearam as práticas políticas e culturais.<sup>201</sup> Políticos, artistas, historiadores, geógrafos, memorialistas, ensaístas ou outros intelectuais influenciaram o imaginário local e nacional sobre Minas Gerais. Das características físicas e históricas do Minas, os autores colocam que essa elite mineira buscou um conjunto de valores, costumes e traços que seria específico do território e do povo mineiro, que sintetizaram como “mineiridade”. Como uma tradição forjada, coloca Ramalho, a ideia de mineiridade encerrava o discurso de união da população através da crença na existência de uma essência de Minas, que configurava um “jeito de ser” comum na personalidade e na conduta dos mineiros que os diferenciava dos demais estados. O que significa que eles utilizaram ou se apropriaram da memória regional, dos acontecimentos políticos e culturais e das representações do território para forjar uma tradição “enquanto povo singular de uma nação ainda emergente”<sup>202</sup>.

Com Torres, expôs-se que tanto Minas foi constituída pelo conjunto de ações e reações entre o povo e o contorno natural quanto o próprio caráter do mineiro nasceu do contato com esse contorno. No primeiro caso, Minas seria uma formação territorial vista a partir do relevo e dos ciclos econômicos dominantes ao longo do tempo: mineração nas regiões montanhosas do centro; pedras preciosas nos rios do norte e oeste; couro nas chapadas norte, oeste e sul, o café nas colinas do sul, sudeste e, posteriormente, centro-oeste. No segundo, o povo mineiro teria nascido no fundo dos vales aos pés de morros íngremes. Os contrafortes das montanhas fizeram com que os mineiros se tornassem prisioneiros da natureza, separados do mundo. Continua que o relevo orográfico, o isolamento e o efeito do clima daquelas altitudes os teriam transformado em pessoas de caráter reservado, ponderado e melancólico. Mas também de coragem, lutando para sobreviver

<sup>201</sup> Os autores trabalham a mitologia da mineiridade em diversas obras, analisando a vertente essencialista que a configurou. ARRUDA. *Mitologia da mineiridade...*; RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...* Por sua vez, Martins Filho faz um importante levantamento do perfil política e intelectual da elite mineira na Primeira República. MARTINS FILHO. *O segredo de Minas...*, p.137-184.

<sup>202</sup> JARDIM, A.C.M. *O mito de Marília de Dirceu - 1792-1853: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos no processo de formação da Nação Brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014, p. 39.

em meio àquele ambiente hostil. Conclui, assim, que foi do casamento do homem com as montanhas a partir do Centro que nasceu a civilização mineira – urbana e burguesa.<sup>203</sup>

Alceu Lima igualmente afirmou ao longo das suas páginas que as montanhas exerceram efeitos na economia, na política e na personalidade do mineiro, ou como escreve, da gente de Minas. Com um tom unificador, argumentou que o mineiro surgiu nas Minas setecentistas, mas foi o período ruralista que teria lhe dado o contorno estável, tradicionalista e conservador. Esse povo seria fruto da “permanência do homem rural dentro do cidadão urbanizado. Citando a descrição dada por Senna, falou que era uma “Gente conservadora de tradições e de hábitos, aferrados à terra e ao lar” formados no seio das ‘montanhas alterosas’”.<sup>204</sup> O ensaísta Eduardo Frieiro, de *Páginas de Crítica*, criticou os textos de Lima por tornar o mineiro um só povo, com uma só face, condição única, gesto uniforme, etc. Constrói de forma hipotética que havia na verdade uma “gama de timbres” (vozes) que não poderiam ser anuladas.<sup>205</sup>

Por seu lado, Miran Latif, em *As Minas Gerais*, considerou que mesmo esse encerramento geográfico tendo produzido o “único tipo de brasileiro realmente montanhês”, um alteroso habituado e integrado àquela natureza, havia a combinação de outros fatores que moldaram a população. Segue que, se as montanhas dentro de Minas isolaram do restante do país uma sociedade que se formou diferente, a origem do “ser mineiro” trouxe um pouco de cada um: do nordestino que descia com as tropas de gado, do paulista que subia em busca do índio e das riquezas minerais, do português, dos indígenas, etc. Já no nível estadual, afirma que o próprio mineiro procurou fugir à paisagem dominante das montanhas quando mudou sua capital. Abandonou Ouro Preto e, do outro lado da serra que dividia a “zona das lavras” abertas, encontraram um vale circundado por campos. Era uma paisagem mais amena, mesmo que houvesse a montanha por perto. Mais tranquila para os espíritos humanos e que refletia um outro aspecto do caráter da população de Minas, formada por homens urbanos e pelos que viviam no mundo rural. Em suma, o mineiro seria a simbiose de vários tipos que foram amparados e preservados pela presença das montanhas.<sup>206</sup>

No pensamento desses ideólogos da mineiridade, havia a inspiração do paradigma determinista tradicional que centrava a atenção na necessidade de dominar e submeter a natureza, alterando o ambiente e configurando as noções de paisagem. Ao mesmo tempo, compreendia que os homens também eram moldados pelas peculiaridades do meio em que nasceram e viviam. Esse

<sup>203</sup> TORRES. *O homem e a montanha...*, p. 65-70 e 77. As ilustrações para representar a paisagem de Minas foram todas de Guignard, utilizadas em diálogos com o texto (Conforme nota dos editores na p. 91). A figura da montanha na influência do caráter mineiro esteve ligada para o autor também ao solo (pedregoso, duro, difícil) com o clima das altitudes. Cf. ANDRADE. *Estudo crítico...*, p. 29.

<sup>204</sup> LIMA. *Voz de Minas...*, p. 41 e 47.

<sup>205</sup> FRIEIRO, E. *Páginas de crítica*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1955, p. 420-422. Cf. também em RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 68-71.

<sup>206</sup> LATIF, M. B. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Ed., 1960. p. 195, 206-7, 211-3.

paradigma geográfico já teria marcado as interpretações sobre os povos das Minas Gerais desde o início da sua ocupação. Porém, de forma negativa como apresentado no capítulo anterior. No *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*, atribuído ao governador Conde de Assumar e seus colaboradores, a região foi descrita como naturalmente conflituosas e seus moradores marcados pelo caráter de rebelião. No documento, os homens que viviam em meio as montanhas eram associadas à imagem de rudeza, mas também de força e valentia.<sup>207</sup> Em Cláudio Manoel da Costa há as mesmas referências à natureza penhascosa e rude das Minas, que moldava com dureza a alma dos nascidos e criados ali.<sup>208</sup>

Até meados do século XX, essa perspectiva sobre as relações das sociedades com a natureza expandiu-se pelos estudos históricos, geográficos e antropológicos. A intelectualidade brasileira refletia as teorias de determinismo geográfico e de desenvolvimento social, que falavam sobre o caráter dos povos e as causas do progresso/civilização das sociedades no mundo. Dando atenção para o meio natural sob o qual os homens construíram as sociedades, vários estudos foram realizados sobre as diferentes modalidades de ocupação e uso do solo que conferiram feições típicas às regiões, assim como a configuração natural na construção das identidades nacionais e regionais.<sup>209</sup>

Temas regionalistas de povoamento foram articulados aos ciclos econômicos na exploração dos recursos naturais: pau-brasil e açúcar no litoral, minérios e pedras preciosas nas partes altas do centro, pecuária e café pelos campos e vertentes das serras, etc. Os elementos que participaram desse processo foram destacados, como as matas derrubadas, os cursos dos rios ocupados e as montanhas vencidas.<sup>210</sup> Com Holanda, a natureza e a cultura foram os principais fatores na conquista territorial do interior do país. O autor utiliza imagens românticas e heroicas dos pioneiros na ocupação para falar da formação de uma sociedade brasileira. Nos seus textos, as ações de penetração foram orientadas pelos mitos ligados às águas e às montanhas na busca pelas riquezas naturais. Para o autor, a relação estabelecida com esses ambientes moldou não só o território que construíram, mas os valores e o caráter daquela sociedade colonial.<sup>211</sup>

Como propõe Dulci, é preciso discernir nessas construções em torno do homem, território e natureza suas funções ideológicas. A imagem convencionada e difundida para o mineiro viria

<sup>207</sup> SOUZA, L. M. Estudo Crítico. In: *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1994, p. 45-61. Cf. também CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 32-33.

<sup>208</sup> COSTA. "Soneto XCVIII", *Obras Poéticas de Claudio Manoel da Costa...*

<sup>209</sup> GOMES. *História, ciência e historiadores...*, p. 18; DUARTE. *História & natureza...*, p. 89; BARBOSA, E. M. et. al. *História ambiental e direito ambiental: diálogos possíveis*. Campina Grande: Ed. UFCG, 2009, p. 24.

<sup>210</sup> DUARTE. *História & natureza...*, p. 93; \_\_\_\_\_. *Por um pensamento ambiental histórico...*, p. 145-150.

<sup>211</sup> Duarte analisa os temas regionalistas que tratam da interdependência entre o homem e seu meio nas obras de Holanda, *Monções e Visões do Paraíso*. Pondera que ele e alguns estudiosos do território não se renderam ao discurso nacionalista-ufanista de uma "natureza nacional". DUARTE. *Nature and Historiography in Brazil...*, p. 29-34; Referências das obras citadas: HOLANDA, S.B. Metais e pedras preciosas. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1: A época colônia, v. 2. São Paulo: Difuel, 1968, p. 260-310; \_\_\_\_\_. *Visões do paraíso...*, p. 23, 87-109, 335; SOUZA, L.M.; CERQUEIRA, A.S (org.). *Monções e Capítulos da expansão paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

como portadora de códigos para unificar culturalmente Minas Gerais. Coloca o autor que seria também para definir a noção de comportamento político cultivada, principalmente, pelas elites mineiras. Ao organizar o discurso em torno da definição identitária, seus idealizadores uniriam as classes dominantes de várias regiões do estado. O que contribuiria para fortalecer os interesses do estado na arena nacional, justificando e reafirmando seu lugar no processo modernizador, na história nacional e na ação desses grupos em face das demais unidades federativas. Para esclarecer essas colocações, abordaremos alguns pontos que remetem à ideia de “mineiridade” na articulação da montanha como definidora de uma feição “mineira”.<sup>212</sup>

### **A montanha na definição do perfil combativo dos mineiros**

Dos temas sobre a ocupação do espaço e a formação povo mineiro saíram os testemunhos narrativos que versavam a respeito dos “grandes fatos e heróis” e lugares memoráveis que vimos na última seção, utilizados como ensinamento para viver a pátria e, principalmente, para compreenderem sua gente e suas características.<sup>213</sup> As considerações feitas sobre os colonizadores como aqueles que enfrentaram a natureza para conquistar as riquezas minerais e formar a região das Minas, marcando o perfil dos futuros mineiros. Como “titãs das selvas”, diz Aníbal Matos, aqueles homens penetravam no sertão agressivo, tornando-se fortes e decididos. Completa que, naquelas “florestas assustadoras e terríveis, cercada de montanhas alteneiras”, os mineiros se habituaram e criaram seus “sonhos das alturas e das liberdades”.<sup>214</sup> O poeta ouro-pretano Archangelus de Guimarães (1872-1934) escreveu que os sonhos dos mineiros floriram aos pés de serros alteneiros e resultaram nos movimentos de rebeldia contra a coroa portuguesa.<sup>215</sup> Já Racioppi afirmou que foi “da altivez dos fundadores e povoadores [...] que proveio sem dúvida o caráter de independência” do mineiro.<sup>216</sup> Como “povo típico das montanhas”, estavam “habitados a resolver por si as dificuldades que, a cada passo, encontravam na sua árdua faina [...]”.<sup>217</sup> E o maior exemplo desse povo para a nação seria Tiradentes, o “imortal montanhês”.<sup>218</sup>

<sup>212</sup> DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 200-4.

<sup>213</sup> RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 44-46. O autor ainda diz que Senna e D. Vasconcellos, nesse sentido, desempenharam um papel de destaque na produção intelectual com temas ligados à formação étnica da população e aos aspectos dos recursos naturais, da geografia e da história. Embora eles tivessem posições opostas sobre a formação do povo: o primeiro valoriza as diversas etnias e enfoca os nascidos na terra; o segundo exalta os ancestrais europeus dos colonizadores para falar do caráter de retidão, honradez e civismo dos mineiros.

<sup>214</sup> MATTOS. *Monumentos históricos, artísticos...*, p. 75-8.

<sup>215</sup> GUIMARÃES, A. Poema Ouro Preto. *Vita*, ano 1, n. 13, 6 jun. 1914, p. 24.

<sup>216</sup> RACIOPPI. *Estudantes do Rio Grande do Sul...*, p. 10.

<sup>217</sup> DA DIREÇÃO. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Origem; histórico; fins; sede). *Revista do APM*, ano XXI, n. 2, abr./jun. 1927, p. 130;

<sup>218</sup> PIRES, A. O. S. A ideia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, n. 1, jan./mar. 1927, p. 18.

Diante dos vários problemas sociais e dos conflitos gerados pelos regimes de governos, dentre outras questões que atravessaram a primeira metade do século XX, o perfil combativo do mineiro foi tomado como exemplo para toda a nação. Contra o Estado Novo, para destacarmos, a imagem de Minas unida em nome da liberdade foi exaltada para “incitar ‘os mineiros’ à ação política de reconstrução da democracia, mas sem provocar crises internas que prejudicassem o Brasil, envolvido, naquele momento, com a Segunda Guerra Mundial”.<sup>219</sup> Dessa forma, como analisado por Ramalho, ressaltava-se que o mineiro deveria manter o temperamento equilibrado e moderado que também caracterizava o povo de Minas:

A vocação para a política e a democracia, juntamente com a marca da sobriedade e do equilíbrio, além do papel chave que desempenha na história do Brasil, são elementos que precisavam ser reafirmados num momento de grande limitação dos direitos políticos e individuais. Era preciso que os mineiros assumissem a sua identidade histórica e tomassem para si a tarefa de reconstrução nacional, para superar a ditadura que então ameaçava a continuidade da “essência” de Minas. Essa construção retórica aparece com grande recorrência nos ensaios de interpretação sobre a mineiridade.<sup>220</sup>

É nesse contexto que Alceu Lima escreveu seu ensaio *Voz de Minas*, em torno da união dos mineiros contra a condição política daquele presente. Da rebeldia formada nas montanhas e do caráter brando e tranquilo do estilo “da fazenda”, traçou um perfil para a “família mineira”, que promoveria a democracia devido ao seu passado de atuação política e defesa da liberdade. Completa com a paisagem montanhosa da parte central do país, dizendo que Minas era montanha: assim como as montanhas no passado atraíram a gente de todo o Brasil e de Portugal em busca das riquezas, Minas era o centro para o qual todas as regiões deveriam se convergir.<sup>221</sup>

Com o fim do Estado Novo e a reorganização política brasileira, Gilberto Freyre incitou os mineiros “a desempenharem sua missão política para o país”, baseada no suposto perfil de “ordem, liberdade e mineiridade”. Num discurso em 1946, declarou que esse espírito mineiro descia “das montanhas de Minas sobre todo o Brasil, despertando, avivando, reanimando nos brasileiros, ao lado do desejo de estabilidade, o de liberdade; ao lado da vontade de ordenação da sociedade, a de libertação da pessoa de todas as formas de opressão de sua dignidade e de sua criatividade”. Em suas palavras, foram aquelas montanhas que geraram “a gente mais ativa” que ocupa na capital federal, nos outros estados e no estrangeiro a difícil responsabilidade da administração e da política, homens detentores “da arte política de compreensão e conciliação dos extremos” que afligiam os brasileiros. Conclui que foram as montanhas ainda o refúgio para aqueles que enfrentaram desde os governos despóticos até os governos autoritários.<sup>222</sup>

<sup>219</sup> RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 57-8.

<sup>220</sup> RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 58.

<sup>221</sup> LIMA. *Voz de Minas...*, p. 124 [edição de 1983]. Cf. RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 57-61, 68.

<sup>222</sup> FREYRE, G. *6 conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio ed., 1965, p. 16, 22, 34-35. Ramalho também analisa essa conferência dentro da construção do mito de mineiridade, que se tornou mais expressivo a

Na mesma interpretação, o grupo carnavalesco Clube dos Lacaiois trouxe para o carnaval ouro-pretano de 1947 a representação do Itacolomi como “sentinela [...] da bi-secular de Ouro Preto”, o guarda que protegia a memória e as tradições mineiras que dali floresceram.<sup>223</sup> No primeiro e maior carro alegórico, na figura da pedra maior destacou-se, em verde e amarelo, o rosto do recém-eleito governador Milton Campos, encimado com uma frase em sua homenagem.<sup>224</sup> No fundo das montanhas, além da pedra pequena, tinha um sol representando a liberdade e, pouco abaixo, gravou-se na parede de pedra o Brasão das Armas de Ouro Preto. Em clima de “guerra ao comunismo”, como escrito em outro carro alegórico, a intenção do Clube era afirmar que os habitantes dos “campos verdejantes e montanhas que bafejavam ares de liberdade”, não deixaria de lutar pelo Brasil.<sup>225</sup> Essa foi a ideia de paisagem para Minas Gerais e o perfil dos mineiros que se consolidava no imaginário social não apenas dos ouro-pretanos, mas dos brasileiros muito relacionado à construção identitária em torno da mineiridade. E nela, o Itacolomi figurou como o “Condor das Montanhas”, o rei das maiores alturas que simbolizava “as glórias e a altivez do povo mineiro”.<sup>226</sup>

Na solenidade realizada pelo aniversário da EMOP, naquele mesmo ano, o engenheiro Ramiro Miranda se referiu à ligação do mineiro com a região ouro-pretana, que representava um recanto abençoado da pátria mineira e relicário sagrado para o Brasil. Rememorando fatos e nomes, Miranda afirmou que a união histórica da “terra e homem [daquele] privilegiado rincão brasileiro, num entrosamento harmônico de excelsas virtudes” fez com que o mineiro se destacasse e se agigantasse aos olhos “estarcidos da moderna civilização”.<sup>227</sup>

Entre 1940 e 1970, como apresentado na seção primeira, Minas Gerais foi palco de transformações de perfil desenvolvimentista e o dinamismo da economia mineira foi ressaltado. As propagandas e os discursos sobre o avanço do setor industrial, maior no campo da siderurgia, realçavam personagens mineiros do passado que teriam se dedicado aos mesmos projetos, como os inconfidentes Tiradentes e Alvares Maciel. Políticos como Kubistchek e Israel Pinheiro foram considerados governadores voltados para o futuro. Representavam o caráter “moderno, progressista e democrático” do mineiro que Sylvio de Vasconcellos descreveu anos depois.<sup>228</sup>

---

partir da década de 1940. Mesmo que Freyre não fosse mineiro, seu apelo para a atuação política de Minas juntou-se às vozes de Torres, Alceu Lima e outros autores. Cf. RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 57-63.

<sup>223</sup> O Ouro-pretano José Alves conta nas suas memórias que o clube foi fundado pelos funcionários públicos, daí o nome em referência aos bajuladores do governo. BARBOSA; DORNELAS. *Memórias de Ouro Preto...*, p. 35.

<sup>224</sup> A partir do Estado Novo, tornou-se comum nos carnavais os carros alegóricos com temas patrióticos. ; VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 147.

<sup>225</sup> Carnaval de 1947, Clube dos Lacaiois. *Tribuna de Ouro Preto*, Ouro Preto, 30 mar. 1947, p. 4.

<sup>226</sup> SARAIVA. *Cata Branca: Mina fatídica...*, 22 nov. 1947, p. 1.

<sup>227</sup> MIRANDA. *Discurso pronunciado pelo eng. de minas...*, p. 1 e 4.

<sup>228</sup> Um dos ensaios que resgatou os inconfidentes para falar da indústria foi *Rosa de Ouro*, do historiador e político Afonso Arinos (1905-1990). Por seu turno, Alceu Lima criticou “os abusos da modernização” e o estilo de vida por ela imposta, conforme analisado por Ramalho. Tais críticas foram tecidas no momento em que Kubitschek ainda era prefeito de Belo

Em 1959, o governador Francisco Bias Fortes (1891-1971) igualmente proferiu um discurso de exaltação da história de Ouro Preto e dos progressos que a natureza daquela região representava.<sup>229</sup> Disse que, “do alto destes serros sagrados”, a visão ativa dos mineiros se alongava para o futuro. O futuro de liberdade civil, política e industrial que a tradição mineira refletia em seus símbolos e personagens, principalmente daquela região. Todavia, Bias Fortes cita que, embora ostentasse a “flâmula da rebeldia”, a ideia de que Minas ocuparia um papel central na reconstrução nacional acompanhava sua imagem como estado que tinha vocação para a união e cujo povo também detinha um caráter político moderado, características necessárias para a nação naquele momento. Essa visão de Bias Fortes resgatava o discurso do perfil conversador do mineiro como propenso de “grave senso de ordem”. Era o cabível no acirramento das disputas ideológicas no âmbito da política, principalmente a partir da década de 1960.

Starling analisa a ideologia da mineiridade naqueles anos de intensos confrontos que adentraram pelo período da Ditadura Militar. No sentido de “unificar as elites regionais, de um lado, e mobilizar os setores conservadores-oposicionistas no estado, de outro”, o discurso da tradição de liberdade mineira contra as ameaças internas e internacionais foi mobilizado.<sup>230</sup>

Embora extrapole nosso marco temporal e direcione o olhar para além do nosso objeto, não é possível encerrar a seção sem nos remetermos ao momento político no qual este capítulo foi escrito. Refletir sobre o desenrolar dos acontecimentos presentes ocupou nossas mentes ao visitarmos as construções de estereótipos em torno do perfil político mineiro. A última eleição presidencial, de 2014, foi uma disputa entre dois candidatos mineiros. Com o resultado da eleição, o grupo derrotado transvestiu-se de porta-voz da liberdade, como fizeram os “novos-Inconfidentes” da década de 1960, estudados por Starling. Mas também se mostravam de perfil político equilibrado, “da arte política de conciliação”. Reuniram-se novamente com outros estados para reclamar sua pretensa “vocação política para salvar o país”, em tom similar ao que embasou o discurso da mineiridade no século XX. Carvalho já havia afirmado que “o estilo de fazer política de Minas da terra sobrevive até hoje”. É a voz parecida à que saía de Valadares e Tancredo Neves, conservadora, elitista e, porque não dizer, retrógrada da forjada “tradicional família mineira” em nome da ordem e da guerra aos comunistas, para, novamente, formar as cadeiras golpistas. Todavia, o autor nos deixa a esperança de que virão “vozes novas surgidas das

---

Horizonte, com atuação de Pinheiro na industrialização. Cf. FRANCO, A.A.M. *Rosa de Ouro*. Org., transc. e apres. de Afonso Arinos Filho. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 275-8; RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 67-8; VASCONCELLOS, S. *Mineiridade: ensaios de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. Sobre o desenvolvimentismo do período, cf. GOMES. *Minas e os fundamentos do Brasil...*; STARLING, H. M. M. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

<sup>229</sup> José Francisco Bias Fortes era filho do também ex-governador Crispim Bias Fortes. FORTES, B. Exaltado em Ouro Preto a memória dos Inconfidentes. *Revista do IHGMG*, vol. VI, 1959, p. 5-21.

<sup>230</sup> STARLING. *Os senhores das gerais...*, p. 15-19. Cf. também RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 72-7.

várias camadas da população, até aqui incapacitadas de falar, [que vão] em direção a um outro valor [...]: da justiça, da inclusão, o mais necessário não apenas a Minas, mas a todo o Brasil”.<sup>231</sup>

\*\*\*

Em resumo, os esforços em prol da reorganização política e econômica de Minas, desde o final do século XIX, envolveram a conciliação entre os grupos oligárquicos regionalistas, com a mobilização das elites mineiras, e a atuação dos governos estaduais no processo de desenvolvimento do país. No contexto de investimentos em alternativas à agricultura cafeeira, sem entrar em conflito com o setor rural, as áreas com potencial para a mineração e implantação da siderurgia foram exaltadas. No cenário republicano, Minas foi destacada como potencialidade para o desenvolvimento industrial que se buscava nos projetos de modernização. Defensores da nova e da antiga capital discorriam sobre essa marca do estado: o passado de ouro e o futuro do ferro. Sintetiza Dulci que a representação feita do estado, até mesmo pelo seu nome “Minas Gerais”, contribuiu para singular os discursos em torno de um projeto de desenvolvimento, via mineração. Nesse capítulo da história mineira, olhares foram novamente fixados nas montanhas, vistas como fontes dos recursos tão desejados. Seguindo pela mesma ordem de pensamento, os idealizadores dos projetos de modernização em Minas entendiam que o futuro de progresso não poderia ser desligado do passado. Buscaram nas antigas cidades coloniais a imagem de riquezas, de vida urbana e intelectual e os atores políticos e sociais marcantes no cenário nacional. Nesse intento conciliatório, entre tradição e modernização, passado e futuro, a nova capital foi inaugurada e viveu seus primeiros anos procurando não apenas congrega os grupos regionalistas, mas também animar os ouro-pretanos e valorizar a história antiga de Minas.<sup>232</sup>

Intelectuais e políticos se dedicaram aos temas ligados à luta pela liberdade e pelo progresso, numa tentativa de recuperar as origens do pensamento republicano. Na valorização da história mineira, utilizaram os relatos que descreveram a formação do território e os eventos caros para a memória nacional. Em suas retóricas, destacaram a saga dos paulistas na busca pelas riquezas minerais, a colonização efetiva da região e as revoltas contra a administração portuguesa para justificar o predomínio econômico e político de Minas e valorizar o passado combativo do mineiro, na crença de que o sangue ou os ideais daqueles heróis nacionais santificou o solo mineiro. Essas tópicas foram inseridas nos discursos de exaltação da atividade mineradora e das representações dos mineiros como os valentes habitantes de uma “natureza inóspita”. Novamente, as montanhas foram mencionadas para falar da formação de Minas. Se Ouro Preto foi tomada

<sup>231</sup> CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 65 e 75.

<sup>232</sup> DULCI. *Política e recuperação econômica...*, p. 38-48, 200-7; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 150.

como “nascidouro da identidade”, sua paisagem montanhosa compunha o berço dos mineiros.<sup>233</sup> Foi enfatizada, assim, às condições naturais para despertar também o amor pelo lugar, para criar ou intensificar a relação dos mineiros com seu território e para construir o perfil cultural regional. Na construção de um imaginário sobre Minas Gerais e na reordenação das suas raízes, os aspectos históricos, culturais, políticos e ambientais que conformaram o território foram fundamentais para a identidade mineira ligada à montanha.<sup>234</sup> Isso posto porque a construção da identidade recorre à dimensão histórica do imaginário social que condensa a memória coletiva em relação ao espaço, ao território e a relações com a natureza.<sup>235</sup>

Forjou-se uma identidade mineira demarcada por características construídas a partir da percepção do espaço e da relação do homem com o mundo natural.<sup>236</sup> Mas até então a geografia de Minas, de topografia montanhosa e grande extensão territorial, era constantemente citada para falar da falta de integração econômica e política mineira. Desse modo, era preciso reunir as “várias Minas”, as regiões que tinham culturas, configurações naturais e perfis sociais tão diversos uma das outras. Procurou-se um grau de identidade que pudesse neutralizar, em certa medida, o impacto dos fatores que induziam a fragmentação.<sup>237</sup> O passado de “ouro”, o discurso de liberdade, das riquezas em meio às montanhas e da formação de mineiros ativos foram unidos ao presente pela voz da estabilidade e ordem. A ideologia da mineiridade, associada ao momento da República, demonstrava um jeito específico do mineiro, ligado à tradição da terra, conservadores, honestos e de caráter moderado.<sup>238</sup>

Na ideia de paisagem montanhosa e de mineiridade, o Itacolomi foi um peculiar emblema na ligação entre tradição e modernização de Minas. Representado como o farol que guiou os homens no passado, igualmente “iluminaria” o futuro, demarcando a região de potencial mineral tão importante para a modernização e industrialização de todo o país. Em outro ponto de ligação, guardava em suas camadas rochosas as marcas dos feitos e personagens significativos para a história republicana.<sup>239</sup> Não menos importante, rememorava aos mineiros sua formação histórica e cultural em meio às montanhas. A importância daquele monumento exposto na praça do poder estadual para este trabalho, assim, deu-se na busca de compreensão do processo pelo qual o Pico do Itacolomi foi representado nas construções em torno do passado na ligação com o futuro dos

<sup>233</sup> Ver FONSECA, T.N.L. Representações de um passado de ouro: mitos, memórias e imaginário da inconfidência. In: RESENDE; VILLALTA. *A história de Minas Gerais...*, p. 652; NATAL. *Ouro Preto e as primeiras representações...*; NORA. *Entre memória e história...*; CORRÊA. *História ambiental e a paisagem...*, p. 52;

<sup>234</sup> ESPINDOLA. *Transitividade entre história-espaço...*, p. 6

<sup>235</sup> VARGAS. *Paisagem, território e identidade...*, p. 171; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 144.

<sup>236</sup> MENESES. *Escalas espaço-temporais...*, p. 6.

<sup>237</sup> MARTINS FILHO. *O segredo de Minas...*, p. 105.

<sup>238</sup> BOMERY. *O Brasil de João Pinheiro...*, p. 143; SILVA. *A política regionalista...*, p. 81; CARVALHO. *Ouro, terra e ferro...*, p. 61-2.

<sup>239</sup> CERTEAU. *A invenção do cotidiano...*; TUAN. *Topofilia: um estudo da percepção...*; VARGAS. *Paisagem, território e identidade...*, p. 165;

mineiros. Se muitos discursos e memórias trouxeram uma “ligação emotiva, afetiva e pessoal”, foi pela esfera da identidade que aquele elemento natural foi evocado na memória coletiva e histórica. Parte da identificação dos ouro-pretanos com sua terra natal, o Pico foi transportado também para a identidade e para a história mineira e nacional.<sup>240</sup>

Com a valorização do passado, de personagens e lugares memoráveis e do Itacolomi como um referencial identitário vital para a comunidade local e para a história regional e nacional, os discursos também se revestiram das preocupações em torno dos riscos de seu desaparecimento na paisagem, devido à forma de ocupação e exploração da Serra que o guardava na paisagem. Não bastava apenas exaltar, era importante agora também proteger. Essa será nossa discussão no próximo capítulo.

---

<sup>240</sup> NATAL. *Ouro Preto e as primeiras representações...*, p. 9; BLOCH. *Introdução a história...*, p. 96.

### 3 “TESOURO DA NATUREZA”: O ITACOLOMI COMO MONUMENTO NATURAL SOB PROTEÇÃO

Entre os dias 8 e 15 de abril de 1934, Vicente Racioppi participou de uma conferência no Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ). Como representante do IHOP, foi convidado a falar diante de diversos cientistas e intelectuais que discutiam a constituição dos patrimônios nacionais brasileiros. No início do seu discurso, Racioppi exaltou o valor histórico e artístico de Ouro Preto. Ao descrevê-la como um museu aberto, um relicário que o visitante poderia percorrer, reportou-se às curiosidades e demais valores dados à cidade dita cheia de tradições. Após citar várias edificações e obras de arte, bem como enumerar o valor intelectual representado pelos institutos educacionais e de formação técnica, Racioppi apresentou o aspecto ambiental de Ouro Preto. No item “Ambiente”, falou dos costumes e do clima considerado acariciador e puro. Dentro do que chamou de curiosidades naturais, citou o Morro da Queimada como monumento histórico, incendiado a mando da coroa portuguesa como um “povoado rebelde”. Lembrou também as jazidas de ouro e de ferro e a presença da rocha que considerou a mais importante do Brasil, o itacolomito. Daquela formação rochosa, disse ainda que se formou um “belo monumento natural”, o maciço do Itacolomi, que se destacava na região pela sua altitude. Tendo em conta todos os elementos indicados, o conferencista concluiu que algumas medidas deveriam ser tomadas para favorecer a maior atração da cidade e a valorização do seu ambiente. Assim, propôs a criação de estradas de automóvel para facilitar o acesso às duas atrações turísticas naturais: o Morro da Queimada e o Pico do Itacolomi. Ademais, propôs que a região do Itacolomi deveria ser demarcada pelo Serviço Geográfico e Geológico e mantida como uma reserva dos “primores da flora, relicário ou santuário natural de Ouro Preto para toda a nação”.<sup>1</sup>

O evento no qual Racioppi discursou e levou à apreciação o projeto de criar estradas e uma reserva florística no Itacolomi é considerado a primeira reunião nacional com o intuito de proteger alguns lugares e recursos naturais. A intitulada Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (I CBPN) foi organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores, por iniciativa do seu presidente e de seu fundador, o paranaense Leôncio Corrêa (1865-1950) e o botânico fluminense Alberto José Sampaio (1881- 1946), respectivamente.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> RACIOPPI, V. A. Reserva do Itacolomy em Ouro Preto. In: SAMPAIO, A. J. Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, v. XI, n.1-2, mar. 1935, p. 61-3.

<sup>2</sup> Estavam presentes também a Associação Brasileira de Educação, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Associação Brasileira de Farmacêuticos, a A.C.B. de Ciências, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o Tijuca Tênis Club, o Instituto Nacional de Música, a Associação dos Empregados no Comércio no RJ, e a Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica. Estudo sobre a I CBPN e a atuação dos seus organizadores: CAPANEMA. *A natureza no projeto de construção...*; FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 79.

Como presidente do Comitê Executivo, Leôncio Corrêa proferiu na *Sessão Inaugural* os ideais daquele encontro, descrevendo-o como uma festa memorável de civismo e demonstração de amor pelo o que ela teria de grandioso, isto é, a sua natureza. Apresentou que a preocupação da Conferência era o que chamou de desastres naturais, que afetavam as matas, os cursos d'água e as riquezas minerais. Diante dos problemas denunciados, conclamou os presentes para que se mobilizassem em prol da definição das “riquezas e [d]as belezas naturais” importantes para a nação e das políticas para protegê-las.<sup>3</sup> A carta-convite por ele enviada aos conferencistas e que solicitava o patrocínio de Getúlio Vargas, chefe de Governo Provisório, já enunciava que o objetivo da reunião seria demandar a respeito da defesa e da exploração racional daquilo que considerou bens nacionais: a flora, a fauna e monumentos naturais.<sup>4</sup>

A I CBPN espelhou-se nas ideias e práticas de países que tinham ações efetivas na associação das espécies da flora e da fauna, aspectos paisagísticos, monumentos naturais e recursos da natureza aos patrimônios nacionais. Os conferencistas fizeram referências às organizações internacionais e aos monumentos naturais existentes ou em discussão em todo o mundo. Como relator do evento e representante do MNRJ em algumas conferências, Sampaio incluiu no *Relatório Geral* notícias sobre as organizações e reuniões ocorridas naquele mesmo período. Em síntese, a discussão internacional partiu do princípio de que a atuação humana desordenada sobre a natureza era destruidora. Portanto, cabia “aos homens cultos” se levantar contra a falta de senso econômico, estético e científico que destruía a natureza em várias partes do mundo. Indicaram que todas as nações interessadas na defesa do mundo natural deveriam seguir os moldes dos encontros internacionais, discutir a elaboração de leis que conciliassem as necessidades econômicas e sociais com as científicas e criar parques como reservas nacionais ou internacionais. Destacaram também a importância dos jardins botânicos e das reservas naturais criadas até então pela cooperação ativa entre os “amigos da natureza” e os poderes públicos.<sup>5</sup>

De forma alinhada é que a I CBPN trouxe em seu nome o termo internacionalmente adotado para falar daqueles que se debruçavam sobre a histórica relação dos homens com a natureza. Para Sampaio, a Proteção à Natureza era como uma “ciência nova” dentro da Biogeografia, que reunia pesquisadores de várias áreas em prol das questões ecológicas, econômicas e culturais. Sampaio viabilizou junto ao MNRJ os recursos necessários para a reunião que levantaria no país aquela bandeira de conservação da natureza. A Conferência procurou,

---

<sup>3</sup> CORRÊA, L. Sessão Inaugural. In: SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, p. 11-3.

<sup>4</sup> URBAN, T. *Saudade do matão*. Relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Ed. UFPR; Fund. Macarthur, 1998, p. 88.

<sup>5</sup> Foram mencionados o Ofício Internacional para a Proteção à Natureza, na França, em 1928; a Conferência Internacional de Londres para a proteção da fauna e flora africanas, em 1933; e o 2º Congresso Internacional para a Proteção à Natureza - Paris, 1931; dentre outras organizações e eventos. SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, p. 81-2, 93-7.

assim, reunir os diversos sujeitos preocupados com questões protecionistas num instituto científico e educacional para mobilizar os poderes públicos e a sociedade nesse sentido.<sup>6</sup> O MNRJ destacava-se como a principal instituição que procurou o engajamento com a sociedade ao inserir a pauta conservacionista nos seus trabalhos.<sup>7</sup>

A I CBPN não teve como diretriz somente as experiências internacionais. Três meses antes da Conferência, o Governo Provisório promulgou o Código Florestal Brasileiro, criando a base legal para classificar, localizar e organizar as matas, bosques, campos e selvas como bens da nação. O Código foi o documento oficial que explicitou, pela primeira vez, que era dever do Estado proteger áreas que fossem asilo de espécies raras e preciosas (biológicas e estéticas), o entorno dos mananciais de águas, os sítios e paisagens “que por sua beleza” mereciam atenção e as que formavam os parques e reservas. O Código estipulou que caberia ao Ministério da Agricultura localizar e organizar os “monumentos, sítios e paisagens” em consonância com as questões florestais. A aplicação dos seus termos foi uma das questões centrais na I CBPN, interessada em preservar os recursos naturais e as características consideradas raras, belas ou importantes na natureza, como especificado no Código.<sup>8</sup> As instituições representadas e alguns conferencistas participaram da elaboração do Código e formavam o Conselho Florestal (C.F) e viam urgência em discutir as pautas e aplicabilidade do documento.<sup>9</sup>

A proposta de Racioppi foi incluída no *Relatório Geral* logo após Sampaio apresentar a importância de áreas naturais nos principais estados e municípios do país, com o objetivo da proteção, da propagação e do melhor aproveitamento da natureza. O proponente utilizou o termo “reserva” para a proteção das espécies florísticas da serra e do Pico, como elementos excepcionais associados aos aspectos paisagísticos da região ouro-pretana. Numa classificação dada por Sampaio posteriormente<sup>10</sup>, essas áreas poderiam ser parques ou reservas florestais, nome que julgou menos pomposo que o primeiro. Na sessão de *Votos, Apelos e Protestos*, a

<sup>6</sup> O principal objetivo era desenvolver uma metodologia que conciliasse os benefícios palpáveis do uso sem prejudicar sua existência. SAMPAIO, A. J. de. *Biogeographia dinamica – A natureza e o homem no Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nac., 1935, p. 164; \_\_\_\_\_. *Relatório Geral da Primeira Conferência...*, p. 96. Sobre Sampaio, ver: CAPANEMA. *A natureza no projeto de construção...*; DRUMMOND, J. A. Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, 2005; URBAN. *Missão (quase) impossível...*, p. 31.

<sup>7</sup> DUARTE, R.H. *A biologia militante*. O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2010; FRANCO; DRUMMOND. *O cuidado da natureza...*, p. 61; SANTOS, M. F. A destruição da natureza e os arautos do conservacionismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX. *Revista Uniara*, São Paulo, n. 21-22, 2008-2009, p. 44.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. (Cap. VIII, Art. 101). Sobre a promulgação do Código, ver: DRUMMOND, J. A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, n. 3 e 4, p. 127- 149, 1998 – 1999.

<sup>9</sup> Os membros do Conselho Florestal Federal pertenciam ao MNRJ, ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Universidade do Rio de Janeiro, ao Serviço do Fomento Agrícola, ao Touring Club do Brasil, ao Departamento Nacional de Estradas, ao Serviço de Florestas ou de Mattas da municipalidade do Distrito Federal e outras pessoas até cinco, de “notória competência especializada”, nomeada pelo Presidente da República.

<sup>10</sup> As principais questões levantadas por Sampaio no *Relatório Geral* foram quase que literalmente transcritas depois no seu livro, publicado no mesmo ano, onde ampliou a discussão sobre os monumentos naturais. Para este parágrafo, fizemos uma narrativa que reunisse essas pautas nas duas fontes. Cf. SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 269.

demarcação da “Reserva do Itacolomy” foi aprovada.<sup>11</sup> Todavia, com o desenvolvimento das ações em defesa de patrimônios e de legislações específicas sobre monumentos naturais nos anos seguintes ao evento, a criação daquela reserva não foi novamente discutida. Tampouco, nenhuma outra proposta foi levantada no sentido de demarcar a Serra como uma das áreas a ser protegida pelo Estado até o final da década de 1960.

Em 1967, o Governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, apresentou à Assembleia Legislativa a proposta de criação do Parque Estadual do Itacolomi. A justificativa do anteprojeto trazia a ideia de que aquela reserva resguardaria os patrimônios “paisagístico, histórico e científico” significativos para região. Destacou que a área era um dos lugares “mais pitorescos do Brasil”, devido ao conjunto “fisográfico de grande magnificência [sic]” representado pelo Pico do Itacolomi e à composição florística e a fauna, dignos de proteção do poder público.<sup>12</sup>

Segundo Carneiro, os monumentos da natureza, os conjuntos paisagísticos, os lugares considerados de beleza singular e de importância científica e econômica constituem patrimônios culturais naturais. Ao analisar a percepção da natureza como patrimônio – econômico, cênico e ambiental -, o autor procurou compreender as formas de racionalidade e de identidade cultural na valoração dos aspectos naturais. Se os patrimônios culturais são as coisas feitas pelo homem ou com as quais se relaciona, atribuindo-lhe o valor que lhe conferiu essa condição peculiar, então o tombamento de sítios, paisagens e monumentos da natureza e a criação de parques e reservas florestais são também patrimônios culturais.<sup>13</sup> No mesmo sentido, Meneses e Schama afirmam que quem constrói os limites de determinadas áreas geográficas procura uma ordem na natureza que permite diferenciá-la, separá-la e controlá-la é a cultura de determinadas sociedades.<sup>14</sup> O parque, portanto, como categoria de proteção do Itacolomi, é produto do desejo e da elaboração da cultura. Um produto que nasceu já cheio de simbolismos, representatividades, intencionalidades que impõem uma ideia de valor da natureza, da paisagem e de patrimônio.<sup>15</sup>

Buscamos com este capítulo o entendimento do conjunto de fatores que levaram o Itacolomi a ser considerado digno de proteção por parte do Poder Público. Visamos alguns momentos em que a Serra do Itacolomi e o Pico, em especial, foram inseridos nas discussões sobre os patrimônios naturais nacionais e regionais. A proposta feita por Racioppi será nosso ponto de partida para pensarmos o desenvolvimento da ideia de patrimônio natural, as

<sup>11</sup> SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, n. 2, p. 107.

<sup>12</sup> OFÍCIO n. 40/67. Mensagem n. 39 do Governador Israel Pinheiro ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Ouro Preto, 21 de abril de 1967. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT.; CORRESPONDÊNCIA assinada pelo Sr. Roberto Lanari, Presidente da SEMOP, ao governador Dr. Israel Pinheiro da Silva. 27 mar. 1967. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT

<sup>13</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 2-3

<sup>14</sup> MENESES. *Escalas espaço-temporais...*, p. 7-8; SCHAMA. *Paisagem e memória...*, p. 17.

<sup>15</sup> Cf SANTOS, M. Da sociedade à paisagem: o significado do espaço do homem, abril de 1978. In: *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 58-9; BARBOSA. *História ambiental e direito...*, p. 27.

organizações civis e governamentais, bem como as legislações em torno da proteção aos recursos naturais e monumentos, sítios e paisagens. A princípio, apresentamos um histórico da proteção à natureza e sua constituição como patrimônio, os modelos internacionais e o contexto brasileiro. Trataremos da relação entre as formações naturais e os valores de singularidade, excepcionalidade, raridade, dentre outros que no plano do discurso justificaram a constituição de parques e reservas florestais no Brasil até a década de 1960. Em seguida, atentamos para alguns critérios de eleição daquilo que veio a ser adotado como patrimônio natural no Brasil.<sup>16</sup> Refletimos também sobre como os interesses do Estado e da sociedade foram articulados na construção de um consenso a respeito daquilo que seria ou não protegido e em qual modalidade de proteção se daria. Por último, buscamos entender a criação do PEIT como parte do processo de valorização dos aspectos da natureza que o compõem. Como referências, discutimos ao longo do texto como a proteção da sua cobertura vegetal, do Pico como monumento natural excepcional e do ambiente serrano estiveram em pauta na discussão sobre a criação do parque.

### 3.1 – “A MÁQUINA DENTRO DO JARDIM”<sup>17</sup>: ALTERAÇÕES DA PAISAGEM

No século XIX, o desenvolvimento industrial acelerado, a circulação e o intercâmbio intensificado de mercadorias e a movimentação mais frequente das pessoas, cada vez mais longe, aumentaram a pressão das atividades humanas sobre a natureza. A imagem desse processo foi descrita por Leo Marx como as grandes mudanças trazidas pela “máquina”, isto é, a ciência e a tecnologia que transformaram as relações dos homens com o mundo natural. Era a marcha do “progresso drenando pântanos, desviando o curso dos rios, povoando solidões e domando a natureza”, tornando-a parte do domínio do homem.<sup>18</sup>

Thomas e Leo Marx identificaram manifestações na cultura popular e intelectual e numa certa consciência coletiva contra as atividades que deixavam marcas no espaço e comprometiam os recursos naturais.<sup>19</sup> Os sentimentos e protestos despertados pela máquina direcionaram-se para as alterações na paisagem. À medida que “o progresso” avançava pelo território, os meios tidos como naturais começavam a ser vistos como algo que pertenceria ao passado, pois seriam

<sup>16</sup> Com a ressalva de que o conceito “patrimônio natural” consolidou-se mundialmente a partir da Convenção Mundial do Patrimônio (1972). Até então, falava-se em monumento, espécimes naturais e sítios valorizados por aspectos estéticos, científicos, históricos, etc. RIBEIRO, W. C.; ZANIRATO, S. H. O patrimônio natural sob proteção. A Construção de um ordenamento jurídico. In: FUNARI; PELEGRINI; RAMBELLI. *Patrimônio Cultural e Ambiental...*, p. 227.

<sup>17</sup> Tradução livre do título da obra *The Machine in the Garden*, de Leo Marx.

<sup>18</sup> Para o autor, o paradigma reinante de recursos naturais ilimitados dava à máquina um valor político decisivo para o futuro das nações, pois trazia a possibilidade de aproveitar a abundância da natureza e melhorar as condições de vida da população. A conquista da natureza não era vista como um fator de destruição, mas um processo de transformação em regiões produtivas, lugar do domínio da cultura. MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 19, 50-62, 110 e 139; \_\_\_\_\_. *The Machine in the Garden...*, p. 375; BONNEFOUS, E. *El hombre o la naturaleza?* Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1973, p. 118; DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 25.

<sup>19</sup> MARX. *The Machine in the Garden...*; THOMAS. *O homem e o mundo natural...*

dissipados. O que teria produzido um choque de espíritos contrários: a evocação da permanência de uma paisagem natural com a consciência de que a chegada da máquina já havia rompido aquele mito de mundo considerado paradisíaco.<sup>20</sup> Algo que pode ser compreendido, em sua superficialidade, próximo ao que Berman descreveu como ver-se movido “ao mesmo tempo pelo desejo de mudança – [...] de transformação do mundo ao redor – e pelo terror da desorientação e da desintegração”.<sup>21</sup> Ou seja, uma sociedade que buscava na sua relação com a natureza a conciliação entre os imperativos da modernização e a permanência dos ambientes considerados mais naturais. Duas correntes de pensamento nortearam as discussões e as ações protecionistas da natureza: a conhecida como preservacionista partia do princípio de defender a natureza do desenvolvimento urbano e industrial e ia no sentido da fruição estética e espiritual dos elementos; e a conservacionista se baseava no pensamento de que a proteção passava pela educação e pela racionalização no uso dos recursos naturais.<sup>22</sup>

Surgiram também interpretações de que as porções que não foram transformados pela industrialização e urbanização ou convertidas em campos produtivos ainda estariam em estado primitivo, onde a natureza seria virgem e selvagem. As porções do mundo natural consideradas intocadas pela presença e intervenção humana deveriam ser mantidas pelos seus componentes belos e exuberantes. Esses “paraísos”<sup>23</sup> a serem protegidos englobavam igualmente a valorização dos elementos naturais que participavam das identidades nacionais. Para Diegues, a ideia de que haveria uma natureza intocada revelou-se de forma mais nítida e intensa na concepção de parques nacionais.<sup>24</sup> Ambas as correntes ideológicas propunham criar parques nas áreas que consideravam dotadas de beleza natural em seu estado primitivo ou, em outras palavras, nos “ermos bravios” tomados como testemunhos remanescentes do suposto ambiente original da nação.<sup>25</sup>

Outro movimento ajudou a cunhar a noção de paisagens naturais intocadas para formar os parques nacionais. O mundo cada vez mais industrial, urbano e tecnológico acabou produzindo um novo homem, que ansiava pelos sentimentos de prazer, de sublimidade e de liberdade proporcionados pelos ambientes naturais. Nos cidadãos, manifestou-se o desejo de “fuga da cidade [...] para uma paisagem campestre ou selvagem”, como um “movimento simbólico do

<sup>20</sup> Se a máquina representava o mundo da sociedade urbana e industrial, o “jardim”, em referência ao ideal pastoril, passou a representar o mundo mais natural, o amálgama entre “arte e natureza”. Citações respectivas de: MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 16-27, 137-138, 150-172; \_\_\_\_\_. *The Machine in the Garden...*, p. 373-374; THOMAS. *O homem e o mundo natural...*, p. 17. Cf. sobre o choque da máquina adentrando no “jardim”, em: BONNEFOUS. *El hombre o la naturaleza?...*, p. 120; WILLIAMS. *O campo e a cidade...*, p. 98, 110-111.

<sup>21</sup> BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar...*, p. 13-14, 301, 312 e 328.

<sup>22</sup> WILLIAMS. *O campo e a cidade...*, p. 193; DRUMMOND. *A história ambiental...*, p. 13-4; FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 81

<sup>23</sup> As porções do território consideradas de natureza primitiva foram associadas à imagem do Jardim do Éden, lugar de pureza e perfeição, um paraíso que estava se perdendo no mundo moderno. PEREIRA; FAVERO. *A experiência na paisagem...*, p. 109-114.

<sup>24</sup> DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 11-3, 27-1 e 53-59.

<sup>25</sup> CARVALHO. *Paisagem, historicidade e ambiente...*, p. 138; ARRUDA. *Minha terra tem palmeiras...*, p. 190-193;

centro de civilização para a natureza”.<sup>26</sup> Porém, o que atraía não era a vontade de restaurar o primitivismo de uma vida fora do refinamento da *polis*.<sup>27</sup> Era o prazer em desfrutar da natureza, em grande medida, nas atividades temporárias, de viagens turísticas pelos lugares desconhecidos, de retiros para temporadas de veraneio, de passeios de fim de semana, piqueniques, etc. Grandes extensões de terras foram então convertidas em parques nacionais, compostos por florestas, lagos, montanhas e bosques para gozo público. O esteticismo urbano e o higienismo também impulsionaram a criação de parques urbanos nos terrenos públicos ou em propriedades rurais “engolidas” pelas cidades.<sup>28</sup> A esse respeito, Freud colocou que as modalidades de reservas e de parques que se espalhavam pelo mundo destinavam-se a manter o estado da natureza de determinados lugares onde as “incursões da agricultura, do trânsito ou da indústria ameaça[vam] transformar [...] rapidamente a terra em alguma coisa irreconhecível”.<sup>29</sup>

Através dos nexos entre a paisagem e a identidade, Marx aponta que alguns intelectuais concluíram que a questão da máquina modificando as paisagens e comprometendo os recursos naturais constituía um problema que pertencia à política.<sup>30</sup> As duas correntes chamavam a atenção do Estado e da sociedade para tratarem a natureza como patrimônio da nação. Para eles, a manifestação do patriotismo dava-se também pela veneração e pela proteção da paisagem nacional ou regional e das riquezas naturais do território. Nos Estados Unidos, o Congresso aprovou a criação das primeiras reservas naturais pela concepção de parques nacionais.<sup>31</sup> As áreas escolhidas foram demarcadas, nas palavras de Tuan, como “um pequeno mundo posto de lado, o *hortus conclusis*” criado por e para a sociedade ocidental.<sup>32</sup> No entender de Schama, não eram mais do que o “produto do desejo da cultura [...] tanto quanto qualquer outro jardim inventado”.<sup>33</sup>

### **A proteção à natureza no Brasil**

Pádua analisou como no Brasil igualmente surgiu a convicção de que o mundo natural deveria ser preservado frente à dita iminente devastação dos recursos e das paisagens. Aponta que uma geração de cientistas, políticos e intelectuais começaram a refletir sobre a exploração da natureza e sua influência na produção da terra, no clima e na saúde dos brasileiros. A relação

<sup>26</sup> MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 10-3.

<sup>27</sup> MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 165-166; CAPANEMA. *A natureza política das Minas...*, p. 49 e 185.

<sup>28</sup> CRONON. *Uncommon Ground: Rethinking...*, p. 76; WILLIAMS. *O campo e a cidade...*, p. 169-180; ARGAN. *Arte moderna: do Iluminismo...*, p. 61.

<sup>29</sup> FREUD, S. *A General Introduction*. Nova York: [s. n.], 1920, p. 325 apud MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 12-3.

<sup>30</sup> MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 255.

<sup>31</sup> Em 1864, foi criada a reserva de Yosemite (convertida anos depois em Parque Nacional). Em 1872, foi criado o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro a receber essa nomenclatura no mundo.; DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 53; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 28, 102-131 e 407; SOARES. *República: Evocação da Origem...*, p. 225.

<sup>32</sup> TUAN. *Ambiguidade nas atitudes...*, p. 20

<sup>33</sup> SCHAMA. *Paisagem e memória...*, p. 17.

entre a sociedade e o meio físico tornou-se pauta expressa quando se falava no bem-estar da população e no desenvolvimento econômico do país.<sup>34</sup> Para eles, o verdadeiro progresso das nações modernas deveria supor a conservação e uso adequado do mundo natural, com a aplicação de um conhecimento técnico especializado e a exploração racional das riquezas. Afirmavam que era preciso defender tanto as porções do território que estavam “em estado virgem” como as que estavam em produção, “contra a exploração imprevidente”. A derrubada descontrolada das matas foi considerada como um dos principais problemas nacionais.<sup>35</sup>

Adentrando o século XX, ocorreram manifestações mais sistemáticas e coesas na proteção à natureza, baseadas em argumentos técnico-científicos de caráter mais conservacionista. Nas instituições de pesquisa e serviços governamentais, alguns técnicos e funcionários públicos se organizaram para discutir os recursos naturais e os benefícios das áreas reservadas. No entanto, entendiam que o interesse pela natureza deveria ultrapassar os limites das instituições científicas e atingir a educação formal e as entidades civis. Organizações civis foram criadas com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de defender a flora e a fauna brasileira, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (1932) e a Sociedade dos Amigos das Árvores. A mobilização em sociedades civis e das instituições públicas resultou na I CBPN.<sup>36</sup>

O relativo sucesso desses grupos e da I CBPN devia-se ao seu alinhamento com os projetos modernizadores e nacionalistas. Inseridos no contexto de uma nação que tinha como principais atividades econômicas o cultivo da terra e a exploração mineral, discursaram que a ação protecionista deveria ter como foco garantir o estabelecimento de práticas mais racionais para o uso dos recursos naturais. Suas ideias traziam a visão patrimonial da natureza também pelo viés da fruição estética e identitária. Mas não havia incompatibilidade entre o cuidado com os sítios, monumentos naturais e paisagens espetaculares e os benefícios econômicos que poderiam ser trazidos por algumas atividades, como o turismo.<sup>37</sup>

Em síntese, as duas correntes de pensamento que vinculavam a proteção à natureza foram reunidas pelos brasileiros em propostas que “oscilaram entre uma perspectiva mais pragmática, voltada para o manejo dos recursos naturais, e outra de caráter mais estético, voltada para a preservação de áreas valorizadas pela sua beleza”, conclui Franco.<sup>38</sup> Entre os pesquisadores do MNRJ que defendiam tais ideias, podemos citar o aracnólogo Candido de Mello Leitão (1886-

<sup>34</sup> PÁDUA. *Um sopro de destruição...*, p. 28; SANTOS. *A destruição da natureza...*, p. 33-39.

<sup>35</sup> FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. *Proteção a natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009, p. 34; CAPANEMA. *A natureza no projeto de construção...*, p. 14, 54 e 76.

<sup>36</sup> Cf. FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 12, 43 e 219; \_\_\_\_\_. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 78; DUARTE. *Por um pensamento ambiental...*, p. 152; FRANCO, J. L.A. *Proteção à natureza e identidade nacional: 1930-1940*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002, p. 38

<sup>37</sup> FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 16, 20-6, 41-6, 63-74.

<sup>38</sup> FRANCO. *Proteção à natureza e identidade nacional: 1930-1940...*, p. 38.

1948) e Sampaio, para quem os interesses econômico, científico e estético não seriam incompatíveis com a conservação ética da natureza.<sup>39</sup>

Esses grupos introduziram em seus discursos a função do Estado como “demiurgo da nacionalidade”, responsável por instituir e organizar os elementos fundadores das identidades e garantir o equilíbrio entre progresso e manutenção do patrimônio natural do país.<sup>40</sup> Defendiam que o Estado, como principal agente político, é que deveria controlar as ações sobre a natureza. Suas convicções sobre a legitimidade dos instrumentos de organização e intervenção federal nas condutas humanas em relação ao meio ambiente permitiu que transitassem pelos espaços de poder. Conseguiram posições privilegiadas junto às instâncias deliberativas e a oportunidade de participar da elaboração das medidas normatizadoras da exploração e conservação da natureza.<sup>41</sup>

Entre 1930 e 1940, foram decretados o Código de Águas (1934), o Código Florestal (1934), Código das Minas (1934) e o Código de Caça e Pesca (1938). Como instâncias reguladoras, foram criados dentro dos ministérios as diretorias, os serviços técnicos e os conselhos responsáveis pela conservação da natureza. No Ministério da Agricultura (reorganizado em 1944) foram criados setores e funções específicas para a gestão florestal; expedições artísticas e científicas; defesa sanitária animal e vegetal; reflorestamento e colonização; e parques nacionais.<sup>42</sup>

Uma das medidas importantes que acabaria refletida nas discussões sobre a natureza como patrimônio foi a elaboração da Constituição da República, promulgada em 1934. Seu Art. 10 especificou que seria responsabilidade do governo federal e estadual proteger tanto os monumentos históricos e artísticos como as “belezas naturais”. Por sua vez, a Constituição da República de 1937 colocou os “monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens e locais particularmente dotados pela natureza” no rol oficial dos patrimônios nacionais.<sup>43</sup> Logo após a carta constitucional de 1937 ser promulgada, o governo instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). No decreto para proceder com a organização dos patrimônios, os

<sup>39</sup> SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 64, 115, 197 e 272-3; \_\_\_\_\_. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, v. 1, p. 96. Sobre Mello Leitão e Sampaio, ver respectivamente: DUARTE, R. H. *Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945)*. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 317-340, Dez. 2009; CAPANEMA. *A natureza no projeto de construção...*, p. 61-75.

<sup>40</sup> FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 94.

<sup>41</sup> Para os doutrinários da República a partir da década de 1930, o Estado tinha o papel regulador e articulador no projeto nacional que procurava conciliar as demandas sociais e econômicas com a questão da defesa dos patrimônios. Considerações extraídas de: FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 13 e 41; FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 89, 92-4; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 113-4.

<sup>42</sup> A respeito, cf. BARBOSA et al. *História ambiental e direito...*, p. 69-71; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 42-3.

<sup>43</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, Art. 10, item III; \_\_\_\_\_. Constituição da República, de 10 de novembro de 1937, Art. 134. Cf. RIBEIRO; ZANIRATO. *O patrimônio natural sob proteção...*, p. 228; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 42-3.

“monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importem conservar pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” foram equiparados aos históricos e artísticos, passíveis de tombamento.<sup>44</sup>

A ideia de combinar a conservação dos patrimônios esteve presente nas discussões dos conferencistas e na obra de Sampaio, como parte de um amplo projeto de proteger a natureza como “fonte da nacionalidade”, que englobava também os aspectos históricos e culturais. Através de suas publicações individuais e das atividades dentro do MN – que passou a fazer parte do MES, em 1930 -, eles chamaram atenção para os monumentos naturais que deveriam ser “protegidos da destruição” da mesma forma que os demais patrimônios. A questão do turismo foi levantada como recurso tanto econômico como de proteção. O turismo seria um estímulo à inserção da natureza dentro dos bens patrimoniais tombados a fim de perpetuá-los. Porém, a ideia de proteção à natureza atrativa por sua raridade, singularidade ou de beleza cênica ganhava cada vez mais destaque através da categoria de parques nacionais.<sup>45</sup>

O Código Florestal foi o primeiro documento legal a mencionar a criação dos parques nacionais, extensivo aos estaduais e municipais. No Art. 9º, os parques foram considerados “monumentos públicos naturais que perpetuavam em sua composição florística primitiva os trechos do país que mereciam ser protegidos por circunstâncias peculiares”.<sup>46</sup> Embora ainda não existissem parques propriamente ditos no Brasil, o Código foi definido de forma paralela às discussões sobre monumentos, critérios seletivos e sugestões de lugares feitas por aqueles que participaram da sua elaboração e se tornariam os agentes responsáveis pelo dispositivo.

As notas, os documentos legais e as discussões sobre patrimônios naquele momento versaram sobre a seleção dos sítios, monumentos e paisagens. Fato que demandava a escolha de quais áreas e elementos eram significativos a ponto de serem preservados e tratados para o turismo. Na imprensa e nos livros que versavam sobre a proteção à natureza, foram publicadas várias sugestões de parques a serem criados com intervalos mais ou menos longos.<sup>47</sup> Nas

<sup>44</sup> BRASIL. Lei n. 378, de 10 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública; BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Cf. FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 62.

<sup>45</sup> Na I CBPN, foi proposto um Serviço Técnico Especial de Monumentos Nacionais no MES, para estudo dos “monumentos naturais: do solo, sub-solo, flora, fauna, etnográfico, sítios e paisagens”. Sampaio afirmou que seria trabalho da educação desenvolver a proteção à natureza depois que os decretos e códigos sobre os recursos e belezas naturais foram criados, “de acordo com os mais modernos preceitos científicos”. Essas propostas foram feitas no momento em que intelectuais e deputados discutiam a criação de uma Inspeção para os patrimônios nacionais. SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, v. 2, p. 106; \_\_\_\_\_. *Biogeographia dinamica...*, p. 15-6, 78, 133 e 242-272. Cf. sobre a proposta da I CBPN em: FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 117.

<sup>46</sup> BRASIL. *Código Florestal de 1934...*, Art. 9º. Sobre os termos do Código e a inserção dos parques, cf. DRUMMOND. *A legislação ambiental brasileira...*, p. 127-149; \_\_\_\_\_. *Devastação e preservação...*, p. 163; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 79.

<sup>47</sup> Rebouças foi um dos primeiros a falar da criação de reservas “de tesouros da natureza” no Brasil. O antropólogo Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), diretor do MN, considerou as indicações de Rebouças ao elaborar suas propostas de parques. Em 1931, Sampaio também fez suas sugestões, republicadas em: SAMPAIO. *Biogeografia dinamica...*, p. 267-9 e 315.

propostas, o país foi referenciado como aquele que possuía “as mais belas e espetaculares paisagens, que os poderes públicos [...] podem transformar em magníficos parques naturais”.<sup>48</sup> Eles seriam um convite para atrair frequentadores para ver e sentir as “maravilhas da natureza”, seriam centros de pesquisa e reservas para a proteção da fauna e flora. No modelo de parque nacional para a proteção dos aspectos excepcionais e significativos para a sociedade, a paisagem carregada de atributos estéticos foi evidenciada. Nessa visão, procurava-se apreender a paisagem como um mosaico de elementos ou onde predominava algo singular, como uma rocha de forma marcante, uma montanha, uma espécie de vegetação endêmica, um lago, uma cachoeira, etc.<sup>49</sup>

No relatório da I CBPN, Sampaio resumiu um artigo da literata e botânica do Ministério da Agricultura, Alda Pereira de Fonseca (1882-?), sobre os aspectos que deveriam ser contemplados ao definir os parques nacionais. Para Fonseca, o indicado seria demarcar “uma vasta planície limitada por uma montanha coberta de vegetação, contornando pedreiras de aspectos interessantes”, pois ali estariam os elementos iconográficos que representavam a natureza americana à maneira dos parques dos Estados Unidos”.<sup>50</sup> Essa tríade icônica formada por planícies, montanhas com formações rochosas notáveis e matas definiu uma paisagem ideal para os futuros parques no Brasil. Ademais dessa composição estética e os atrativos turísticos, a proteção de “áreas de manutenção da fauna e da flora” e o equilíbrio “das condições de solo e clima para o desenvolvimento da agricultura e o crescimento urbano” entraram na lista de argumentos para a criação de parques.<sup>51</sup>

Não foi de forma descontextualizada, portanto, que Racioppi levou à I CBPN a proposta de uma reserva na Serra do Itacolomi, relacionada à questão florestal e à criação de um lugar aprazível para visitantes, cujo principal atrativo seria o maciço do Itacolomi. Diante de muitas instituições e “autoridades” na proteção à natureza, Racioppi também chamou atenção para a composição florística da Serra do Itacolomi quando atribuiu uma categoria ao nome da desejada reserva. A Reserva Florística complementaria o processo de valorização de Ouro Preto, pois seria como um dos componentes das cidades mais modernas, que contavam com áreas naturais e espaços para lazer e turismo.<sup>52</sup> A cidade teria, assim, tanto os monumentos históricos e artísticos

<sup>48</sup> PARQUES Nacionais Brasileiros - estimulando o desenvolvimento do turismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1932, Supl., p. 47.

<sup>49</sup> Cf. SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 14, 41-2 e 153; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 33-4, 41-3, 59 e 71; PADUA. *Um sopro de destruição...*, p. 269-271; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 71; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 56.

<sup>50</sup> A experiência dos Estados Unidos ao converter áreas relativamente extensas em reservas naturais sob o signo de parques se tornou um parâmetro relevante para o Brasil. FONSECA, A P. Parque Nacional. In: SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, p. 57.

<sup>51</sup> CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 57.

<sup>52</sup> RACIOPPI. *Reserva do Itacolomy...*, v. 1, p. 61-3; v. 2, p. 107.

como monumentos naturais, contribuindo para atrair mais visitantes interessados em conhecer as “riquezas da natureza” e desfrutar daquele ambiente serrano.

Os critérios utilizados por Racioppi para justificar uma reserva no Itacolomi ligavam-se aos mesmos interesses dos demais intelectuais, dos cientistas e do Estado na patrimonialização da natureza e aos parâmetros por eles discutidos sobre a criação de parques. Entre os interesses, estavam a conservação dos recursos naturais, a proteção dos ícones da natureza representativos da nação e o incentivo ao turismo como uma atividade rentável. A respeito dos parâmetros, destacamos na próxima seção aqueles que, de alguma forma, colocaram o Pico e seu entorno como um monumento natural a ser protegido pelo Poder Público. O primeiro dialoga com as afirmativas de um problema florestal brasileiro; o segundo, relaciona-se à excepcionalidade dos monumentos geomorfológicos considerados notáveis do ponto de vista científico, estético e identitário; e o último diz respeito aos benefícios do ambiente serrano.

### **3.2 – “O JARDIM DENTRO DA MÁQUINA”<sup>53</sup>: AS PECULIARIDADES, BELEZAS E UTILIDADES DOS PARQUES NACIONAIS**

Dos quatro tipos de florestas classificadas pelo Código Florestal de 1934, o Art. 4º definiu que a Protetora seria a que, por sua localização, mantinha o regime de águas, assegurava a salubridade pública, resguardava fronteira, asilava espécies da fauna nativa, evitava a erosão da terra, fixava dunas e protegia “sítios que por sua beleza” mereciam ser conservados. Já o Art. 5º colocou que a Remanescente seria a que formasse os parques nacionais, estaduais e municipais; a que o Poder Público resolvesse reservar para pequenos parques ou bosques de gozo público; e onde existia ou se cultivava “espécies preciosas” da flora. O Art. 8º direcionou à conservação perene essas duas áreas florestais. Dentre elas, o Art. 53 estabeleceu que as que não fossem transformadas em parques poderiam ser objeto de exploração limitada, desde que autorizada pelos serviços competentes. Com essa colocação, o documento nos esclarece que as florestas protetoras também eram passíveis de serem transformadas em parques, por sua composição florística asilar espécies raras, conservar recursos naturais e manter os sítios de “beleza natural”.<sup>54</sup>

Esses termos e alguns artigos do documento nos ajudam a compreender melhor a inserção dos parques e as possíveis diretrizes de criação e manutenção dos mesmos. Para início, esclarecemos que o termo remanescente, que definiu o tipo florestal formador dos parques, aludia a ideia de uma composição florística que teria sobrevivido ao desmatamento provocado pelo processo de ruralização, urbanização ou industrialização do país. Como vimos

<sup>53</sup> Apropriação parcial do título do artigo de Drummond sobre o Parque da Tijuca-RJ. DRUMMOND, J.A. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 276-298, 1998.

<sup>54</sup> BRASIL. *Código Florestal de 1934...* Arts. 5º, 8º e 53.

anteriormente, o Código classificou os parques como monumentos públicos que perpetuavam em sua composição **florística primitiva** os **trechos do país que interessavam** conservar.<sup>55</sup>

O primeiro termo destacado compreende, assim, que existiria nos parques uma vegetação remanescente das florestas originais do país ou que remetia à uma “paisagem natural” não modificada pela presença humana.<sup>56</sup> Esse ponto abre espaço para nossa reflexão sobre a própria cobertura arbórea de determinadas regiões como um dos objetos de interesse na criação dos parques. Em primeiro plano, as florestas e, em especial, algumas árvores tinham um lugar central na paisagem simbólica da América do Sul de um modo geral.<sup>57</sup> O Brasil, em particular, continha essa marca identitária como um lugar de florestas abundantes por excelência, biomas fonte da nacionalidade. À imagem do país se alocou o motivo edênico de uma natureza paradisíaca e fértil, “traço que se reatualiza no imaginário ecológico contemporâneo sobre [o Brasil], visto como reservatório de biodiversidade do planeta”, afirma Isabel Carvalho.<sup>58</sup> Mas, para Sampaio, não bastava ter florestas, era necessário que elas representassem a flora brasileira. O autor afirma que a Proteção à Natureza deveria ter em vista “o duplo objetivo de manter os [...] primores vegetais e pelo menos relíquias das formações ou associações florísticas típicas, de interesse biológico ou fitogeográfico.”<sup>59</sup> No território brasileiro, um dos biomas considerado um “éden” do mundo tropical foi a Mata Atlântica, pela sua diversidade de espécies preciosas e raras da flora e fauna brasileira e atrativas do ponto de vista estético. Desse bioma, a Araucária se tornou uma espécie de destaque nos discursos conservacionistas e identitários em algumas regiões.<sup>60</sup> O que nos leva a discorrer nesta seção sobre o primeiro critério apontado pelos conferencistas, que foi a conservação desse bioma peculiar frente ao desmatamento por todo o país.

Por sua vez, algumas formações e recursos naturais igualmente se tornaram objetos de atenção por representarem ícones da natureza exuberante da nação e um dos critérios substanciais na seleção e proteção de alguns trechos do território. As autoridades governamentais e protecionistas entendiam que eram monumentos peculiares da natureza a serem conservados nos parques algumas imponentes cachoeiras, cavernas e grutas, chapadas, megalitos, maciços rochosos, dentre outras formações. Ponto que nos leva ao segundo item destacado, que é o

<sup>55</sup> BRASIL. *Código Florestal de 1934...* [Grifo nosso]. Cf. também DRUMMOND. *A legislação ambiental brasileira...*, p. 127-149; \_\_\_\_\_, *Devastação e preservação...*, p. 163.

<sup>56</sup> Cf. também em CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais...*, p. 1.

<sup>57</sup> CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, p. 63-79, out. 1998; MARX. *A vida no campo e a era industrial...*, p. 19.

<sup>58</sup> CARVALHO. *Paisagem, historicidade e ambiente...*, p. 154.

<sup>59</sup> SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 194 e 196.

<sup>60</sup> O engenheiro André Rebouças (1838-1898) propôs um olhar sobre porções da natureza como Édens brasileiros, em analogia ao imaginário de lugares que seriam um paraíso terrestre. Sugeriu conservar os Édens florestais, pétreos, lacustres, fluviais, marítimos e alpestres ou alpinos. Camargos e Arruda mencionam que, além da Araucária, a palmeira também ocupou um lugar especial na representação da paisagem tropical, especialmente do litoral brasileiro. Cf. em: PÁDUA. *Um sopro de destruição...*, p. 265-271; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais...*, p. 43 e 54; ARRUDA. *Minha terra tem palmeiras...*, p. 187-206.

interesse do Poder Público em conservar outras peculiaridades do país, além das florestas. Situados em áreas de preponderância ecológica e geomorfológica, os monumentos naturais seriam importantes na formação dos parques, para sua proteção e fascínio dos visitantes. Entre essas peculiaridades naturais que justificavam a criação de reservas e que eram tratadas como principal atrativo turístico estavam alguns picos rochosos das altas serras.<sup>61</sup> Dessa forma, esta seção do capítulo também discute como alguns picos, incluindo o Itacolomi, foram considerados excepcionais do ponto de vista estético e científico e julgados dignos de serem protegidos.

As propostas de parques por seus atrativos naturais igualmente consideravam a criação de lugares aprazíveis para o “benefício e lazer para o povo”. Um artigo sobre parques nacionais no *Jornal do Brasil*, de 1932, colocou o interesse excursionista como justificativa primeira para a criação dos parques. No *Relatório Geral da I CBPN*, Sampaio deu motivos pelos quais o Brasil deveria investir nessa categoria de reserva. Em suas palavras, os parques eram lugares sempre procurados; protegiam e propagavam os representantes da natureza; facultaria o conhecimento das riquezas nacionais; poderia dar renda; auxiliaria no reflorestamento; dentre outros benefícios.<sup>62</sup> Como monumentos naturais para conservar as excepcionais riquezas e belezas nacionais, apresentamos também, mais à frente, como os parques foram constituídos como verdadeiros cenários idílicos de “vistas agradáveis” para seus visitantes.<sup>63</sup>

### **A proteção dos “édens florestais”**

O desmatamento foi um dos assuntos mais discutidos por aqueles que se levantaram em defesa da natureza no Brasil, sugerindo a criação de reservas para a perpetuação das espécies florísticas.<sup>64</sup> Dean definiu como o problema florestal da nação a significativa diminuição do bioma Mata Atlântica pelo “ferro e fogo”. A situação para o autor era ainda pior na região sudeste. A produção da cana-de-açúcar, a expansão do café, a pecuária, o desenvolvimento urbano e industrial, o avanço das ferrovias e estradas de rodagem foram elencados como responsáveis pelo esgotamento dos recursos vegetais. Ali, a floresta havia adentrado pelo interior

<sup>61</sup> Sampaio propôs a divisão de seis grupos: 1) Geomorfológicos – grutas, sumidouros, megalitos, jazidas minerais, etc.; 2) Topográficos – sítios e paisagens, quedas d’água; 3) Botânicos ou florísticos – florestas, tipos de vegetação, árvores, plantas raras, dentre outros; 4) Zoológicos ou faunísticos – animais raros ou interessantes; 5) Etnográficos – tipos e remanescentes indígenas, aldeias, sambaquis, *mounds*, inscrições rupestres, etc.; 6) Paleontológicos: fósseis humanos, animais e vegetais. Levou em consideração como monumentos os atrativos naturais dos parques propostos desde André Rebouças, que tinha por modelo internacionais: as formações vulcânicas, os geisers, canions, quedas d’água. Picos nevados e o Vale Hayden. SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 131-2; SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 14-5.

<sup>62</sup> *PARQUES Nacionais Brasileiros...*, p. 47; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 33; SAMPAIO. *Relatório Geral da Primeira Conferência...*, p. 61.

<sup>63</sup> CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 8; WILLIAMS. *O campo e a cidade...*, p. 168, 179-180;

<sup>64</sup> Segundo Pádua, a preocupação com as matas vinha do período colonial, pois importava controlar a exploração da madeira e outros recursos. Mas as atenções para o desmatamento ganhou força na Primeira República, com pressões para regulamentar a atividade florestal e criar reservas naturais. cf. PÁDUA. *Um sopro de destruição...*; \_\_\_\_\_ (org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.

por 300 a 400km devido a sua topografia e o aspecto de paisagem devastada era denunciado também por causa da mineração. Com o tempo, agravaram-se as vicissitudes resultantes da perda da vegetação, tais como a erosão do solo, a redução da vazão dos rios e o assoreamento.<sup>65</sup>

Em Minas Gerais, o desmatamento das florestas foi colocado como um problema a ser enfrentado para o desenvolvimento do estado desde o final do século XIX. Numa crônica publicada no jornal *A Ordem*, o “pinho do Paraná” (Araucária) foi apontado como um ótimo fornecedor de madeira de boa qualidade. Mas foi advertido que “se tira e não põe, também vai acabar”. Assim, seria preciso investir na reposição da cobertura vegetal, na produção da madeira de lei e aumentar a guarda florestal.<sup>66</sup>

Em 1913, foi realizada a conferência *Defesa das Árvores* no Apostolado Cívico Brasileiro, em Belo Horizonte. Na ocasião, o advogado e futuro deputado Fausto Dias Ferraz (1870-1920) apontou como as queimadas destruíam as florestas mineiras.<sup>67</sup> Dois anos depois, Augusto de Lima escreveu sobre suas impressões de devastação florestal em Belo Horizonte. Quando foi Presidente de Minas, em 1891, a disponibilidade de recursos naturais foi uma das justificativas que ele usou para decretar a mudança da capital para aquela região. Para Lima, os mananciais que desciam da Serra do Curral e abasteciam a cidade corriam sérios riscos devido ao “machado e fogo [que] arrasara a camada fecunda” das matas. Citando Alberto Torres<sup>68</sup>, considerou aquelas matas como “tesouro vegetal” e “fonte de vida” para a cidade. Afirmou ser “indispensável plantar florestas protetoras até a maior altura possível nos morros [...], até nos sítios alpestres”. Lima apelou ao prefeito Cornélio Vaz de Mello para que restaurasse na Serra e seus contrafortes “os reservatórios naturais dos seus mananciais, isto é, as massas vegetais”.<sup>69</sup>

Assim como em outros estados, medidas de reflorestamento começaram a ser tomadas pelo Poder Público, com a produção de espécies em jardins botânicos e nos hortos florestais. No ano de 1920, o engenheiro Álvaro Astolpho da Silveira (1867-1945), à frente da Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização, afirmou que há anos a administração pública voltava suas atenções para o que descreveu como “uma das maiores e mais preciosas riquezas do patrimônio do estado”, que eram as “vastas florestas e seu fertilíssimo território”. A Diretoria já contava

<sup>65</sup> DEAN. W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; \_\_\_\_\_. *A conservação das florestas no sudeste do Brasil: 1900-1955*. *Revista de História*, São Paulo, n. 133, 1995, p. 103; DRUMMOND. *Devastação e preservação...* p. 84.

<sup>66</sup> A escassez de árvores era reclamada como questão econômica, pois levava ao aumento do preço da madeira nacional necessária para a indústria e diminuía a exportação da mesma para o mercado internacional. Cf. CHRONICA industrial: as nossas florestas. *A Ordem*, 18 jun. 1892, p. 2.

<sup>67</sup> TRIBUNA de Vita. *Revista Vita*, [s.d], 1913, p. 31-32.

<sup>68</sup> O jornalista e político Alberto Torres (1865-1917) é apontado como um dos que mais contribuiu para a propagação do ideário protecionista dos recursos, das belezas naturais e dos aspectos cênicos no país. Suas discussões e propostas inspiraram diversos grupos engajados na proteção à natureza, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

<sup>69</sup> Seu apelo tinha respaldo na Constituição Mineira (1891), que responsabilizava os municípios, de forma semelhante ao poder estadual pelas terras públicas e seus recursos naturais. LIMA, A. *A vida de Belo Horizonte*. *Vida de Minas*, Belo Horizonte, ano 1, n. 8, 10 nov. 1915, p. 4; CONSTITUIÇÃO do Estado de Minas Gerais, 15 de junho de 1891.

como funcionários-fiscais de terras e matas para defender esses patrimônios do que considerou a “ambição dos exploradores de madeiras para negócio e salvaguardá-los dos intrusos que [...] vinham invadindo as terras e devastando as matas virgens”.<sup>70</sup> Inaugurava-se, assim, uma das estratégias conservacionistas de proteção florestal e de outros recursos naturais, cujo principal objetivo era o uso racional e a manutenção paisagística da vegetação arbórea.<sup>71</sup>

No mesmo ano, o presidente Epitácio Pessoa chamou a atenção do Congresso Nacional para a necessidade de unificar a preservação e restauração do revestimento florestal, afirmando que esse deveria ser uma das maiores preocupações do país. O Congresso passou a discutir a criação do Serviço Florestal Federal e de uma “Carta Florestal” para o Brasil (que se tornou o Código Florestal, em 1934). A comissão organizada na década de 1930 para elaborar o anteprojeto do Código Florestal agrupou defensores do patrimônio histórico, juristas, legisladores e cientistas. O decreto estabeleceu a conservação e regeneração de reservas florestais e os parques como áreas de acesso limitado, de preferência em terras públicas. Ali, a atividade exploratória da flora e fauna e as intervenções que alterassem o aspecto de paisagem natural seriam proibidas. Como apresentado na introdução do capítulo, foi criado um Conselho Florestal, composto por um número significativo das instituições participantes da I CBPN.<sup>72</sup>

A I CBPN tinha como escopo primeiro discutir uma solução racional para o problema florestal, relacionando-o à questões econômicas, sociais, higiênicas, de riqueza e de importância capital. Corrêa apontou as consequências da derrubada das árvores, que produziam “um espetáculo desolador de enxurradas, de temporais violentos, [...] de secas prolongadas, de inundações terríveis, de erosões tremendas, de crise climática permanente”.<sup>73</sup> Disse que as florestas eram o “escopo supremo da [...] Sociedade” e a sua defesa representava

a parte básica do problema que se impõe modernamente ao mundo civilizado sob a fórmula de Proteção à natureza – problema transcendente que abrange não só a proteção da flora e da fauna (...) como, também, como complemento e consequência, a proteção das paisagens, o resguardo dos sítios pitorescos convindo não esquecer que o tentâmen visará, além da defesa dos patrimônios biológicos subsistentes, tanto quanto possível, a sua reconstituição.<sup>74</sup>

<sup>70</sup> SILVEIRA, Á. *Relatório referente ao ano de 1920*. Directoria de Agricultura, Terras e Colonizações. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921, p. 57-58. Acervo: APCBH/Assuntos Mineiros.

<sup>71</sup> As espécies reflorestadas serviam também à silvicultura, com a reposição de madeira para a construção e energia. cf. SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 268. Sobre as medidas de reflorestamento no país, cf. SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 44-5; SANTOS. *A destruição da natureza...*, p. 37 e 43; FERREIRA, M. B. *A proteção ao patrimônio natural urbano: estudo de caso sobre a Serra do Curral, Belo Horizonte/MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2003, p. 59-60.

<sup>72</sup> Cf. DRUMMOND. *A legislação ambiental brasileira...*; DEAN. *A conservação das florestas...*, p. 107-8; DUARTE. *A biologia militante...*, p. 69; URBAN. *Saudade do matão...*, p. 72-6; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 115. Sobre os termos citados do Código Florestal, ver BRASIL. *Código Florestal de 1934...*, Art. 9 e 102.

<sup>73</sup> CORREA. *Sessão inaugural...*, p. 9. Para melhor análise do discurso de Corrêa e a questão florestal na I CBPN, cf. CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 57-8; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 45; FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 79. URBAN. *Saudade do matão...*, p. 75.

<sup>74</sup> SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, v. 1, p. 15.

Corrêa abordou em seus trabalhos anteriores à Conferência o tema da devastação das florestas. Como presidente da Sociedade dos Amigos das Árvores, transformou a Araucária no símbolo da entidade. Na I CBPN, falou dos vários estados onde porções de araucárias e demais espécies florestais estavam sendo desmatadas, caso a caso. Após tratar a devastação em Minas Gerais como “calamitosa”, citou o trabalho de Augusto de Lima na defesa dos remanescentes da Mata Atlântica. Corrêa ainda destacou o leste de Minas, dando um tom de revolta ao que chamou de “destruição abusiva e criminosa [das] matas virgens, devoluta e rica” do estado.<sup>75</sup>

Em seguida, Sampaio lançou a pergunta “como lutar contra essa destruição sistemática da vegetação primitiva e da floresta autoctone?”. Respondeu com as soluções formuladas internacionalmente: na instituição de tipos de florestas, de parques e reservas florestais e na seleção da silvicultura. Sobre as florestas, disse ser preferível sua proteção como reserva. Mas se sua flora fosse adaptável ao turismo, deveriam ser colocadas sob o regime de parques.<sup>76</sup>

Em *Biogeographia Dynamica*, Sampaio deu testemunho das mesmas preocupações com as florestas mineiras e indicou a criação do Parque Nacional do Rio Doce, que considerou uma área de Mata Atlântica ainda preservada da exploração intensiva. A respeito da capital de Minas, Sampaio a felicitou por seu monumento natural, o Jardim Botânico de Belo Horizonte, fruto da delimitação de “regiões florísticas em zonas de vegetação típica ou endêmica em terras devolutas” à leste da Serra do Curral. Propôs, então, que a Fazenda da Baleia, onde ficava o Jardim Botânico, fosse toda transformada no Parque Nacional de Belo Horizonte.<sup>77</sup>

Sampaio via nos parques um dos mecanismos de proteção à natureza em face da geografia humana e da economia política. Mas para atender os objetivos conciliatórios entre progresso e áreas preservadas, os parques deveriam se “restringir às áreas de terra sem interesse para a Agricultura ou a Pecuária”. Quando estas pediam atenção por “certos detalhes naturais” em meio à produção agrícola, deveriam ser avaliadas sem “contrariar a agricultura, pecuária e o urbanismo”, pois não se deveria “esquecer, decerto, que a ‘terra é o nosso banquete’”, conclui

---

<sup>75</sup> Lima foi um dos elaboradores do anteprojeto do Código e durante suas legislaturas como deputado federal, defendeu na Câmara a proteção florestal. Em agradecimento, Lima recebeu o título de presidente honorário da Sociedade dos Amigos das Árvores. Corrêa afirmou que o nome do deputado seria gravado na primeira árvore que fosse plantada quando se criasse um parque nacional. Eleito deputado à Constituinte, Lima não chegou a terminar os trabalhos e faleceu sete dias depois da Conferência. CORREA. *Sessão inaugural...*, p. 10-2 e 14; SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 28; Sobre Correa, cf. URBAN, T. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001, p. 31; SANTOS. *A destruição da natureza*, p. 44-6.

<sup>76</sup> SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, p. 61, 81-96; \_\_\_\_\_, *Biogeographia dinamica...*, p. 195 e 269.

<sup>77</sup> Dias antes da I CBPN, Sampaio visitou Minas Gerais e realizou uma conferência no Rotary-Club de Belo Horizonte para falar da proteção à natureza. Disse ter abordado sobre os monumentos naturais no estado, bem como a proteção de sítios pelo valor histórico, científico e paisagístico. A região em que o Jardim Botânico foi criado “para estudo da flora mineira e aclimação de plantas” fazia parte da porção leste da Serra do Curral. SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 13, 79, 245, 268 e 295; MINAS GERAIS. Decreto Estadual 10.232, de 27 de janeiro de 1932. Cria um Jardim Botânico, na Fazenda da Baleia, e regiões florísticas em zonas de vegetação típica ou endêmica” da região, em terras devolutas. Publicando no jornal *Minas Gerais*, 28 jan. 1932, p. 2. Ver sobre a Fazenda da Baleia em: FERREIRA. *A proteção ao patrimônio natural urbano...*, p. 59.

citando Nilo Peçanha.<sup>78</sup> Em acordo com o Código, sugeriu que os parques fossem delimitados em terrenos devolutos ou que aproveitassem as áreas preservadas já existentes por iniciativa das autoridades locais e instituições “científicas, tecnológicas, turísticas e outros” ou de particulares. Enumerou a importância de algumas estações, jardins e reservas florísticas na preservação da flora, fauna e recursos naturais que, segundo o autor, só lhes faltava dar o título de parques.<sup>79</sup>

O Código igualmente reconhecia o valor das instituições científicas e educacionais e dos serviços estaduais e municipais nas ações em proteção à natureza. O Art. 10 permitia que as autoridades locais (fossem técnicas ou governamentais) formassem os parques. Os serviços envolvidos na formação e manutenção dos parques ficariam sob a fiscalização direta do Ministério da Agricultura, devendo observar o Código. Por esses termos e em acordo com os objetivos primordiais do documento, desde a criação até a fiscalização dos parques, os técnicos e instituições envolvidas teriam como uma das principais preocupações a cobertura vegetal. Suas atividades voltariam-se para a regeneração e manutenção florística presente nos parques.<sup>80</sup>

Dentro da sua lista de sugestões de parques nacionais, Sampaio destacou as áreas florestais que considerou “casos urgentes”. Como um tipo especial de parques nacionais, que julgou talvez ser o único modelo original para Brasil, indicou que fossem consideradas as “cidades-florestais” do sudeste para receber esses primeiros monumentos públicos naturais. Constatou, então, que “era de se esperar” que os primeiros parques nacionais fossem criados onde já existiam reservas, como na Estação Biológica do Itatiaia - RJ e no Alto da Serra - SP. Falou que mesmo sendo regiões serranas, onde a vegetação se diversificava entre arbóreas e campos rupestres, elas estavam rodeadas pela Mata Atlântica. Suas proposições colocavam em evidência o problema florestal em torno das cidades, especialmente em todo o estado do Rio de Janeiro.<sup>81</sup>

A situação florestal fluminense foi amplamente denunciada pela Sociedade de Amigos das Árvores na I CBPN. O presidente do MN, Armando Magalhães Correa (1889-1944), havia classificado o entorno do Rio de Janeiro de “Sertão Carioca”, tamanho o desmatamento provocado pelos cortes e queimadas para agricultura, indústria e avanço da urbanização. No texto transcrito no *Relatório Geral*, Fonseca sugeriu que o Rio de Janeiro fosse o primeiro estado contemplado com um parque, por ali se reunirem as “famosas árvores da Flora Brasileira”.<sup>82</sup>

<sup>78</sup> SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 188-190.

<sup>79</sup> SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 176-180.

<sup>80</sup> Pelo Art. 56, seus “serviços técnicos” também poderiam se encarregar da guarda e conservação, mesmo que a responsabilidade primeira fosse da Polícia Florestal. A normatização dos trabalhos seria expedida posteriormente, sob orientação do Conselho Florestal, conforme registrado no Art. 62 do Código. Cf. sobre a importância florestal e a atuação do Min.Agr. em: CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 53-5, 71-6.

<sup>81</sup> Belo Horizonte foi considerada pelo autor como “cidade-serrana-campesina”. Região predominante de zonas agrícolas e de vegetação de transição (não totalmente florestal). SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 267-9, 292-5; \_\_\_\_\_. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, v. 1, p. 112.

<sup>82</sup> Citações dos conferencistas extraídas de: SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, p. 9-19, 57-8.

Como resultado concreto da institucionalização do Código Florestal e das indicações dos conservacionistas, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia (PARNA Itatiaia), em 1937, na área da estação de pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.<sup>83</sup> Drummond leva em conta que o Rio de Janeiro foi a porta de entrada dos naturalistas e demais estrangeiros. As terras fluminenses foram objeto de inúmeros trabalhos científicos e artísticos sobre a flora, fauna e demais aspectos da natureza, atribuindo fama ao Itatiaia. O que é apontado pelo autor como um dos fatores que levaram o poder público a selecioná-lo como primeiro parque nacional brasileiro.<sup>84</sup>

De forma semelhante foi a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), em 1939, abrangendo inicialmente somente o estado do Rio de Janeiro. Atenção especial foi dada para as florestas das encostas e das cabeceiras de rios que abasteciam municípios fluminenses. Do outro lado geográfico, foi criado no mesmo ano o Parque Nacional do Iguazu (PARNA Iguazu), com o propósito de administrar e preservar o manancial de água e os remanescentes da Mata Atlântica daquela região paranaense.<sup>85</sup>

O Rio de Janeiro foi o mais beneficiado na criação de parques, como aponta Drummond.<sup>86</sup> De fato, dos quinze parques nacionais criados até a década de 1960, nove eram compostos de remanescentes da Mata Atlântica, sendo três contemplando territórios do Rio de Janeiro. O estado foi o mais beneficiado também em acordo com o Código Florestal. Por regra, caberia ao Serviço Florestal Federal localizar os parques. Mas este foi substituído pelo Serviço de Colonização e Reflorestamento e só reapareceu em 1938. O protagonismo na indicação do primeiro parque coube ao Conselho Florestal, formado por instituições sediadas no Rio e por autoridades locais ali atuantes, como foi o próprio Jardim Botânico, detedor da Estação. O Serviço Florestal permaneceu secundário nas iniciativas oficiais em prol dos parques, mesmo depois da reorganização do Ministério da Agricultura, que criou uma Seção de Parques Nacionais, em 1944. As ações do Conselho Florestal e suas instâncias estaduais, das instituições de pesquisa, educação e produção vegetal, das organizações em defesa da fauna e flora e dos técnicos dentro de outras seções do Ministério da Agricultura foram mais abrangentes nesse sentido.<sup>87</sup>

<sup>83</sup> A respeito da Estação, Dean diz que ela abrigava importantes remanescentes da Mata Atlântica de altitude, uma área de “espetáculo extraordinário” da natureza por conter diversas zonas ecológicas. DEAN. *A conservação das florestas...*, p. 107-111. Referências historiográficas sobre a criação do PARNA Itatiaia em: SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades ...*, p. 5, 58-60.

<sup>84</sup> DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 144-149 e 161-2.

<sup>85</sup> Dean afirma que uma fábrica têxtil, que não identificou, teria feito pressão para criar o parque na Serra dos Órgãos, a fim de garantir seu próprio suprimento de recursos hídricos. Sobre esses dois parques, ver: DEAN. *A conservação das florestas...*, p. 111; DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 144 e 195.

<sup>86</sup> DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 149.

<sup>87</sup> Alguns serviços regionais igualmente ficaram inativos ou com atuação reduzida (falta de fiscais, recursos, dificuldades com posseiros, etc.). BRASIL. Decreto-Lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938. Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitui alguns dos já existentes e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944. Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Art. 2º (S.P.). Cf.: URBAN. *Saudade do matão...*, p. 76; SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*; SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 241.

Drummond afirma que, se havia a intenção de preservar nos parques os remanescentes da floresta primitiva, a maior parte da composição vegetal daquele estado era secundária ou, em algum grau, afetada pela cultura agrícola e urbana próxima.<sup>88</sup> Dá o exemplo das florestas nas serras da Carioca e da Tijuca, duas das mais afetadas pela cafeicultura e que foram transformadas no Parque Nacional do Rio de Janeiro, em 1961 (PARNA Tijuca, a partir de 1967). As preocupações deram-se pelo entendimento de que as florestas naquelas altitudes contribuíam para as boas condições de salubridade e higiene da cidade, mantendo o clima ameno e as águas frescas e cristalinas. O verde das montanhas era significativo na paisagem e o desmatamento teria despoetizado o cenário romântico da vida cultural carioca. No final do século XIX, o imperador D. Pedro II contratou técnicos e paisagistas para a recuperação florestal daquelas serras. Obras de melhoramentos foram realizadas, com o objetivo de atrair frequentadores para a Tijuca.<sup>89</sup>

Um dos contratados pelo Imperador foi Glaziou, com quem Villon realizou vários trabalhos no Rio de Janeiro. Além do paisagismo na Tijuca e nos espaços urbanos do Rio, Glaziou também realizou pesquisas botânicas na Serra do Itatiaia e na Serra do Itacolomi. Em 1884, visitou Ouro Preto e recolheu diversas espécies da flora naquela serra para o Museu Nacional e instituições internacionais. Em referência à expedição de Glaziou no Itacolomi, o professor Gorceix chamou atenção para as potencialidades das riquezas da fauna e flora presentes na Serra, cuja diversidade deveria ser valorizada em benefício da botânica e para reprodução de espécies a serem utilizadas no reflorestamento.<sup>90</sup>

A Serra do Itacolomi está inserida numas das porções de Mata Atlântica remanescentes do estado. Como nas demais regiões formadas sobre planaltos, essas porções de florestas e matas na Serra, *habitat* de espécies raras e endêmicas, ficam nas encostas de morros e próximas aos rios, coroadas por campos rupestres onde afloravam as formações rochosas.<sup>91</sup> Uma área que poderia ser também classificada como de Floresta Protetora.<sup>92</sup> Todavia, até a proposta de Racioppi, não encontramos nenhuma menção à proteção daquela composição florística.

Em suma, a ótica protecionista estética e científica sobre as florestas na demarcação dos parques privilegiou as coberturas vegetais que davam ao observador o aspecto de natureza preservada, primitiva. Foi pela ideia da paisagem que aquelas florestas peculiares foram

<sup>88</sup> DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 139.

<sup>89</sup> Além de englobar essas duas serras reflorestadas, também delimitou outras florestas declaradas protetoras. Cf. trabalhos sobre o parque: DRUMMOND. *Devastação e preservação...*; \_\_\_\_\_. *O jardim dentro da máquina...*, p. 277; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 63-4; PADUA. *Um sopro de destruição...*, p. 222.

<sup>90</sup> GORCEIX. *Excursão botânica nos arredores...*, p. 2 e 3; Dr. Glaziou. *A Província de Minas*, 14 fev. 1884, p. 1.

<sup>91</sup> Sobre composição florística, ver: GRAMIGNA, T. H. A. *Estudo comparativo em folhas e caules de indivíduos de Clethra scabra Pers (Clethraceae) e sua susceptibilidade à herbivoria em floresta higrófila e floresta estacional semidecidual montana no Parque Estadual do Itacolomi, MG*. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Biomas Tropicais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Ouro Preto, 2012.

<sup>92</sup> BRASIL. *Código Florestal de 1934...*, Art. 4°.

convertidas em parques. Elas tanto protegeriam a fauna, flora, aspectos topográficos, minerais, os sítios significativos quanto a categoria parque contribuía para a proteção das árvores e para o reflorestamento. Foi o caso do PARNA Iguaçu, formado em zona florestal protetora do principal acidente natural e atrativo turístico da região, as Cataratas do Iguaçu. Em 1934, a Argentina havia criado seu parque nacional em virtude das Cataratas, na porção que pertencia ao seu território. Aproveitando o potencial turístico e para a proteção dos recursos naturais na sua fronteira, o governo brasileiro também estabeleceu ali o seu parque.<sup>93</sup> Essas considerações nos fazem retornar à conservação de alguns monumentos naturais como peculiaridades do país.

### **Os parques nacionais nos topos do Brasil**

Sobre o primeiro parque nacional brasileiro, Serrano observou como o pico das Agulhas Negras no maciço do Itatiaia foi tomado como algo sublime, ímpar e singular, comparável aos Alpes e ao Everest que tanto atraíam montanhistas. Considera-o mais espetaculares que esses pela “embriagante vegetação” e rios “vivos e pujantes”.<sup>94</sup> Na época de criação do parque, cogitava-se que o Agulhas Negras era o ponto mais alto do país. Alguns autores colocam uma possível relação causal entre o primeiro parque e o fato de ser o mais notável monumento orográfico do Brasil. O que lhe dava condição de “digno de ser protegido”.<sup>95</sup>

A associação da grandeza da natureza com a grandeza da nação abrangia as formações geomorfológicas do território brasileiro, vislumbrando as potencialidades econômicas para as serras. Como algo concreto que perpetuou no tempo e parte do reconhecimento geográfico dos lugares, essas “grandes esculturas da natureza” foram tomadas como elementos da autenticidade da nação, pela sua imensidão e originalidade.<sup>96</sup> Eram objetos também de interesse científico e identitário, pela sua composição mineral e paisagem, como vimos no capítulo anterior. Desde o século XIX, o estatuto de pico mais alto determinava a sua importância estética e científica, estabelecendo-se como atrativo turístico. Uma região que possuía o cume do território ganhava também o destaque cartográfico nos registros e documentos oficiais, como representante das riquezas e belezas naturais na paisagem nacional. Serrano diz que o reconhecimento de um pico como excepcional pela sua altitude constituiu um fator determinante de proteção. Em relação ao Agulhas Negras, coloca que “não bastava o reconhecimento de sua importância enquanto

<sup>93</sup> Cf. DEAN. *A conservação das florestas...*, p. 111-112; BLANC-POMARD.; RAISON. *Paisagem. In: ENCICLOPEDIA Einaudi...*, p. 146-147; FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 86.

<sup>94</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 73, 83-84 e 137.

<sup>95</sup> COSTA, J. P. O. *Parques Nacionais: Parque Nacional do Itatiaia*. Disponível em: <www.mre.gov.br/cd brasi l/ itamaraty>. Acesso em nov. 2015; DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 144; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 60-69.

<sup>96</sup> Sobre a importância topográfica na identidade geografia, cf. CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 7, 29-31; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 238; HENRIQUE. *O direito à natureza na cidade...*, p. 68.

fenômeno geográfico ou espetáculo da natureza, havia que demonstrar sua superioridade frente a outros picos”.<sup>97</sup> Especialmente, em relação aos picos das já “veneradas” montanhas mineiras.

As viagens exploratórias oitocentistas e a publicações de geógrafos e engenheiros tiveram uma participação definidora nos estatutos de pontos altos do Brasil e na demarcação dos parques nacionais. Nesse sentido, alguns trabalhos com descrições topográficas deixam entrever a polêmica que mais levou pesquisadores ao cume do Itacolomi, que foi a afirmação de que aquele era o ponto culminante de toda a nação. Responsável pela primeira carta geológica das Minas, Eschwege escalou a Serra do Itacolomi duas vezes para realizar seus estudos de mineralogia e para estabelecer a altura do Pico. O barão nomeou a formação rochosa superior daquela serra e em demais porções do Espinhaço de “Itacolomito”, para homenagear aquele que julgou ser o “Pico mais alto do Brasil”. Descreveu que a cumeada da Serra tinha a maior altitude do território nacional já medido, com cerca de 1.882m.<sup>98</sup> Porém, vimos que a descrição mineral estabelecida por Eschwege foi ponto de discussão para outros naturalistas que estudaram a região. Não diferente, a altura estipulada e o estatuto de lugar mais alto do Império foram questionados.

Mesmo que, desde 1806, uma medida feita das Agulhas Negras já denunciava sua superioridade em comparação aos demais mapeados, a afirmação de Eschwege permaneceu como principal referência por muitos anos e contribuiu no processo de valorização do Itacolomi. Sua medição foi utilizada principalmente por aqueles que não puderam ir até a Serra ou não tiveram um interesse específico em estabelecer altitudes. Nas escolas primárias mineiras, eram repassadas noções de geografia do Brasil apontando o Itacolomi ainda como o mais alto da província de Minas e da Serra da Mantiqueira.<sup>99</sup> Mas a posição do Itacolomi na corografia do Império passou a ser discutida por aqueles que rumaram para as altas serras em busca de medidas exatas. Spix e Martius, em 1817, subiram em um “alto píncaro” de onde avistaram as serras mais altas da região mineira. Em seus registros, disseram que o “enorme Itacolomi” dominava todas elas. Acreditavam, no entanto, que era apenas um dos pontos culminante da comarca, sendo o Pico Itambé considerado o mais alto da província.<sup>100</sup>

Em 1856, o jornal *O Bom Senso* publicou um artigo de H. Silveira sobre a supremacia do Itatiaia. O autor afirmou que o pico daquele maciço, chamando-o de “monarca de granito do Brasil”, permaneceu por longo tempo modesto e esquecido em meio “as nuvens que o

<sup>97</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 101.

<sup>98</sup> ESCHWEGE. *Brasil, novo mundo...*, p.203; \_\_\_\_\_, *Jornal do Brasil: 1811-1817...*, p. 55.

<sup>99</sup> NOÇÕES elementares da Geographia do Brasil – adaptadas as escolas primárias, 1. *Correio Oficial de Minas*, 31 maio 1860, p. 3; PORTO, S. Transcrição: Ita-tiaya ou o pico mais elevado do império do Brasil. *O noticiador de Minas*, 25 nov. 1871, p. 3.

<sup>100</sup> SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*..., p. 193-204. Outros foram: WALSH. *Noticias do Brasil (1828-1829)*..., p. 98; BUNBURY. *Narrativas de viagem de um naturalista...*, p. 69-72; POHL. *Viagem no interior do Brasil...*, p. 413; DERBY, O. A. Picos altos do Brasil. *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, Tomo V, n. 3, p. 143-144.

encobertam”. Fato que teria dado “livre respiração [...] às ilusões da geografia brasileira”. Conclamou o IHGB e o governo de Minas para que enviassem engenheiros até o “alto do Sinai brasileiro”, fixando sua altura e reconhecendo “seus despojos” como os “mais ricos” sobre todas as demais altitudes estabelecidas.<sup>101</sup>

Em 1862, o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo, encomendou uma expedição para fazer o reconhecimento da região e realizar um novo levantamento topográfico, que foi chefiada por Gerber e acompanhada pelo astrônomo e botânico francês, Emmanuel Liais. Em sua publicação sobre a geografia da província, Gerber colocou como parte do território mineiro o “Itatiaia do Ayuruoca”, reconhecendo-o como o ponto mais alto do Império, com altitude de 1900m. Liais pareceu resistente a afirmação da superioridade do Itatiaia, referindo-se aos exageros publicados sobre ele. Pelos seus cálculos, o Caraça seria superior aos demais, com a medida de 1.955m. Disse que confiava apenas nas medidas de quem fazia ascensões e estudos no local. Reconheceu aquele maciço como “um dos pontos mais elevados do país” depois que Glaziou, em 1871, escalou o Itatiaia. Mas não como o mais alto, pois expedições realizadas em Goiás davam que os montes Pirineus ultrapassavam o Agulhas Negras do Itatiaia.<sup>102</sup>

Todavia, de acordo com Serrano, a maior questão entre Gerber e Liais foi em relação à altitude do Itacolomi. Da ascensão à publicação dos trabalhos da Expedição, houve disputas entre os dois naturalistas pelo reconhecimento de quem realizou a medição e qual medida estava mais correta. Quando Gerber publicou seu mapa de Minas, registrou a altura do Itacolomi em 1.750m. Por sua vez, Liais afirmou ter sido ele a medir o Pico naquela ascensão, com instrumentos específicos e na presença do presidente da província, tendo como resultado a altura de 1.756m.<sup>103</sup>

Em 1867, Burton visitou Ouro Preto e registrou em sua obra a altitude do Itacolomi como de 3.346m, tendo como referência um livro do médico ouro-pretano Eugênio Celso Nogueira. Um valor desproporcional para a estrutura geomorfológica do território brasileiro. Burton apontou ainda que os picos medidos na Serra do Mar no Rio de Janeiro pelo médico e botânico Georg Garder, entre 1836 e 1840, eram ainda maiores.<sup>104</sup>

<sup>101</sup> SILVEIRA, H. Notícias da Ayuruoca. Itatiaia. *O Bom Senso*, Ouro Preto, 3 fev. 1856, p. 3. Outras medições do Itatiaia ocorreram nas décadas posteriores. Cf. MASSENA, J. F. *Quadros da natureza do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiros & Comp., 1867, p. 7-10; PORTO. *Transcrição: Ita-iaya ou o pico mais elevado...*, p. 3.

<sup>102</sup> Respectivamente, GERBER. *Noções geográficas e administrativas...*, p. 70 (Original publicado em 1863); LIAIS, E. *Climats, ecologie, faune et geographie botanique du Bresil*. Paris, 1872, p. 45-9 apud SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 84-93; UMA visita ao collegio do Caraça (Minas Geraes – 1877), *A Actualidade*, 22 maio 1880, p.1. Cogitou-se que os picos dos Pirineus, em Goiás, medidos por Thomas Ward, pudessem ser maiores. Dúvida resolvida pela comissão responsável por estudar o Planalto Central. A respeito, ver SENNA, N. C. de. *A terra mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Tomo I, p. 59.

<sup>103</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 84-93.

<sup>104</sup> Medidas publicadas no *Anais de Medicina de 1848*, do Dr. Eugênio C. Nogueira, conforme citado por: BURTON, R. F. *Viagem aos Planaltos do Brasil*, de 1868-1869. Tomo I. Brasília: Senado Federal, Conselho Ed., 2001, p. 413-414. O relato da excursão de Burton ao Pico compõe o Tomo II: Minas e os mineiros.

Com tantas divergências que estabeleciam uma lacuna na carta do Brasil e a falta de um posicionamento oficial do Império, a imprensa tratou como “evidente necessidade” a fixação dos pontos geográficos e o estatuto do Itatiaia. A Comissão da Carta Geral do Império, por sua vez, enviou uma circular pedindo informações para todas as províncias. Apenas dez atenderam seu pedido e as principais objetos de interesse da Comissão - Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo -, sequer responderam. O diretor da Comissão, o engenheiro Visconde de Beaurepaire, disse não saber explicar “o absoluto silêncio”: se por completa indiferença ao assunto ou total estado de ignorância quanto a importância das circunstâncias geográficas.<sup>105</sup>

Em 1875, foi criada uma Comissão Geológica do Império, dirigida pelo canadense Frederick Hartt e depois pelo norte-americano Orville Derby. De forma pouco precisa, Hartt disse não ter visto o Itatiaia, mas acreditava ser o mais alto baseado nos estudos anteriores. Apesar das polêmicas sobre a altitude do Itacolomi, o pico mais medido na época, sua primazia entre os cumes brasileiros foi perdida oficialmente quando Derby publicou seu relatório na Sociedade Geographica do Rio de Janeiro (SGRJ), comparando todos os dados obtidos até então e afirmando ser o do Itatiaia o mais alto.<sup>106</sup>

Gorceix também se envolveu nas discussões sobre a altitude do Pico do Itacolomi ao comparar seu trabalho de medição, dado em 1.752m, com o oficializado por Gerber. O professor afirmou que a sua devia ser a mais correta, pois foi feita em dois locais diferentes e com instrumentos modernos. Sua atuação profissional e seu conhecimento prático faziam com gozasse de autoridade científica não apenas dentro da EMOP e com o Imperador. Era reconhecido nas comunidades científicas internacionais e os resultados obtidos foram levados para a Sociedade Geográfica de Paris, em 1882. Para ele, dos pontos mais célebres de Minas, aquela era a montanha mais conhecida e mais famosa, mas que parecia ainda “virgem” a exploração. Embora tenha sido confirmado não ser a maior da província, nem rica em ferro e outros minerais de interesse econômico naquele momento, Gorceix destacou que a Serra do Itacolomi tinha muitas riquezas a serem observadas e valorizadas.<sup>107</sup>

O reconhecimento dos pontos altos do país envolveu similarmente discussões sobre a demarcação de fronteiras estaduais que atravessavam os cumes das serras. Se Minas Gerais perdia o *status* de topo da nação pelo Itacolomi e outros cumes, algumas vezes se levantaram

<sup>105</sup> PORTO. *Transcrição: Ita-iaya ou o pico mais elevado...*, p. 3; OUTRAS atividades de engenharia do século XIX. *Boletim da SBC*, n. 51, fev. 2004, p. 3-14 [Periódico Online]. [www.cartografia.org.br](http://www.cartografia.org.br).

<sup>106</sup> Derby cita as medidas do Itacolomi feitas por Martius [1817] – 1500m; Eschewege [1820] – 1743m; Pissis [1840] – 1754; Liais [1870] – 1756m e Gorceix [1878] – 1752m. DERBY. *Picos altos do Brasil...*, p. 130-149. Cf. sobre colocações de Hartt em SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 84.

<sup>107</sup> GORCEIX, H. Observações sobre o clima do centro da província de Minas Geraes. *A Província de Minas*, 11 jun. 1882, p. 2. \_\_\_\_\_. Altitude do Itaculomy e do Ouro Preto. *A Província de Minas*, 10 jul. 1880, p. 3; \_\_\_\_\_. Excursão botânica nos arredores de Ouro Preto. *A Província de Minas*, 05 e 26 jun. 1884, p. 2 e 3. Ver também LIMA. *D. Pedro II e Gorceix...*, p. 122-129; PIRES. *Notas de um diário de viagem...*, p. 172.

para reivindicar tal excepcionalidade a partir das Agulhas Negras, reclamando seu pertencimento ao município de Aiuruoca. Numa sessão do Congresso Mineiro, em maio de 1891, Afonso Pena informou ao então Presidente de Minas, Bias Fortes, que o governo fluminense havia lavrado um decreto permitindo intervenções na Serra da Mantiqueira. Lá seriam construídos uma cidade modelo, uma linha férrea até o maciço do Itatiaia e outras “vantagens dadas à empreendimentos particulares”. O que, segundo Pena, ofendia os direitos de Minas. Levantando a questão dos limites entre os dois estados, disse ter feito diversos estudos bibliográficos e cartográficos que lhe deram a certeza de que o maciço mais alto do país, o “Pico do Itatiaia”, pertencia ao território mineiro. Ponderou que, como o país tinha diversas localidades com o mesmo nome, poderia existir um outro planalto com o nome Itatiaia totalmente dentro do Rio de Janeiro. Afirmou que era da ciência de todos os presentes, confirmado por decretos antigos, relatos e representações cartográficas, que a divisão estadual passava pelo Rio Preto e outras partes da serra. Portanto, o pico ficaria a oeste da nascente do rio, no lado de Minas. Tomando a palavra, o senador pelo sul de Minas, Sr. Viotti, informou que acreditava ser aquele o ponto divisor dos estados. Mas que, como os geógrafos não precisavam com exatidão a linha divisória, era preciso sim levantar informações para saber se o maciço do Itatiaia era parte do território mineiro, somente do Rio ou de ambos. Os dois senadores requereram ao presidente que mandasse recolher informações sobre a localidade a que se referia o decreto fluminense, a fim de resguardar as possessões mineiras.<sup>108</sup>

Nas sessões seguintes, o Congresso voltou-se para a questão mudancista e o assunto dos limites não reaparece nas Atas. Em 1897, a Secretaria de Agricultura publicou um relatório da Comissão Geográfica e Geológica da Repartição de Terras, que informou sobre uma Comissão de Expedição Geográfica de Limites formada para estudar os limites entre os estados. Dois anos depois, Xavier da Veiga foi enviado pelo presidente Silviano Brandão para fazer novo acordo com o governo fluminense sobre alguns conflitos de jurisdição que atravessavam os séculos.<sup>109</sup>

As dúvidas quanto a linha divisória do estado e a supremacia das Agulhas Negras adentraram o século XX, sendo discutidas também pela Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ). Senna publicou na sua *Chorographia de Minas Geraes*, em 1911-2, a respeito dos limites daqueles estados no maciço do Itatiaia, incorporando São Paulo. No Boletim da SGRJ, de 1924, o geógrafo-chefe da Comissão da Carta Geográfica de Minas, Álvaro da Silveira, criticou a obra de Senna em várias partes. Disse que as informações do autor davam a entender que no pico

<sup>108</sup> CONGRESSO Mineiro – 9ª Sessão ordinária, 8 maio 1891. *O Estado de Minas*, 20 jun. 1891, p. 2.

<sup>109</sup> As divisas de Minas eram debatidas desde os tempos coloniais, principalmente com São Paulo depois do desmembramento da Capitania. PRATES, C. *Relatório apresentado ao Dr. Secretario de Estado da Agricultura do estado de Minas Gerais pelo Inspetor de Terras e Colonizações*. Ouro Preto: Repartição de terras, 1897, p. 69 e 72-75. Acervo: APCBH / Coleção de Assuntos Mineiros. Sobre limites com São Paulo, cf. VILHENA, R. C. *Divisa entre Minas Gerais e São Paulo*, 24 fev. 2016 (Transcrição). Disponível em: <http://palacehotel.com.br/historico/divisa-entre-minas-gerais-e-sao-paulo/>. Acessado em: 20 jun. 2016.

se convergiam os vértices dos três estados. Pelos seus estudos no local, publicados no *Memórias Corographicas*, o encontro ficava à 17 km oeste do pico e que este era divisor apenas do Rio e Minas. Em resposta, Senna contestou que tivesse dito que a divisa de São Paulo fosse o pico, mas reafirmou que era no maciço. Por fim, disse que não era uma constatação definitiva, pois os limites de Minas e São Paulo ainda estavam sendo discutidos.<sup>110</sup>

Dessa discussão, resultou a afirmação de que tampouco as Agulhas Negras era o “teto do Brasil”. Silveira aproveitou para reclamar o protagonismo da altimetria comparada entre as Agulhas Negras e o “Pontão do Bandeira”, que deslocava o registro do mais alto pico brasileiro para “o contraforte do Caparaó”, entre Minas e Espírito Santo. Acusou Senna de ter colocado em dúvida esse seu trabalho quando divulgou a contestação feita por um capitão do Exército, sem ter transcrito sua réplica ao dito oficial. O que prontamente Senna respondeu, afirmando que foi um dos maiores propagadores do legítimo trabalho de seu censor junto ao IHGB e em várias palestras toda vez que ouvia referências ao pico das Agulhas Negras como o maior.<sup>111</sup>

Em 1935, os alunos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro fizeram uma série de medições no Itatiaia e reafirmaram sua supremacia. Esse reconhecimento e a criação do primeiro parque nacional pareciam encerrar aquelas discussões. Porém, foi apenas uma parte das disputas de caráter científico e identitário regionalista sobre as altimetrias dos picos brasileiros. Quando o parque foi criado, o Bandeira ficou obscurecido. Vários outros picos altos do Caparaó e da Mantiqueira ainda passavam por processos de reconhecimento e, aos poucos, foram medidos.<sup>112</sup>

No ano em que Silveira divulgou o cume do Caparaó no Pico da Bandeira, dando a altura de 2.892m, as divisas de Minas com Espírito Santo também começaram a ser questionadas. As longas décadas de discussão sobre as divisas Minas com outros estados, e, no caso com Espírito Santo, até armadas, pareciam encerradas com a Constituição de 1937. O Art. 148 vedava os estados quaisquer reivindicações territoriais e o Serviço Geográfico do Exército deveria estabelecer os limites em dúvida ou em litígios. Contudo, em 1938, o governo mineiro decretou os limites municipais de Itamonte e Liberdade com o Rio de Janeiro passando pelo Agulhas Negras; e de Espera Feliz com o Espírito Santo no Pico da Bandeira. Por sua vez, em 1948, o estado do Espírito Santo baixou um decreto para criar uma “Reserva Florestal do Pico da Bandeira”. Cinco anos depois, a Câmara de Espera Feliz – MG enviou ao governo federal um

<sup>110</sup> SILVEIRA, A. Chorografia de Minas Gerais. Considerações do eng. Álvaro da Silveira. *Boletim da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, n. 1, v. 24, 1924, p. 9-24; SENNA, N. Resposta dada pelo autor de Chorographia de Minas Geraes. *Boletim da Sociedade...*, p. 25-52.

<sup>111</sup> SILVEIRA. *Chorografia de Minas Gerais. Considerações...*, p. 17-8; SENNA. *Resposta dada pelo autor...*, p. 29-30.

<sup>112</sup> CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 238; JABOR, S. Nas Agulhas Negras, a grande realização da Escola Polytechnica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1935, Suplemento, p. 1.

pedido para criar um parque nacional em proteção ao Pico e para atrair turistas. Os litígios com relação a possessões ao norte ao sul do Rio Doce continuaram até a década de 1960.<sup>113</sup>

Em 1961, o governo Jânio Quadros criou o Parque Nacional do Caparaó em terrenos da União. Devido às divergências entre os estados e por uma parte significativa da Serra ser de particulares, o decreto estabeleceu que o parque fosse criado “ao lado do Pico da Bandeira” e que o Serviço Florestal deveria entrar em entendimento com os proprietários, prefeituras e governos estaduais para estabelecer e abranger áreas para o parque. A razão primeira na base da proteção daquela área foi a existência do maciço da maior altitude brasileira à época. Dois anos depois, com o processo aberto para obter a posse dos terrenos, a União aceitou a doação do Pico da Bandeira e outras áreas referidas no documento de criação do parque por parte dos municípios espírito-santenses. Na década de 1970, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1977, definiu o Pico como o ponto divisor dos estados.<sup>114</sup>

Minas Gerais manteve-se nas cartas topográficas como o ápice do território nacional através do Itatiaia e do Bandeira. Um status significativo para a identidade estadual ligada à paisagem de “enormes serras [...] disseminadas por toda [...] Minas Gerais, tão orgulhosa de suas montanhas alcandoradas”, como vimos anteriormente.<sup>115</sup> Em decorrência, o estado ganhou também dois parques nacionais, PARNA Itatiaia e PARNA Caparaó. Mesmo que a existência do primeiro seja atribuída ao Rio de Janeiro, o território mineiro divide o maciço do Itatiaia e teve mais terrenos incorporados ao parque na expansão de 1982.<sup>116</sup>

A criação do PARNASO igualmente abrangia “as montanhas elevadas e os picos alteneiros que [disputavam] com as Agulhas Negras de Itatiaia e os vértices agudos da Serra do Caparaó as primazias de pontos culminantes [do] Brasil”, onde se destacam o pico Dedo de Deus, a Pedra Açú, o Campo das Antas, o Agulha Itacolomi e vários do gênero.<sup>117</sup> Igualmente, a demarcação do Parque Nacional do Pico da Neblina, criado em 1979, protege os dois maiores picos atualmente reconhecidos: Neblina e 31 de Março. Depois de anos de disputas entre Brasil e Venezuela, em 1965, a expedição comandada pelo exército brasileiro à fronteira norte do estado do Amazonas reconheceu o Pico da Neblina como o mais alto, comemorando com o *slogan* “O

<sup>113</sup> Em 1911, o governo espírito-santense contestou a demarcação ao norte e ao sul do Rio Doce promulgada em 1800. MINAS GERAIS. Decreto-lei n. 148, 17/12/1938. Fixa a divisa territorial do estado. ESPIRITO SANTO. Decreto-Lei n. 55, 20 de setembro de 1948. Cria a Reserva Florestal do Pico da Bandeira. BRASIL. *Constituição de 1937* (Art. 184). cf.: SOARES. J.G. *Limites territoriais em litígio no Brasil: estudo de caso existente na divisa entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais no interior do PARNA Caparaó*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 2015.

<sup>114</sup> BRASIL. Decreto n. 50.646, de 24 de maio de 1961. Cria o Parque Nacional do Caparaó. Sobre a criação do Parque, cf. SANTOS. *Parques por decreto...; PARNA Caparaó, História. ICMbio*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/quem-somos/historia.html>. Acessado em: 31 de março de 2015.

<sup>115</sup> Citações de: SISTEMA orográfico de Ouro Preto. *Tribuna de Ouro Preto*, 15 nov. 1947, p. 1.

<sup>116</sup> Cf. DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 151; SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 147-152.

<sup>117</sup> A.V. Teresópolis – Parque Nacional. *Jornal do Commercio*, 25 set. 1938, p. 4. Ver também: DRUMMOND. *Devastação e preservação ambiental...*, p. 194-5.

pico é nosso!”. A mesma expedição mediu o Pico 31 de Março naquela serra como o segundo mais alto do Brasil, que se tornou o ponto divisor entre os dois países.<sup>118</sup>

Os geógrafos do Império, como Gerber, advertiram que Minas Gerais era uma circunscrição administrativa, onde os limites políticos não estavam evidentes em rios e montanhas. Porém, à medida que alguns maciços foram descobertos e legitimados, tornaram-se pontos de discussão e configuração do território.<sup>119</sup> A forma do homem se relacionar com a natureza, ao atribuir um valor de excepcionalidade aos picos pela sua altitude, participa da construção do território mineiro e também brasileiro. Da mesma forma, a ciência constituiu instância-chave para a distinção dessas áreas e demarcação como parques. Como Serrano, acreditamos que estas disputas travadas nas alturas deixam entrever o aspecto da invenção dos picos como lugares notáveis da natureza. Para além das questões de determinação da altitude e estatuto de um pico ser considerado, ou não, o mais alto, a disputa profissional e territorial desempenhou um papel importante na constituição dos monumentos naturais excepcionais.<sup>120</sup>

Esses debates foram importantes para a própria atividade científica, que depende de questionamentos, críticas e contradições para que se desenvolvam novos estudos e se amplie o campo do conhecimento. As divergências e desconhecimento dos atuais picos mais altos ligam-se também ao avanço da ocupação e do conhecimento científico pelos territórios distantes ou de difícil acesso. O local acessível onde se encontram os picos notáveis do século XIX foi um dos fatores que levaram mais pesquisadores a estudá-los inicialmente. Esse é o caso do Itacolomi, cujas palavras de Reclus dão conta de que “por muito tempo foi tido pelo mais alto do Brasil e que ficou sendo o mais famoso graças à vizinhança da antiga capital de Minas”.<sup>121</sup> Ele foi cogitado como superior não somente aos desconhecidos picos no Caparaó e outras partes alcantiladas na Mantiqueira e Serra dos Órgãos. Também aos percorridos na Serra do Espinhaço, como Itambé e Caraça, cujas medições foram pautas de discussões.

Se hoje o Itacolomi não está nem entre os vinte maiores de Minas, os relatos que o tomaram como o ponto mais alto do Império ou da província participaram da construção da sua paisagem como de magestoso e altivo pico. Principalmente nas referências identitárias dos ouro-pretanos, no decorrer do século XX, era o “atalaia gigante” transformado em “Condor das Montanhas”, como se fosse o rei das alturas de Minas.<sup>122</sup> Ou, nas palavras de Racioppi, em

<sup>118</sup> DEPTO. Pesquisas do Jardim Botânico. Reconhecido o Pico da Neblina como ponto culminante do país; o novo teto do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1965, p. 7; PICO da Neblina. *Revista do Instituto Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, v. XII, 1965-1966, p. 321; BRASIL. Decreto n. 84.107, de 21 de setembro de 1979. Cria o Parque Nacional do Pico da Neblina.

<sup>119</sup> CASTRO. *Minas do sul...*, p. 110-1.

<sup>120</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 101.

<sup>121</sup> RECLUS, E. *Estados Unidos do Brasil*. Geographia, ethnographia e estatística. Rio de Janeiro: ed. Garnier, 1990, p. 192.

<sup>122</sup> VASCONCELLOS. *Descobrimientos na zona do Rio das Velhas...*, p. 272; MIRANDA. *Discurso pronunciado pelo eng. de minas...*, p. 4

discurso na I CBPN, era a curiosidade que se destacava pela sua altitude, um “belo monumento natural”, concluiu.<sup>123</sup> Se destronado como o cume topográfico da nação e do estado, foi coroado pelos relatos históricos e literários como o “ponto culminante da epopeia da história mineira”.<sup>124</sup>

Para aqueles que buscavam conhecer suas alturas, era igualmente referenciado como um lugar que proporcionava uma experiência transcendente, de contato do homem com a natureza, que dava a impressão de comunhão com o mundo natural. A sua paisagem despertaria no observador o sentimento de sublimidade e de prazer por estar naquele ambiente natural.<sup>125</sup> No primeiro capítulo, vimos como algumas regiões serranas e, em destaque, o Itacolomi, se tornaram centros de visitação das “viagens pitorescas” em busca das belezas naturais e de vivenciar esses sentimentos. Assim, abordaremos a seguir como a Serra do Itacolomi e seu pico foram indicados como uma das possíveis áreas atrativas a ser preservada.

### **Os parques para o prazer e benefício das pessoas**

A preocupação em oferecer oportunidades de lazer aos cidadãos e turistas colocou em evidência a localização dos parques. A noção de separar áreas para descanso e contemplação da natureza, segundo Tuan, evoca a imagem do Éden, cheio de maravilhas e belezas, como um “oásis em meio ao deserto” ou um horto separado para segurança, consolo e descanso. Nele, há a ilusão de fuga do mundo da sociedade para o da natureza. Mas a “máquina” está perto e a própria cultura é que organizou o espaço. É também um jardim, como uma forma de trabalhar a natureza pela “arte” humana.<sup>126</sup> Segundo Serrano, essa definição de parques traz a historicidade da ideia de natureza para usufruto do homem não só na exploração produtiva dos recursos, mas nas outras formas de ocupação e “comercialização” do mundo natural.<sup>127</sup>

Embora a indústria do turismo engatinhasse quando os primeiros parques foram criados, seus idealizadores e o poder público conheciam o potencial turístico brasileiro. O que favoreceu a escolha de algumas localidades que comportavam os aspectos naturais desejados para ganhar *status* de parque. Duarte e Drummond chamam atenção para a importância geográfica desses parques. Em especial, os dois primeiros, PARNA Itatiaia e PARNASO privilegiaram o estado do Rio de Janeiro que, como sede do governo federal até 1961, era o lugar mais urbanizado e movimentado no início do século XX e porta de entrada principal para viajantes estrangeiros.<sup>128</sup>

<sup>123</sup> SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, v. 1, p. 62.

<sup>124</sup> RACIOPPI. *Estudantes do Rio Grande do Sul...*, p. 14; EDITORIAL. *O Itacolomy*, n. 1, 14 jul. 1912, p. 1.

<sup>125</sup> CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 8; WILLIAMS. *O campo e a cidade...*, p. 168, 179-180.

<sup>126</sup> TUAN. *Ambiguidade nas atitudes...*, p. 20.

<sup>127</sup> SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 14-5.

<sup>128</sup> DUARTE. *Nature and historiography...*, p. 26; DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 144-9 e 164.

O Rio de Janeiro comportava vários lugares considerados paradisíacos pelos conservacionistas, como as ilhas e praias, as florestas tropicais, os lagos, os rios e seus vales, as grandes formações rochosas e as montanhas descritas por Sampaio e Fonseca. Criar parques naquele estado contribuiria para o progresso regional, apresentando um país de natureza atraente para os turistas e mesmo para imigrantes. Os parques por suas belezas e riquezas naturais seriam oferecidos também ao turismo urbano.<sup>129</sup> Sobre o primeiro parque nacional, o naturalista suíço Joseph Hubmayer destacou que aquela área serrana era sem igual no mundo e estava às portas da cidade, oferecendo aos cientistas riquíssimos elementos para pesquisas, “aos convalescentes pelo trabalho exaustivo nas barulhentas cidades, um retiro ideal para a sua reconstituição física e mental e aos excursionistas e curiosos uma infinidade de atrativos”.<sup>130</sup>

Os ambientes montanhosos recordavam as regiões de plena oxigenação e fonte de águas saudáveis. Em mundo cada vez mais industrial e urbano, as preocupações com a saúde, saneamento e higiene das cidades e seus arredores levaram centenas de pessoas à busca de temperaturas amenas em ambientes serranos nas temporadas de verão e para a cura de doenças. Estar próximo às montanhas seria ideal para a saúde da população, que poderia ter momentos de refúgio em meio àquela natureza. Também proporcionavam panoramas de extensas áreas. De forma semelhante, a Serra dos Órgãos se tornou um refúgio no meio daquele estado. Lá foram instaladas fazendas-colônias que recebiam hóspedes para temporadas. Mais próximo à capital estava a Tijuca com suas encostas íngremes, paredões verticais e picos rochosos que compunham a paisagem urbana. O Corcovado, principalmente depois da instalação do Cristo Redentor, é sem dúvida o principal atrativo do parque, proporcionando uma vista quase completa da cidade.<sup>131</sup>

Drummond considera que não foi casual a criação de três parques “sertanejos” no momento que a nova capital federal, Brasília, era construída: o Araguaia, no Tocantins (1959), e Chapada dos Viadeiros e Emas, em Goiás (ambos em 1961). Além de um parque específico para o Distrito Federal, o Parque Nacional de Brasília, também em 1961. Os documentos de criação enfatizavam o objetivo de oferecer aos futuros habitantes da capital e visitantes do cerrado, das chapadas e, mais adiante, do Pantanal as oportunidades de lazer e turismo.<sup>132</sup>

Enquanto foi capital de Minas Gerais, Ouro Preto tinha sua importância geográfica para os mineiros e era o destino principal daqueles que visitavam a região. Para os ouro-pretanos, ela

<sup>129</sup> Ler a respeito em: DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. p. 144-9 e 189; PADUA. *Um sopro de destruição...*, p. 271; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 36.

<sup>130</sup> No início do século XIX, alguns moradores começaram a frequentar as serras próximas para fugir do ambiente da cidade, do calor e das doenças. A própria família imperial buscava as altitudes para escapar da planície urbanizada ou das altas temperaturas litorâneas. HUBMAYER, J. Parques Nacionais, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, de 22 dez 1913, [s.n.] apud BARROS, W. D. *Parques Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952, p. 39.

<sup>131</sup> Sobre todo o parágrafo, ver DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 163 e 189; \_\_\_\_\_. *O jardim dentro da máquina...*, p. 279 e 292; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 35, 62-4; HALL. *Cidades do amanhã...*

<sup>132</sup> DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 149.

deveria oferecer atividades de lazer para seus visitantes e para os moradores, como as cidades mais modernas faziam. No momento de discussão da mudança da capital, os antimudancistas transportaram para a Serra do Itacolomi as teorias sobre os benefícios do clima de altitude e as novas práticas nas montanhas. A Serra igualmente foi considerado um éden de montanha, composta por um acidente geomorfológico singular e por flora e fauna alpina, como pouso de salubridade e ambiente favorável para temporadas de férias e em benefício dos cidadãos. As alturas do Itacolomi foram descritas como lugar de tranquilidade, de extremo silêncio e de gozo dos bons ares. Anteriormente, vimos como a partir da percepção romântica e estética da natureza e a valorização da natureza sublime, as escaladas e a observação do panorama a partir das serras escarpadas tornaram-se um dos programas favoritos dos excursionistas. Autor de várias propostas de melhoramentos na Serra, Palmella já tinha conhecimento das ideias e usos dos ambientes serranos para contemplação, repouso e cura de doenças. Suas intenções dirigidas para o Itacolomi foram baseadas na experiência pessoal como excursionista no Rio de Janeiro. Cerca de três anos antes daquele piquenique em sua homenagem, Palmella relatou sua ascensão ao Itatiaia, descrevendo o prazer de estar no “paraíso” para “usufruir de beleza” e buscar “revigoramento da saúde”. Palmella propôs a construção de chalés para veranistas e a instalação de casas para doentes na Serra do Itacolomi, devido ao clima e às “águas puras e cristalinas” que nascem ali.<sup>133</sup>

O literato faz ainda um interessante questionamento: “qual será o viajante de certo gosto que ao chegar a Ouro Preto não tenha como ponto obrigatório de seu itinerário subir ao Itacolomi?”. Completou ser intuitivo que ninguém deixaria de ir ao Pico desde que se proporcionem condições para facilitar a chegada até ali. Para ele, se ainda não era alvo de verdadeiras “romarias turísticas” e palco para diversas atividades que poderiam ser desenvolvidas, devia-se as dificuldades de sua ascensão, não ao desinteresse pelo “magestoso e poético Itacolomi”.<sup>134</sup> Seu questionamento e sua posterior constatação tornam por certo que a inserção das práticas excursionistas na Serra, para desfrute dos benefícios das alturas, dependeria do auxílio da técnica. Buscando o exemplo do Rio de Janeiro, também propôs a construção de uma “estrada de ferro” ou um teleférico até o Pico do Itacolomi, para tornar as ascensões mais viáveis. Naquele projeto do engenheiro Antônio da Silva, apresentado no primeiro capítulo, e nas ideias de José Palmella, era imperativo tornar aquele lugar atrativo e acessível para todos.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> COELHO, Ten. Cel. Jacintho Dias. Intendência Municipal, *O Estado de Minas Geraes*, 5 jan. 1892, p. 4; PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, 6 fev. 1892, p. 4.

<sup>134</sup> PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos actuaes...*, 6 fev. 1892, p. 4.

<sup>135</sup> No Rio, a primeira ferrovia eletrificada do Brasil e com fins exclusivamente turísticos, inaugurada em 1884, contribuiu para transformar o Corcovado num dos pontos praticamente obrigatórios para quem visita à cidade. A respeito, ver PERROTTA. *Desenhando um paraíso tropical...*, p. 169. Para os projetos de melhoramentos: INTENDÊNCIA Municipal, sessão do dia 10 dez. 1891. *O Estado de Minas*, 5 jan. 1892, p. 4; PALMELLA. *Ouro Preto e seus progressos...*, p. 4.

Essas medidas visavam confirmar aquela serra como ponto de atração, onde as pessoas poderiam passar os “domingos naquelas alturas, para saborear as cristalinas águas e respirar ar mais salubre do mundo, recreando a vista através dos mais belos panoramas, fonte perene de inspiração”.<sup>136</sup> Mas com a mudança da capital, em 1897, a cidade foi se despovoando e a frequência de visitantes também diminuiu. Os movimentos de valorização histórica e cultural de Ouro Preto, assim como de patrimonialização a partir do século XX, que vimos no segundo capítulo, buscaram atrair novamente a atenção do poder público e torná-la centro turístico.

Mesmo que as pautas levantadas e os aspectos valorizados fossem os mesmos que justificavam os parques; que Palmella fosse conhecedor das práticas realizadas nas serras fluminenses - algumas indicadas como possíveis áreas de preservação naquela época -; e os primeiros parques norte-americanos já existissem, não podemos afirmar que as intenções direcionadas ao Itacolomi foram no sentido de criar ali uma reserva natural. Até a década de 1930, não se discutiu a delimitação de uma área para gozo público ou mesmo proteção dos recursos naturais. O que percebemos é que as propostas e práticas anteriores giravam em torno dos benefícios do ambiente alpino, da contemplação estética dos elementos “excepcionais” da natureza, da ampliação das pesquisas no local e a valorização do conjunto paisagístico significativo para a região. No debate público, a pauta protecionista surgiu na I CBPN, a partir da atuação do IHOP em prol dos patrimônios culturais e naturais de Ouro Preto.

Votada a “Reserva do Itacolomy”, os conferencistas votaram também a construção de uma rodovia de acesso. Pela proposta de Racioppi, a ascensão ao Pico seria facilitada com a construção de uma “estrada de automóvel de turismo”.<sup>137</sup> De acordo com o Código Florestal (Art. 9º, § 2º), a construção de caminhos nas áreas reservadas deveria obedecer às disposições técnicas dos serviços florestais, “de forma que, tanto quanto possível, se não altere o aspecto natural de paisagem”. A cidade teria, assim, tanto os monumentos históricos e artísticos como monumentos naturais, contribuindo para atrair mais visitantes interessados em conhecer as “riquezas da natureza” e desfrutar daquele ambiente serrano.<sup>138</sup>

### **3.3 - A PROPOSTA DA “RESERVA DO ITACOLOMI” EM MEIO ÀS QUESTÕES CULTURAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS**

Em acordo com o Código Florestal e a valorização dos patrimônios nacionais que vimos até este ponto, pareceu relevante ao proponente da Reserva manter sob proteção aquela área que

<sup>136</sup> PALMELLA, J. *Ascensão ao paraíso Itatiaia*. Cartas à Vinscondessa de Araim. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889, p. 5 apud SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 104-5.

<sup>137</sup> RACIOPPI. *Reserva do Itacolomy...*, v. 1, p. 61-3; v. 2, p. 107.

<sup>138</sup> BRASIL. *Código Florestal de 1934...*, Art. 9º; \_\_\_\_\_. *Constituição de 1934*.

formava a triáde paisagística ideal, pela flora das matas, campos e pelo maciços rochosos com seu alto pico. Vicente Racioppi é um dos sujeitos que pode ser pensado como parte de uma história maior da constituição dos patrimônios culturais e naturais no Brasil. A sua presença na I CBPN revela, em primeiro lugar, a sua atuação dinâmica em relação às atividades do instituto na patrimonialização de Ouro Preto. Em segundo, mostra uma aproximação aos ideais defendidos por aquele grupo estruturado em torno da Proteção à Natureza. Um terceiro ponto seria sua influência pessoal e capacidade de se articular, por um período, junto às autoridades públicas e instituições de ensino e pesquisa nacionalmente importantes.<sup>139</sup>

Na década de 1920, artistas modernistas e o IHGB invocaram o governo federal para que tomasse medidas que revertessem o aspecto de decadência de Ouro Preto. Como membro do IHGB, Racioppi tornou-se o agente local nesta campanha. Em 1931, reuniu-se com o prefeito João B. F. Velloso, com o escritor Gastão Penalva e com o historiador José Pires Brandão para criar o IHOP. Em pouco tempo, assumiu o papel de liderança na mobilização preservacionista, o que lhe conferiu um certo estatuto especial de autoridade e o aproximou do governo federal, conseguindo a permissão para instalar o IHOP na Casa de Gonzaga. Para uma mobilização social mais ampla, também fez aparições regulares na imprensa e dedicou-se à escrita da história regional. Em 1932, fez parte da delegação brasileira no encontro do Instituto Panamericano de História e Geografia, realizado em Buenos Aires. Racioppi também foi sócio correspondente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e do IHGMG.<sup>140</sup>

Algumas de suas ações à frente do IHOP incluíram trabalhar com o poder municipal nas obras de recuperação e preservação dos espaços públicos, prédios e igrejas da cidade. Dentro do Instituto, criou um acervo de objetos antigos e de obras artísticas, que funcionou também como Museu de Arte e História da Casa de Gonzaga. A partir de 1936, Racioppi abraçou ainda mais a causa da proteção dos patrimônios e passou a coordenar uma grande campanha de restauração da cidade. O ponto alto de seus esforços e posição de destaque foi considerado por Williams como a sua participação na visita de Vargas à Ouro Preto, em 1938, já no Estado Novo. Vargas anunciou sua ida à cidade para acompanhar as transferências das urnas contendo os restos mortais dos inconfidentes. Recebeu, então, um telegrama-convite de Racioppi para que visitasse o IHOP e conhecesse o museu. O autor coloca que “o privilégio de cumprimentar o presidente como um

<sup>139</sup> Sabemos que Sampaio era membro do IHOP quando Racioppi realizava várias ações preservacionistas em Ouro Preto e escrevia sobre as histórias que mencionavam o Itacolomi.

<sup>140</sup> BRANDÃO, P.J.P. Ouro Preto. Conferência realizada em 7 de outubro de 1931. *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, n. 37, tomo I, 1933, p. 22-31; WILLIAMS. *Vicente Racioppi: The Local Preservationist...*, p. 187-189; DELAMARE. *Villa-Rica...*, p. 181-182

preservacionista local, não remunerado [...] e membro da intelligentsia regional foi, de fato, um grande feito para o advogado”.<sup>141</sup>

Sua agenda não dita, continua, foi valorizar o trabalho do Instituto frente aos serviços oficiais para o patrimônio, que começaram a atuar na proteção dos monumentos nacionais. A concorrência do IHOP com os serviços do governo começou ainda no final de 1934, quando a Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional (MHN) concentrou seus esforços na cidade. Para Racioppi, era missão do IHOP a defesa de Ouro Preto. Os trabalhos da Inspetoria foram duramente criticados por ele. Em 1937, com os decretos de organização dos patrimônios e criação do SPHAN, que tomou a responsabilidade pela conservação da cidade, o seu tom de oposição aos agentes federais aumentou. Depois da passagem de Vargas, Racioppi fez declarações de que a recuperação dos restos dos inconfidentes por parte do SPHAN foi um fiasco, afirmando que as urnas continham ossos de africanos exumados por agentes mal informados. Suas críticas e oposição enfraqueceram seu relacionamento com os representantes do governo, autoridades técnicas e intelectuais em todo o país. Com a abertura do Museu da Inconfidência, o governo exigiu a transferências de muitas peças de alto valor que estavam no museu do IHOP.<sup>142</sup>

O IHOP, especificamente de Racioppi, passou a ser alvo de investigações por suspeitas de irregularidades. Como diretor do Instituto, foi acusado de residir na Casa de Gonzaga e instalar ali seu escritório de advocacia. Em 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra passou a posse do prédio para a EMOP e Racioppi atestou não ter sido informado oficialmente sobre a transferência. Com sua viagem à Belo Horizonte para o enterro simbólico do seu filho, morto na II Guerra Mundial, os alunos do curso de mineralogia e metalurgia invadiram e ocuparam definitivamente a casa. Foram vários anos de ação judicial movida pelo IHOP para tentar a reintegração da posse, que terminaram com sua transferência para a nova residência de Racioppi no bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte.<sup>143</sup>

Desde sua participação na I CBPN, Racioppi acabou direcionando suas atenções para os patrimônios artísticos e históricos dentro da cidade de Ouro Preto, não retomando em seus artigos ou discursos posteriores o interesse pelos patrimônios naturais e a criação da Reserva do Itacolomi. Os embates com autoridades e instituições governamentais por espaços de atuação, apoio político e recursos também acabaram afastando o proponente do cenário político e cultural

<sup>141</sup> WILLIAMS. *Vicente Racioppi: The Local Preservationist...*, p. 185-190(Tradução nossa). Cf. também MAGALHÃES, A. Ouro Preto antigo. *A Tribuna de Ouro Preto*, 13 abr. 1945, p. 2 e 3.

<sup>142</sup> WILLIAMS. *Vicente Racioppi: The Local Preservationist...*; RACIOPPI, V. Injuriada pedra sabão. *Voz de Ouro Preto*, 12 ago. 1935, p. 1; MAGALHÃES, A.M. Ouro Preto entre antigos e modernos. A disputa em torno do patrimônio histórico e artístico nacional durante as décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 33, p. 189-208, 2001.

<sup>143</sup> A transferência ocorreu após 1951. Na capital, dedicou-se ao magistério e ao jornalismo. *O INSTITUTO Histórico de Ouro Preto recorre a justiça*. 23 novembro de 1948. [Livreto] Acervo: Biblioteca do AMOP; WILLIAMS. *Vicente Racioppi: The Local Preservationist...*; LESSA, M. A. *Ouro Preto do meu tempo*. São Paulo: IBRASA, 1980, p. 134-139.

da cidade. O SPHAN (depois como DPHAN e IPHAN), ou suas instâncias municipais e estaduais, tampouco se voltaram para a proteção da natureza naquela região.

### **Proteção à natureza em Minas Gerais (1930-1960)**

Na primeira edição da revista do SPHAN, o geógrafo do MNRJ e participante da I CBPN, Raimundo Lopes (1894-1941), chamou atenção para a proteção da natureza em Ouro Preto. Para ele, a paisagem urbana unida à natural do entorno lembrava que toda a região “estava cheia de relíquias do passado [...] e da terra”, que não podiam ser desconsiderado. Portanto, o SPHAN deveria proteger as reservas de recursos importantes para a cidade, os sítios e reconstituir a vegetação nativa, de modo a realçar uma típica e originária paisagem. Lopes sugeriu também aos geógrafos, historiadores, etnógrafos e artista para que pesquisassem “o passado sempre com os olhos na natureza; e aos naturalistas, em geral, para que vissem quanto a natureza tinha relação com o passado e a raça, procurando os mil laços que unem o homem ao ambiente”.<sup>144</sup>

Mas a seleção e o posterior tombamento de monumentos na cidade se concentrou nos bens arquitetônicos, obras de arte e artefatos históricos e religiosos. Nenhum documento dos serviços patrimoniais ou outras vozes se levantaram para pedir a inscrição do Pico do Itacolomi como um bem a ser tombado, como monumento geomorfológico ou pelo seu conjunto paisagístico significativo do ponto de vista histórico, turístico e identitário para a região. Acreditamos que um dos motivos para esse direcionamento pode ter sido à falta de uma definição precisa na legislação do conceito de monumento natural a ser tombado e por quais órgãos. Os serviços patrimoniais acabaram restringindo suas atuações e definições à ideia de paisagem. O SPHAN voltou-se para aqueles de interesse turístico e educativo, que compunham o cenário cultural e histórico; e as áreas cuja oferta de recursos ou outras formações peculiares da natureza estavam nas origens dos patrimônios culturais ou em risco de serem modificados, comprometendo o aspecto de paisagem natural. Até a década de 1950, as ações em torno da natureza pelo SPHAN foram associadas à descrição de sítios e paisagens.<sup>145</sup>

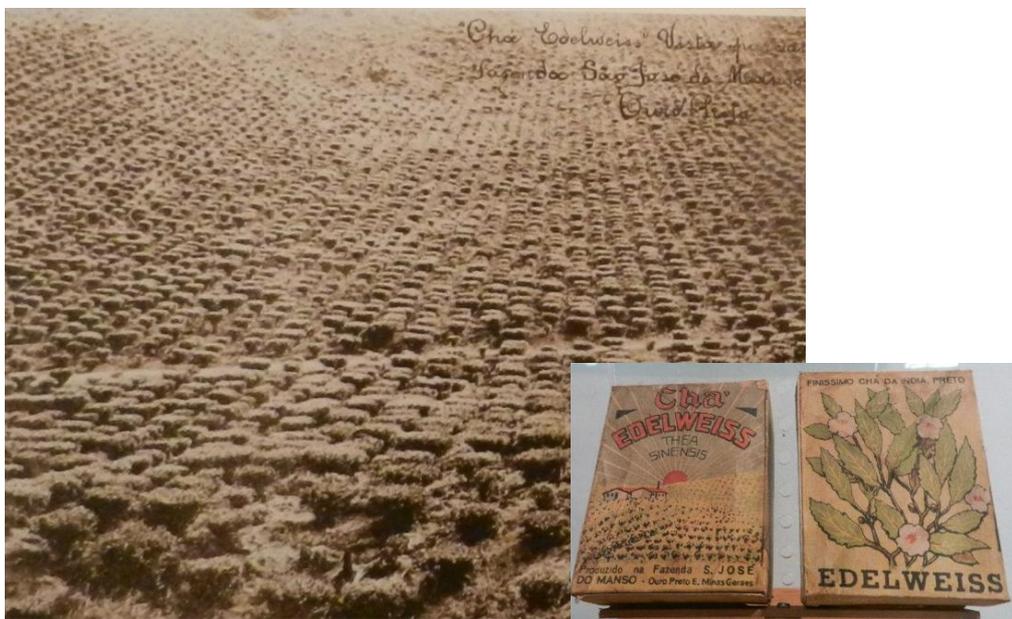
Por outro viés, a proteção dos monumentos topográficos, florísticos e geomorfológicos considerados peculiares da natureza e de interesse nacional, que estavam em áreas onde predominavam os biomas ecológicos, eram entendidos como responsabilidade dos serviços

<sup>144</sup> LOPES. *A natureza e os monumentos culturais...*, p. 77-96. Cf. CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 240.

<sup>145</sup> Foram tombados como bens paisagísticos: as praias de Paquetá, a Ilha da Boa Viagem e os morros da cidade do Rio de Janeiro (rerratificados posteriormente como a paisagem da Floresta da Tijuca e dos maciços do Corcovado, Pão de Açúcar, Gávea, outros); e, em Minas Gerais, a Lapa da Cerca Grande e a Serra da Piedade. GONÇALVES. *Autenticidade, Memória e Ideologias...*, p. 271; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 240. Sobre a definição e proteção ver: SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 242-272; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza...*, p. 117.

florestais. Alguns deles poderiam ser considerados peculiares para formar os parques nacionais, como vimos na seção anterior.<sup>146</sup>

Além dos direcionamentos de Racioppi e dos serviços patrimoniais para outros monumentos, a Serra do Itacolomi despontava como objeto de interesses econômicos que não a reserva para turismo e conservação da natureza. Ao tempo em que foi votada a Reserva, iniciou-se numa porção significativa da Serra a plantação daquela que se tornou a maior cultura de chá do estado. O sr. José de Salles Andrade adquiriu a Fazenda São José do Manso, que compreendia outras grandes propriedades da porção oeste da Serra do Itacolomi. O novo proprietário teria comprado a fazenda em completa ruína e detectou que os terrenos eram impróprios para a agricultura que não fosse de subsistência. Afirmou que só o Chá da Índia - *Camellia sinensis* -, teria bons resultados ali. A disseminação do chá na Serra veio numa fase próspera daquela cultura em Ouro Preto e Mariana. Andrade importou sementes e maquinários da Alemanha e o seu produto comercializável recebeu o nome de Edelwiss, em homenagem à sua esposa que era alemã [Fig. 23]. A Alemanha também era a compradora majoritária do Chá Edelwiss, mesmo no contexto da II Guerra Mundial. Na década de 1940, a Fazenda do Manso foi a maior produtora de chá em Minas, ultrapassando a mais antiga e famosa plantação, a da Fazenda do Tesoureiro.<sup>147</sup>



**Figura 23** – Plantação na Fazenda do Manso e caixa do Chá Edelwiss. **Fonte:** Exposição. Museu do Chá – Sede Administrativa do PEIT, 2014.

<sup>146</sup> PAES-LUCHIARI, M.T. Turismo e patrimônio natura no uso do território. In: PAES-LUCHIARI; BRUNNS; SERRANO. *Patrimônio, natureza e cultura...*, p. 34.

<sup>147</sup> A cultura do chá foi introduzida em Ouro Preto por volta de 1835 no antigo Jardim Botânico da cidade e desenvolveu-se comercialmente a partir das fazendas em Mariana. TERRA Consultoria. *Levantamento dos aspectos históricos...*, p. 68-76.

Sobre a agricultura no Brasil, o jornal *Voz de Ouro Preto* afirmou que o chá era a cultura mais adequada para o país, cujos maiores fornecedores de sementes e mudas estavam sediados em São Paulo e em Ouro Preto. O sucesso das plantações nos terrenos do Itacolomi levou à criação de outras empresas. Uma delas foi a Chá Ouro, exportado para a Espanha. Era produzido nas propriedades dos sócios Xavier da Veiga e José da Costa Carvalho, sendo a Fazenda Chacrinha sua maior produtora. A Cia. Mina da Passagem também iniciou uma enorme plantação nos seus terrenos naquela serra, onde já havia povoado de gado *vacum* das raças holandesa e zebu. Desse modo, a cultura do chá foi disseminada por várias porções da Serra.<sup>148</sup>

Num contexto de crise no setor agrícola exportador, a produção de chá no estado correspondia à uma importante atividade econômica para os cofres públicos locais até o final da década de 1950, quando entrou em decadência. A plantação de chá não era entendida como um risco para a qualidade e fertilidade dos solos, pois mantinha uma cobertura vegetal de forma perene. Tampouco comprometia o clima e as espécies da fauna e da flora na região, visto que não dependia das queimadas como a produção do café. Da mesma forma, não constituía um tipo de produção em morros, que poderia comprometer os mananciais de água vindos das partes altas da Serra e a paisagem valorada do Itacolomi. No Código, especificou-se que seria proibido devastar as matas e a vegetação das encostas dos morros que também “serviam de moldura aos sítios e paisagens pitorescas”. Ademais, a parte superior da Serra que importava do ponto de vista paisagístico é composta por campos rupestres e afloramentos rochosos, condições impróprias para a plantação. Em síntese, para além da proposta de Racioppi, a cultura humana e a natureza na Serra não foram citadas como inconciliáveis quando se discutiu nacionalmente a proteção das espécies endêmicas, porções florestais e monumentos naturais.<sup>149</sup>

Importante frisar que a maior parte da Serra do Itacolomi ainda era dividida em propriedades particulares, o que poderia dificultar a demarcação de reservas em vista do valor a ser investido com indenizações. No processo de criação de reservas da flora e parques nas remanescentes de Mata Atlântica, para proteção dos recursos, “belezas naturais” e para oferta de lazer, turismo e pesquisa, o poder público e autoridades locais direcionaram-se prioritariamente para as áreas florestais mais extensas, as que lhes pareciam mais ameaçadas, de preferência em terras públicas e, principalmente, as que fossem devolutas.

<sup>148</sup> PEIXOTO, F. O algodão e o chá. *A Voz de Ouro Preto*, 5 nov. 1935, p. 1; TERRA Consultoria. *Levantamento dos aspectos históricos...*, p. 68-76.

<sup>149</sup> TSUKAMOTO, R. Y. *Agricultura e indústria de chá no Brasil*. (recurso online). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/80>.; FUJACO, M. A. G. et al. Análise multitemporal das mudanças no uso e ocupação do Parque Estadual do Itacolomi (MG) através de técnicas de geoprocessamento. *REM: Rev. Esc. Minas*, v. 63, n. 4, dez. 2010, p. 697; BRASIL. *Código Florestal de 1934...*, Art. 22, alínea h. Ver também: SAMPAIO. *Relatório geral da Primeira Conferência...*, p. 86; FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 93.

### O primeiro parque em Minas Gerais

Enquanto Racioppi foi à I CBPN propor a Reserva do Itacolomi, o Bispo de Mariana Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1876-1960) chamou atenção do Poder Público para a região entre os rios Doce e Piracicaba. A mesma área que Sampaio propôs criar um Parque Nacional do Rio Doce. A porção leste de Minas foi efetivamente ocupada pela agricultura e urbanização somente no final do século XIX, contribuindo para maior permanência das florestas. D. Helvécio iniciou campanhas para a criação de uma reserva florestal, o que lhe rendeu a fama de “Bispo das matas virgens”. Em 1938, a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho iniciou a demarcação daqueles terrenos devolutos em meio ao “complexo de fornos de carvão vegetal e das usinas siderúrgicas” que começaram a surgir. Em 1944, foi criado o Parque Estadual do Rio Doce – PERD. Além de reserva da Mata Atlântica, a área demarcada corresponde ao terceiro maior sistema de lagoas do Brasil, um “éden lacustre” com cerca de quarenta lagos.<sup>150</sup>

O Decreto de criação anunciou o início de estudos para o estabelecimento de outros parques estaduais, aos moldes dos nacionais. Pelos termos do Art. 2º do decreto, os parques seriam criados preferivelmente nos terrenos devolutos pertencentes ao Estado, em áreas

de vegetação típica ou endêmica, com o fim de conservar curiosidades naturais; impedir a modificação de aspectos paisagísticos interessantes; proteger e manter a fauna e flora peculiar de várias regiões do Estado; e preservar e regular as fontes mananciais.<sup>151</sup>

Esses critérios estabelecidos pelo governo estadual para criar parques em Minas abriam espaço para discutir áreas florestais menores, aspectos paisagísticos e monumentos naturais peculiares, como o Itacolomi. Contudo, o papel do Estado como protetor dos recursos naturais, das florestas remanescentes e demais “trechos peculiaridades” foi problemático nos anos seguintes. Se na década de 1930 tivemos uma intensificação do elogio nacionalista à natureza brasileira e o surgimento de novas atitudes para proteção da mesma, tivemos também a afirmação dos imperativos desenvolvimentistas. Dentro das articulações políticas do Estado, os modelos industrializantes e a confiança no progresso como solução para os problemas do país disseminaram na sociedade a visão de que o crescimento econômico deveria ser perseguido a qualquer custo, fossem sociais ou ambientais.<sup>152</sup>

Dean observou que os embates entre Vargas e o Congresso, que representava os interesses das classes sociais e técnicas que mais se mobilizava em torno da proteção à natureza, afetaram o

<sup>150</sup> SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 128-137; DEAN. *A ferro e fogo...*, p. 344; \_\_\_\_\_. *A conservação das florestas...*, p. 112-7.

<sup>151</sup> MINAS GERAIS. Dec.-Lei 1.119, de 14 de julho de 1944, Art. 2º.

<sup>152</sup> Ideias do parágrafo extraídas de: DUARTE. *História e natureza...*, p. 92-3; \_\_\_\_\_. *Nature and Historiography...*, p. 25; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 13

desenvolvimento dos projetos conservacionistas após a instauração do Estado Novo.<sup>153</sup> Também nos governos seguintes, as pautas protecionistas foram sendo tratadas como pouco relevantes. Acrescentava-se a euforia desenvolvimentista na época do governo JK e que adentrou pelo governo militar instaurado a partir de 1964, com pautas de crescimento econômico e entrada cada vez maior de capital estrangeiro no país. Diante de altas taxas de desemprego, miséria, doenças e ausência de democracia, a questão ecológica aparecia mais nos meios intelectuais e acadêmicos. Nos debates políticos, era vista como um tema de interesse dos países desenvolvidos e que poderiam investir recursos na proteção integral da natureza.<sup>154</sup>

Alguns estados que tinham recursos e seus serviços mais estruturados desenvolveram esforços próprios no sentido da proteção à natureza. Em Minas Gerais, vimos como os governos incentivaram a utilização industrial do potencial produtivo do minério de ferro para alavancar a economia. Logo que foi delimitado o PERD, a Acesita iniciou suas atividades na região e era proprietária de vários terrenos que depois foram anexados ao parque. Embora uma área de proteção declarada oficialmente, permaneceu vulnerável por décadas, com extração de madeiras, atuação de posseiros e outras atividades econômicas que conflitavam com a modalidade da reserva.<sup>155</sup> Da mesma forma que as ações dos serviços patrimoniais, os serviços florestais não tiveram uma atuação expressiva e as dificuldades para fiscalizar as matas e implementar as reservas podem ser apontadas. A sugestão de Sampaio de criar um parque nacional para atender a região da capital mineira e proteção da mata na Serra do Curral tampouco foi discutida pelo poder público. Para além, nenhum outro parque foi estabelecido no estado até 1967, quando foi criado justamente o Parque Estadual do Itacolomi. É época em que novas questões foram levantadas para discutir a serra como uma reserva natural e outras legislações e medidas conservacionistas foram estabelecidas, como discutiremos na próxima seção deste capítulo.

### **3.4 – A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI NA ERA DESENVOLVIMENTISTA MINEIRA**

Ainda que numa esfera desenvolvimentista, alguns movimentos civis e de técnicos conseguiram se organizaram para levantar a bandeira conservacionistas e ações federais e

<sup>153</sup> DEAN. *A conservação das florestas...*, p. 110.

<sup>154</sup> Cf. afirmativas do parágrafo em: FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 218-9; DUARTE. *Por um pensamento ambiental...*, p. 145-146; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 31, 114-149; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 93.

<sup>155</sup> O parque permaneceu inativo e pouco conhecido. Na ocasião de um dos maiores incêndios na área, em 1967, foi chamado pela imprensa carioca de “Parque Florestal da Acesita” e uma porção da vegetação foi substituída por eucaliptos para a siderurgia. MINEIROS dominam incêndio que já queimou 1 bilhão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 out. 1967, 1º Caderno, p. 5. Sobre o parque, cf. SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 198-199; DEAN. *A conservação das florestas...*, p. 112.

estaduais ocorreram, marcando uma nova fase de proteção à natureza no Brasil. O panorama de criação de parques e reservas florestais foi se modificando, com os convênios realizados entre a Fundação Brasileira de Conservação à Natureza (FBCN) e órgãos do governo e as diretrizes estabelecidas internacionalmente.

A FBCN foi criada, em 1958, por alguns funcionários públicos, jornalistas e “pessoas interessadas em proteger amostras significativas de ecossistemas nativos ante o avanço do desenvolvimento” no governo JK. Ela seria resultado de um esforço para enfrentar os apelos de desenvolvimento a qualquer custo e promoveram um movimento nacional para implantar áreas reservadas. A Fundação tinha laços com o movimento conservacionista internacional, principalmente com a União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (UICN). Sua atuação a partir da década de 1960, em prol da criação de parques e reservas florestais junto ao governo federal, teve como respaldo os debates promovidos pela Primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais (I CMPN).<sup>156</sup>

A UICN foi organizada em 1948, na França, com o apoio da ONU e contou com 33 países representados, entre eles o Brasil. Ela contribuiu para consolidar os paradigmas conservacionistas para além dos países da Europa e da América do Norte. Entre 1959 e 1962, o Conselho Econômico e Social da ONU estabeleceu uma “Lista de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes”, onde o conceito de parques para o gozo público, a conservação das belezas cênicas e da fauna e flora de interesse nacional permaneceu como o dado até então e discutido na I CBPN. A partir dessa lista e demais conferências da ONU, foi criado um espaço próprio para discutir os parques, a I CMPN. Ocorrida entre 30 de junho e 7 de julho de 1962, Seattle – EUA, o principal objetivo da Conferência foi discutir um conceito de parque suscetível a modificações e que beneficiassem os países em desenvolvimento. Foram levantadas questões sobre o dilema proteção-recreação, propondo a proteção integral de algumas áreas e os impactos positivos e negativos do uso público. Prevaleceu a visão de que os parques deveriam ter dois princípios básicos: preservar uma área pela excepcional beleza de seus atrativos para recreação e contemplação; e áreas reservadas apenas para estudo científico e conservação das espécies. O conceito permaneceu vinculado às clássicas vertentes que viam os parques como reservas isoladas, sem incluir as populações locais que viviam/dependiam daquelas áreas.<sup>157</sup>

<sup>156</sup> A ideia da FBCN era de conservar por meio de áreas fechadas à exploração econômica direta e voltada para a pesquisa e fruição estética. Cf. FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v. 17, n. 1, 2009, p. 62-63; URBAN. *Saudade do matão...*, p. 84-9; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 76 e 186.

<sup>157</sup> A criação da ONU fortaleceu os movimentos conservacionistas com suas agências para Agricultura e Alimentação (FAO) e para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tinha ligação direta com o mundo científico e intelectual, apoiando o vínculo da conservação da natureza aos aspectos culturais e científicos. A I CMPN foi patrocinada pela UICN, pela UNESCO e pela FAO em associação com o Serviço de Parques Nacionais dos EUA e o Conselho dos Recursos Naturais da América. Importante relacionar essa I CMPN à criação da Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) e

Entre 1959 e 1961, o presidente Jânio Quadros, sob influência das seções do Ministério da Agricultura e do Conselho Florestal, criou doze parques nacionais em biomas para além da Mata Atlântica, embora este fosse a maioria. Roncaglio pondera que os novos parques priorizaram a concepção paisagística clássica de beleza cênica da cobertura vegetal e dos elementos excepcionais, voltando-se mais para o lazer e turismo. Conclui que muitos permaneceram estáticos e sem funções científicas, sociais e culturais voltadas para a biodiversidade.<sup>158</sup>

Atentos à criação da FBCN e aos movimentos internacionais sobre parques, que começavam a tomar enfoques mais ecológicos, alguns acadêmicos, parlamentares, e organizações civis fortaleceram seus debates sobre a relação entre “conservacionismo” e “desenvolvimento”. Trouxeram para o cenário nacional e o debate público a inquietude pela situação ambiental brasileira. No decorrer da década de 1960, a defesa do patrimônio natural junto ao Poder Público foi reforçada e alguns termos inauguraram uma nova fase na legislação, tomando um caráter mais conservacionista da natureza do que o pragmático-comercial das anteriores. Dentre elas, foram promulgadas a “Lei do Sambaquis” (1961) e o regulamento do Fundo Florestal (1961). Com o advento do Regime Militar, o Estado foi reformulado novamente para um modelo centralizador e as noções de interesse público foram alteradas. Todavia, foi durante esse período repressivo e autoritário que o pensamento conservacionista se consolidou na legislação e na criação órgãos específicos. De suma importância para as futuras áreas reservadas e tombamento dos monumentos naturais, foi a promulgação do novo Código Florestal (1965), o Ato da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América (1966), da Lei de Proteção à Fauna (1967) e a criação de institutos florestais.<sup>159</sup>

A respeito do Ato, ele foi criado numa Convenção de 1940, em Washington-EUA. O documento versava sobre a conservação de espécies da flora e fauna em locais extensos e das “paisagens de grande beleza, as formações geológicas extraordinárias, as regiões consideradas primitivas e os objetos naturais de interesse estético ou valor histórico ou científico”. Versava também sobre a proibição da caça e captura de espécies dentro do parque, além de outras

---

do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), ambos da UICN para patrocinar congressos e outras organizações e que se tornaram norteadores de políticas mundiais. Cf. SOUZA, J. V. C. *Congressos mundiais de parques nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2003, p. 31-53; DIEGUES. *O mito moderno da natureza...*, p. 58; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 38; RIBEIRO; ZANIRATO. *O patrimônio natural sob proteção...*, p. 221.

<sup>158</sup> RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 84, 93 e 154; DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 149.

<sup>159</sup> Ver informações do parágrafo em: MARTINI. A.J. *O plantador de eucaliptos: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004; URBAN. *Saudade do matão: relembrando a história...*, p. 78; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 86.

medidas. Esse Ato trazia a pauta da biodiversidade e da proteção contra a extinção das espécies para dentro das políticas governamentais em relação à natureza.<sup>160</sup>

Sobre o Fundo Florestal, a aplicação dos seus recursos seria para a recuperação de áreas, reflorestamento, criação de parques e florestas nacionais, aquisição de terrenos destinados à ampliação dos atuais parques, indenização dos que seriam convertidos em áreas de preservação e outras necessidades. A regulamentação do Fundo permitiria ao Ministério da Agricultura e aos governos estaduais investir nas suas áreas reservadas, que encontravam dificuldades financeiras para arcar com as indenizações, lidar com os posseiros, contratar funcionários e administrar os parques e as reservas de recursos naturais protegidos, etc. Uma necessidade importante que garantia a viabilidade dos parques existentes, sendo que nove foram criados síncronos e pelo mesmo presidente que aprovou o regulamento do Fundo.<sup>161</sup>

Em especial, o novo Código Florestal foi resultado do trabalho de especialistas, com a participação da FBCN, na elaboração do anteprojeto. O documento manteve a visão de cobertura florística como mantenedora dos “sítios de excepcional beleza ou valor científico objetivos e históricos, asilar de exemplares da fauna e flora”, e para “assegurar as condições de bem-estar público”, dentre outros preceitos. A ideia de patrimônio natural presente no Código deixou claro como atributo do Estado a criação de parques e reservas biológicas, “com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.<sup>162</sup> Com essa diretriz e as mudanças na legislação florestal, ocorreu a necessidade de instituir um órgão executivo e normativo para desenvolver a política do meio ambiente fora do Ministério da Agricultura. Em 1967, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), para “promover a criação, a instalação e a manutenção de novos parques nacionais, florestas nacionais e reservas biológicas, monumentos naturais e parques de caça federais”.<sup>163</sup>

<sup>160</sup> Apesar do Brasil ter assinado o Ato em 1940, só foi promulgá-lo em forma de decreto em 1966. BRASIL. Decreto n. 58.054, de 23 mar. 1966; ATOS Internacionais. Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países de América, 12 out. 1940. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/inter01.html>. Acessado em 26 fev. 2016. Cf. a respeito em: CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 77; RIBEIRO; ZANIRATO. *O patrimônio natural sob proteção...*, p. 222-8; DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 29.

<sup>161</sup> Criado pelo Código de 34, o Fundo foi aprovado somente em agosto de 1961, pelo presidente Jânio Quadros BRASIL. Decreto n. 51.219, de 22 de agosto de 1961. Aprova o regulamento do Fundo Florestal.

<sup>162</sup> BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Cf. essas afirmativas sobre o Código de 65 em: FRANCO; DRUMMOND. *O cuidado da natureza...*, p. 64; URBAN. *Saudade do matão...*, p. 77; SANTOS. *Parques por decreto...*, p. 31; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 51.

<sup>163</sup> A criação do IBDF extinguiu o Conselho Florestal, o Instituto Nacional do Pinho e o Depto. de Recursos Naturais Renováveis. Juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente Federal (SEMA), criada em 1973, o IBDF poderia formar parcerias com os institutos estaduais existentes e os que foram surgindo a partir da década de 1970. BRASIL. Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Cf. FRANCO; DRUMMOND. *O cuidado da natureza...*, p. 61; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 97-8; DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 117.

Devido a crise institucional que o país vivia após a instauração da ditadura militar e o direcionamento das prioridades governamentais para outros programas políticos, não foram criados outros parques nacionais na década de 1960. Se não houve investimentos nos parques, o mesmo não se deu com as reservas florestais. Com o Código Florestal, a organização do IDBF e dos fundos financeiros, o Brasil passou de duas para doze florestas nacionais, com predominância nas áreas mais ameaçadas pelo desmatamento no bioma Mata Atlântica.<sup>164</sup> Para além do governo federal, tivemos algumas ações em âmbito estadual que se seguiram aos congressos internacional e organizações e legislações nacionais, como a fundação do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), em 1962. É nesse contexto de reorganização dos movimentos conservacionistas, de discussões sobre parques e das novas leis e órgãos governamentais para conservação da natureza é que introduzimos a criação do PEIT.

### **Os patrimônios naturais sob a égide do Estado na década de 1960**

A demanda por produtos derivados do ferro e do aço no período da II Guerra Mundial e a expansão das estradas diminuiu ainda mais a Mata Atlântica mineira. Um artigo na revista *O Cruzeiro*, de 1961, denunciou a situação das remanescentes da Mata, cuja imagem de destaque trazia o desmatamento das florestas no vale do Rio Doce. A reportagem fez citações de Alberto Torres para classificar os pequenos agricultores, pecuaristas, madeiras e companhias siderúrgicas como destruidores da natureza. Com a frase de impacto “Minas já é deserto”, abordou o corte das milhares de árvores. Também relatou as secas no vale do Rio das Velhas, pela falta de árvores para proteção das margens. Situações que chamaram a atenção da Inspetoria Florestal ligada ao Ministério da Agricultura e do governo mineiro para a necessidade de leis e políticas regionais que pudessem administrar os recursos e as características naturais do estado.<sup>165</sup>

O IEF foi criado tendo como parte das suas funções administrar e conservar as reservas florestais e os parques estaduais. O Art. 6º do decreto de sua criação passou para o Instituto todos os serviços florestais estaduais, com suas respectivas verbas e funcionários. Mediante a organização do Instituto e beneficiado pelas verbas florestais, foi autorizada a incorporação ao patrimônio do IEF o “Parque Florestal do Estado, em Coronel Fabriciano”, ou seja, o Parque do Rio Doce. Em 1964, foi publicado o regulamento do IEF que incorporou uma seção de parques dentro da Diretoria. Com a promulgação do novo Código Florestal e da Lei de Incentivos Fiscais

---

<sup>164</sup> A formação de novos parques nacionais ocorreu a partir de 1972. Das dez florestas nacionais criadas em 1968, nove foram nas remanescentes de Mata Atlântica. Cf. RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio natural...*, p. 107.

<sup>165</sup> FRANCO, J.; NICOLAU, J. O fogo e o machado devastam o Brasil. *O Cruzeiro*, 18 nov. 1961, p. 156-160. Sobre o parque e os conflitos com posseiros e com a Acesita, cf. SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 181-214.

para empreendimentos florestais (1966), a atuação do governo estadual via IEF desenvolveu-se e proporcionou condições para a criação de parques estaduais.<sup>166</sup>

A preocupação florestal em Minas em vista dos empreendimentos industriais e agropecuaristas despertaram a atenção também para o complexo de serras ao longo do Espinhaço, cujo corredor ecológico formado por Mata Atlântica, de Transição e Cerrado seria extremamente delicado. Segundo Bandeira, por todo Espinhaço a vegetação natural era retirada pelas monoculturas, instalações de indústrias e expansão urbana, configurando um risco à biodiversidade da região. Além da cobertura vegetal, o Espinhaço chamava atenção pela sua geodiversidade. Os afloramentos rochosos com dimensões variadas, sítios e demais ocorrências naturais davam uma feição particular para o conjunto paisagístico do Espinhaço.<sup>167</sup>

A presença antrópica, como nas áreas de exploração mineral e ocupação urbana, colocava em risco as ocorrências naturais que continham um ou mais desses aspectos valorizados “pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais”. Ademais da importância identitária e mesmo afetiva por parte das comunidades próximas, a expansão do turismo nas cidades históricas mineiras e a busca pela contemplação da paisagem, de lazer e descanso nas cachoeiras, grutas, cumes das serras e demais atrativos do Espinhaço contribuíram para sua maior valoração cultural. Nesse sentido, comunidades locais, organizações conservacionistas e alguns políticos se articularam para exigir do poder público a conservação e manutenção da integridade dos geomonumentos de Minas Gerais.<sup>168</sup>

Diegues aponta que protestos de “amantes da natureza” foram levantados em defesa das montanhas rochosas, com seus vales e floresta de grande beleza. As mineradoras eram os principais alvos por parte dos movimentos de proteção à natureza em Minas Gerais, pelo poder de rápida exploração dos recursos minerais nas montanhas e picos ferríferos. Na porção sul do Espinhaço, área de nosso interesse pela localização do Itacolomi no Quadrilátero Ferrífero, estão presentes vários empreendimentos para exploração de outras jazidas de rochas e minerais, como a bauxita, pedra-sabão, topázio, quartzo, níquel, caulim, etc.; e elementos químicos como manganês e alumínio. Além de abrigar as grandes empresas de mineração de ferro e ouro e indústrias siderúrgicas. No cenário nacional e nas instâncias do poder estadual, debatia-se a

---

<sup>166</sup> MINAS GERAIS. Lei n. 2.606, de 5 de janeiro de 1962. Cria o Instituto Estadual de Florestas; \_\_\_\_\_. Decreto n. 7.923, de 15 de outubro de 1964. Contém o Regulamento Geral do Instituto Estadual de Florestas. O Art. 9º da lei 2.606/62 que falava especificamente do PERD foi alterado em 1984, abrangendo as reservas florestais e os parques que foram criados. INSTITUCIONAL. Instituto Estadual de Florestas. <http://www.ief.mg.gov.br/instituicao/historico-e-realizacoes/1527>.

<sup>167</sup> BANDEIRA, R. Quadrilátero ferrífero. Mata Atlântica. *Revista Sagarana*, n. 31, s.d, (Recurso Online). Disponível em: <http://www.revistasagarana.com.br/revista31/quadrilateroferrifero.htm>. Acessado em: 01 mar. 2015.

<sup>168</sup> Geomonumento é uma categoria atual para falar das ocorrências naturais a serem protegidas. SILVA, F. R. *A paisagem do Quadrilátero Ferrífero – MG: Potencial para o uso turístico da sua Geologia e Geomorfologia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2007, p. 27.

necessidade de maior regulamentação das atividades de exploração desses recursos naturais. A revisão do Código de Minas levou à uma nova redação do mesmo, publicado em 1967.<sup>169</sup>

A preocupação com a integridade cênica em vista da exploração, os atrativos turísticos e conservação dos lugares aprazíveis fez com que prefeituras, mobilizações civis e técnicos ao serviço dos institutos patrimônios tombassem algumas serras e picos. Em virtude da exploração feita pela Minerações Brasileiras Reunidas – MBR na Serra do Curral, em Belo Horizonte, foi tombado o “conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral” depois de longos anos de processo. Em 1966, foi criado o Parque Municipal das Mangabeiras entre os cumes e a Baleia, para complementar a conservação da flora e fauna local, da paisagem da Serra e oferecer oportunidades de lazer para os cidadãos.<sup>170</sup>

Em 1962, o DPHAN tombou como conjunto paisagístico de valor geográfico, histórico e econômico o Pico do Itabirito, monólito de hematita explorado desde 1938. Sampaio já o havia citado como um monumento natural excepcional pela sua altitude, forma na paisagem e composição mineral, cujo interesse turístico e excursionista realçaria a necessidade de proteção. Em razão dos interesses exploratórios da St. John del Rey Mining Company, o Pico foi destombado a pedido do presidente Castelo Branco, em 1965. Em 1989, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) processou o tombamento paisagístico do Pico em meio à maior cava da mineradora. Outros picos que também faziam parte das memórias, identidades e eram atrativos do ponto de vista estético e científico, sucumbiram diante dos interesses das mineradoras antes que qualquer mobilização ocorresse para sua conservação, como o Pico do Cauê, em Itabira. A atuação dos serviços de patrimônio, como vimos, foi rara com relação à natureza. A partir das diretrizes da Unesco, em 1962, é que começaram a associar as formações geológicas, fisiológicas e biológicas à ideia de monumentos e “lugares notáveis” para conservação. Mas mantiveram-se no sentido da proteção à paisagem, como nos casos citados.<sup>171</sup>

Na Serra do Itacolomi, as produções de chá entraram em decadência no final da década de 1950. A maior parte dos terrenos das fazendas começaram a ser visadas pela Alcan, pela alta concentração de bauxita<sup>172</sup> detectada na região. A história da exploração de bauxita em Ouro

<sup>169</sup> DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 26; SILVA. *A paisagem do quadrilátero...*

<sup>170</sup> O processo de tombamento foi iniciado em 1950, sofrendo revisões até a década de 1970. A alteração paisagística desencadeou várias manifestações para sua preservação, como estudado por: FERRAZ, S. C. “*Triste Horizonte*”: Movimentos em defesa da Serra do Curral – Belo Horizonte, década de 1970. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2008, p. 10-11; CARSALADE, F. L.; ABREU, R.R. *Mineração em Minas Gerais. Território e paisagem cultura*. I Seminário Internacional de Reconversão de Territórios, 2012. In: *Reutilización Sostenible del Espacio Minero*. Madrid: IJH, 2013, p. 39-58.

<sup>171</sup> Cf. CARSALADE; ABREU. *Mineração em Minas Gerais...*, p. 50-8; SAMPAIO. *Biogeographia dinamica...*, p. 135; PICO de Itabira. *Jornal do Commercio*, 27 maio 1966, 1º Caderno, p. 4; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 73; PAES-LUCHIARI. *Turismo e patrimônio natural...*, p. 40.

<sup>172</sup> A bauxita é uma mistura natural de óxido de alumínio com compostos menores de sílica, dióxido de titânio, óxidos de ferro, silicato de alumínio e outros minerais.

Preto começou em 1934, quando a Câmara Municipal de Ouro Preto concedeu permissões de pesquisa de bauxita, pirites, minérios de ferro e manganês nos terrenos do município à recém-inaugurada Eletro-Química Brasileira S.A (Elquisa).

A empresa formou um complexo industrial com algumas usinas existentes no Morro da Saramenha e no Morro do Cruzeiro, vertentes da Serra do Itacolomi. Inicialmente, as fábricas da Elquisa produziam um tipo de cimento alumínico em baixa escala, ácido sulfúrico e sulfato de cobre. A empresa foi fundada pelo engenheiro formado pela EMOP, Américo René Gianetti (1896-1954), que foi um importante industrial mineiro e futuro prefeito de Belo Horizonte. Com a instabilidade política-militar internacional e a demanda por armamentos, o general Toledo Bordini, diretor do Material Bélico do Exército, procurou promover o estabelecimento da indústria de base no Brasil. Em nome do governo federal, Bordini enviou um pedido à Elquisa de mudança na orientação da fábrica para a produção de alumínio primário, que até então era importado. Com a visita de Vargas à Ouro Preto, em 1938, Bordini foi ao complexo da Saramenha e reafirmou o pedido oficial em nome do governo. Em seguida, Giannetti visitou alguns países da Europa para estudos da produção de alumínio, reconhecendo o potencial que a região da Saramenha tinha para concorrer com o mercado internacional. Sob financiamento do governo, investimento em maquinário e funcionários, o negócio da Elquisa ficou centrado na produção e exportação de alumínio primário (alumina), tendo um grande êxito durante a II Guerra Mundial. Com o fim da guerra, as crises políticas e econômicas internas e o boicote da traste internacional ao alumínio brasileiro, as atividades da Elquisa foram inviabilizadas e a empresa entrou em decadência no ano de 1946.<sup>173</sup>

Em 1950, a canadense Aluminium Limited (Alcan) adquiriu as ações da Elquisa e iniciou, dois anos depois, a produção de alumínio em escala industrial, com o nome de Alcan Alumínio do Brasil. Para os ouro-pretanos, a Alcan é citada como a empresa que reanimou a econômica regional e a EMOP, criando empregos e gerando tributos para a o município. Mas também provocou uma intensa expansão urbana de forma desordenada no entorno do complexo industrial, com o surgimento de novos bairros. Por Ouro Preto ser uma cidade tombada, com restrições para modificações urbana e de exploração e a instabilidade geológica da Serra de Ouro Preto, a Alcan expandiu sua exploração de bauxita na direção da Serra do Itacolomi e de Lavras Novas.<sup>174</sup>

---

<sup>173</sup> FUJACO et. al. *Análise multitemporal das mudanças...*, p. 697; GIANNETTI, R. *Américo René Giannetti: A industrialização e o planejamento econômico de Minas Gerais -1930-1950*. Disponível em: <http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/ricardogiannettirevistaimigracaoitalianamg.pdf>.

<sup>174</sup> AMOP. *Produção de alumínio - impactos na história de Ouro Preto*. 22 fev. 2013. Blog do AMOP. <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2013/02/producao-de-aluminio-impactos-na.html>; GONÇALVES, A. L. *Bauxita - O outro lado de Ouro Preto*. 29 mar. 2016. <http://www.ouropreto.com.br/noticia/1603/o-outro-lado-de-ouro-preto-3>

Da mesma forma, a pressão demográfica dos novos bairros periféricos fez com que se expandissem e começaram a subir pela Serra do Itacolomi. Antes ocupada pelas fazendas que não alteravam a paisagem valorada a partir da cidade, a Serra começou a fazer parte da expansão urbana e industrial. Por parte da Alcan, a extração da bauxita, elemento em abundância na natureza, demandava que toda a terra e a vegetação sobre os depósitos fossem removidos por máquinas motoniveladoras. Além de alterar a paisagem vegetal da porção oeste e sul da Serra, a produção acarretou também problemas de poluição na cidade. Nos demais entornos do Itacolomi, na municipalidade de Mariana, outras ocorrências que comprometiam a composição vegetal e a paisagem do maciço foram denunciadas, como a extração ilegal de lenha e plantação de eucalipto para os fornos siderúrgicos da Companhia Mina da Passagem e da Usina Queiroz Jr., as atividades de caça e pesca, as ocorrências constantes de incêndios nas matas nativas, etc.<sup>175</sup>

Foi então que, em 1966, a Sociedade de Ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto (SEMOP), com sede no Rio de Janeiro, reuniu-se para discutir a criação de uma reserva estadual na Serra do Itacolomi. No plano dos discursos, a percepção da alteração da paisagem ligou-se às denúncias dos problemas ambientais decorrentes da industrialização, da sociedade de consumo e exploração dos recursos naturais em larga escala. A manutenção de áreas naturais no entorno da cidade contribuiria ainda para o potencial turístico e proporcionaria um ambiente de refúgio e contemplação nas montanhas. Com as pautas conservacionistas, atentos às discussões sobre parques, legislações e publicações que versavam sobre a proteção à natureza, a SEMOP entrou em contato com o governador Israel Pinheiro para que criasse um parque para o Itacolomi.<sup>176</sup>

### **Uma reserva natural para as cidades de Ouro Preto e de Mariana**

A ideia de criação do PEIT surgiu em um almoço no Club de Engenharia do Rio, onde os associados da SEMOP se encontravam. Em torno da questão, estiveram os engenheiros Octávio Barbosa e Sílvio V. Guedes, diretores da PROSPEC Engenharia; Odélio Costa, Presidente da Beta Engenharia; Gérson Fernandes, assessor da Presidência da Petrobrás; Milcíades Y. dos Guarany, do DNPM; José Fiúza de Magalhaes, do Conselho Nacional de Petróleo e Roberto Lanari, Presidente da SEMOP. Em correspondência datada de 27 de fevereiro de 1967, a SEMOP enviou ao governador de Minas, Israel Pinheiro, o pedido de criação de uma reserva na Serra do Itacolomi para constituir o futuro parque estadual, que consideraram ser uma “obra de engenharia

<sup>175</sup> FUJACO et. al. *Análise multitemporal das mudanças...*, p. 698; AMOP. *Produção de alumínio...*; GONÇALVES. *Bauxita - O outro lado de Ouro Preto...*; WERKEMA, M. O fechamento da Novelis e as vocações de Ouro Preto. *O Liberal – Região dos Inconfidentes*, Ouro Preto. 9 nov. 2014 [Online]. <http://www.jornaloliberal.net/artigo/o-fechamento-da-novelis-e-as-vocacoes-de-ouro-preto/>. Sobre as pressões demográficas na alteração da paisagem e áreas de preservação, cf. BONNEFOUS. *El hombre o la naturaleza?...*, p. 90-6; DRUMMOND. *O jardim dentro da máquina...*, p. 284.

<sup>176</sup> BASTOS, M. V. PEIT – 25 anos de idealismo. *O Liberal*, Ouro Preto, jun. 1992, p. 8. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT - Clipping.

de amplo sentido social e cultural”. Os ex-alunos disseram estar preocupados com o desenvolvimento de Ouro Preto e do seu turismo, principalmente sob o aspecto científico-cultural. Para eles, era preciso preservar o monumento natural e da flora e fauna locais na área indicada (com base em levantamento aerofotogramétrico); construir a estrada de acesso à reserva e trilhas de penetração; oferecer hotéis, alojamentos e restaurantes para turistas e pesquisadores; um museu fitológico, mineralógico e geológico, para divulgação científica das riquezas da serra; entre outras necessidades. Como autor da correspondência, Lanari pediu o apoio do governador apelando para sua formação como engenheiro também pela EMOP, conhecedor da região e da importância da Serra para a pesquisa e cultura local.<sup>177</sup>

Como técnicos especializados em várias áreas da engenharia e geologia, aqueles sujeitos realizaram os trabalhos de pesquisa para embasar o anteprojeto de criação da reserva. Os trabalhos foram divididos entre as empresas dos participantes, com a PROSPEC responsável pelo projeto de delimitação e interpretação geológico-estrutural, de áreas de recreação e outras obras. Aos engenheiros Costa, Fernandes e Fiúza coube propor o traçado da estrada de acesso ao parque o local onde ficaria o hotel. Um documento de justificativa e sugestões para criação do parque também foi anexado, enumerando as características paisagísticas, históricas e científicas que tornavam aquela Serra excepcional do ponto de vista da proteção à natureza. O documento iniciou com uma epígrafe que trazia um pequeno texto descritivo do Parque Nacional do Canadá. Com base na epígrafe e em nome da SEMOP, Lanari reivindicou a criação do parque para a “inspiração, educação e saudável recreação das gerações presentes e futuras”. Do ponto de vista histórico, narrou que o Pico foi o marco orientador dos bandeirantes ao encontro das primeiras riquezas minerais no estado. Escreveu que foi “nas fraldas da Serra” que se iniciou “a garimpagem que deu origem ao Ciclo do Ouro da gloriosa história mineira”.<sup>178</sup>

De valor paisagístico, justificou que aquele maciço era um dos lugares mais pitorescos do Brasil, constituído por “um conjunto fisiográfico de grande magnificência”. Se seus aspectos geológicos-geomorfológicos eram semelhantes aos demais maciços no Espinhaço, como em Diamantina e Caraça, em nada se compararia no Brasil aquele bloco rochoso em si. Descreveu o monólito como de relevo *sui generis*, de imponência e forma topográfica. A “beleza incomparável” do bloco Itacolomi, disse, devia-se ao processo de sua formação geológica, cujos afloramentos mostram a força tectônica que resulto naquelas falhas e deformações abruptas das

<sup>177</sup> A SEMOP foi organizada em 1942 por iniciativa dos professores, para que os alunos pudessem manter contato depois de formados, criando um núcleo de apoio em locais onde estivessem domiciliados. Sobre a SEMOP e a lista de ex-alunos da Escola de Minas, cf. LEMOS, P. (org.). *A História da Escola de Minas - 1876-2012*. Ouro Preto: Editora Graphar, 2012, p. 163-5; CORRESPONDÊNCIA assinada pelo Sr. Roberto Lanari... 27 mar. 1967; TERRA Consultoria. *Levantamento dos aspectos históricos...*, p. 88-90.

<sup>178</sup> PARQUE Estadual do Itacolomi, [n.p.] In: *CORRESPONDÊNCIA assinada pelo Sr. Roberto Lanari...* 27 mar. 1967. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT. As informações a seguir referem-se a este mesmo documento.

rochas. Após expor o processo, citou o Pico como o maior expoente desse processo. Visível de várias partes da região, tinha as “bizarras formas” que dava a sensação de que estava pendurado em quietude no maciço, compondo um “repousante atrativo” para o parque. A par dos aspectos estéticos da serra alcantilada, realçou as formações de quartzito que davam importância àquela Serra. Visto que foram aquela formação que levaram renomados geólogos à separarem da Série Minas as rochas sobrepostas, classificando-as como Série Itacolomi. Foi por ter apresentado grandes contrastes com as demais formações da área, que o quartzito e o conglomerado do Itacolomi deram origem à uma divisão única na coluna geológica brasileira. Portanto, parecia-lhe coerente preservar o monólito e propiciar aos estudiosos da geologia a oportunidade de conhecer *in loco* o Pico, “localidade-tipo” da série. O autor colocou que somente esses aspectos já seriam suficientes para justificar a criação do parque. Mas acrescentou que a região apresentava “inegável valor geológico e biológico que cumpre preservar” pelas reservas de floresta e fauna primárias. Outro motivo que julgou importante considerar foi o clima do maciço, ameno o suficiente para “repouso de verão e para fruticultura de climas temperados”.

Em comunicação direta com o poder público, o documento afirmava que cabia à administração pública zelar por um patrimônio que perpetuasse as riquezas e os monumentos da natureza, impedindo “sua gradual extinção pela mão do homem”. Resgatando a Constituição de 1934, lembraram que por décadas competia à União e aos estados “proteger as belezas naturais e os monumentos”. Igualmente, que era de responsabilidade do DPHAN a conservação “dos monumentos naturais, bem como dos sítios e paisagens [...]”. Dava justificativas também que era dever do Estado amparar a cultura e que, de acordo com o Art. 172 da nova Constituição do Brasil, publicada em 24 de janeiro de 1967, deveriam ficar sob proteção especial do poder público “os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”. Por sua vez, a proposta de criação de um parque na Serra do Itacolomi teve como base aquele segundo artigo do decreto de criação do PERD, que estabeleceu condições para a formulação de outros.<sup>179</sup>

O texto defendeu que a proposta de criação do parque tinha como amparo o plano governo estadual de desenvolver o turismo em Minas, como fora divulgado na revista *Manchete* e no jornal *O Globo*. O plano incluía um programa de exploração de novas atrações turísticas do estado e a construção de rodovias de interesse turístico. O parque seria, assim, uma das atrações turísticas que poderia ser incluído nesse plano. A esse propósito, foi destacado um trecho do

---

<sup>179</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm); MINAS GERAIS. Decreto-Lei Estadual 1.119, de 14 de julho de 1944. Cria o Parque Estadual do Rio Doce.

discurso de Moniz de Aragão, Ministro da Educação e Cultura, na 14ª Reunião da UNESCO<sup>180</sup>, em Paris, desejando que o Governo do Brasil apoiasse a elaboração de um programa cultural por parte daquela organização. Pela citação, o ministro acrescentou que

a preservação dos monumentos históricos deve ser completada pela conservação das belezas naturais, [...] não só pelo que já existe em alguns países, como a França, mas também pela gravidade dos problemas surgidos com a destruição, pelo próprio progresso, de certas reservas naturais. Tal programa poderia impedir, no futuro, a devastação biológica produzida no decurso dos séculos precedentes pela implantação da civilização não autóctonas.<sup>181</sup>

Para os proponentes, a demarcação da área seria uma forma de coibir “a invasão de moradores adventícios, de lenhadores que devastam as matas, com prejuízo para o ciclo vegetativo e de caçadores que exterminam as espécies animais”. Assim relataram:

Esse, por ignorância em sua faina diária, imbui-se de uma sanha destruidora, de resultados irresponsáveis. A caça indiscriminada produz a extinção de espécies animais raras e as invasões, por lenhadores ou incendiários, sob alegação de ‘agricultura’, acabam com espécies botânicas, algumas das quais são puramente locais, além de destruir o habitat da fauna também local.<sup>182</sup>

A exploração das matas e animais, que foi classificada como abusiva naquele ambiente, seria substituída pelos benefícios da exploração turística e científica. Para dar ideia da devastação, o texto citou as cifras de derrubada das florestas dadas pelo livro *Parques Nacionais do Brasil*, de Walderbilt Duarte de Barros. Como critério adotado para o estabelecimento do Parque Estadual do Itacolomi, Lanari transcreveu que

a topografia, a geologia, os ambientes floro-faunianos, os acidentes criados pela natureza no seu longo processo evolutivo, constituem os fundamentos da criação de Parques Nacionais. [...] É preciso aliar à importância da escolha do sítio o fator geográfico, localizando o Parque Nacional em ponto que exatamente condiga com suas finalidades intrínsecas: - reserva natural, documento vivo, conservação, educação, turismo e estudo. Também são necessárias as construções destinadas a facilitar o acesso e a acomodação de quantos trabalham ou visitam [...].<sup>183</sup>

Em retificação, pediu que o destinatário trocasse “Parque Nacional” por “Estadual”, pois ao fim se tratavam do mesmo tipo de reserva. A ideia de criar aquele parque como estadual foi justificada em nome do interesse do poder público. O estado não perderia o território reservado, que incluía o controle dos recursos naturais ali existentes e os benefícios da exploração turística.

Com todas essas considerações, os signatários listaram sugestões para a criação do futuro parque no Itacolomi. A respeito dos limites, sugeriram que o parque deveria ser limitado pelos

<sup>180</sup> Não encontramos uma referência específica à essa reunião da Unesco, via portal do IPHAN e outros órgãos relacionados ao patrimônio. Depois da 13ª Conferência da ONU, de 1964, apenas é listada a Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, de nov./dez. 1967. Foi essa Reunião que divulgou as “Normas de Quito”, versando especificamente sobre o valor econômico, o trânsito dos monumentos e o turismo. Sendo realizada depois do anteprojeto do Parque do Itacolomi, acreditamos que houve algum encontro anterior que deu organização ao último.

<sup>181</sup> PARQUE Estadual do Itacolomi, [n.p.]. In: *CORRESPONDÊNCIA assinada pelo Sr. Roberto Lanari...*

<sup>182</sup> PARQUE Estadual do Itacolomi, [n.p.]. In: *CORRESPONDÊNCIA assinada pelo Sr. Roberto Lanari...*

<sup>183</sup> BARROS. *Parques Nacionais do Brasil...* apud PARQUE Estadual do Itacolomi, [n.p.]. In: *CORRESPONDÊNCIA assinada pelo Sr. Roberto Lanari...*

rios, escarpas graníticas e pela Fazenda do Manso (que já havia sido desmembrada e alguns terrenos pertenciam à Alcan). O levantamento aerofotogramétrico foi realizado através do convênio entre o DNPM e o United States Geological Survel, resultando numa planta do futuro parque com 7.000ha, tendo o Pico ao centro. Com relação à composição vegetal, o parque seria composto de campo rupestres, litosolo (rochedos quartzíticos nus das partes altas) que adjetivaram como “beleza deslumbrante”, e as florestas que se encontravam, segundo seus estudos, quase completamente destruídas. Especificaram que ao sul e leste, a mata foi derrubada principalmente para produção de carvão siderúrgico.

Apontavam que, pela variedade da cobertura vegetal e de situações ecológicas existentes, o parque seria de suma importância na reserva da fauna e das espécies que fossem introduzidas para serem “atrativos do parque”: veados, macacos, saguis, caxinguelês, cotias, pacas, capivaras, iraras, tamanduás (bandeira e mirim), jaritataca, algumas onças vermelhas e jaguatiricas, sucuris<sup>184</sup>, gaviões, harpias, tucanos, papagaios e araras, garças e cines, dentre outros animais. Sugeriram a manutenção de quatro lagos, artificiais ou naturais, para manter o habitat da fauna, para criadouro que serviria a pescaria e para atividades recreativas com canoas e veleiros.

Ainda ligado ao aspecto da vegetação, recomendaram que: nos campos altos, fossem separadas pastagens para alimentação de gados leiteiros e de cavalos para montaria dos visitantes; nos vales e partes mais úmidas, fossem cultivadas frutas de clima temperado para consumo regional e exportação, como maçã, pêsego, morango, etc.; nas áreas quentes e úmidas próximas aos riachos, plantassem frutas tropicais e cereais para alimentação dos animais do parque.

A sugestão de estradas e trilhas incluídas no anteprojeto do parque baseou-se num encontro dos membros da SEMOP com Israel Pinheiro, em outubro de 1966, por ocasião do aniversário da EMOP. No encontro, Pinheiro teria relatado a alguns dos autores do anteprojeto sua intenção de construir uma estrada que passaria pelas imediações dos limites propostos para o parque. Segundo constou no documento, circulou na imprensa carioca que o governador de Minas estava prestes a iniciar as obras da estrada. Esse fato motivou a SEMOP a incluir o traçado da rodovia, que daria acesso a entrada principal do futuro parque, e ainda sugerir trilhas de penetração, a pé ou a cavalo, pela área a ser reservada.

A última sugestão incluiu a construção de hotéis e alojamentos. A ideia teve inspiração no Parque Nacional de Banff, Canadá, já visitado por alguns dos membros da SEMOP. Para os proponentes, as construções deveriam seguir o estilo colonial com estruturas modernas, onde também seriam alocados os museus. Elas seriam distribuídas de modo que aproveitasse a topografia e o plano de visão estética da região. O documento atestou que a DPHAN não se opôs

---

<sup>184</sup> Advertiu que as serpentes venenosas e víboras representariam uma enorme contra-propaganda para o parque. Portanto, deveriam ser capturadas.

quanto ao estilo, apenas que as construções não poderiam obstar ou desfigurar a paisagem natural, conforme as recomendações de proteção às paisagens e os decretos vigentes.<sup>185</sup>

Em outra parte do documento, a proposta de criar um parque no Itacolomi foi equiparada às iniciativas de estados brasileiros e de países no sentido de proteção à natureza. Citaram a existência dos conhecidos parques nacionais brasileiros, norte-americanos, canadenses, mexicanos e da Argentina. Nomeadamente, citaram o estado de São Paulo como pioneiro na criação da modalidade de parque estadual, em 1941, com o P.E. de Campos de Jordão; a Bahia, com a delimitação do Monte Pascoal em parque-monumento nacional, em 1943; e o Paraná, com o Parque Estadual de Vila Velha. Este último, em específico, foi comparado ao Itacolomi pelo fato do governo paranaense ter iniciado a construção de um hotel. Os proponentes disseram que o governo mineiro teria mais êxito na atração turística que o paranaense se investisse no Itacolomi, pois a área estava a 12km de Ouro Preto, enquanto o Vila Velha ficava a 28km de Ponta Grossa.

Ao final, foi incluído também a transcrição do *Resumo dos regulamentos dos Parques Nacionais Brasileiros*, de Barros, que dizia serem estes destinados “à conservação da natureza, ao incentivo do excursionismo e ao estudo das ciências naturais”. Após versar sobre proibições e permissões na área reservada, segundo o regulamento proposto por Barros, o documento concluiu que o anteprojeto apresentado concretizava o ideal de contribuir “para a grandeza do Estado e benefícios da cultura e educação do povo brasileiro, além de divulgar as nossas riquezas e a nossa história para os visitantes”.

À correspondência, anexou-se a minuta pronta do projeto e a mensagem que o governador deveria enviar à Assembleia. Utilizado na íntegra, Israel Pinheiro submeteu, no dia 21 de abril de 1967, o projeto de lei n. 90/67 que criava o parque. O documento foi lido no pronunciamento oficial de Pinheiro na sala de Congregação da EMOP, transformada simbolicamente na sede do Governo por ocasião do feriado de Tiradentes. A minuta do projeto relembra Ouro Preto e seu entorno como cenários de luta pela liberdade nacional a serem cuidados pelo poder público. O ofício de envio do projeto destacou que a criação do parque constituía um grande interesse pelos pontos de atração turística. Como era dever do Estado amparar a cultura, deveriam ficar “sob sua proteção os locais de valor histórico e as paisagens notáveis”. Priorizando os aspectos paisagísticos, históricos e científicos do maciço, pediu que o parque fosse criado em terrenos devolutos existentes entre os municípios de Ouro Preto e Mariana.<sup>186</sup>

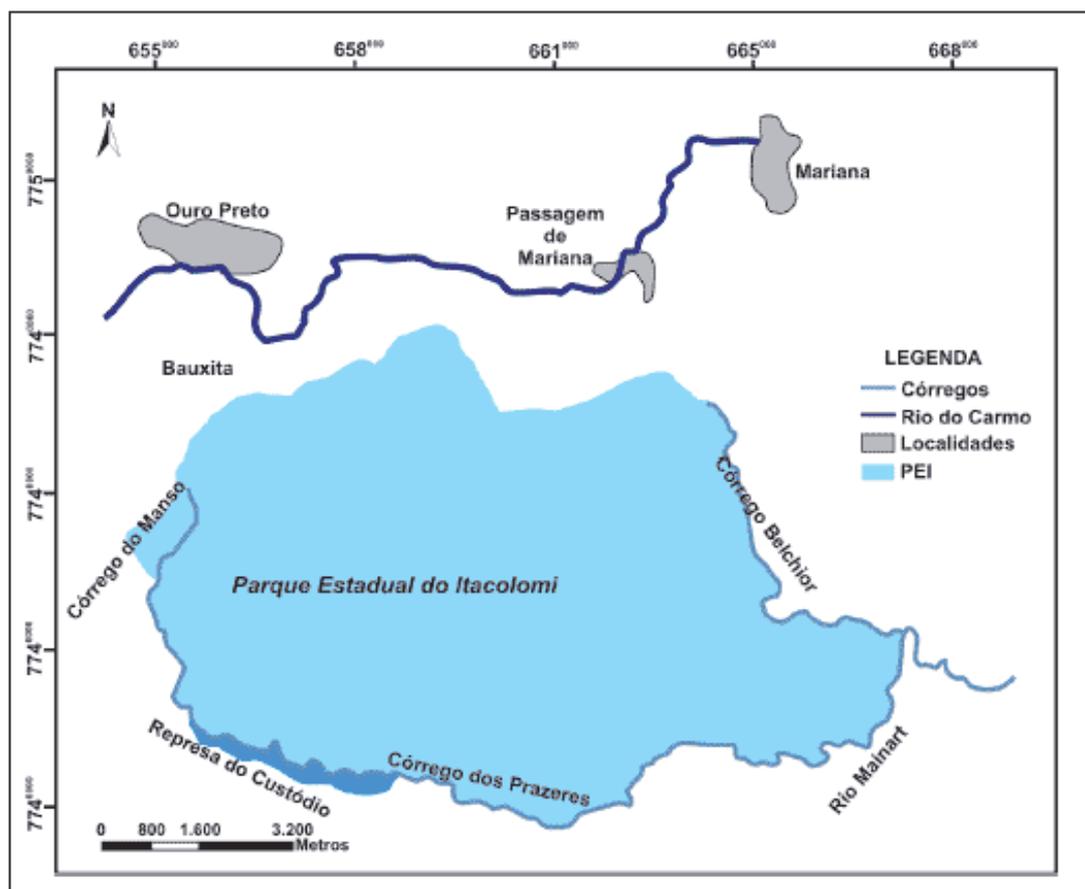
Na Assembleia, o projeto correu em discussão única sem ter sido oferecidas emendas ou ressalvas da Assessoria Técnico-Legislativa. O projeto também foi analisado pelas Comissões de Constituição, Legislação e Justiça, Agricultura, Indústria e Comércio e Finanças, Orçamento e

<sup>185</sup> Cf. também em TERRA Consultoria. *Levantamento dos aspectos históricos...*, p. 89-90.

<sup>186</sup> OFÍCIO n. 40/67. *Mensagem n. 39 do Governador Israel Pinheiro...*

Tomada de Contas. As comissões foram favoráveis à aprovação do mesmo, cujo parecer ressaltou a finalidade do projeto em “resguardar o patrimônio paisagístico de fundado valor tradicional, representado pelas terras circunjacentes no Pico do Itacolomi, o celebrado “Farol dos Bandeirantes”, e concorrer a mais de atração, reforçando as condições de entretenimento, ilustração e agrado dos visitantes que ali acorrem.”<sup>187</sup>

Em 14 de junho de 1967 foi promulgada a lei n. 4.495, que criou o Parque Estadual do Itacolomi com área aproximada de 7.000ha. O Art. 2º da lei declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos privados existentes dentro dos limites da área descrita no artigo primeiro. Mas acrescentou que poderiam ser excluídas das disposições as fazendas de cultivo de chá ou de outras finalidades agropecuárias que fossem consideradas atrativas do Parque “sob o ponto de vista turístico, instrutivo ou recreativo, ou úteis à manutenção de sua vida orgânica ou de seu equilíbrio biológico”. Após demarcada a área pela Secretaria de Estado de Agricultura, o parque ficaria sob administração da mesma [Fig. 24].<sup>188</sup>



**Figura 24** –Localização do Parque Estadual do Itacolomi. Fonte: ANDRADE, L. N.; LEITE, M. G. P.; BACELLAR, L. A. P. Influência geológica em assinaturas químicas das águas e solos do Parque Estadual do Itacolomi, Minas Gerais. *Rem: Rev. Esc. Minas*, Ouro Preto, v. 62, n. 2, p. 147-154, Jun. 2009.

<sup>187</sup> ASSESSORIA Técnico-Legislativa. Instrução ao Projeto n. 90/67, que cria o Parque Estadual do Itacolomi, 10 maio 1967; PARECER para discussão única do Projeto 90/67, 11 maio 1967. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT;

<sup>188</sup> MINAS GERAIS. Lei n. 4.495, de 14 de junho de 1967. Cria o Parque Estadual do Itacolomi.

A proposta apresentada pela SEMOP reuniu várias pautas discutidas ao longo deste capítulo em torno da proteção florestal, dos monumentos naturais, da valoração da paisagem e das práticas de recreação nos ambientes alpinos. Os proponentes se atentaram para as pautas conservacionistas e discussões internacionais em torno da proteção à natureza via parques. Nos documentos oficiais, a valoração paisagística e histórica do Pico justificou a criação do parque como um atrativo turístico, estendendo sua proteção as terras circunjacentes.

### Breve panorama do PEIT após sua criação

No ensejo do 50º aniversário da Escola de Minas, em 1969, a SEMOP novamente enviou uma carta à Israel Pinheiro para tratar do PEIT. Resgatando os termos do projeto, lembrou que o plano era “preservar a natureza, [que devia] constituir uma das preocupações de todo estadista”, naquele local pelas razões:

- a) Do ponto de vista paisagístico, por ser o Pico um dos “monumentos naturais notáveis”, de que trata a Constituição Federal, existentes neste País;
- b) Historicamente, por ter sido o marco natural que orientou os Bandeirantes em busca do ouro, do que resultou o Ciclo do Ouro [...], e a razão mesma de nossa história e do nome glorioso do nosso Estado – Minas Gerais;
- c) Cientificamente, por existirem até espécies raras, animais e vegetais, algumas em vias de extinção [...].<sup>189</sup>

A carta reforçou a importância das formações geológicas da Serra para o estudo científico e das formas e clima que sugeriam pontos de recreio e descanso, “como é comum nos países adiantados” e para incentivo do turismo, concluíram os ex-alunos. Embora o parque tenha sido instituído por lei, informou que nada havia sido feito no sentido de sua efetiva criação, nem mesmo a demarcação da área reservada. Apelou para a intervenção do governador, interrogando:

Se V. Excia. Tanto tem feito pelo nosso Estado, em particular no setor do turismo [...], porque não dotar Ouro Preto, berço da nacionalidade, o maior conjunto barroco do mundo e sua terra adotiva, de mais um atrativo que se justifica, além de outras razões, pelo alto sentido de preservação da natureza?<sup>190</sup>

A reivindicação da SEMOP sobre a realidade do PEIT, que não divergia de vários outros parques nacionais ou estaduais, repetiu-se nos anos seguintes. À essa voz, juntaram-se alguns outros engenheiros, funcionários municipais, a imprensa local, o IPHAN a Fundação João Pinheiro e investidores internacionais. Em carta à Secretaria do Estado da Agricultura, Fiuza afirmou ser preciso criar uma mentalidade conservadora no estado. O jornal *Ouro Preto*, em 1973, publicou o Plano Viana de Lima, da Fundação João Pinheiro, para construir a via de acesso ao Itacolomi. A notícia informou sobre os planos de valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, observando que o poder público deveria conservar os sítios naturais e aspectos

<sup>189</sup> CARTA da SEMOP ao Governador Israel Pinheiro, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1969, p. 2. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT.

<sup>190</sup> CARTA da SEMOP ao Governador Israel Pinheiro..., p. 3.

da paisagem. Em 1975, o jornal publicou um artigo de Xavier da Veiga, onde alertava para os prejuízos do afastamento das cidades dos ambientes naturais. Advertiu que era “preciso conservar um pouquinho da natureza., entender suas sagas tristonhas, reconhecer as mais profundas de suas ‘comunicações’ [...]. Cumpre, algumas vezes, por alguns instantes, voltar à natureza”.<sup>191</sup>

Mas naquela década, o Estado se viu carente de recursos e impossibilitado de realizar diversos planos. No caso do PEIT, coube à Prefeitura de Ouro Preto, mais interessada no projeto, a tarefa de iniciar a estrada de acesso como o princípio da implantação do parque. A Secretaria de Agricultura tampouco conseguiu avançar na criação do parque. A maioria de terras a serem demarcadas, consideradas devolutas na lei, não o eram de fato e não foram destinados recursos financeiros do Fundo Florestal ou de outros meios para realizar as desapropriações. O IEF acabou direcionando-se mais para os serviços de reflorestamento no estado.<sup>192</sup>

Como a estrada de acesso ao Pico não foi concretizada, por parte do IEF, nem da Prefeitura em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG historiador Tarquínio de Oliveira comprou os terrenos restantes da Fazenda do Manso, em 1974, para estudo local da história da Serra e reanimação da produção do Chá. A propriedade compreendia um conjunto de construções que incluem a Casa Bandeirista e uma capela, ambas do século XVIII, a fábrica onde se processava o chá para comercialização e outras pequenas casas. Para atrair visitantes para a sede da fazenda, em acordo com a lei de criação do PEIT, Tarquínio enviou ao IEF um histórico sobre um caminho antigo de acesso à Ouro Preto, que passava pela propriedade. Do roteiro desse caminho, propôs a construção de uma estrada ligando aquela cidade à Ouro Branco, com cerca de 3,5km, o que daria melhor acesso ao PEIT e auxiliaria o transporte da produção de alumínio das empresas nas duas cidades. Naquele contexto, o governo investia nas estradas de rodagem para ligar os complexos industriais e as cidades do estado.<sup>193</sup>

Na década de 1980, a Diretoria de Parques e Reservas do IEF apresentou algumas medidas de controle da área, com a ação da Polícia Florestal. De forma mais efetiva, o poder público se voltou para o PEIT depois de 25 anos de sua criação, quando uma fundação para a proteção das florestas tropicais interessou-se pela região, formada por investidores alemães. A

<sup>191</sup> CARTA assinada por José Fiuza de Magalhães ao Secretário da Agricultura, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1970, p. 3. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT; OURO PRETO: uma cidade autêntica para um turismo autêntico. *O Ouro Preto*, 15 out. 1973, p. 1; VEIGA, J.P.X. Na Saga dos velhos muros e paredes (IV). In: OURO PRETO – cidade do Aleijadinho. *O Ouro Preto*, 12 abr. 1975, p. 2.

<sup>192</sup> CARTA assinada por José Fiuza de Magalhães..., p. 1 e 2. Cf. TERRA Consultoria. *Levantamento dos aspectos históricos...*, p. 92-4. Para Diegues e Duarte, a criação dos parques em benefício dos “visitantes urbanos” que afasta de forma forçada as populações que ali viviam por gerações, sem acarretar grandes problemas ambientais, pode ser eticamente questionado e mesmo autoritário. DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 65-8; DUARTE. *História & natureza...*, p. 46-51.

<sup>193</sup> OLIVEIRA, T. J. B. *A rodovia Ouro Preto - Ouro Branco e o Parque Estadual do Itacolomi*, Ouro Preto, 6 jun. 1978, p. 1-8. Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT; VEIGA, J.P.X. Na rota dos bandeirantes. *O Ouro Preto*, 5 jun. 1973, p. 2. Aquela propriedade se tornou uma atração educativa e turística do PEIT, recebendo a sede administrativa do parque, o Museu do Chá e centro de exposição Casa Bandeirista. Atualmente, é um patrimônio tombado pelo IEPHA.

Fundação Oro Verde iniciou uma campanha para efetivar o parque e direcionou recursos para aquela e outras áreas em Minas Gerais. As décadas de 1980 e 1990, ademais, foram marcadas por movimentos ambientalistas que dirigiram suas pautas às agendas governamentais, pedindo por novas legislações e a reorganização dos recursos destinados a criação de parques e demais unidades de conservação no Brasil. Para o diretor do IEF no ano de 1992, Célio Vale, a concretização do PEIT, um antigo sonho dos seus proponentes e defensores, poderia transformar aquela área na “mais importante reserva urbana do país”. Como nas referências feitas no século XIX, disse que o “Pico no parque estava para Ouro Preto como o Pão de Açúcar, na Floresta da Tijuca, para o Rio de Janeiro”. Nos três anos seguintes, o IEF iniciou os trabalhos de implantação e manejo do PEIT, negociando a desapropriação, recebendo doações dos terrenos privados e construindo sua estrutura administrativa.<sup>194</sup>

\*\*\*

A preservação da Serra do Itacolomi integrou um projeto maior da nação que valorizava os vínculos entre o homem e a natureza, com a percepção da sua paisagem pelas memórias, histórias, identidade e visões das formações naturais. Período em que a proteção da natureza era revertida para o bem da cultura, cujos interesses econômicos, turísticos, científicos e cívicos para com a preservação daquela serra beneficiariam a região.<sup>195</sup>

No Brasil, as manifestações crescentes em favor da proteção à natureza encontraram um ambiente de afirmação dos modelos industrializantes e de confiança no progresso para solucionar os problemas nacionais. Contexto em que os interesses econômicos de exploração e apropriação da fauna, flora e jazidas minerais, para situarmos o caso mineiro, eram propagados em larga escala. Porém, eram tempos de afirmação da nacionalidade, do estímulo ao patriotismo e da valorização das características naturais no território brasileiro.<sup>196</sup> Na Era Vargas, as ideias de natureza como um recurso a ser explorado e como um bem a ser preservado foram reunidas na mesma visão de que ela constituiria o mais importante patrimônio público brasileiro. Desenvolvimento e preservação foram incluídos no programa do governo para impedir a delapidação do patrimônio natural, organizando a sua exploração econômica e criando medidas de proteção aos monumentos. Em síntese, paralelo ao paradigma conceitual de que o território

<sup>194</sup> PROTEÇÃO da Mata Atlântica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1992, Ciência e Ecologia, p. 7; DAMIT uns die luft nicht ausgeth. *Umwelt Journal*, Frankfurt., 23 out. 1992, p. 23; e ALCAN doa área do Parque do Itacolomi. *Cadinho*, abr./maio 1992, p. 1; Acervo: Biblioteca do IEF. Documentos do PEIT, Clipping. A respeito dos movimentos ambientalistas, cf. DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 125.

<sup>195</sup> FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 85; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 58-59; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 63.

<sup>196</sup> DUARTE. *Nature and historiography...*, p. 25; \_\_\_\_\_. *História & natureza...*, p. 92-93.

deveria ser ocupado e a natureza conhecida e explorada, desenvolveram-se ideias protecionistas de que ela deveria ser preservada como um cenário natural significativo para a nação.<sup>197</sup>

Duarte e Roncaglio afirmam que proteção à natureza erigida como patrimônio público e objeto de culto nos discursos ufanistas e nacionalistas, teve como motivação objetivos que eram, ao mesmo tempo, econômicos, estéticos e sociais. No período analisado, a natureza não era vista como patrimônio pela ideia de que o meio natural deveria ser preservada por um valor que lhe seria intrínseco, como é pensado atualmente.<sup>198</sup> Embora a intervenção estatal tenha dialogado com o conservacionismo e contribuído para uma mudança na forma como a sociedade explorava os recursos e se apropriava das formações naturais, as principais diretrizes não estavam voltadas para a proteção da natureza em si.<sup>199</sup> De todo modo, Franco e Urban ponderam que essa experiência acumulada no período getulista teria fornecido as bases jurídicas para a legislação ambiental brasileira contemporânea e a apreciação estética e científica da natureza estava presente no conjunto de medidas para criar áreas preservadas.<sup>200</sup>

No Código de 1934, vimos que as principais diretrizes estavam voltadas para a promoção do uso eficiente e controlado das florestas e garantia dos recursos naturais, da flora e da fauna por elas protegidos. Dessa forma, os parques propagavam a proteção florestal, conservando os aspectos de natureza primitiva e com políticas de reflorestamento nas áreas degradadas.<sup>201</sup> A década de 1930 é considerada um marco da história dos parques no Brasil como um dos mecanismos de proteção à natureza. Por outro viés, Duarte aponta que sua criação tinha a intenção pedagógica de divulgar a exuberância e especificidades do território nacional e despertar o sentimento de pertença à pátria, através da constituição dos monumentos naturais.<sup>202</sup> A existência dessas áreas de valor patrimonial favorecia a construção de identidades, pois continham elementos naturais que funcionavam com suporte da ideia de uma natureza brasileira ou, especificamente, de uma paisagem nacional exuberante e abundante.<sup>203</sup> Afirma Arruda que a atribuição de significados simbólicos às florestas, montanhas e vales férteis foi um dos fundamentos legitimadores da ação política na criação dos parques no Brasil.<sup>204</sup> Isso porque eram

<sup>197</sup> RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 62-3; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 114-5; PADUA. *Um sopro de destruição...*, p. 42; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 63.

<sup>198</sup> DUARTE. *História & natureza...*, p. 56; RONCAGLIO. *A ideia de natureza...*, p. 123.

<sup>199</sup> DRUMMOND. *A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988...*, p. 132; PÁDUA, J. A. (Org.) *Ecologia Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987; SANTOS. *O parque e a estrada...*, p. 115.

<sup>200</sup> FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 71 e 86; URBAN. *Saudade do matão...*, p. 77.

<sup>201</sup> CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 67; CAPANEMA. *A natureza no projeto de construção...*, p. 56;

<sup>202</sup> DUARTE. *Nature and historiography...*, p. 26

<sup>203</sup> Ver também MESENTIER, L. M. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, 2005, p. 168-171.

<sup>204</sup> ARRUDA, G. *Cidades e sertões*. Bauru: Edusc, 2000, p. 65; \_\_\_\_\_. *Minha terra tem palmeiras* 191.

interpretados como peculiaridades da paisagem nacional dentro da construção de identidades. Nesse sentido que Roncaglio conclui que a proteção à natureza começa pela ideia de paisagem.<sup>205</sup>

A delimitação em uma área de proteção perene ou tombamento procurava conservar o que “sobrou” no processo de urbanização, expansão das fronteiras agrícolas e industrialização. Nesse processo, a valoração paisagística das formações ecológicas e geomorfológicas como monumentos naturais dava-se pelo caráter excepcional ou notável dos elementos. Se no contexto clássico de formulação da ideia de parques seus idealizadores deram ênfase às práticas modernas da sociedade, como lazer, turismo e amparo à pesquisa científica, os documentos para sua concretização enfatizaram também a integridade das paisagens e a proteção dos elementos que as compunham, de acordo com o interesse do poder público.<sup>206</sup>

A criação dos primeiros parques ocorreu por razões diversas e sob pautas específicas da realidade nacional. Podemos aqui lembrar a pressão de alguns cientistas interessados nas formações naturais; a importância dos ambientes naturais na adequação da vida urbana e civilizada para as sociedades modernas, propagando as vistas agradáveis e os benefícios de certos ambientes; o interesse do Estado em oferecer para os visitantes e comunidades internacionais um pouco da nacionalidade; e o aparato dos movimentos que propagavam a proteção à natureza.<sup>207</sup>

Os parques oscilavam entre a ideia de uma área formada por elementos organizados e melhorados por e para o homem e de um ambiente natural a ser mantido “intacto”. Mas, como colocou Cosgrove, qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura, mesmo onde não esteja visível. Desse modo, utilizamos a ideia de jardim da obra de Leo Marx e do estudo de Drummond para falar da criação dos parques como resultado de um processo de configuração espacial e social da natureza, que estabelece critérios de ação humana em relação aos recursos e monumentos naturais. Ademais, a própria categoria já especifica que existe um conjunto de percepções da natureza e padrões de comportamentos da sociedade para a qual o parque foi criado.<sup>208</sup> Na súmula, como resultado de uma série de políticas governamentais e investimentos privados para a conservação dos recursos naturais e das paisagens, a criação de parques consistiu em delimitar “uma área, considerada possuidora de paisagens espetaculares, refúgio de vida selvagem, área de pesquisa científica e, certamente, de lazer e fruição estética” para aqueles que os visitam.<sup>209</sup>

<sup>205</sup> RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 130.

<sup>206</sup> Cf. ideias do parágrafo em: RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 130 e 188-9; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 3; DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 148.

<sup>207</sup> RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p. 82; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 3.

<sup>208</sup> COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 102-7; DRUMMOND. *Devastação e preservação...*, p. 147; FRANCO; DRUMMOND. *Proteção à natureza e identidade...*, p. 54.

<sup>209</sup> DUARTE. *História & natureza...*, p. 45. Sobre as políticas e investimentos em parques: DRUMMOND. *O jardim dentro da máquina...*

No caso do Itacolomi, as primeiras iniciativas para sua proteção partiram de sujeitos e instituições que viram naquelas formações rochosas, em composição com a cobertura vegetal remanescente e os recursos naturais, os critérios valorativos que possibilitaram pensá-lo como um parque estadual. A necessidade de abrir estradas para facilitar o acesso, discutida desde o final do século XIX, também foi acionada como um condicionamento para sua efetivação. O interesse econômico pelas atividades turísticas era um dos pontos mais fortes para mobilizar o poder público a criar o PEIT. Para a constituição do parque, foram discutidos o valor de excepcionalidade do pico e sua composição mineral, os atrativos turísticos para complementar o desenvolvimento das cidades, principalmente de Ouro Preto, preservar as reservas florestais e demais formas de vegetação que davam relevância biológica e cênica para a Serra. Por fim, no ambiente que o parque proporciona a vista dos visitantes, reside a memória sobre os processos de valorização da paisagem e as mudanças no uso e ocupação da área.<sup>210</sup>

---

<sup>210</sup> OURO Preto: uma cidade autêntica para um turismo autêntico. *O Ouro Preto*, 15 out. 1973, p. 1; PEREIRA. *Paisagem da Passagem...*, p. 107; FUJACO et. al. *Análise multitemporal das mudanças...*, p. 696. Sobre a importância do turismo para concretização dos parques, cf. CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 9, 20, 37-40.

## CONCLUSÃO

A tarefa de dar um texto final a este trabalho ora nos parece tão arriscada como as práticas audaciosas dos “aventureiros” que percorrem os caminhos estreitos e pedregosos até o cume do Itacolomi. Depois de um longo caminho dissertativo, geralmente se espera considerações definitivas que fincam, simbolicamente, a “bandeira da conquista” do tema. Todavia, acreditamos que esse ponto culminante da Dissertação é a oportunidade para visualizarmos o panorama das discussões levantadas e dos principais aspectos abordados.<sup>1</sup> Foi com o objetivo de compreender como se atribuiu ao Pico do Itacolomi tantos valores e significados, que o tornaram parte da identidade local e do patrimônio natural de Minas Gerais, é que tecemos toda a nossa narrativa.

Partimos das práticas culturais da sociedade mineira construídas a partir do final do século XIX, que condicionaram novas percepções, valores e experiências com relação ao Itacolomi. A medida que a sociedade brasileira passou por mudanças significativas no processo de instauração do regime republicano, de reorganização econômica, das relações políticas e do modo de vida, a sua relação com a natureza também foi alterada. Foi nesse contexto que observamos nos documentos trabalhados e na bibliografia de referência como se delineou uma outra forma de representar e de atuar sobre as serras mineiras e, em destaque, sobre o Pico do Itacolomi. Percebemos como o imaginário, o gosto estético, os pressupostos científicos e os interesses políticos e econômicos sobre a natureza mudaram através do tempo, alterando os sentimentos, as atitudes e lançando outras apropriações daquela formação rochosa.<sup>2</sup>

No primeiro capítulo, um piquenique realizado no alto da Serra do Itacolomi foi nosso ponto de partida para refletir sobre como as atividades excursionistas de lazer e pesquisa naquele lugar e a contemplação da natureza rochosa, escarpada e imensa foram utilizadas por políticos e alguns intelectuais para representar a cidade como propícia para atender as demandas da sociedade. Um dos temas que abordamos foi a questão da mudança da capital mineira, que colocou em disputa a representação da paisagem de Ouro Preto e de suas serras, que teve como referência o Itacolomi. Com o auxílio do olhar científico e estético presentes nas descrições e imagens tecidas por naturalistas, artistas, políticos e literatos, os dois grupos – mudancistas e antimudancistas – discursaram sobre suas ideias e valores com relação à Serra. De um lado, repudiavam a cidade encerrada por altas serras, apresentando-a como decadente e imprópria para o desenvolvimento. Em seus discursos, trouxeram as visões sobre as montanhas como natureza

---

<sup>1</sup> Nossa analogia da escrita da dissertação com as práticas de ascensão ao cume do Itacolomi foi inspirada nas palavras de Ramalho, que, ademais, adverte sobre os perigos das contradições teóricas no trabalho do historiador ao sustentar posições categóricas e dar respostas encerrativas do problema. RAMALHO. *A historiografia da mineiridade...*, p. 150.

<sup>2</sup> A respeito do parágrafo, ver TUAN. *Topofilia: um estudo...*, p. 86; PÁDUA. *A geografia de Yi-Fu Tuan...*, p. 72-97; RONCAGLIO. *O Emblema do patrimônio natural...*

rude, repelente do progresso e inculta, ou seja, como parte do “mundo selvagem”. Em contrapartida, os defensores da antiga capital se apropriaram da nova postura e gosto estético em relação à natureza vista como intocada e imensa em suas formações geomorfológicas. Depositaram sua confiança na capacidade técnica como conquistadora dos espaços ainda não inseridos no “mundo da cultura”, que estariam cheios de riquezas materiais a serem oferecidas para o estado. Os defensores da cidade também procuraram valorizá-la do ponto de vista panorâmico, que introduzia as altas serras e seus picos rochosos ao gosto estético pela natureza. Trouxeram as altas serras como elementos pitorescos na paisagem e que proporcionariam outros benefícios palpáveis para a região. Nos discursos dos antimudancistas, foi colocado em questão tanto o controle humano da natureza como a contemplação de seus elementos. A Serra do Itacolomi, coroada pelo Pico, passou a ser cobiçada e aclamada como um lugar para se desfrutar também da “sublimidade da montanha”, digno de ser conhecido e visitado.<sup>3</sup>

Como na ideia de um mundo natural para servir ao homem, vimos como algumas montanhas foram identificadas e valorizadas pela capacidade de proporcionar o “bem-estar das pessoas”, pelo prazer de estar na natureza e pelas condições do ambiente. Na cultura moderna ocidental, os elogios das formas alpinas e os desejos de conhecer as montanhas se consolidou através dos entusiastas pelos grandes panoramas, vislumbrados com os quadros de paisagens, com a diversidade dos elementos naturais e os desafios enfrentados nos ambientes de difícil acesso.<sup>4</sup> Segundo Franco, foi com a admiração pelas características “pitorescas, de beleza e de sublimidade” na composição das paisagens que as

florestas, os grandes desertos, as montanhas, a vastidão das pradarias, os rios e o mar passaram a representar uma natureza transcendental, que estava além do artefato humano. [...] Passava-se do negativo ao positivo, do demoníaco para o divino, da ausência de civilização para o interesse científico e a apreciação estética.<sup>5</sup>

A busca por esses lugares se ampliou com as novas práticas que poderiam ser desenvolvidas na natureza, como a pesquisa científica e a atividade turística na modalidade de montanhismo. Assim, destacamos como o Itacolomi foi referenciado como um lugar com condições ideais para as práticas culturais ditas das sociedades mais modernas, a partir da atração pelas formas escarpadas e do desejo de usufruir dos ambientes serranos.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Sobre representações do espaço, valoração das paisagens e outros temas abordados para refletir sobre o nosso tema na construção do parágrafo, cf. CARVALHO. *Montanhas e Memória...*, p. 18-21; PESAVENTO. *Muito além do espaço...*, p. 286; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p.137.

<sup>4</sup> Cf. sobre referências ao montanhismo, práticas de lazer, turismo em: CARVALHO. *Montanhas e Memória...*; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 4-8, 20 e 33; RONCAGLIO. *A ideia de natureza como patrimônio...*, p. 125; TUAN, Yi-Fu. *Ambiguidades nas altitudes...*, p. 18-22.

<sup>5</sup> FRANCO, J. L. A. *Turismo e áreas protegidas, uma perspectiva histórica*. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/convidados/25595-turismo-e-areas-protegidas-uma-perspectiva-historica>.

<sup>6</sup> ARGAN. *Arte moderna, do Iluminismo...*; LEONÍDIO. *O conceito de paisagem...*, p. 1 DELGADO, E. N. COUTO, E. V.; PASSOS, M. M. A evolução da paisagem do município de Nova Itacolomi: uma abordagem ambiental. *Revista Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, v. 31, n. 2, 2009, p. 198.

O prazer estético e a curiosidade científica combinados aos interesses regionalistas tornaram a apreciação e a apropriação do maciço mais do que atos pessoais, compondo uma ideia coletiva para a paisagem do Itacolomi. Essa paisagem se tornou mais duradoura quando foi mesclada às lembranças e narrativas que deram sentido para as experiências humanas com aquele lugar. O que construiu historicamente a paisagem do Itacolomi como um acidente natural notável, símbolo do orgulho dos ouropretanos por sua região e natureza.<sup>7</sup>

Dessa forma, discutimos no segundo capítulo como o Itacolomi foi vinculado aos processos de criação da história do lugar e à construção da identidade regional. Partimos da construção de uma réplica do Pico na Praça da Liberdade como um artifício representativo dos esforços de conciliação política, econômica e cultural das diversas regiões mineiras. Vimos como a articulação das ideias de progresso e de uma nação republicana levaram a construção de uma nova capital para todos mineiros. Belo Horizonte foi inaugurada para ser símbolo da modernização do estado, que buscava se inserir no processo de urbanização e industrialização aos moldes dos países classificados como “mais desenvolvidos”. Todavia, sua construção também buscou fazer a ponte com o passado de Minas valorizado em relação aos demais estados, interpretado como de grandes riquezas para a nação e de protagonismo político na luta por um país independente.<sup>8</sup>

Diante do rechaço do Poder Público de Ouro Preto como capital, seus defensores buscaram assegurar um lugar central para aquela cidade dentro dos projetos de modernização do estado, divulgando suas riquezas e potencialidades para o desenvolvimento de toda nação, resgatando a mesma importância que ela teve no passado colonial. Nessa relação com o passado, procuraram também transformar a cidade na “meca da cultura” mineira, no berço da civilização de Minas e da liberdade nacional, sedutora pelas marcas de uma “gloriosa história” gravadas na paisagem urbana e natural ao seu redor. Para criar laços de afinidade dos mineiros com o lugar “de origem” de Minas, foram articuladas histórias, memórias, personagens e mitos na descrição de certos “aspectos singulares dos lugares” como patrimônios nacionais. A partir dessas construções valorativas de Ouro Preto, as narrativas e representações pictóricas atribuíram um lugar especial para o Pico, relacionando-o a alguns eventos e figuras importantes para a nação e associando sua imagem aos cenários históricos. Nas descrições da paisagem, o Pico foi construído simbolicamente como um ponto de referência para a memória histórica e para a

---

<sup>7</sup> TUAN. *Topofilia: um estudo...*, p. 100.

<sup>8</sup> NORA. *Entre memória e história*, p. 11.

conformação da identidade dos mineiros. Da mesma forma, o Itacolomi foi valorizado como uma das formações naturais na caracterização de Minas Gerais como lugar montanhoso.<sup>9</sup>

Nos Estados modernos, a natureza passou a constituir um dos “fundamentos das identidades nacionais, das explicações para peculiaridades culturais, formulações de utopias nacionais, legitimação para ação política, etc”.<sup>10</sup> Foram atribuídas definições de riqueza, diversidade e beleza a algumas porções da natureza, que foram associadas à ideia de nacionalidade e de patrimônios da nação. Nesse processo, alguns elementos “assumiram significados simbólicos” para representar as características do Estado e do povo mineiro. Entre os lugares selecionados e porções da natureza considerados ícones naturais do Brasil, estavam algumas serras, cachoeiras, composições florísticas, ilhas, dentre outros.<sup>11</sup> Essas ideias ecoaram nos discursos políticos, nos movimentos artísticos e literários e nas narrativas históricas e geográficas que forneceram o material simbólico para a construção de uma identidade para o território e para o povo mineiro. As serras foram como um dos principais elementos de especificidade natural do estado, selecionando alguns lugares significativos e memoráveis.

Além das disputas pela memória e história regional, o Pico do Itacolomi também entrou no campo das discussões sobre a seleção e conservação desses lugares e elementos memoráveis da natureza. A percepção de certos ambientes como fontes da nacionalidade e parte da identidade, as descrições técnico-científicas do mundo físico, os valores atribuídos aos elementos naturais realizaram uma verdadeira invenção da Serra do Itacolomi como “maravilha” específica pelo sistema ecológico e geológico a ser protegida. No terceiro capítulo, vimos como Racioppi, em nome do IHOP, propôs delimitar uma área na Serra para complementar o processo de valorização de Ouro Preto, que contaria tanto com os monumentos históricos e artísticos quanto com um monumento natural, cujo principal atrativo seria o Pico do Itacolomi. Nas justificativas dadas, foram destacados o valor histórico e paisagístico do Itacolomi em acordo com a ideia de monumento excepcional da natureza que formavam os parques para lazer e turismo. Mas vimos que a justificativa da reserva também apresentou a ideia de conservação da composição florística daquele lugar.

No decorrer do século XX, alguns intelectuais, cientistas, políticos e organizações civis mostraram-se cada vez mais preocupados com as ameaças de destruição das reservas florestais e minerais, dos mananciais e das “belezas paisagísticas” dos monumentos naturais. Procuraram atrair e sensibilizar o Poder Público para a necessidade de conservação de determinadas formações naturais do país. Numa atmosfera política e econômica marcada pelos discursos de

<sup>9</sup> Sobre o apego ou desprezo a um lugar: TUAN. *Topofilia: um estudo...*, p. 100; SANTOS. *A destruição da natureza...*, p. 33, 45-6, 38, 44; RONCAGLIO. *A ideia de natureza como patrimônio...*, p.118-122.

<sup>10</sup> ARRUDA. *Cidades e sertões...*, p. 65.

<sup>11</sup> FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 89; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio natural...*, p. 102.

progresso, eles precisaram associar em seus projetos tanto o desenvolvimento industrial e urbano como a visão ufanista romântica com novos contornos nacionalistas, que buscava trazer para a identidade nacional os laços com a natureza.<sup>12</sup>

Na concepção de proteção à natureza, colocaram o Estado como principal sujeito interventor no vínculo entre sociedade e mundo natural, garantindo ao mesmo tempo o progresso e a manutenção das belezas naturais nacionais. A partir da década de 1930, a proteção da natureza passou a ser vista sob o ponto de vista estratégico, para controle das reservas, do território nacional e de áreas do país consideradas peculiares. O impulso em proteger a natureza juntamente com uma consciência desenvolvimentista produziu em forma de parques, reservas e monumentos naturais uma paisagem conciliatória. Propuseram o uso alternativo dos recursos, para o turismo, lazer e esportes ligados às referências históricas e culturais, ou mesmo para estudo científico e cultivos de algumas espécies, onde entrava em operação a noção de paisagem.<sup>13</sup> Como vimos no processo de criação de alguns parques, essa categoria de reserva natural privilegiava os “elementos espetaculares” e as regiões com intenso apelo paisagístico e turístico.

No pensamento ocidental contemporâneo, a constituição de áreas e monumentos protegidos colocou em questão a necessidade de um refúgio em meio à natureza, de contemplação e purificação e o pensamento urbanístico de inserir dentro ou nos arredores das cidades os espaços naturais. A criação de parques foi uma forma de proporcionar à sociedade uma “agradável paisagem”, um lugar que despertasse o sentimento de estar saindo do mundo urbano e industrial para a natureza original, abundante e grandiosa.<sup>14</sup>

A inserção no Brasil de pressões internacionais sobre o manejo dos recursos e impactos ambientais também contribuiu para a criação de instituições e órgãos voltados para o aperfeiçoamento das legislações específicas. A partir da década de 1960, a percepção dos impactos nos aspectos naturais de algumas áreas valorizadas trazidos pelas atividades industriais e do crescimento urbano acelerado revestiram os projetos conservacionistas da natureza de um discurso mais “ecológico”.<sup>15</sup> Dessa maneira, o projeto do PEIT feito pela SEMOP, aprovado em sua integridade pelo Estado, justificou tanto os valores culturais, históricos, estéticos e econômicos que se consolidaram no decorrer do século XX quanto o valor *científico*<sup>16</sup> atribuído, como a manutenção e propagação de determinadas espécies da fauna e flora.

<sup>12</sup> Conferir sobre o parágrafo em: CARNEIRO. *A constituição de patrimônios...*, p. 92-98; FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 78-89; SOARES. *República: Evocação da Origem...*, p. 225; SERRANO. *A Invenção do Itatiaia...*, p. 36; RONCAGLIO. *O Emblema do patrimônio natural...*, p. 23.

<sup>13</sup> Cf. FRANCO. *A Primeira Conferência Brasileira...*, p. 81-89; MARX. *A vida no campo e a era industrial...*; CAMARGOS. *Homem, natureza e sensibilidades...*, p. 35.

<sup>14</sup> WILLIAMS. *O campo e a cidade...*, p. 170-171.

<sup>15</sup> FRANCO; DRUMMOND. *O cuidado da natureza...*, p. 60; RONCAGLIO. *O emblema do patrimônio...*, p.11 e 122.

<sup>16</sup> Na documentação referente ao Parque, o termo “ambiental” passa a ser utilizado a partir da década de 1980.

O conceito de parques e outras categorias de manejo das áreas reservadas evoluiu e se desdobrou em muitas direções a partir da década de 1970. A consciência da fragilidade dos sistemas naturais estimulou novas posturas humanas em relação à natureza. As políticas conservacionistas se tornaram mais ambientalistas, enfocando em seus projetos os critérios científicos ao se referirem à escassez dos recursos hídricos, minerais e florestais, à proteção da flora e fauna em extinção ou endêmica de um determinado ecossistema.<sup>17</sup> Essa concepção de proteção da natureza também revestiu a criação de parques com as preocupações de preservar os “processos ecológicos, de espécies vegetais ou animais ou de ecossistemas”<sup>18</sup>. Todavia, tanto no modelo clássico de proteger os elementos pitorescos e “espetaculares” como nas preocupações com a natureza em si, a seleção e a simplificação física do mundo natural em porções valoradas como parques ainda passa pela ideia de benefício palpável para a sociedade, como o turismo, e pela valoração da paisagem.

Em 2004, no evento da abertura oficial do PEIT ao público depois de décadas fechado, o então Governador Aécio Neves discursou que a Unidade de Conservação tinha por objetivo resguardar os patrimônios “paisagístico, histórico e ambiental” da região. Dentre as razões ambientais foi citada a preocupação com as florestas remanescentes da Mata Atlântica, as espécies raras e endêmicas da natureza, os mananciais de águas e as riquezas minerais. Essas características foram levantadas para tornar aquela Serra um ambiente protegido da expansão urbana e da mineração. Do ponto de vista paisagístico, o Pico foi considerado como um dos monumentos naturais notáveis pela sua formação mineral e forma marcante no panorama. Como patrimônio histórico, por ser citado como o ponto que orientou os bandeirantes na descoberta do ouro. Na cidade de Ouro Preto, comemora-se o Dia Municipal do Pico do Itacolomi em 24 de junho, data consagrada como a chegada da Bandeira que deu origem à povoação naquele lugar.<sup>19</sup>

Mas foi exposto pelo governador e outras autoridades que participaram da solenidade, como o Secretário do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, que a abertura do PEIT visava principalmente contribuir para o desenvolvimento de Ouro Preto e de Mariana. A existência do parque pertenceria a um projeto maior de valorização das cidades setecentistas de Minas Gerais. O turismo foi apontado pelo Governador como uma das fontes geradoras de “renda da modernidade<sup>20</sup>”, pois crescia no Brasil a busca por diversas práticas, como o lazer em meio à natureza e as pesquisas científicas. A atração de mais turistas para aquelas cidades foi citada,

---

<sup>17</sup> DRUMMOND. *Devastação e preservação ambiental...*, p. 144-146; BONNEFOUS. *El hombre o la naturaleza?...*, p. 60; DIEGUES. *O mito moderno da natureza intocada...*, p. 21.

<sup>18</sup> DELPHIM, C. F. de M. O patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI et. al. *Patrimônio cultural e ambiental...*, p. 167;

<sup>19</sup> Por meio de dotação orçamentária específica com a criação do *Projeto Estruturador Estrada Real*, identificado como prioritário nas ações governamentais. PARQUE do Itacolomi abre as portas. *O Tempo*, 1 maio 2004, p. 1 e 13; ESTADO valoriza patrimônio ambiental. *Minas Gerais*, 1 maio 2004, p. 1 [IEF – Biblioteca: Arquivos do PEIT: Clippings, Cx 3]

<sup>20</sup> BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar...*; CARNEIRO. *A constituição de patrimônios naturais...*, p. 12-28.

assim, como vetor de desenvolvimento que dependia também da preservação da natureza. No caso de Ouro Preto, há no seu tombamento como patrimônio nacional a intenção de conservá-la como uma cidade que não teria mudado ao longo do tempo, uma “reliquia do passado”. Da mesma forma, o ato de separar uma área tida como natural para proteger acidentes naturais, como o Pico, e espécies da fauna e flora evocou a imagem de uma natureza que permaneceria primitiva e intocada pela ação humana, atrativa para a sociedade. A abertura do PEIT naquele ano representou o marco inicial da execução do circuito *Estrada Real*, por ser considerado um ponto integrador do patrimônio histórico e cultural com o patrimônio natural de Minas.<sup>21</sup>

Percebemos nesses discursos as mesmas ideias de valoração da Serra e, principalmente, do Pico do Itacolomi presente no período histórico que analisamos. As representações, memórias e histórias construídas no passado e sobre o passado refletiram nas decisões a respeito do Itacolomi com uma série de políticas, ações de recomposição e preservação, investimentos financeiros e simbólicos, projetos a serem desenvolvidos no local e o uso da sua composição vegetal e mineral. O imaginário presente na classificação e descrições da paisagem, desde o final do século XIX, revestiu o Itacolomi do discurso de que aquela Serra e os seus pontos mais altos poderiam ser conquistados em seus limites e ocupados pela ciência, pela cultura e pelas práticas modernas, das atividades de montanhismo à proteção da natureza. A criação e manutenção do parque criou também, de certa forma, uma “conduta do olhar” sobre o Pico do Itacolomi, contribuindo para a propagação das sensibilidades para com suas formas naturais, das atitudes na apropriação do meio, e das representações construídas ao longo do tempo como natureza excepcional, parte da identidade daquele lugar e carregada de importância histórica. Uma paisagem construída historicamente como digna de ser conhecida e protegida.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Sobre a construção paisagística de Ouro Preto envolvendo seus aspectos naturais, cf. NATAL. *Ouro Preto: a construção de uma cidade...*, p. 7-9. A respeito da evocação de uma ideia de natureza pela paisagem, cf. TUAN. *Espaço e lugar...*, p. 155; CAUQUELIN. *A invenção da paisagem...*, p. 9; PEREIRA; FAVERO. *A experiência na paisagem...*, p.111.

<sup>22</sup> Sobre a conduta do olhar exercida pelos parques, Cf. SERRANO. *A invenção do Itatiaia...*, p. 4-5; Narrativas em relação ao passado em: CERTEAU. *A escrita da História...*

## FONTES

### Periódicos pesquisados

*A Actualidade*, Ouro Preto, 1878 a 1881  
*A Cidade do Turvo*, Turvo, 1891  
*A Gazeta de Ouro Preto*, Ouro Preto, 1890 a 1892  
*A Ordem*, Ouro Preto, 1890 a 1892  
*A Província de Minas*, Ouro Preto, 1880 a 1889  
*A União*, Ouro Preto, 1887 a 1888  
*A Voz de Ouro Preto*, Ouro Preto, 1935  
 Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1940  
 Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1944 a 1953  
 Anais do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1944 a 1973  
 Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1957  
 Boletim da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, 1924  
 Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1935  
 Boletim do Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1980  
*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1935 e 1967  
*Correio de Minas*, Juiz de Fora, 1894 a 1904  
*Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 1857 a 1860  
*Diário de Minas*, Ouro Preto, 1866 a 1875  
*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1891  
*Gazeta de Ouro Preto*, Ouro Preto, 1890  
*Jornal de Minas*, Ouro Preto, 1890 a 1891  
*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1932, 1965 a 1974  
*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1875 e 1960 a 1967  
*Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 1897  
*Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 1882 a 1889  
*Minas Geraes*, Ouro Preto, 1892 a 1893  
*Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 1868 a 1871  
*O Arauto de Minas*, Ouro Preto, 1881  
*O Bom Senso*, Ouro Preto, 1852 a 1856  
*O Constitucional*, Ouro Preto, 1866 a 1866  
*O Diário*, Belo Horizonte, 1948  
*O Estado de Minas Geraes*, Ouro Preto, 1889 a 1897  
*O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1948 a 1967  
*O Itacolomy – Folha do Povo*, Ouro Preto, 1890  
*O Itacolomy – Órgão crítico, litterário e noticioso*, Ouro Preto, 1898 a 1899  
*O Itacolomy - Órgão dos alunos do Colégio Benjamin Dias*, Ouro Preto, 1912  
*O Itacolomy*, Ouro Preto, 1845  
*O Jornal de Minas*, Ouro Preto, 1891  
*O Liberal Mineiro*, Regin 1882-1889  
*O Ouro Preto*, Ouro Preto, 1900 e 1901; 1973 a 1975  
*O Repórter*, Uberlândia, 1938 e 1955 a 1960  
*O Universal*, Ouro Preto, 1825 e 1839 a 1842  
*Opinião Mineira*, Ouro Preto, 1894  
*Panorama*, Ouro Preto, 1889  
*Revista Agrícola*, 1869 a 1907  
*Revista Auri-Verde*, Ouro Preto, 1919 a 1925  
*Revista da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1937  
*Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro* 1933  
*Revista do Archivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 1878 a 1879 1926  
*Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1899 a 1997  
*Revista do Arquivo Público*, Ouro Preto, 1896 a 1897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1959 a 1970  
 Revista do Museu Paulista, São Paulo, 1911  
 Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937  
 Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1953 a 1968.  
 Revista Vida de Minas, Belo Horizonte, 1913 a 1915.  
 Revista Vita, Belo Horizonte, 1914 a 1916.  
*Tribuna de Ouro Preto*, Ouro Preto, 1945 a 1948

### Manuscritos:

CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca do pedido que fez a (D. João V) o ouvidor-geral do Rio do Ouro Preto... 23 jan. 1713. AHU-ACL-N-São Paulo, n. 114.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o que pede Luís Lopes Loureiro no sentido de se tirar residência a seu pai, João Lopes Loureiro, do tempo em que serviu como ouvidor-geral da Comarca de Ouro Preto. 22 fev. 1732. AHU - Minas Gerais, cx. 20, doc. 72. (online)

CONTRATOS e Arrendamentos Livro II (1896-1917), fl. 1 Acervo: AMOP, Livro de Contratos da Prefeitura.

CONTRATO celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Dr. José Alegrante de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta capital, aprovado pelo Decreto do General Presidente deste Estado de Minas Gerais, datado de 14 de setembro de 1891, sob número 558. APMOP, Livro de Contratos, v. 1, p. 38v - 44.

IGREJA Católica de Nossa Senhora da Assunção de Mariana-MG, Capela N.S. Conceição do Sitio da Vargem de Itacolomy, Arquidiocese de Mariana-MG, Certidão de Batismo de Claudio Manoel da Costa. (descrição online) Salt Lake City: Filmado pela Sociedade Genealógica de Utah, 1980. nº. 1284522/Item 17Fls. 110 e 110v.

INFORMAÇÃO sobre a Abertura de uma Venda nos Matos do Itacolomi, pelo Capitão do Mato Francisco Veloso dos Santos e os Prejuízos que esta Venda Trará aos Moradores”. Data: 12/01/1746. APM, Fundo CMOP, Cx. 18 Doc. 06.

LIVRO de Atas da Câmara e Intendência Municipal, n. 109, 1891 a 1893, p. 44. APMOP.

TERMO de contrato que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e os senhores dr. Miguel Baptista Vieira, Ignacio Fontes Pinheiro e Dona Antonia de Paula Pinheiro, para pesquisar em terrenos da Sesmaria Municipal. Ouro Preto, 14 jun. 1939

### Artigos e Relatórios

AMORIM, O. O caçador de tesouros. *O Cruzeiro*, 30 maio 1964, p. 102-105.

AZEVEDO, A. Um passeio a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 33, p. 179-211, 1982.

BARROSO, G. As primeiras jóias feitas no Brasil. *O Cruzeiro*, 12 dez. 1953, s.n. MHN – Biblioteca Gustavo Barroso; Clipping.

BRANDÃO, P.J.P. Ouro Preto. Conferência realizada em 7 de outubro de 1931. *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, n. 37, tomo I, p. 22-31, 1933.

BUNBURY, C. J. F. Narrativas de viagem de um naturalista ingles ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. LXII, p. 69-72, 1940.

BELLO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902. *Relatórios...* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

COMISSÃO Construtora da Nova Capital. *O Arraial de Bello Horizonte*. Revista Geral dos Trabalhos, E.M.G.; I. Rio de Janeiro: H. Lambaerts & C., Tomo I, abril de 1895.

CONFERÊNCIA proferida pelo deputado Nelson de Senna na Escola de Minas... *Auri-Verde*, Notas Diversas, n. 11, p. 5-6, jun./jul. 1920.

COUTO, J. V. Chorografia Mineira: memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10, fasc. 1, p.55-166, 1905.

DA DIREÇÃO. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Origem; histórico; fins; sede). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 21, n. 2, p. 101-145, abr./jun. 1927.

DERBY, O. A. Picos altos do Brasil. *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, Tomo V, fasc.III, p. 129-149, 1889; Tomo VI, fasc. II, 69-70, 1890.

\_\_\_\_\_. Observações sobre algumas rochas diamantíferas da Província de Minas Gerais. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 4, p. 121-132, 1879.

DIÁRIO da viagem do Imperador a Minas, 1881. *Anuário do Museu Imperial*, Ministério, v. XVIII, Petrópolis, 1957.

DOCUMENTÁRIO da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. *Anais do Museu Nacional, Rio de Janeiro*, v. 5, p. 1-10, 1944.

DOCUMENTÁRIO Iconográfico das Cidades e Monumentos do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 27-28, 1953.

DUPRÉ JR., L. Estudo geológico e mineralógico da região E. de Ouro Preto compreendida entre aquela cidade – a povoação de taquaral e rio do Carmo. *Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 3, p. 11-16, 1878.

FRANCO, J.; NICOLAU, J. O fogo e o machado devastam o Brasil. *O Cruzeiro*, 18 nov. 1961, p. 156-160.

FRANCO, M. F. A Arcádia Ultramarina. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 22, p. 63-86, 1971.

FORTES, B. Exaltado em Ouro Preto a memória dos Inconfidentes. *Revista do IHGMG*, v. 4, p. 5-21, 1959.

GUIMARÃES, A. Poema Ouro Preto. *Vita*, ano 1, n. 13, 6 jun. 1914, p. 24.

IHERING, H. Von. A devastação e conservação das mattas. *Revista do Museu Paulista*, n. 8, p. 485-505, 1911.

INAUGURAÇÃO da Escola Agrícola “União e Indústria” no Juiz de Fora (Província de Minas Geraes). *Revista Agrícola*, n. 1, p. 50-63, 1869.

LOPES, R. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ano 1, n. 1, p.77-96, 1937.

LIMA, A. de. A vida de Bello Horizonte. *Vida de Minas*, Belo Horizonte, ano 1, n. 8, p. 4-5, 10 nov. 1915.

\_\_\_\_\_. Tiradentes - ópera lyrica em 4 actos. Libreto. *Revista do Archivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imp. Off. MG, p. 188-226, 1896.

LINHARES, J. N. Mudança da Capital: apontamentos históricos. In. *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Official, Ano X, fasc.1, p. 339-382, jan./jun.1905.

MESSIAS, M.C.T.B.; DIAS, S.J.; Roschel, M.B.; SOUSA, H.C.; MATOS, A.M. *Levantamento florístico das matas e distribuição de algumas espécies endêmicas da área do Parque Estadual do Itacolomi*. Relatório Técnico, UFOP/BIRD/IEF-PROFLORESTA, 1997.

NARRATIVAS de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 62, p. 69-72, 1940.

O PICO do Itacolomi – sua escalada. *Revista Auri-Verde*, Ouro Preto, n. 5, p. 47-48, set.-out.1919. Acervo: Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas.

OS RETRATOS de Tiradentes. *O Cruzeiro*, 23 abr. 1955, p. 49-51.

OURO Preto. *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, tomo 37, p. 22-31, 1933.

OUTRAS atividades de engenharia do século XIX. *Boletim da SBC*, n. 51, p. 3-14, fev. 2004.

PARQUE do Itacolomi abre as portas. *O Tempo*, 1 maio 2004, p. 1 e 13.

PICO da Neblina. *Revista do IHGMG*, v. 12, 1965-1966. p. 321.

PIRES, A. O. S. A ideia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, p. 17-40, 1927.

PRATES, C. *Relatório apresentado ao Dr. Secretario de Estado da Agricultura do estado de Minas Gerais pelo Inspetor de Terras e Colonizações*. Ouro Preto: Repartição de terras, 1897. Acervo: APCBH / Coleção de Assuntos Mineiros.

PRIMEIROS descobridores das minas de ouro na Capitania de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 4, p. 83-93, 1899.

PROJETO Parque do Itacolomi e Serra de Ouro Branco. *Boletim do SPHAN*, n. 8, p. 4-5. 1980.

RACIOPPI, V. Algumas efemérides da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. 14, p. 259-267, 1970.

RELATÓRIO de Restauração. *Anais do Museu Nacional Histórico*, v. 5, p. 132-142, 1944.

SAMPAIO, A. J. de S. *O problema florestal no Brasil, em 1926*. Archivos do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1926, v. 28, p. 53-173, dez. 1926.

\_\_\_\_\_. Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, v. XI, n.1-2, p.1-116, março de 1935.

SENNA, N. C. de. Ephemerides mineiras. Segundo Trimestre (1696-1896). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 3, fasc. 1, p. 291-319, 1898.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado pelo dr. Nelson de Senna, como orador official, na sessão inaugural da Academia Mineira de Letras, no Theatro de Juiz de Fôra, a 13 de maio de 19100000, sobre o thema "O futuro de Minas Geraes". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 16, p.17-27, 1911.

\_\_\_\_\_. Os índios do Brasil: memória ethnographica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p.145-218, 1908.

\_\_\_\_\_. Resposta. Dada pelo autor de "Chorographia de Minas Geraes", publicada pela SGRJ, ás "Considerações", críticas constantes de uma carta escripta á mesma sociedade, em 27 fev. 1924. *Boletim da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro*, n. I, v. XXIX, p. 25-52, 1924.

SILVA, A.; SILVA, E. Os fantásticos tesouros de Ouro Preto. *O Cruzeiro*, 10 jan. 1953, p. 28-34.

SILVA, E. Ouro. *O Cruzeiro*, 12 jan. 1957, p. 28-34.

SILVEIRA, Á. da. Chorographia de Minas Geraes. Considerações do engenheiro Álvaro da Silveira sobre o vol. X da "Geographia do Brasil", obra publicada pela SGRJ, em comemoração do centenário da Independência. *Boletim da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro*, n. I, v. XXIX, p. 9-24, 1924.

\_\_\_\_\_. *Relatório referente ao ano de 1920*. Directoria de Agricultura, Terras e Colonizações. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921, p. 57-58. Acervo: APCBH/Assuntos Mineiros.

SIMPOSIO sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural. *Suplemento dos Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 41, Rio de Janeiro, 30 set. 1969. 334p

VASCONCELOS, D. de. Bicentenário de Mariana. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17, n.1, p.23-29, 1912.

\_\_\_\_\_. Descobrimientos na zona do Rio das Velhas. In: SENNA, Nelson de. *Anuário de Minas Geraes*. Belo Horizonte, 1906-1911, p. 269-278.

\_\_\_\_\_. Discurso de inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.14, n.1, p.213-220, 1909.

\_\_\_\_\_. Questão de limites. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 16, n.1, p.107-123, 1911.

VASCONCELOS, Salomão de. A verdade sobre a morte de Claudio Manoel da Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. 7, p. 191-197, 1959.

XAVIER DA VEIGA, J. P. Claudio Manoel da Costa (Notícia Biographica). *Revista do APM*, ano. 1, n. 2, p. 373-390, 1896.

\_\_\_\_\_. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.1, n.1, p.I- VI, jan/mar 1896.

ROSA, G. Aí está Minas: a mineiridade. *Jornal Opção*, 4 a 10 mar. 2012 (Online). Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/ai-esta-minas-a-mineiridade>. O texto foi publicado originalmente na revista *O Cruzeiro*, de 25 ago. 1957.

### **Leis, Decretos, Códigos, Constituição e Acordos Internacionais**

ATOS Internacionais. Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países de América, 12 out. 1940. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/inter01.html>. Acessado em 26 fev. 2016.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934

\_\_\_\_\_. Constituição da República de 10 de novembro de 1937, Art. 134.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal..

\_\_\_\_\_. Decreto n. 16.677, de 29 de setembro de 1944. Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 42.462, de 14 de outubro de 1957. Autoriza o cidadão João da Silva a pesquisar minério de ouro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 50.646, de 24 de maio de 1961. Cria o Parque Nacional do Caparaó

\_\_\_\_\_. Decreto n. 51.219, de 22 de agosto de 1961. Aprova o regulamento do Fundo Florestal.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 58.054, de 23 mar. 1966. Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 84.107, de 21 de setembro de 1979. Cria o Parque Nacional do Pico da Neblina.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 25, 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938. Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitui alguns dos já existentes e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo n. 3, 13/02/1948 aprova. Decreto n. 58.054, 23/03/1966 promulga. Lei nº. 5.197, 03/01/1967. Conservação para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América. In: Legislação de Conservação da Natureza, SP: FBCN, 4ªed. P. 25-31, 1986.

\_\_\_\_\_. Lei n. 378, de 10 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública;

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.771, 15/09/1965. Institui o novo Código Florestal. In. *Coletânea de Legislação Ambiental*. Curitiba: Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, 1990.

ESPIRITO SANTO. Decreto-Lei n. 55, 20 de setembro de 1948. Cria a Reserva Florestal do Pico da Bandeira.

MINAS GERAIS. *Coleção de decretos do Governo Provincial e Constitucional do Estado de Minas Geraes de 1891-1892*. Acervo: APCBH. Legislação da Prefeitura de Belo Horizonte, 1891-1926.

\_\_\_\_\_. Constituição do Estado de Minas Gerais, 15 de junho de 1891.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 558, 14 set. 1891. *O Estado de Minas Geraes*, 28 set. 1891, p. 2;

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.923, de 15 de outubro de 1964. Contém o Regulamento Geral do Instituto Estadual de Florestas.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual n. 10.232, de 27 de janeiro de 1932. Cria um Jardim Botânico

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 148, 17/12/1938. Fixa a divisa territorial do estado.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Estadual n. 1.119, de 14 de julho de 1944. Cria o Parque Estadual do Rio Doce.

\_\_\_\_\_. Diário do Executivo. Lei n. 4495, de 14 de junho de 1967. Cria o Parque Estadual do Itacolomi, nos municípios de Ouro Preto e Mariana, em terrenos devolutos do estado de Minas Gerais

\_\_\_\_\_. Lei n. 2.606, de 5 de janeiro de 1962. Cria o Instituto Estadual de Florestas

NUNAM, M. B. A. Repertório Geral dos Índices Alfabéticos das Leis... Belo Horizonte: Typographia Bom Senso, 1855. APCBH, Assuntos Mineiros, cx 9.

PREFEITURA de Ouro Preto, Lei 337 de 18 jun. 2007, Institui o “Dia Municipal do Pico do Itacolomi”.

**Documentos do PEIT/Correspondências/Ofícios – Biblioteca do IEF.**

ALCAN doa área do Parque do Itacolomi. *Cadinho*, abr./maio 1992, p. 1; Clipping.

ASSESSORIA Técnico-Legislativa. Instrução ao Projeto n. 90/67, que cria o Parque Estadual do Itacolomi, 10 de maio de 1967.

BASTOS, M. V. PEIT – 25 anos de idealismo. *O Liberal*, Ouro Preto, jun. 1992, p. 8. Clipping.

CARTA assinada por José Fiuza de Magalhães ao Secretário da Agricultura, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1970, p. 3.

CARTA da SEMOP ao governador Israel Pinheiro da Silva, Ouro Preto, 12 out. 1969, p. 2.

CORRESPONDÊNCIA assinada pelo Sr. Roberto Lanari, Presidente da SEMOP, ao governador Dr. Israel Pinheiro da Silva. 27 mar. 1967. Anexo: Anteprojeto.

DAMIT uns die luft nicht ausgeth. *Umwelt Journal*, Frankfurt, 23 out. 1992, p. 23.

ESTADO valoriza patrimônio ambiental. *Minas Gerais*, 1 maio 2004, p. 1, Clippings, Cx 3.

MINUTA do Projeto de Lei criadora do PEIT. Arquivo Municipal de Ouro Preto, Fundo PMOP: Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

OFÍCIO n. 40/67. Mensagem n. 39 do Governador Israel Pinheiro ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Ouro Preto, 21 de abril de 1967.

OLIVEIRA, T. J. B. *A rodovia Ouro Preto - Ouro Branco e o Parque Estadual do Itacolomi*, Ouro Preto, 6 jun. 1978, p. 1-8.

PARECER para discussão única do Projeto 90/67, 11 de maio de 1967.

**Livros**

ANDRADE, Carlos Drummond de. Praça da Liberdade sem amor. In: *Nova reunião – II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p. 857-859.

\_\_\_\_\_. A palavra Minas. In: *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Governo do Estado, 1977, v. 2, p. 464; 1982, v. 7, p. 195.

BARROS, W. D. *Parques Nacionais do Brasil*. Série Documentada, Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1952.

BRANDÃO, T. *Marília de Dirceu*. Belo Horizonte: Typographia Guimarães, 1932.

BRITO, F. T. Vila Rica. In: *Itinerário Geográfico do Rio de Janeiro até as minas de ouro*. Sevilha: 1732 apud LIMA Jr., Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Origens e formação. 3ªed. Belo Horizonte: Inst. de História, Letras e Artes, 1965.

BURMENSTEIN, H. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. São Paulo: Ed. Martins, 1952.

BURTON, R. F. *Viagem aos Planaltos do Brasil*, de 1868-1869. Brasília: Senado Federal, Conselho Ed., 2001. 3 Tomos.

\_\_\_\_\_. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.*; São Paulo: Itatiaia; Ed. USP, 1976.

CABRAL, H.B.S. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: [s.d], 1969.

CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. T. I. São Paulo: Cia Ed. Nac., 1949.

COSTA, C. M. da. *Obras poéticas* de (Gluceste Saturnio) - Tomo 2. Costa, 1729-1789.

\_\_\_\_\_. *Villa Rica*. Ouro Preto: Typ.do Estado de Minas, 1897.

CÓDICE COSTA MATOSO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Coleção das Notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COUTO, J. V. *Memoria sobre a Capitania das Minas Gerais*; seu território, clima e produções metálicas. BH: FJP, 1994.

DELAMARE, A. *Villa-Rica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ESCHWEGE, W. L. von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Jornal do Brasil: 1811-1817*, ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pluto Brasiliensis*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1948, 2v.

- FERRAND, P.; et. al. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1998.
- FRANCO, A. A. M. *Rosa de Ouro*. Org., transc. e apres. de Afonso Arinos Filho. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- FREYRE, G. *6 conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio ed., 1965.
- FRIEIRO, E. *Páginas de crítica*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1955.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte: Bilhete Postal*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais João Pinheiro, 1997.
- GARDNER, George; et. al. *Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- GARRETT, A. *Parnaso Lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, 1826.
- GERBER, H. RENGGER, F. E. (org.). *Noções geográficas e administrativas da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2013. [Original publicado em 1863]
- GUIMARÃES, B. *Histórias e tradições da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. [Publicada em 1872]
- HALFELD, H. W; TSCHUDI, J. J. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP: CEHC, 1998.
- JERÔNIMO, A. T. *Lendas, tradições e costumes de Ouro Preto*. 2ª ed, s.: Ed. Lemi, 1973.
- KLINTWITZ, J. *A paisagem mineira*. S.l: Raízes Artes Gráficas, 1985.
- LATIF, M. B. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Ed., 1960.
- LEITÃO, C. M. *História das expedições científicas no Brasil*. SP, RJ, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.
- LESSA, M. A. *Ouro Preto do meu tempo*. São Paulo: IBRASA, 1980.
- LIMA, A. A. *Voz de Minas*. Ensaio de sociologia regional brasileira. 2ed. RJ: Livraria Agir Ed., 1946.
- LIMA JR, Augusto de. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Est. Gráf. Santa Maria, 1962.
- \_\_\_\_\_. *A Capitania de Minas Gerais*. Origens e formação. 3ed. Belo Horizonte: Inst. de História, Letras e Artes, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Claudio Manoel da Costa e seu poema: Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- \_\_\_\_\_. *O amor infeliz de Marília e Dirceu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Martins Ed., 1942.
- MAIA, A. E. S. *Ouro Preto: homens, ideias e fatos*. Ouro Preto: [s.n.], 1972.
- MASSENA, J. F. *Quadros da natureza do Brasil – ou ascensão científica ao Itatiaia*. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiros & Comp., 1867.

[MATEUS]. N.T., Mateus, 17:1-9. In: BIBLIA Sagrada. [Online]. Disponível em: [www.bibliaonline.com.br](http://www.bibliaonline.com.br).

MATOS, R. J. C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Liv. Reg. e Portarias 1892-1893. Belo Horizonte: Ed. Arquivo Público de Minas Gerais, 1979.

MATTOS, A. Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes. Belo Horizonte: Bibl. Min. Cultura, 1935.

MAWE, J. *Viagens ao Interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes, 1809*. Valverde: Z. Editora, 1944.

NOGUEIRA, E.C. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*. Anno. 1. A. de Assis Martins (org.). Rio de Janeiro: Typographia da Actualidade, 1864.

*O INSTITUTO Histórico de Ouro Preto recorre a justiça*. 23 novembro de 1948. [s.d; s.n] Acervo: Biblioteca do AMOP.

OLIVEIRA, T. J. B. *As cartas chilenas – Fontes textuais*. Belo Horizonte: Ed. Referências, 1972.

PEREIRA, M. A. *Paisagem da Passagem*. Belo Horizonte: Visiva Imaginações, 1998.

PEREIRA, O. D. *Direito florestal brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

PITA, S.R. *História da américa portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

POHL, J. B. E. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Min. Educ. e Saúde; Inst. Nac. do Livro, 1951.

PONTES, M.P.S. FURTADO, B.F. Primeiros descobrimentos das minas do ouro na capitania de Minas Gerais. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das Notícias dos primeiros descobridores das minas...* Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1999. pp. 171-177.

RACIOPPI, V. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940.

RECLUS, E. *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. São Paulo: Expressão & Arte Ed., 2010.

\_\_\_\_\_. *Estados Unidos do Brazil*. Geographia, ethnographia, estatística. RJ: Garnier, 1900.

RIBEIRO, J. Carta ao Sr. José Veríssimo sobre a vida e as obras do poeta. In: *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa*. Tomo I, Rio de Janeiro: Garnier, 1903. pp. 1-9.

RIBEYROLLES, C. *Brazil pittoresco*, v. 3. Paris: Lemercier, 1861.

RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins, 1941.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar: um roteiro de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1965.

SAMPAIO, M. *A paisagem mineira*. Belo Horizonte: Fundação Palácio das Artes, 1977.

SAMPAIO, A. J. de. *Biogeographia dinamica – A natureza e o homem no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1935.

- SANTOS, J. F. *Acayaca – Romance indígena (1729)*. Ouro Preto: typ. Estado de Minas, 1894.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro Frio*. RJ: Americana, 1868.
- SANTOS, L. J. *A Inconfidência Mineira: o papel de Tiradentes*. São Paulo: Esc. Prof. Salesiano, 1927.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tomo 1. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.
- SENNA, N. C. de. *A terra mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 2v.
- \_\_\_\_\_. *Anuario histórico corographico de Minas Geraes/ publicação fundada e dirigida pelo dr. Nelson C. de Senna*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909.
- \_\_\_\_\_. *Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911*. Belo Horizonte, 1911.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária. In: FJP: *Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2006.
- SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 4. ed. Belo Horizonte[MG]: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.
- SILVEIRA, V. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imp. Offic., 1926.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. Introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- TORRES, J. C. de O. *O homem e a montanha*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- TSCHUDI, J. J. von. *Viagens através da América do Sul*. Trad. de Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2006.
- VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, E. e H. Laemmert, 2 tomos, 1854-1857.
- VASCONCELLOS, D. R. P. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1994, p. 27-39.
- VASCONCELLOS, D. de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974. 2v.
- \_\_\_\_\_. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Impr. Off. de Minas, 1918.
- VASCONCELLOS, Salomão de. *Bandeirismo*. Vol. XV. Belo Horizonte: Bibl. Mineira de Cultura, 1944.
- VASCONCELOS, Simão de; SILVA, I. F. da. *Chronica da Companhia de Jesus do estado do Brasil: e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo mundo*, v. 1. Lisboa: Em casa do editor A. J. F. Lopes, 1865.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Impr. Oficial, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Vila Rica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

VIANNA, F. J. O. Minas do lume e do pão. In: *Pequenos estudos de psicologia social*. 3ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. pp. 30-53.

WALSH, Robert. *Noticias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985. 2v.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras, 1664-1897*. Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Megaço Neves. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

## REFERÊNCIAS

ALCIDES, S.. *Estes Penhascos*. Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003.

ALIATA, F.; SILVESTRI, Graciela. *A paisagem como cifra da harmonia*. Relação entre cultura e natureza através do olhar paisagístico. Trad. Paulo Chiesa. Curitiba: UFPR, 2008.

ALMEIDA, F. de. O orofilismo de J. J. Rousseau. *Biblos*, vol. IV, n. 10-11, p. 5-28, nov-dez. 1928.

AMARAL, M. B. *Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul, segundo os viajantes estrangeiros do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS/Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2003.

AMOP. *Produção de alumínio - impactos na história de Ouro Preto*. 22 fev. 2013. Blog do AMOP. <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2013/02/producao-de-aluminio-impactos-na.html>;

ANASTASIA, C. Estudo crítico. In: VASCONCELLOS, D.R.P. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1994. pp. 27-39.

ANDRADE et al. Composição mineralógica e geoquímica dos solos do Parque Estadual do Itacolomi - Ouro Preto/MG. *Quaternary and Environmental Geoscience*, v. 3, n. 1-2, p. 1-8, 2012.

ANDRADE, F. E. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas: Autêntica, 2008.

ANDRADE, L. T. Singularidade e igualdade nos espaços públicos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 2, p. 12-24, 2007.

ANDRADE, M. G. Estudo Crítico. In: TORRES, J. C. O. *O homem e a montanha*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. pp. 22-25.

ARAUJO, G. C. C. As interfaces Geográficas no Limiar dos Ecossistemas, Territórios e Paisagens. *Informativo Programa de Educação Tutorial - PET GEO UDESC*, v. 70, p. 3-17, 2013.

ARAUJO, R. de S. *Bignoniaceae Juss. do Parque Estadual do Itacolomi, Minas Gerais, Brasil: florística, similaridade e distribuição geográfica*. Tese (Doutorado em Botânica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

ARAUJO, V. L. de. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003.

\_\_\_\_\_. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, maio/ago. 2015.

ARENDR, H. Verdade e história. In: *Entre o passado e o futuro*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARGAN, G. C. *Arte moderna, do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ARRUDA, G. *Cidades e sertões*. Bauru: Edusc, 2000.

\_\_\_\_\_. Minha terra tem palmeiras: Paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; FAPESP; Campinas: Nepam, 2009.

\_\_\_\_\_. Representações da natureza: história, identidade e memória. In: ROLIM, R. C.; PELLEGRINI, S. A.; DIAS, R. (Orgs.). *História espaço e meio ambiente*. Maringá: ANPUH-PR, 2000.

\_\_\_\_\_. Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara-PR. *Antíteses*, Londrina, v. 6, p. 269-292, 2013.

ARRUDA, G.; TORRES, D.; ZUPPA, G. (orgs.). *Natureza na América: apropriações e representações*. Londrina: Eduel, 2001.

ARRUDA, M. A. do N. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AZEVEDO, Ú. R. *Patrimônio Geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BAHIA, C.L.M. Metamorfoses da metrópole. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIII, n.2, p. 61-73, jul.-dez. 2007.

BAIROCH, P. Cidade/Campo. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 7. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987;

BALADY, S. U. *Valério Vieira: um dos pioneiros da experimentação fotográfica no Brasil*. 2012. 197f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BANDEIRA, R. Quadrilátero ferrífero. Mata Atlântica. *Revista Sagarana*, n. 31, s.d, (Recurso Online). Disponível em: <http://www.revistasagarana.com.br/revista31/quadrilateroferrifero.htm>. Acessado em: 01 mar. 2015.

BARBOSA, E. M., et. al. *História ambiental e direito ambiental: diálogos possíveis*. 1 ed. Campina Grande: Ed. UFCG, 2009.

BARBOSA, L.; DORNELAS, H. *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP, 1993, p. 35.

BELLUZZO, A. M. .M. *O Brasil dos viajantes*. vol. 3. São Paulo: Metalivros, Odebrecht, 1998.

BITTENCOURT, C. M. F. Meio ambiente e ensino de história. *Revista História e ensino*, Londrina, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

- BLANC-POMARD, C.; RAISON, J.-P. Paisagem. In: *Enciclopedia Einaudi*. Região, v. 8. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BLOCH, M. L. B. *Apologia da História*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-America, 1965.
- BOMERY, H. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, A. C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BONNEFOUS, E. *El hombre o la naturaleza?* Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1973,
- BORGES, M. E. L. *História & fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand, 1999;
- BOXER, C. R. *A idade do ouro no Brasil - dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo* A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRESCIANI, M. S. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRÜSEKE, F. J. *A técnica e os riscos da modernidade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- BERMAN, M. Na floresta dos símbolos: algumas notas sobre o Modernismo em Nova Iorque. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moises; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BITTENCOURT, C. M. F. Meio ambiente e ensino de história. *Revista História e ensino*, v. 9, out. 2003.
- BUENO, F.S. *Vocabulário: tupi-guarani português*. 6. ed. São Paulo, SP: Brasilivros, 1998
- CALDEIRA, J. M. *A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradantes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.
- CAMARGOS, R. M. de F. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas*. Tese (doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2006.
- CAPANEMA, C. M. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. 2006. 155 f., enc.: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_. *A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

CAPEL, H. *La morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARNEIRO, C. F. de A. G. *A constituição de patrimônios naturais e o tombamento da Serra do Mar no Paraná*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CARSALADE, F. L.; ABREU, R. R.. Mineração em Minas Gerais. Território e Paisagem Cultural. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RECONVERSÃO DE TERRITÓRIOS, Belo Horizonte, 2012. *Reutilización Sostenible del Espacio Minero*. Madrid: IJH, 2013.

CARVALHO, A. F. *A conveniência de um legado adequado: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CARVALHO, A. I. de. *Montanhas e Memória: uma identificação cultural no Marumbi*. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Um conjunto de montanhas e de práticas culturais como escala de pesquisa em história ambiental. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, p. 375-397, 2015.

CARVALHO, A. I. de; LAVERDI, R. A dimensão ambiental do conhecimento histórico: entrevista com José Augusto Pádua. *Revista de História Regional*, v.19, n. 2, p. 457-484, 2014.

CARVALHO, A. V. As normativas referentes ao meio ambiente e os campos de ação da arqueologia. In: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (Orgs). *Patrimônio Cultural e Ambiental: Questões legais e conceituais*. São Paulo; Campinas: Annablume, Fapesp, Nepam, 2009.

CARVALHO, E. B. de. História Ambiental e a crise ambiental contemporânea: um desafio político para o historiador. Publicado em [www.editora.univale.br](http://www.editora.univale.br), *Revista Esboços*, n.11, p. 105-116, 2004.

CARVALHO, I. C. M. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *Confluenze*, v. 1, n. 1, p. 136-157, maio 2009.

CARVALHO, J. M. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. O peso da glória. BH: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, p. 63-79, out. 1998.

\_\_\_\_\_. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, A. C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTRO, O. G. *O ouro e a ocupação das gerais: Tese apresentada à Escola Técnica de Comércio Municipal de Belo Horizonte, para provimento da cadeira de geografia humana do Brasil e história econômica administrativa do Brasil*. Belo horizonte: [s.n.], 1958.

CASTRO, P. M.G. *Minas do Sul: visão corográfica e política regional no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

CAUQUELIN, A. *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70, 2008.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHACON, V. A genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. In: GOMES, A. C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 5, n. 11, p.173-191, 1991.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CLAVAL, P. Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

COLLINGWOOD, R. G. *Ciência e Filosofia: a ideia de natureza*. Lisboa: Presença, 1986.

CONAN, Michel. Genealogie du paysage. *Le debai*, n. 65, p. 29-42, 1991.

CORBIN, A. *L'homme dans le paysage*. Entretien avec Jean Lebrun. Paris: Textuel, 2001.

\_\_\_\_\_. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLANO, L.N.M.T. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA, D. S.. Descrições de paisagens. Construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia História*, v. 24. n. 39, p. 135-152, jan.-jun. 2008.

\_\_\_\_\_. História ambiental e a paisagem. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, v. 2, n. 1, p. 47-69, 2012.

\_\_\_\_\_. História e meio ambiente. *Revista Unifíeo*. Osasco, v.1, n.1, 135-144, 1999.

\_\_\_\_\_. Paisagens através de outros olhares. *Revista de História Regional*, v. 20, n. 2, p. 252-276, 2015.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas [1989]. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 92-122.

- COSTA, A. G. *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2009.
- COSTA, J. P. O. *Parques Nacionais: Parque Nacional do Itatiaia*. Disponível em: <[www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty](http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty)>
- COUSIN, A. *Itamonte: epopeia brasilista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958.
- CRONON, W. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York; London: W. W. Norton & Company, 1995.
- D'ALBUQUERQUE, M. T. As letras F, L e R entre os nomes ameríngos. *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, v. 46, p. 37-56, 1939.
- DANTAS, C. V. De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 8, p.126-150, abr. 2012.
- DANTAS, M. A. M. (org). *Espaços da ciência no Brasil – 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- DAOU, A.M. Tipos e aspectos do Brasil. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- DICIONÁRIO biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte – 1894-1940. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1997.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. A conservação das florestas no sudeste do Brasil: 1900-1955. *Revista de História*, São Paulo, n. 133, p. 103-116, 1995.
- DELPHIM, C. F. de M. O patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; FAPESP; Campinas: Nepam, 2009.
- DELGADO, E. N. COUTO, E. V.; PASSOS, M. M. A evolução da paisagem do município de Nova Itacolomi: uma abordagem ambiental. *Revista Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, v. 31, n. 2, p. 197-204, 2009.
- DELVAUX, M. M. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América portuguesa - séculos XVI a XIX*. 2009. Dissertação (Mestrado de História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DOULA, S. M.; COSTA, M. F. de A. Ciência, natureza e crítica ambiental na obra do Barão de Eschwege: o Brasil sob o olhar de um mineralogista do século XIX. *Revista Estudos Avanzados Interactivos*, v. 3, n. 5, p. 1-10, 2004.
- DOURADO, G. O. M. *Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado) Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Paulo, 2009.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

\_\_\_\_\_. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998, 1º semestre de 1999.

\_\_\_\_\_. Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p.129-159, 2005.

\_\_\_\_\_. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 276-298, 1998.

\_\_\_\_\_. Patrimônios natural e cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M T. *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, (SP): Papirus, 2007.

DUARTE E SILVA, S. A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista. *Textos de História, Brasília*, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009.

DUARTE, R. H. *A biologia militante*. O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2010.

\_\_\_\_\_. Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 317-340, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. “Eu quero uma casa no campo”: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 159-186, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *História & natureza*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a.

\_\_\_\_\_. Nature and Historiography in Brazil, 1937-1945. *Iberoamericana*, Berlim, v. III, n. 10, p. 23-36, 2003.

\_\_\_\_\_. Natureza e sociedade, evolução e revolução: a geografia libertária de Elisée Reclus. *Rev. Bras. Hist.* [online], v.26, n.51, p.11-24, 2006.

\_\_\_\_\_. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, v.41, n.2, p.144-162, 2005b.

\_\_\_\_\_. Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil. *História*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 3-20, jul.-dez. 2013.

DULCI, O. S. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In. *Ciências Sociais hoje*. São Paulo: ANPOCS; Cortez, 1984, p.7-31.

\_\_\_\_\_. João Pinheiro e as origens do desenvolvimentismo mineiro. In: GOMES, A. C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DUTRA, E. F. (Org.). *BH - Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C Arte, 1996.

ELIADE, M. *Imagens e Símbolos: Ensaio sobre o simbolismo mágicoreligioso*. São Paulo :Martins Fontes,1996.

- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENDERS, A. O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, jul. 2000.
- ENGERMANN, Carlos. História da paisagem e paisagem sem história: a presença humana na floresta Atlântica do sudeste brasileiro. *Revista Esboços*, v. 18, n. 25, Florianópolis, p. 5-31, 2011.
- ESPINDOLA, H. S. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- \_\_\_\_\_. Transitividade entre história-espço e história-natureza... In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. *Anais - XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. v. único. p. 1-8.
- ESPINDOLA, H. S.; WENDLING, I. J. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia História*, v. 24, n.39, p. 177-197, 2008.
- FARIA, C. A. P. A memória cinzelada: em busca de uma consciência político-social. In: DUTRA, E. F. (Org.). BH - *Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C Arte, 1996.
- FEBVRE, L. Face ao vento. Manifesto dos Anais Novos (1946). In: MOTA, C. G. (Org.). "*História*". Lucien Febvre. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, A. M. Os cientistas e o estado no Brasil. In: *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: ANPOCS: CNPQ, 1990.
- FERNANDES, L. D. *As praças cívicas das novas capitais brasileiras*. 2011. [265] f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- FERREIRA, M. B. *A proteção ao patrimônio natural urbano: estudo de caso sobre a Serra do Curral, Belo Horizonte/MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFMG, IGC, Belo Horizonte, 2003.
- FERRAZ, S. C. "*Triste Horizonte*": Movimentos em defesa da Serra do Curral – Belo Horizonte, década de 1970. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2008.
- FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FIGUEIREDO, B. G; CONDÈ, M. L. L. (Org.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.
- FONSECA, J. F. de M. *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- FONSECA, T. N. L. Representações de um passado de ouro: mitos, memórias e imaginário da inconfiência. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C. *História de Minas Gerais*. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2007. 2 v.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- FRANCO, J. L. de A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção a Natureza, e a questão da identidade nacional. *Varia História*, n. 26, p. 77-96, 2002.

\_\_\_\_\_. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930 -1940*. Tese (Doutorado em História) - apresentada Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Turismo e áreas protegidas, uma perspectiva histórica. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/convidados/25595-turismo-e-areas-protegidas-uma-perspectiva-historica>, acessado em 12 nov. 2014, as 18:35h.

FRANCO, J. L. de A., DRUMMOND, J. A. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 39-58, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Proteção a natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009b.

FREUD, S. *A General Introduction*. Nova York: [s. n.], 1920, p. 325 apud MARX, L. *A vida no campo e a era industrial*. Trad. João Pinheiro de Lemos. São Paulo: USP, 1976. p. 12-13.

FRIEIRO, E. *O diabo na livraria do cônego; como era Gonzaga e outros temas mineiros*. 2ed. São Paulo: Itatiaia: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

FUJACO, M. A. G; LEITE, M. G. P.; MESSIAS, M. C. T. B. Análise multitemporal das mudanças no uso e ocupação do Parque Estadual do Itacolomi (MG) através de técnicas de geoprocessamento. *Rev. Esc. Minas*, v.63, n.4, p. 695-701, dez. 2010.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; FAPESP; Campinas: Nepam, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Memória política de Minas Gerais, Nelson Coelho de Sena*. Estudo crítico Vera Alice Cardoso Silva; Fádua Maria de Souza Gustin e Mário Cléber Martins Lanna Jr (orgs.). Belo Horizonte, 2006. (Coleção Mineiriana. Série Obras de Referência).

FURTADO, J. F. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. *O mundo frances em Minas*. [Belo Horizonte]: BDMG Cultural: Museu Mineiro, [2000].

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

GIANNETTI, R. *Américo René Giannetti: A industrialização e o planejamento econômico de Minas Gerais -1930-1950*. Disponível em: <http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/ricardogiannettirevistaimigracaoitalianamg.pdf>.

GOMES, A. C. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj. p.11-31. 2010.

\_\_\_\_\_. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOMES, S. P. *Arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: C/Artes, 2008.

GONÇALVES, A. L. *Bauxita - O outro lado de Ouro Preto*. 29 mar. 2016. <http://www.ouropreto.com.br/noticia/1603/o-outro-lado-de-ouro-preto-3>

GONÇALVES, J. R. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GOUROU, P. Pour une géographie humaine. Paris: Flammarion, 1973, p. 13 apud SANTOS, M. A *natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2012.

GRAMIGNA, T. H. A. *Estudo comparativo em folhas e caules de indivíduos de Clethra scabra Pers (Clethraceae) e sua susceptibilidade à herbivoria em floresta higrófila e floresta estacional semidecidual montana no Parque Estadual do Itacolomi, MG*. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Biomas Tropicais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Ouro Preto, 2012.

GUEDES-BRUNI, R. R. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. *Ambientes e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 211-222, 2009.

GUIMARAES, M. L. S. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, v.15, n. 2, p. 11-30, 2007.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, P. *Cidades do amanhã*. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HEEMANN, A. *O corpo que pensa: ensaio sobre o nascimento e a legitimação dos valores*. Univille, 2001 apud RONCAGLIO, C. *O Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

HEINZ, F. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010.

HELFERICH, G. *O cosmo de Humboldt: Alexander von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo*. Trad. Adalgisa C. Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009.

HOBSBWAM, E. Introdução. In HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. RJ: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, S. B. de. Metais e pedras preciosas. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1: A época colônia, v. 2. São Paulo: Difuel, 1968.

\_\_\_\_\_. *Monções*. Rio de Janeiro: C.E.B., 1945.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

IEF; TERRA Consultoria e Assessoria em Estudos Geoambientais. *Levantamento dos Aspectos Históricos e Culturais do Parque do Itacolomi*. Ouro Preto\Mariana-Mg, Belo-Horizonte, 1993.

INSTITUCIONAL. Instituto Estadual de Florestas. <http://www.ief.mg.gov.br/instituicao/historico-e-realizacoes/1527>.

JARDIM, A.C.M. *O mito de Marília de Dirceu - 1792-1853: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos no processo de formação da Nação Brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

JULIÃO, L. BH – Itinerário da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA, E. F. (Org.). *BH - Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C Arte, 1996.

JUNQUEIRA, M. A. *Ao Sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em Seleções: Wilderness, Oeste e Fronteira (1942-1970). Tese (Doutorado em História) - FFLCH-USP, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. O imaginário da conquista do Oeste e as representações sobre a América Latina na revista Seleções do Reader's Digest. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 23, p. 97-108, jul. 2000.

KANT, E. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. In RIBON, M. *A arte e a natureza*. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 1991.

KLINTOWITZ, J. *A paisagem mineira*. Belo Horizonte: Artes Gráficas, 2000.

KOZEL, S.; COSTA, J. da; GIL FILHO, S. F. (org.). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. Curitiba: NEER, 2007.

KURY, L. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 2, p. 267-291, jul.-out. 1998.

\_\_\_\_\_. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *Hist. Cienc. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, supl., p. 863-880, 2001.

LAMEGO, A. R. *O homem e a serra*. Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicações n. 8, 1963.

LAMIM-GUEDES, V. Uma análise histórico-ambiental da região de Ouro Preto pelo relato de naturalistas viajantes do século XIX. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 1, p. 97-114, 2010.

LEMOS, C. B. Uma centralidade belo-horizontina. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIII, n. 1, p. 92-111, jul.-dez., 2007.

LEMOS, P. (Org.). *A História da Escola de Minas - 1876-2012*. Ouro Preto: Editora Graphar, 2012.

LENOBLE, R. *História da Ideia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 2002.

LEONIDIO, A. O conceito de paisagem em História. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2009, Fortaleza. *Anais...*, 2009.

LIMA, D. E. *A épica de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007,

LIMA, K. T. de. Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital.. In: II ENCONTRO MEMORIAL: nossas letras na História da Educação, 2009, Mariana. *Anais...*, 2009.

LIMA, M. R. de. *D. Pedro II e Gorceix: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, V. R.; MARINHO, M.; BRAND, A. História, identidade e desenvolvimento. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 36-37, p.363-388, jan/dez. 2007.

LISBOA, K. M. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997.

LOPES, H. *Introdução ao poema Vila Rica*. Muriaé: s. ed., 1985.

LOPES, M. M. Os catálogos de Hermann von Ihering: o arquivo dos resultados obtidos na exploração científica do Brasil. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010. pp. 291-304.

MACHADO, M. M. M.; RENGER, F. E.; AZEVEDO, U. R. Estruturas dobradas do Quadrilátero Ferrífero em perfis geológicos do século XIX. *Revista Geonomos*, v. 18, n. 2, 2010.

MACIEL, R. C.; DORNAS, A.; ENGLER, R. C. Paisagem, símbolo e cidade. In: 4o. Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto. Desafios e Perspectivas, 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: MACPS / IPHAN / IEDS / ICOMOS-BRASIL, 2016.

MAFFESOLI, M. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAGALHÃES, A. M. Ouro Preto entre Antigos e Modernos: as disputas em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 189-208, 2001.

MARQUES, T. P.; MAGALHÃES, C. M. Técnica, Arte e Cultura nos jardins de meados de oitocentos até ao limiar do Século XX, em Portugal e no Brasil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, UFES, Vitória, *Anais...*, 2013

MARQUESE, R. B. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 7, maio 2008.

MARTINI, A. J. *O plantador de eucaliptos: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARTINS FILHO, A. V. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.

MARTINS, M. L. *História e meio ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo; Annablume, 2007.

MARX, L. *A vida no campo e a era industrial*. Trad. João Pinheiro de Lemos. São Paulo: USP, 1976.

\_\_\_\_\_. *The Machine in the Garden: technology and the pastoral ideal in America*. New York: Oxford University Press, 2000.

MATHEWSON, K.; SEEMANN, J. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley - um percurso ao surgimento da história ambiental. *Varia História*, v. 24, n. 39, p.71-85, 2008.

MAXWELL, K. R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

McNEILL, J. R. *The Mountains of the Mediterranean World: an environmental history*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1992.

MELLO, C. F. B. de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. pp. 11-47.

MELLO, C.F.B. A noiva do trabalho – Uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.). *BH - Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C Arte, 1996.

MENESES, J. N. C. Escalas espaço-temporais e História Cultural. Reflexão de um historiador sobre o espaço como categoria de análise. In: PAIVA, E. F.; AMANTINO, M.; IVO, I. P. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 55-79.

MENEZES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, E. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MENICONI, R. O. de M. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. 1999. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MESENTIER, L. M. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, p.167-177, 2005.

MIYAHIRO, M. A. *O Brasil de Élisée Reclus: território e sociedade em fins de século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP; RJ: DIFEL, 1979.

MONTAVANI, A.L. *Melhorar para não mudar: ferrovias, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto - Minas Gerais, 1885-1897*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

MOTTA, M. S. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MUZZI, I. Fantasmas da Inconfidência. *Revista de História.com.br* (online), 9 set. 2007. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/fantasmas-da-inconfidencia>, acessado em 25 fev. 2014.

NASH, R. *American environmental history: a new teaching frontier*. *Pacific Historical Review*, n. 41, p. 362-372, 1972.

\_\_\_\_\_. *Wilderness and the American mind*. 4th ed. New Haven, Conn.: Yale University Press, c1982.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. *Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2006.

NETTO, C. X. A. Memória, identidade e cultura material. A visão arqueológica. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, p.265-276, 2005.

NETTO, C. G. Por uma ciência romântica. *Jornal da Unicamp*, Campinas, n. 542, 15 de outubro de 2012 a 21 de outubro de 2012.

NORA, P. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Trad. Yara A un Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, G. D. de. *A construção do lugar e da memória: a Praça da Liberdade e o seu prédio rosa*, 2009. (recurso online) <http://www.mmgerdau.org.br/index.php?p=8&c=152&pa=ro&pfr=20>

OSTANELLO, M. C. P.; DANDERFER, A.; CASTRO, P. T. A. Caracterização de lugares de interesse geológico e trilhas geoturísticas no Parque Estadual do Itacolomi - Ouro Preto e Mariana, Minas Gerais. *Geociência*, São Paulo, [online], v. 32, n. 2, 2013.

PADUA, J. A. (org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ecologia Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

\_\_\_\_\_. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

\_\_\_\_\_. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PÁDUA, L. C. T. *A geografia de Yi-Fu Tuan: essências e persistências*. Tese (Doutorado em Geografia) - USP, FFLECH, Geo, São Paulo, 2013.

PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M. de T. *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, (SP): Papirus, 2007.

PARNA Caparaó, *História. ICMbio*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/quem-somos/historia.html>. Acessado em: 31 de março de 2015.

PECHMAN, R. M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. RJ: Casa da Palavra, 2002.

PELEGRINI, S. C. A. Apontamentos sobre as relações entre patrimônio, natureza e cultura na América. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 63. ano VI, ago. 2006. Disponível em: <HTTP://www.espacoacademico.com.br/063/63pelegrini.htm>.

PENA, J. C. Israel Pinheiro e o desenvolvimento de Minas Gerais. In: GOMES, A. C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PEREIRA, J.C.; FAVERO, F. A experiência na paisagem: a vivência estética, o sublime e o menor. *Textura*, Canoas, n.30, jan/abr. 2014.

PERROTTA, I. *Desenhando um paraíso tropical*. A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2011.

PESAVENTO. S. J. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p.9-27, 1995.

\_\_\_\_\_. História & Literatura: uma velha-nova história. *Debates*, 2006 [recurso online]. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acessado em 7 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p. 279-290, 1995.

PIMENTA, C.O.P. João Pinheiro, Israel Pinheiro e a busca da modernidade plena. In: GOMES, A. C. (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PIRES, J. R. F. *Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PRINS, H.E.L. The Atlatl as Combat Weapon in 17th-Century Amazonia: Tapuya Indian Warriors in Dutch Colonial Brazil. *The World Atlatl Association, Inc.*, Kansas State University, v. 23, n. 2, 24 May 2010.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 8. ed. RJ: Campus, 2000

POLLAK, M. Memória e identidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 204, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *Revista Inter. Interdisc. Interthesis*, v. 9, n. 1, p. 16-50, jan./jul. 2012.

PRATT, M. L. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. BAURU/SP: EDUSC, 1999.

PREFEITURA de Ouro Preto lança nova identidade visual, 24 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/262/prefeitura-de-ouro-preto-lanca-nova-identidade-visual>. 1912.

QUEIROZ, H. N. Ouro Branco fixada na escrita viajante do século XIX. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPUH, 2009.

RAMALHO, W. S. C. *A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2015. [manuscrito]

RAMOS, E. C. O processo de constituição das concepções de natureza. Uma contribuição para o debate na educação ambiental. *Ambiente & Educação*, v. 15, n. 1, p. 67-91, 2010.

RAMOS, M. A. *O sertão Mineiro nas observações de Spix e Von Martius*. Ouro Preto: Revista eletrônica de História, v. 5, ano 3, n. 1, abr. 2008.

REIS, J. C.. *História e teoria*. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 6, dez. 2011.

REIS, L. M. Mineiridade: identidade regional e ideologia. *Cadernos de História*, v.9, n.11, Belo Horizonte, p.89-97, 1.sem/2007.

RENGER, F. E. Evolução dos conceitos geológicos da Serra do Espinhaço. *SBG/Núcleo MG; Boletim*, v. 1, p. 9-27, 1979.

RENGER, F. E. ; GOMES, M. C. A. Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber. V SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, Petrópolis, RJ, nov. 2013. (recurso online) <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>

RENGER et al. Evolução sedimentar do Supergrupo Minas: 500 Ma de registro geológico no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. *Revista Geonomos*, v. 2, n. 1, p. 1-11, 1994.

RENGER, F. E.; ROSIERE, C. A.; PIUZANA, D.; SPIER, C. A. Pico de Itabira, Minas Gerais: Marco estrutural, histórico e geográfico do Quadrilátero Ferrífero. In: SCHOBENHAUS, Carlos et al. (Org.). *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília: Ministério de Minas e Energia; DNPM; CPRM; SIGEP, 2005.

RESENDE, M. E. L. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, Belo Horizonte, set. 1973. *Anais: A cidade e a História*, São Paulo, v. 1, 1974.

RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C. *História de Minas Gerais*. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2007. 2 v.

RIBEIRO, D. A.; NASCIMENTO, J. E. F. do; MELLO, M. S. de. *Romantismo Alemão e Inglês: influências e repercussões*. Projeto Bridges, Letras-UFRJ, 2009.

RIBEIRO, J. A. P. *Guignard e o ambiente artístico no Brasil nas décadas de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, W. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

RIBEIRO, W. C.; ZANIRATO, S. H. O patrimônio Natural sob Proteção. A Construção de um Ordenamento Jurídico. In: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (Org.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: Questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, Fapesp; Campinas: Nepam, 2009.

RIBON, M. *A arte e a natureza*. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 1991.

RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Papirus, 1994.

RICOTTA, L. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RODRIGUES, A. F. *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros dos bens dos inconfidentes da comarca de Rio das Mortes*. Tese (Doutorado em História Social) - USP, São Paulo, 2008.

ROMANELLO, J. L. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginário no Brasil desenvolvimentista*. Tese (História) – UNESP, Assis, 2006.

RONCAGLIO, C. A idéia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 19, p. 111-128. jan.-jun. 2009.

\_\_\_\_\_. *O Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SAHR, W. D. Signos e espaço mundos - a semiótica da espacialização na Geografia Cultural. In: KOZEL, S.; COSTA, J. da; GIL FILHO, S. F. (org.). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. Curitiba: NEER, 2007.

SALLAS, A. L. F. *Ciência do homem e sentimento da natureza - viajantes alemães no Brasil do século XIX*. 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

SAMPAIO, T. *O Tupi na Geographia Nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SANTOS JR., M. Q. *Potencial interpretativo do conjunto paisagístico da Serra do Curral em Belo Horizonte*. Monografia (Graduação em xxx) - Instituto de Geociência, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, E. M. B. *O parque e a estrada: uma análise acerca de conservação e desenvolvimento na trajetória do Parque Estadual do Rio Doce, 1934-2000*. Tese (Doutorando em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

\_\_\_\_\_. *Parques por decreto: um estudo de caso do Parque Nacional do Caparaó*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

SANTOS, M. F. A destruição da natureza e os arautos do conservacionismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX. *Revista Uniara*, São Paulo, n. 21,22, p. 30-49, 2008-2009.

SANTOS, M. Da sociedade à paisagem: o significado do espaço do homem, abril de 1978. In: *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2012.

SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHIAVINATTO, I. L. Imagens do Brasil: Entre a natureza e a história. In JANCSO, I. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP; Ijuí, RS: Unijuí, 2003. pp. 603-631. (Coleção Estudos Históricos, v. 50)

SCHORSKE, C. E. *Pensando com a história*. Indagações na passagem para o modernismo. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWANZ, A. K. Interpretações literárias sobre a relação paisagem e identidade na formação do gaúcho: uma análise da obra de João Simões Lopes Neto. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25º, 2009, Fortaleza. *Anais...*, Fortaleza: ANPUH, 2009.

SCHWARCZ, L. M. Paisagem e Identidade. A construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 19-52, jan/jun 2009.

SELO de 300 anos de Ouro Preto, IPHAN, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1479/ouro-preto-ganha-selo-especial-em-homenagem-aos-300-anos>.

SERRANO, C. M. T. *A invenção do Itatiaia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1993.

SILVA, F. C. T. da. História das Paisagens. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, F. F. da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo; Peirópolis: Ed. USP, 2003.

SILVA, F. R. *A paisagem do Quadrilátero Ferrífero – MG: Potencial para o uso turístico da sua Geologia e Geomorfologia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, O. P. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *Geonomos*, n. 3, v. 1, p. 77-86, 1995. [www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3\\_1\\_77\\_86\\_Silva.pdf](http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3_1_77_86_Silva.pdf)

SILVA, R. M. da. A Caducidade das Disposições Transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). *Revista Almanack*, n. 5, maio, p.72-97, 2013.

\_\_\_\_\_. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, Irati, v. 3, n. 3, set-dez. 2012.

SILVA, V. A. C. *A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais (1889-1920)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

SILVEIRA, F. S.; EICHLER, M. L.; DEL PINO, J. C. Concepções de paisagens e sua abordagem didática para a escola básica. VII ENPEC, Florianópolis. *Anais...*, 2009.

SILVEIRA, F. A. da; CANCELA, C. D. *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EDUFPA, 2009.

SIMMEL, G. A Ruína. In: SOUZA, Jessé de & OËLZE, Berthold. (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UNB, 1998.

SOALHEIRO, I. S. Apreensão do território mineiro nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire: uma leitura relacional. *Cadernos de História*, v. 5, ano 3, n. 1, p. 48-56, abr. 2008.

SOARES, L. E. República: Evocação da Origem, Reconstrução do Princípio. Comentário sobre "O significado de República", de Celso Lafer. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 225-231, 1989.

SOARES, J. G. *Limites territoriais em litígio no Brasil: estudo de caso existente na divisa entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais no interior do PARNA Caparaó*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 2015.

SOBREIRA, F. G., FONSECA, M. A. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. *Revista Geotecnia*. n. 92, p.5-27, 2001.

SOUZA, J. V. C. *Congressos mundiais de parques nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

SOUZA, L. M.; CERQUEIRA, A.S (org.). *Monções e Capítulos da expansão paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. Estudo Crítico. In: *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1994.

SOUZA JR., P. G. Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana-MG. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, p.179-198, 2005.

STARLING, H. M. M. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

TAFURI, A. C. *Valoração ambiental do Parque Estadual do Itacolomi, Ouro Preto, Minas Gerais*. 2008. 159p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

TAVARES, R. B. *Atividades extrativas minerais e seus corolários na bacia do alto Ribeirão do Carmo: da descoberta do ouro aos dias atuais*. 2006. 103p. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TORRES, R. G. A crítica ao sistema escravista e a orientação econômica no Brasil Império nas narrativas sobre a degradação da paisagem. IV EPHIS-UFMG, Belo Horizonte, 2015, *Anais...., Temporalidades*, v. 6, Suplemento, p. 1158-1169, fev. 2016.

TSUKAMOTO, R. Y. *Agricultura e indústria de chá no Brasil*. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/80>. 2016.

TUAN, Yi-Fu. Ambiguidades nas altitudes para com o meio-ambiente. *Boletim Geográfico do Rio de Janeiro*, n. 33, v. 245, p. 5-23, abr.-jun. 1975.

\_\_\_\_\_. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiencia*. São Paulo: DIFEL, 1983.

\_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, 1980.

URBAN, T. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. *Saudade do Matão*. Relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Ed. UFPR; Fund. O Boticário de Proteção à Natureza; Fund. Macarthur, 1998.

VAL, A.V.C et al. Estudo histórico da divisão administrativa, judiciária e eclesiástica das Minas Gerais. In: JURISPRUDÊNCIA mineira, Belo Horizonte, ano 61, n. 195, p. 13-20, out/dez. 2010.

VARGAS, I. A. de. Paisagem, território e identidade: uma abordagem da geografia cultural para o pantanal mato-grossense. In: KOZEL, S.; COSTA, J. da; GIL FILHO, S. F. (org.). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. Curitiba: NEER, 2007.

VELLOSO, M P. *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, PUC-Rio, 1983.

\_\_\_\_\_. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

VELOSO, Tercio Voltani. A delimitação das terras da Câmara de Vila do Carmo/Mariana: aspectos de dinâmica e materialidade da posse de terras na América Portuguesa (1719 – 1752). *Revista de História Regional*, ano 18, n. 1. p. 206-223, 2013.

VERGANA, M. R. A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira Republica: a fase José Veríssimo da Rev. Brasileira (1895-1900). In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). *Ciência, civilização e republica nos trópicos*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010.

VILHENA, R. C. *Divisa entre Minas Gerais e São Paulo*, 24 fev. 2016 (Transcrição). Disponível em: <http://palacehotel.com.br/historico/divisa-entre-minas-gerais-e-sao-paulo/>. Acessado em: 20 jun. 2016.

VISCARDI, C.M.R. A capital controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: APM/Roxia, Ano XLIII, n. 2. Jul.-Dez. 2007.

VIVEIROS, D. *O pensamento político de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2009.

WEBER, M. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

WERKEMA, M. O fechamento da Novelis e as vocações de Ouro Preto. *O Liberal – Região dos Inconfidentes*, Ouro Preto. 9 nov. 2014 [Online]. <http://www.jornaloliberal.net/artigo/o-fechamento-da-novelis-e-as-vocacoes-de-ouro-preto/>.

WHITE, H. Interpretação na história - O texto como artefato literário. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001.

WILLIAMS, D. Vicente Racioppi: The Local Preservationist and the National State. In: BEATTIE, Peter M. (org.). *The Human Tradition in Brazil*. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2003.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade - na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Brito. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O povo das montanhas negras: o começo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

\_\_\_\_\_. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 6, v. 1, 2003.

ZANINI, M. C. C. Construindo memórias, tecendo trajetórias. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, p.115-122, 2005.